

JULIANE MARTINS GARCIA

**TRAÇOS HISPÂNICOS NO PROCESSO DE LATINIDADE DA  
ARQUITETURA COLONIAL EM MINAS GERAIS**

BELO HORIZONTE  
ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG

2005

JULIANE MARTINS GARCIA

**TRAÇOS HISPÂNICOS NO PROCESSO DE LATINIDADE DA  
ARQUITETURA COLONIAL EM MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Análise crítica e histórica da Arquitetura e do Urbanismo.

Orientador:  
Prof. Dr. Carlos Antônio Leite Brandão

BELO HORIZONTE  
ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG

2005

FICHA CATALOGRÁFICA

G216t

Garcia, Juliane Martins

Traços hispânicos no processo de latinidade da arquitetura colonial em Minas Gerais / Juliane Martins Garcia. - 2005. 214f. ; il.

Orientador: Carlos Antônio Leite Brandão  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura

1. Arquitetura barroca – Minas Gerais 2. Arquitetura Religiosa - Minas Gerais 3. Arquitetura latino-americana 4. Arquitetura – História – Minas Gerais I. Brandão, Carlos Antônio Leite  
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura  
III. Título

CDD: 720.98151

Dissertação defendida e aprovada em 30 de junho de 2005, pela banca examinadora constituída pelos professores

---

Prof. Dr. Carlos Antônio Leite Brandão (orientador)  
Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof. Dra. Celina Borges Lemos  
Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof. Dra. Selma Melo Miranda  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Aos meus pais

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Carlos Antônio Leite Brandão, pela confiança.

Ao Núcleo de Pós-graduação da EAUFMG; especialmente a Renata, pela gentileza e prontidão de sempre. Aos professores que estavam presentes no seminário de dissertação, Maria Lúcia Malard (EAUFMG) e o professor André Guilherme D' Ângelo Dorneles (EAUFMG).

Ao Miguel Angel Ferman, por ter treinado a minha visão no campo da arquitetura latino-americana e mineira, foco de interesse neste trabalho.

À Ângela Mendonça e ao Antônio Walter, pela compreensão e incentivo.

Ao Léo, pelo apoio técnico e exemplo de praticidade, na hora devida.

Às amigas do escritório, que ouviram e apoiaram sempre.

Ao Rodrigo Almeida Bastos, pelo exemplo e pela disponibilidade.

Ao Rodrigo Moreira de Souza, técnico do Centro de Informática da Escola de Arquitetura da UFMG, pela paciência e “resolução de problemas”.

Aos amigos ganhados na turma de mestrado de 2003, especialmente minhas companheiras do Gabinete 4, Renata e Mariza, pela solidariedade e ajuda constantes.

À equipe da Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG, principalmente Moema e Neuza, pelo acabamento final.

À Cristina Cairo, por ter cedido seu tempo, no intuito de agilizar o meu.

Ao Leônidas, pela disposição “à distância”.

Ao arquiteto Fernando Pimentel, pelo auxílio e consulta em sua biblioteca particular.

Aos alunos das turmas de História da Arquitetura do curso de graduação da UFMG com os quais participei, sob a orientação do Cacá, pelo aprendizado e pesquisas paralelas.

Aos funcionários de todas as instituições que me foram úteis.

À CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo período de bolsa concedido.

## RESUMO

GARCIA, Juliane Martins. **Traços hispânicos no processo de latinidade da arquitetura colonial em Minas Gerais**. 2005. 214f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

A formação da arquitetura colonial mineira foi influenciada não só por padrões portugueses, mas principalmente, referências “ibéricas”. A expressão do barroco em Minas Gerais contou com diversas manifestações culturais, por seu formato, híbridas; compatibilizadas entre o elemento indígena e aquele europeu. Estudou-se o elemento arquitetônico, a força da doutrina jesuítica e suas normas, além das relações de parentesco existentes na América Latina, privilegiando o contexto do século XVIII. Para seguir este caminho, a “latinidade” foi o conceito utilizado, alinhando semelhanças e desdobramentos culturais já estabelecidos pelos países latino-americanos. A partir de então, procurou-se, por meio da análise de fontes primárias e das próprias edificações ibéricas e latino-americanas - especialmente as religiosas – compreender as várias origens que resultaram a arquitetura mineira, fossem elas pagãs ou católicas.

Palavras-chave: “Latinidade”. Minas Gerais. Arquitetura Colonial. Barroco. Século XVIII.  
América Latina. Península Ibérica. História da Arquitetura.

## ABSTRACT

The formation of the colonial architecture in Minas Gerais has been altered not only by influence of the portuguese standarts, but mainly, by the iberic references. The expression of the barroc in Minas Gerais has considered many cultural manifestations, a kind of hibridism; the compatibilization between the indian object and the european one. In this dissertation has been studied the architectural element and the strenght of the jesuitic doutrine and their rules, besides the relationship which existed in Latin America, specially in the context of the 18<sup>th</sup> century. To follow this way, the concept of “latinidad” has been used, sewing cultural similarities and results previously stablished by latin america countries. So, throw the analisys of the primary sources and from the own iberic and latin buildings – especially the religious ones – many origins that form the architecture of Minas Gerais can be understood, even if they were Catholics or not.

Key-words: “Latinidad”. Colonial Architecture. Barroc. 18<sup>th</sup> century. Latin America. Iberic Peninsula. Architecture history. Minas Gerais.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Mapa da Espanha e Portugal no séc. XVI	29
<b>Figura 2</b>	Igreja de Nossa Senhora da Esperança, no Porto, Portugal	30
<b>Figura 3</b>	Planta da Matriz de Santana no distrito de Antônio Dias, município de Ouro Preto, MG	30
<b>Figura 4</b>	Matriz de Elvas em Portugal	31
<b>Figura 5</b>	Matriz de Vila Foz do Côa em Portugal	31
<b>Figura 6</b>	Igreja Matriz de Torre de Moncorvo em Portugal	32
<b>Figura 7</b>	Igreja de Rainha dos Anjos em Ponta Delgada, Portugal	32
<b>Figura 8</b>	Casa de Câmara e Cadeia de Vila Praia de Vitória em Portugal	33
<b>Figura 9</b>	Largo de São Tiago em Guimarães, Portugal	35
<b>Figura 10</b>	Planta de São Pedro dos Clérigos em Portugal	37
<b>Figura 11</b>	Planta de São Pedro dos Clérigos em Mariana, MG	37
<b>Figura 12</b>	Pousada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, Portugal	38
<b>Figura 13</b>	Pousada dos Loios de Evora, em Portugal	38
<b>Figura 14</b>	Detalhe da Catedral Nova de Salamanca, Espanha	40
<b>Figura 15</b>	Catedral de Tomar em Portugal	40
<b>Figura 16</b>	Monastério do Escorial na Espanha	43
<b>Figura 17</b>	Planta da <i>lonja</i> de Sevilha	44
<b>Figura 18</b>	Hospital dos Veneráveis Sacerdotes de Sevilha, Espanha	45
<b>Figura 19</b>	Planta do Hospital dos Veneráveis Sacerdotes em Sevilha	45
<b>Figura 20</b>	Planta do Escorial na Espanha	50
<b>Figura 21</b>	Esquema de Fazenda em Torrequemada, em Sevilha	50
<b>Figura 22</b>	Centro histórico de Vigo, localidade de Berbés, na Espanha, sec. XVI	51
<b>Figura 23</b>	Grupo de moradias popular situadas na entrada de Castrojeriz, região de Burgos	51
<b>Figura 24</b>	Casario encontrado na região de Gravilanes, em Avila	53
<b>Figura 25</b>	Exemplos de capelas alpendradas de Luis Saia	54
<b>Figura 26</b>	Ermida de Nossa Senhora dos Remédios em Malveira, Mafra, em Portugal	55

<b>Figura 27</b>	Capela de São Pedro, na região de Azeitão em Portugal	55
<b>Figura 28</b>	Planta da Igreja do Convento das Monjas Bernardas, em Alcalá de Henares, Espanha	57
<b>Figura 29</b>	Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Santa Eulália em Cumeeira, Portugal	60
<b>Figura 30</b>	Igreja Catedral Basílica de Salvador	71
<b>Figura 31</b>	Detalhe das tribunas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Conceição do Mato Dentro, MG	71
<b>Figura 32</b>	Estudo de Aracy Amaral para capelas argentinas	75
<b>Figura 33</b>	Capelas brasileiras com torres laterais	76
<b>Figura 34</b>	Projeto de redução jesuítica (ouvidor Juan de Matienzo, 1567)	78
<b>Figura 35</b>	Escultura da Virgem e do Cristo	83
<b>Figura 36</b>	Mapa do Vice-reinado do Peru, séc. XVIII	88
<b>Figura 37</b>	Fachada da Igreja de São Francisco em La Paz, Bolívia	89
<b>Figura 38</b>	Altar da matriz de Santo Antônio em Itacambira, MG	90
<b>Figura 39</b>	Catedral da Companhia de Jesus em Cochabamba na Bolívia	92
<b>Figura 40</b>	Igreja de San Javier, Missões de Chiquitos na Bolívia	93
<b>Figura 41</b>	Santuário de Copacabana, Bolívia	94
<b>Figura 42</b>	Detalhe de balcão na Praça Maior em Cuzco	96
<b>Figura 43</b>	Fachada da Igreja de São Francisco em Lima	97
<b>Figura 44</b>	Detalhe do pátio central do Convento de São Francisco em Lima	98
<b>Figura 45</b>	Detalhe dos azulejos do Convento de São Francisco em Lima	99
<b>Figura 46</b>	Capela de São Pedro e São Paulo em Andahuaylillas, Cuzco	101
<b>Figura 47</b>	Detalhe do interior da capela de Andahuaylillas	101
<b>Figura 48</b>	Detalhe de um prédio da Praça Maior, em Arequipa	102
<b>Figura 49</b>	Detalhe de um dos corredores laterais do Convento de Santa Catalina, em Arequipa	103
<b>Figura 50</b>	Detalhe da abóboda do Convento de Santa Catalina em Arequipa	103
<b>Figura 51</b>	Mapa das Audiências de Santa Fé e Quito no séc. XVII	106
<b>Figura 52</b>	Capela de Sutatausa, na Colômbia	107
<b>Figura 53</b>	Torre sineira da Igreja de Santa Bárbara em Mompox	108
<b>Figura 54</b>	Detalhe da fachada da Igreja da Companhia de Jesus em Quito	112
<b>Figura 55</b>	Mapa do Vice-reinado do Rio da Prata e divisão da Intendência em finais do séc. XVIII	113

<b>Figura 56</b>	Torre da Igreja em Uquía, Argentina	117
<b>Figura 57</b>	Igreja de São Francisco de Acatepec, em Cholula no México	121
<b>Figura 58</b>	Catedral do México, fachada do Sacrário	122
<b>Figura 59</b>	Fachada da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência	122
<b>Figura 60</b>	Planta da casa de residência e negócio em Amarantina, Ouro Preto	132
<b>Figura 61</b>	Casa de residência e negócio em Amarantina, Ouro Preto	132
<b>Figura 62</b>	Fazenda do Manso, região de Ouro Preto	133
<b>Figura 63</b>	Casa do Inconfidente Domingos de Abreu Vieira. Fachada lateral esquerda	136
<b>Figura 64</b>	Detalhe do beiral (frechais) da casa do Inconfidente Domingos de Abreu Vieira, em Berilo, MG	137
<b>Figura 65</b>	Detalhe do beiral (cachorro) da casa do Inconfidente Domingos de Abreu Vieira, em Berilo	137
<b>Figura 66</b>	Edificação avarandada nas proximidades de Cuzco, Peru	138
<b>Figura 67</b>	Mapa de referência das cidades mineiras	142
<b>Figura 68</b>	Capela de Santana em Antônio Dias, MG	143
<b>Figura 69</b>	Detalhe de ornamentação do frontispício da Capela de Santana em Antônio Dias, MG	144
<b>Figura 70</b>	Detalhe da Catedral de Cochabamba, Bolívia	144
<b>Figura 71</b>	Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Prados	145
<b>Figura 72</b>	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Prados	146
<b>Figura 73</b>	Igreja de Nossa Senhora da Boa Vida em Itira, MG	147
<b>Figura 74</b>	Matriz de Catas Altas, MG	148
<b>Figura 75</b>	Detalhe dos domos da torre da Igreja Matriz de Catas Altas	149
<b>Figura 76</b>	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Ouro Preto	149
<b>Figura 77</b>	Detalhe dos domos da torre da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Mariana, MG	151
<b>Figura 78</b>	Detalhe da torre da Igreja de São Francisco de Assis em São João Del Rei, MG	151
<b>Figura 79</b>	Balcões da Casa dos Contos em Ouro Preto	152
<b>Figura 80</b>	Detalhe dos balcões da Casa dos Contos em Ouro Preto	152
<b>Figura 81</b>	Casa de Chica da Silva, em Diamantina, MG	154
<b>Figura 82</b>	Pátio Central da Casa dos contos, Ouro Preto, MG	155
<b>Figura 83</b>	Planta do nível térreo da Casa dos Contos em Ouro Preto	155

<b>Figura 84</b>	Convento de São Francisco de Assis em Arequipa	156
<b>Figura 85</b>	Capela de Nossa Senhora da Saúde em Chapada do Norte	158
<b>Figura 86</b>	Igreja de São José em Minas Novas, MG	159
<b>Figura 87</b>	Planta da Igreja de São José, em Minas Novas	159
<b>Figura 88</b>	Capela da Fazenda de Santo Antônio em São Roque, São Paulo	161
<b>Figura 89</b>	Matriz de São José em Belmiro Braga, fachada frontal	163
<b>Figura 90</b>	Matriz de São José em Belmiro Braga, fachada lateral esquerda	163
<b>Figura 91</b>	Capela de Nossa Senhora do Rosário em Coronel Xavier Chaves, MG	164
<b>Figura 92</b>	Igreja do Sagrado Coração, na Serra do Caraça, MG	165
<b>Figura 93</b>	Matriz de Santo Antônio em Grão Mogol, MG	166
<b>Figura 94</b>	Planta da Matriz de Santo Antônio em Grão Mogol, MG	166
<b>Figura 95</b>	Planta da Matriz do Pilar em Ouro Preto	168
<b>Figura 96</b>	Planta da matriz de Catas Altas, MG	168
<b>Figura 97</b>	Detalhe das tribunas da Capela de Nossa Senhora do Rosário em Piranga, MG	169
<b>Figura 98</b>	Fachada da Matriz de Santo Antônio em Itacambira, MG	170
<b>Figura 99</b>	Detalhe do altar-mór da Matriz de Santo Antônio de Itacambira	171
<b>Figura 100</b>	Igreja de Bom Jesus da Lapa, em Chapada do Norte, MG	172
<b>Figura 101</b>	Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso, MG, fachada frontal	173
<b>Figura 102</b>	Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso, MG, fachada lateral	174
<b>Figura 103</b>	Plantas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso, MG	175
<b>Figura 104</b>	Detalhe da coluna em estípite, encontrada no coro da Matriz de Tiradentes, MG	176
<b>Figura 105</b>	Detalhe da coluna em estípite localizada no altar-mór da Basílica de Congonhas do Campo, MG	177
<b>Figura 106</b>	Capela de Nossa Senhora do Rosário no distrito de Brejo do Amparo, Januária, fachada frontal	179
<b>Figura 107</b>	Capela de Nossa Senhora do Rosário no distrito de Brejo do Amparo, Januária, fachada lateral	179
<b>Figura 108</b>	Platibandas de edificações no município de Januária, MG	182

<b>Figura 109</b>	Município de Januária, MG. Detalhe platibandas	182
<b>Figura 110</b>	Povoado de Santa Catalina no século XVI	184
<b>Figura 111</b>	Mapa da cidade de Mariana na segunda metade do século XVIII	190

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>AHU</b>	Arquivo Histórico Ultramarino
<b>APM</b>	Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte/MG
<b>CNCDP</b>	Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses
<b>IEPHA-MG</b>	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2. A ARQUITETURA DA PENÍNSULA IBÉRICA DOS SÉCULOS XVI AO XVIII: PARTIDOS ARQUITETÔNICOS A SEREM TRANSPORTADOS PARA SUAS COLÔNIAS, IDENTIFICANDO OS COMPONENTES LATINOS DE SUA ARQUITETURA</b>	20
<b>2.1. Portugal</b>	26
<b>2.2. Espanha</b>	38
<b>2.3. Quando já não se identifica um componente individualizado: a passagem da Península Ibérica para a América</b>	55
<b>3. AS COLÔNIAS ESPANHOLAS DA AMÉRICA LATINA E A LATINIDADE DE SUA CULTURA E ARQUITETURA: A INFLUÊNCIA MAIS PRÓXIMA PARA A COLÔNIA LUSO-BRASILEIRA</b>	63
<b>3.1. A presença jesuítica em terras latino-americanas: a arte e a arquitetura de dois mundos transformados em um só</b>	67
<b>3.2. Particularidades de uma mesma origem ibérica: diferentes maneiras de ser colônia</b>	80
<b>3.3. Nossos vizinhos latino-americanos: arte e arquitetura que tangenciam o Brasil</b>	87
3.3.1. Peru e Bolívia	87
3.3.2. Colômbia, Equador e Venezuela	105
3.3.3. Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile	112
3.3.4. A força mexicana	120
<b>4. MINAS GERAIS COMO UM PEDAÇO DO BRASIL QUE NÃO SE FEZ APENAS POR MEIO DE PORTUGAL</b>	124
<b>4.1 Aproximações mineiras: o barroco e sua expressão de latinidade na arquitetura colonial dos sécs. XVII e XVIII</b>	138

<b>4.2 A região norte de Minas e a sua proximidade com o Nordeste brasileiro: os jesuítas no meio do caminho</b>	167
<b>5. A REGULARIDADE ESPANHOLA E AS POVOAÇÕES MINEIRAS: COMO A GEOMETRIZAÇÃO DO ESPAÇO SE RELACIONA COM OS CENTROS HISTÓRICOS DESSAS POVOAÇÕES.</b>	183
<b>5.1. A regularidade adequada</b>	188
5.1.1. O exemplo de Mariana	188
5.1.2. A referência de Ouro Preto	192
<b>5.2. A utilização da rua e espaços públicos das cidades latino-americanas: palcos para uma mesma incorporação da cultura cristã.</b>	194
<b>6. CONCLUSÃO</b>	202
<b>REFERÊNCIAS</b>	207

## CAPÍTULO 1

### INTRODUÇÃO

---

A escolha de um tema como a arquitetura latino-americana parte da inquietação e constantes estímulos recebidos em Minas Gerais, especialmente em suas edificações e cidades do século XVIII. Num período em que o barroco fora retratado com todo o seu dinamismo, vários pesquisadores contribuíram para a afirmação e divulgação de seu conhecimento, no campo das artes, literatura, história ou arquitetura. Quanto mais se conhece o trabalho desses profissionais, mais amplia-se a visão contemporânea da história da arquitetura, que valoriza as fontes européias, mas, de maneira nenhuma, subloca seus desdobramentos além-mar.

Os critérios de valores na distinção de uma igreja espanhola e uma pequena capela latino-americana partem de sua importância no tempo e espaço, enquanto referência imutável, apropriada a um determinado local. Na América Latina, recursos como a azulejaria ou o uso da madeira na confecção de varandas ou balcões voltados à cidade, se fazem de uma maneira quase que improvisada, colorida e mais espontânea. As interferências da tradição indígena transformaram e modificaram substancialmente aquelas verdades que são marcas do barroco europeu. Neste sentido não cabe uma comparação, mas, acima de tudo, uma aproximação de olhares sobre uma cultura transfigurada em muitas, já que estamos lidando com dois universos de significações (o indígena e o europeu) inseridos num mesmo lugar.

Ao conhecer capelas e matrizes pontuadas no espaço mineiro, percebe-se que a matriz portuguesa domina a cena, isso é claro; mas um ou outro detalhe construtivo chama a atenção por seu potencial criativo. Seja na técnica ou na ornamentação, o inesperado instiga novas descobertas, ou mesmo, uma releitura das antigas. Longe de esgotar pesquisas nesse campo e sem a pretensão de modificá-las, mas apenas adicionar pontos de vista, o presente trabalho escolhe Minas Gerais pelo seu primor em abraçar formas de alegoria típicas do barroco, que não são exclusivas de Portugal. Sua arquitetura dos séculos XVII e XVIII transformou-se num referencial transfigurado em vários, como o emprego de símbolos da arquitetura naval portuguesa; pilares ornamentados cujas formas nos lembram os espanhóis; claustros e pátios que são parte da doutrina jesuítica, ou a utilização de aberturas que são marcas da arquitetura mourisca.

“Traços hispânicos” são características que nos remetem ao território ibérico, valorizado justamente no momento em que seus contornos internos se perderam, e enquanto formaram um bloco apenas, na empreitada de conquistarem a América. O termo é utilizado

também na lembrança de nossas referências mais próximas, as cidades hispano-americanas, que compartilharam com o Brasil a mesma instituição: a Igreja Católica.

Preocupou-se não em encontrar as raízes européias presentes, por exemplo, nas capelas abertas do mundo americano, pois as próprias origens são variadas e se perderam no transporte; mas sim, em compreender como tal tipologia arquitetônica se infiltrou no desenvolvimento de um barroco miscigenado na América. E como a inserção urbana de edifícios coloniais demonstra particularidades ricas de expressão de culto ou rituais entre os povos, principalmente no uso das fachadas retábulos da Bolívia e Peru, ou no posicionamento estratégico vigilante de igrejas católicas nos morros de Ouro Preto. Ao sacralizar os espaços externos e atingir núcleos urbanos como um todo, o sentido cultural do barroco se engrandeceu nas apropriações cerimoniais de praças ou largos, expressando a sociedade – ou as sociedades – em convívio. O barroco latino-americano e o foco pretendido – Minas Gerais – foi uma arte que conseguiu conciliar evangelização e festa, poder e participação popular, intercalando espaços fechados e espaços abertos para que a liberdade criadora driblasse a persuasão massiva do colonizador ibérico.

Torna-se impróprio falar de uma “colonização espanhola” para a arquitetura, pois assim teríamos que expandir o raciocínio para outros povos, como os alemães ao sul do Brasil, ou os holandeses em Pernambuco; estas talvez sejam diferenciações muito mais claras, portanto atingindo a mesma predominância de Portugal em relação a Minas Gerais. O cuidado maior está na procura por elementos que se destacam exatamente ao perderem os limites espanhóis e aqueles portugueses. A concordância na arquitetura entre as duas metrópoles foi tal, que, sutil e silenciosamente, adquiriu-se muito uma da outra; e daí poder-se arriscar o termo “colonização ibérica”.

Pretende-se demonstrar a peculiaridade de nosso barroco mineiro, bem típica de um país como o Brasil, em que sertão e litoral formaram e cresceram suas redes de ligação, mas mantiveram-se como regiões autônomas, se pensarmos tanto política como culturalmente. O desenvolvimento do sertão mineiro fez parte de um processo cultural maior, onde houve a integração do colonizador e do colonizado, incorporando o que lhe era externo. Ao mesmo tempo, deixou exemplos de um tipo de arquitetura que se formou discreta e introspectivamente, revelando-se, aos poucos, de maneira pouco transparente para um olhar afoito. Foram analisadas edificações religiosas que denotassem o caráter mais fechado da arquitetura mineira, como se estivessem tentando preservar e manter a sua heterogeneidade intacta, já que formada com muito esforço. Parece contraditório, mas é justamente nessa característica de multiplicidade de formas e referências outras que se encontra a maior

dificuldade de identificar e separar a matriz portuguesa de todo o resto. Os traços hispânicos, mouriscos, hispano-americanos ou mesmo bávaros<sup>1</sup> de nossa arquitetura são o resultado dessa mesma absorção de referências, previamente realizada pela Península Ibérica, e também “experimentada” em colônias não brasileiras. Incluem-se várias manifestações culturais de diferentes povos, conjugadas com o cristianismo e suas formas latinas de representação.

No estudo deste amálgama que compõe o objeto arquitetônico mineiro, é importante a contribuição do trabalho de Aracy Amaral publicado em 1981 e intitulado *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*<sup>2</sup>. Ao apontar a capitania de São Vicente como ponto de partida para seus estudos acerca da arquitetura, a autora desvenda uma complexa rede de intercâmbios desta capitania com o componente espanhol, principalmente via terrestre. O barroco de Minas Gerais não atingia o mar, pois o contato mais acessível se fazia com a gente paulista, diferenciando-se desta ao gerar um produto arquitetônico mais camuflado entre o relevo mineiro, descoberto e reconhecido após a expressividade conseguida com o ouro.

É justamente nos desvios portugueses e outras opções de trajetos que o caminho mineiro se faz mais rico, situando a arquitetura dentro de um todo a que Gilberto Freyre<sup>3</sup> chamou de “americanidade” e “latinidade” da América Latina. Tal denominação, de cunho sociológico, se refere àquelas semelhanças de comportamento e de cultura entre um mexicano e um brasileiro – então ligados a diferentes culturas colonizadoras, espanhola e portuguesa respectivamente - que resultaram num produto de assimilação e interpretação tipicamente latina do cristianismo, trazido pelos cristãos da Europa.

A obra de Carlos Borromeo é inserida nessa dissertação como um instrumento, uma referência teórica das premissas jesuíticas que tentaram fazer parte da herança visível que é a arquitetura mineira colonial. Transforma-se num exemplo de teorias postuladas na Europa no século XVI, normas que ganharam circulação para propagarem o poderio da Igreja Católica,

---

<sup>1</sup> Resgatados atualmente, os estudos acerca do elemento bávaro no barroco mineiro destacam semelhanças físicas, de conceituação e organização de espaços internos manifestadas na arquitetura religiosa ao sul da Alemanha. Cf. NICOLAEFF, Alex. Igrejas rococó em Minas e na Baviera. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 15, p. 395–399, 1990/1992.

<sup>2</sup> Cf. AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: Nobel; USP, 1981.

<sup>3</sup> Gilberto Freyre é um nome muito ligado aos estudos de aspectos inusitados a respeito da influência portuguesa, africana e oriental na formação brasileira. Trabalha com o conceito da América Latina como uma civilização híbrida, analisando sociologicamente o comportamento e a cultura brasileira desde a década de 30. Apesar de sua formação em sociologia, já estava à frente de seu tempo, ao participar de um fenômeno que arrisco comparar à transdisciplinaridade de hoje. Juntamente com Sérgio Buarque de Holanda, estudava no Brasil a sua História, ou estudava o Brasil por meio da História. Cf. FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpene-tração e decrescente segregação. In: FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Unb, 2003.

que nos é transferido nos séculos XVII e XVIII. Conforme nos conta Lúcio Costa, “referências foram trazidas em cada padre, militar ou administrador que já carregavam consigo todo um passado de hábitos e experiências revelados, traduzidos no estilo da região de onde procediam”<sup>4</sup>, incorporados nas novas terras.

A arquitetura se formava pelo trabalho de gente mestiça, por Aleijadinho ou por artesãos que ficaram no anonimato, mas que traduziram por meio de suas mãos as referências de “muitas arquiteturas”. Proveniente de Tratados ou da tradição do lugar que estava na memória dos viajantes, o Brasil, e especialmente Minas Gerais, possui exemplares de um barroco que fora fertilizado por idéias tanto sagradas como profanas, apoiando-se em artifícios e fragmentos externos aos seus, mas inevitáveis à sua formação. Hoje ainda nos resta a lembrança dos muxarabis, balcões, corredores laterais, pátios internos, plantas poligonais das igrejas, entre tantas outras, que não negam uma “arquitetura interdisciplinar”<sup>5</sup>, se é que pode-se ousar o termo para a convivência barroca mineira.

Três etapas conduziram as investigações para o desenvolvimento dessa pesquisa:

1º) verificação *in loco* das povoações mineiras, exemplos arquitetônicos remanescentes, a constituição dos centros históricos – fontes documentais primárias da arquitetura; delimitação de áreas relevantes (ou síntese) dentro de Minas Gerais;

2º) pesquisa e análise da bibliografia existente sobre o assunto, em que dois campos foram, em geral, abordados. O primeiro em relação às obras arquitetônicas e o período barroco de cada região: Minas Gerais (séc. XVII e XVIII); Portugal e Espanha (séc. XVI e XVII) e os países de colonização espanhola da América. O segundo campo envolveu o conceito de “latinidade” e sua aplicação no contexto mediterrâneo e mineiro. Outras obras de referência foram importantes, como inventários de documentos relativos às capitanias; dicionários de artistas, artífices e arquitetos, ibéricos e brasileiros; dicionários e vocabulários antigos da língua portuguesa, que auxiliaram na compreensão dos documentos;

---

<sup>4</sup> COSTA, Lúcio. Introdução a um relatório, 1948. In: \_\_\_\_\_. **Lucio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 455.

<sup>5</sup> Este termo, tomado emprestado das Ciências Sociais, vem ocorrendo com tal frequência e com uso indiscriminado ultimamente, que, tomo o cuidado em transcrever as colocações de Russel-Wood: “O uso pouco crítico de termos como “creolização”, “divergência cultural”, “aculturação”, e “contato cultural” compete com a não menos indiscriminada ênfase numa análise também descrita como “intercultural”, “transcultural”, “*interdisciplinar*” ou interface. [...] É irônico que o resultado de tais transposições e tais ênfases tenha limitado mais nosso entendimento de certas áreas em vez de aumentar uma compreensão mais global do fenômeno da colonização das Américas como um todo. Cf. RUSSEL – WOOD, A. J. R. Precondições e precipitantes do movimento de independência da América Portuguesa. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 422.

3º) exame da documentação primária referente ao período e aos edifícios estudados, como termos de ereção das povoações às categorias de vila e cidade; cartas e ordens régias; petições; termos de vereação e “acordãos” das câmaras municipais; registros e levantamentos arquitetônicos muitas vezes recentes, mas únicas fontes de consulta.

A redação foi estruturada em quatro capítulos: o primeiro traça um panorama da arquitetura desenvolvida na Península Ibérica dos séculos XVI ao XVIII, especulando os conceitos de “latinidade” defendidos por dois autores, a saber: Fernand Braudel<sup>6</sup> e Gilberto Freyre<sup>7</sup>. O primeiro aplica seu conceito em relação ao ponto de partida: as civilizações mediterrâneas, incluindo aquelas desenvolvidas em Portugal e Espanha. Gilberto Freyre trabalha com as manifestações sociais e culturais em terras americanas, procurando o elemento comum de união entre os povos de diferentes colonizações. Ambos estabelecem relações entre o homem e o universo cristão, verificadas sob um outro viés neste presente trabalho: a expressão arquitetônica desse componente unificador, que nos aproxima de nossas metrópoles. A arquitetura de Portugal e Espanha foi filtrada no que mais a torna reconhecível; ao mesmo tempo que procurou-se identificar os pontos de interseção que caracterizam uma única descendência chamada de ibérica.

O segundo capítulo, o mais extenso por sua abrangência, procura aproximar o Brasil e os outros países latino-americanos, já que vizinhança e parentesco são características de forte influência também na arquitetura. São apresentadas várias edificações em que os traços colonizadores se fundem à cultura ou à maneira de construir dos povos nativos, revelando um processo bastante parecido com aquele brasileiro. Ramón Gutiérrez<sup>8</sup> foi o autor que mais subsídios forneceu para o desenvolvimento dessa parte do trabalho, por sua capacidade de síntese e envolvimento com o tema.

Pode-se dizer que o núcleo da dissertação se faz no capítulo seguinte, cujo foco na região mineira direciona minhas conclusões. Especialmente porque Minas Gerais é “logo aqui”, facilitando a busca por fontes e informações *in loco*, além do convívio direto com certos núcleos urbanos. Foram mencionadas as rotas de acesso e uma breve contextualização histórica da formação do estado, começando pelos contatos que se estabeleciam entre o Brasil e outras cidades fronteiriças. Priorizando as edificações religiosas, foram escolhidos vários exemplos de uma arquitetura rica, embora muitas vezes simples em sua tipologia. O último

---

<sup>6</sup> Cf. BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. Lisboa: Martins Fontes, 1983/84, v. 2.

<sup>7</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpene-tração e decrescente segregação. In: FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Unb, 2003.

<sup>8</sup> Cf. GUTIÉRREZ, Ramón. **Barroco Iberoamericano: de los Andes a las Pampas**. Barcelona, 1997.

capítulo se alimenta das colocações dos capítulos anteriores, focando dois núcleos urbanos mineiros: Mariana e Ouro Preto. Foram indispensáveis as reflexões de Rodrigo Bastos<sup>9</sup> para essas mesmas cidades, com sua dissertação intitulada: *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*.

---

<sup>9</sup> Cf. BASTOS, Rodrigo Almeida. **A arte do urbanismo conveniente:** o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. 2004. 204p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

## CAPÍTULO 2

### **A arquitetura da Península Ibérica dos séculos XVI ao XVIII: partidos arquitetônicos a serem transportados para suas colônias, identificando os componentes latinos de sua arquitetura**

---

O mar Mediterrâneo foi berço para que a civilização ocidental se desenvolvesse, no espaço formal que eram as suas cidades. Programas, conteúdos e formas foram se aprimorando para que um urbanismo clássico surgisse e se tornasse herança para o cosmopolitismo que a Península Ibérica adquiriu mais tarde. No meio de cristãos e islâmicos, divididos entre o Mediterrâneo e o Atlântico, Portugal e Espanha sedimentaram sua identidade espacial na periferia do eixo que eram as outras cidades européias. Fortaleceram-se como estados tipicamente territorialistas, na busca de espaços e grupos que auxiliassem sua expansão além-mar, criando, é claro, uma estrutura propícia a esse movimento, que envolvia organização militar e política. A expansão territorial, buscada por esses países, mantinha um certo equilíbrio entre eles, apesar de estarem material e culturalmente atrasados em relação a uma Europa que procurava se modernizar. No final da Idade Média - 1492 - os ibéricos ainda estavam preocupados em retomar Granada, o último reino muçulmano da Península. Portugal ia cristalizando suas matrizes espaciais em cidades; a Espanha tentava reconstruir seu Sacro Império; ambos na ação de se fazerem notar no mundo europeu, transformando-se para incluir em seus domínios os oceanos, a América, a África e o Extremo Oriente.

Defesa era a palavra inicial de conquista, substituindo os primeiros assentamentos orgânicos por um ordenamento justificado. O desenho urbano era um modelo guiado pela legislação, almejando urbes grandiosas, ricas, invejadas, embora repletas de vazios urbanos. Aos poucos, seguindo a tendência expansionista, as cidades que iam sendo conquistadas pelos ibéricos eram reformadas, transferidas ou abandonadas, sempre estimuladas pela intervenção militar. Dominar o espaço simbolizava a demonstração de quem detinha a ordem política e comercial das prósperas cidades portuárias, seguidas pela concessão de capitânicas; no Brasil, eram hereditárias e obedeciam a um poder central metropolitano, embora controlado a partir dessas novas “sedes urbanas”. Inicialmente, Portugal controlava o mar e suas rotas; ao chegar no Brasil, inverteu sua estratégia imperial: de marítima para territorial; da ação mercantil para uma postura colonial.

Há que se levar em conta o Século XVI no mundo europeu, início das grandes navegações, marcado pelo absolutismo eclesiástico regente, relacionado à retomada de poder quase desesperada pela Igreja Católica. O poder totalizante exercido na Idade Média pela

Igreja não poderia ser desmoroado pelas propostas de Lutero ou Calvino. A emergente importância dada à dimensão humana de valores precisava ser minada, delegando as decisões acerca do que era verdade à velha e conhecida Instituição Sagrada. Os contra-reformistas<sup>1</sup> muniram-se do que estava ao seu alcance ou além dele para retomarem o poder. Neste momento é criada a Companhia de Jesus, uma nova Ordem Religiosa<sup>2</sup> que surge sob a liderança de Inácio de Loyola<sup>3</sup>, legalizada em 1540 em Roma. “Em 1545, [...] abria-se em Trento, na Itália, um concílio que reuniu sólidos teólogos e sacerdotes de currículo irrepreensível para redefinir os dogmas sobre os quais se levantavam os opositores e reorganizar a Igreja”<sup>4</sup>. Confirmando os ares de resgate e afirmação territorial ibéricos, Barboza Filho (2000) analisa o processo da contra-reforma, no que tange ao apoio da Igreja para a nova expansão além-mar: “Ao mesmo tempo, é a Ibéria que fornece a inspiração básica para o ideário do Concílio de Trento, para o confronto com a reforma protestante e com a dessacralização da natureza operada por uma ciência com linguagem matemática”<sup>5</sup>.

O Concílio de Trento se realizou em três seções, sendo que a última delas contou com a presença do bispo São Carlos Borromeo, autor das *Instructiones Fabricae et Supellectilis*

---

<sup>1</sup> O termo contra-reformista como um movimento artístico é questionado por Elena Isabel Estrada de Gerlero, em nota preliminar que faz à edição mexicana da obra de Carlos Borromeo. Este termo explicaria a reação religiosa, mas também política, derivada de uma aliança papal da Itália com a Espanha, no século XVI. Elena defende a opinião de que o termo correto não seria contra-reforma, mas sim uma Reforma Católica, em que dentre outras implicações, fez surgir os chamados clérigos regulares, dentre eles o *Oratório del amor divino*, os teatinos, os barnabitas e finalmente os jesuítas. Cf. BORROMEIO, Carlos. **Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985, p. XIV e XV.

<sup>2</sup> No que tange à arquitetura: “No primeiro decénio (sic) a Ordem não sente necessidade de fornecer instruções detalhadas sobre os edifícios, limita-se a dizer que devem ser lugares salubres, longínquos de outros institutos religiosos e em zona onde possam recrutar noviços e religiosos. Mas, com o aumento de património (sic), este precisa ser cuidado e controlado, para que não se façam palácios de nobres, perdendo de vista os primeiros valores: higiene, robustez e modéstia. Perseguindo estes propósitos, passa a submeter-se à aprovação do Padre Geral (*Revisiore Romano*) a forma e modo dos edifícios”. PAIVA, Francisco. **II Gesù: antecedentes dos projectos de Vignola e Della Porta para a igreja de Jesus em Roma e influência destes sobre a arquitectura jesuítica**. Universidade de Beira Interior. [S. l.]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/paiva-francisco-il-gesu-jesuita.html>. Acesso em março 2005.

<sup>3</sup> Fundador da ordem dos Jesuítas, Inácio de Loyola fora um cortesão espanhol que orientou o desenvolvimento do jesuitismo em vários países e continentes. Nos primeiros anos do século XVI transitou entre Barcelona e Salamanca, culminando na criação da Companhia de Jesus em 1540 em Roma e na elaboração dos Exercícios Espirituais em 1548. Estes eram uma espécie de compilação de normas diárias para que o homem se purificasse escolhendo o Deus da Igreja Católica, uma maneira de resistir à Reforma Protestante. As igrejas eram a representação da doutrina dos Exercícios Espirituais: pregavam a existência de um caminho a ser percorrido – a nave central – e um outro a ser alcançado – a cúpula, um espaço que tendia ao vertical e à proximidade com o Deus cristão. Cf. EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Uberlândia [MG]: Prefeitura Municipal, 1988, p. 16.

<sup>5</sup> BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artíficio: iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p. 31.

*Ecclesiasticae*, escritas pouco depois de 1572. Segundo Anthony Blunt (1984)<sup>6</sup>, Borromeo fora o único membro a aplicar o decreto tridentino ao campo da arquitetura. O livro é uma espécie de Tratado que lida cuidadosamente com as questões relativas à construção das igrejas e sua ornamentação, ditando regras que se encaixam na política de controle sobre as manifestações artísticas eclesiásticas. A arte religiosa se portava como o canal de propagação dos dogmas católicos ao maior número possível de fiéis, para encantá-los e convencê-los de seu esplendor e riqueza. Em seu Tratado, são especificadas desde a escolha do sítio a ser implantada a igreja até a ornamentação das capelas, passando pelo desenho da planta, tudo segundo a tradição cristã que não admitia nenhuma referência pagã. Torna-se instigante verificar como tais normas foram se transformando nas colônias hispano-americanas ou mesmo nos locais de atuação da Companhia de Jesus no Brasil: o componente pagão precisava ser aceito e incorporado à maneira de se catequizar os colonos, fosse por meio da música, da arte ou da arquitetura, aqui considerados signos litúrgicos.

Carlos Borromeo (1538-1584) viveu exatamente durante o período de apogeu da Espanha em boa parte da Itália, domínio que gradativamente foi se diluindo até 1713, terminando na Guerra de Sucessão. Esse pode ter sido um dos motivos pelos quais a última seção do Concílio de Trento se diferenciou pela presença de um número maior de teólogos espanhóis<sup>7</sup>. Portugal e Espanha constituíam as bases das quais partiam as tentativas hegemônicas da Ordem Católica a ser restituída, aliadas ao poder político.

[...] as relações entre as coroas ibéricas e a ordem inaciana, através de instituições como o padroado, pela presença da nobreza entre os quadros da Ordem e de jesuítas nos aparelhos de estado, fazem difícil definir onde acaba o estado e começa a estrutura religiosa: os problemas relativos à colonização americana mostram religião e política como verso e reverso de uma mesma moeda<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Cf. BLUNT, Anthony. El Concilio de Trento e el arte religioso (S. Carlos Borromeo y la arquitectura). In: PATETTA, Luciano. **Historia de la arquitectura**: antología crítica. Madrid: [s.n.], 1984. p. 158-160.

<sup>7</sup> Conforme nota preliminar à edição mexicana da obra de Carlos Borromeo, Elena Isabel comenta sobre as edições desse Tratado, cuja primeira partiu dos Concílios Provinciais Milanese, de 1565 e 1576. Sua primeira tradução para o italiano, portanto extrapolando um caráter inicial localista, aconteceu em 1588, seguidas de várias outras em latim. Não há referências bibliográficas de uma edição espanhola, supostamente porque Milão, até o século XVIII, estava sob domínio espanhol. Vários exemplares em latim tiveram saída e dispersão nessa língua, a partir da terra natal de Carlos Borromeo, de origem milanese italiana. Cf. BORROMEIO, Carlos. **Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos**, p. XXI. Ainda nesse processo de renovação monástica, com a criação e reforma das ordens, Braudel cita a continuidade do processo iniciado com o Concílio de Trento: o Oratório de São Filipe Neri é de 1564; os Oblatos de São Carlos Borromeo de 1578 e em 1571 instalam-se em Avinhão os padres da Doutrina Cristã. Cf. BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico**, p. 193.

<sup>8</sup> SALA, Dalton. Reduções jesuíticas de índios guaranis na bacia do Rio da Prata: função retórica da arte no processo de catequese. **Barroco**, Ouro Preto, n. 15, 1990/1992, p. 370.

Nesta evangelização que cercava o mundo ao seu alcance, ou fora dele, Portugal “zelava”, com cuidado, do Brasil. As ocupações de franceses, ingleses e holandeses possuíam a aventura de ganhar e descobrir o novo mundo, mas estavam imbuídas do espírito protestante, sendo combatidas pelos governos ibéricos e pelos próprios colonos. Além da conquista econômica ou territorial, estava em jogo o medo da transferência de idéias calvinistas ou luteranas. “É curioso notar que, muitas vezes (sic) antes até das fortificações destinadas à defesa do território, cuidava-se prioritariamente (sic) da ereção de templos e conventos”.<sup>9</sup>

Os jesuítas, conforme nos acrescenta Bazin (1956), consideravam de bom grado o componente alegórico que se encontrava nas produções artísticas do século XVII. As noções do universo sacro ou profano eram constantemente representadas com emblemas e imagens, na impressão de uma marca a ser prontamente reconhecida. A divulgação católica saía às ruas com as procissões, estas bem controladas pelo Concílio de Trento, que recomendava e discriminava a atuação dessas festas solenes em Portugal e no Brasil, com incontáveis orientações a respeito do transporte de imagens sacras, percursos e aparatos.

A arte e a sua conseqüente ligação com a arquitetura no mundo ibérico, do século XVI, buscava nos grandes modelos o seu potencial de valor. A invenção era a ótica deste tempo, mas sobre o que já estava criado, no sentido do artista embasar sua obra numa determinada autoridade, e então imitá-la. O costume era se basear num modelo pré-definido, embora adequado a uma certa situação ou circunstância nova. Nas colônias portuguesas e espanholas da América, este conceito veio com os padres jesuítas e sua missão catequizante: o maior alcance artístico dos séculos XVI, XVII e XVIII estava relacionado à expressão – e imposição - da religiosidade aos povos dominados. O que não era uma novidade, diga-se de passagem, pois o catolicismo foi tema para as pinturas medievais, góticas e renascentistas, embora num outro contexto de incorporação do cristianismo. Os índios foram o outro lado da moeda cultural miscigenada das colônias, e no Brasil, também os negros deixaram seu registro. Esse processo foi se aprimorando, e em Minas Gerais, já no século XVIII, a clientela dos trabalhos artísticos estava ampla e majoritariamente relacionada à Igreja. As Irmandades e as Ordens Terceiras também se beneficiavam, estando as encomendas particulares em último plano. A produção artística fazia questão de mesclar as duas culturas, numa determinação lúdica e visual. As gravuras inspiravam as pinturas; os desenhos destas eram modelos para o decoro dos templos; os missais tão empregados nas cerimônias religiosas católicas eram

---

<sup>9</sup> ÁVILA, Affonso. **O lúdico e as projeções do mundo barroco**. São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 6.

ricamente decorados e cuidadosamente ornamentados para agradarem não só à alma, mas também ao olhar: chamavam a atenção dos fiéis, que faziam a arte circular por muitas mãos durante as missas. Já os retábulos e imagens, composições internas às igrejas, eram descobertos pouco a pouco; assim como o templo, apreendido em sua completude na medida em que era percorrido e por ele circulado. Temas bíblicos como o da circuncisão foram retratados em figuras do século XVI e XVII em Portugal, como também existem exemplos no Museu de Arte Religiosa em Cuzco ou no Museu de Diamantina em Minas Gerais. Diferentes colônias usavam a mesma passagem do evangelho com representações bastante semelhantes, reveladoras de sua multi-descendência e aproximando o Brasil de seus vizinhos hispano-americanos.

Quando expande-se o conceito de “latinidade” de Freyre (2003) às questões arquitetônicas, é coerente pensar nas semelhanças e antagonismos que conectam metrópoles e colônias, enquanto filhas de um mesmo iberismo, latinas em suas afirmações cristãs. Especialmente em relação à arquitetura religiosa, Portugal e Espanha adquiriram grande responsabilidade com seus modelos, pois eram os mais representativos do posicionamento de sua Igreja. Enquanto as igualdades inserem a América Latina num sistema continental ou transnacional de cultura, as diferenças permitem o escape ao lugar-comum ou à pureza arquitetônica. São as peculiaridades que completam e explicam a cena existente em solo latino-americano, se comparada ao precursor mundo ibérico. Ao discorrer sobre o americanismo e a predominância daquele ou outro Estado no desenvolvimento da América, Gilberto Freyre (2003) fala de um equilíbrio entre culturas, e por que não expandi-lo nas representações arquitetônicas, “[...] sem que a herança de cultura anglo-saxônica absorva a latina ou a hispânica; sem que o elemento lusitano se feche, por excesso de casticismo, à influência do espanhol ou o espanhol à influência do lusitano [...]”.<sup>10</sup> Cria-se, dessa maneira, um chão social e culturalmente reconhecido como campo fértil e criativo, numa combinação que a América Latina aprendeu a consolidar. O passado miscigenado e pluri-racial de toda essa cultura não é apenas relicário, mas síntese e inventividade sobre todas as tradições que conformaram espaços.

Ribeiro (2001) utiliza também Gilberto Freyre, mas numa outra abordagem: na busca de igualdades entre padrões raciais e assimilações culturais que ligam o Brasil aos povos do Oriente. Chega à África ou à Índia e comprova o papel das colônias portuguesas como uma

---

<sup>10</sup> FREYRE, Gilberto. O 4º Centenário de La Paz. In: FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Unb, 2003, p. 116.

[...] necessidade inalienável de Portugal, pois sem elas o país poderia definhar e mesmo deixar de existir como se Portugal e os portugueses necessitassem se alimentar continuamente de gentes exóticas para garantir a continuidade de uma “essência nacional”.<sup>11</sup>

Afinidades ou instinto defensivo, as colônias portuguesas além do Brasil, como Goa na Índia, estabeleceram entre si esta cumplicidade entre povos, produtos de um mesmo colonizador lusitano, criando um outro tipo de intercâmbio, que avançou limites geográficos aparentemente intransponíveis pela distância. E que atraiu olhares mais cuidadosos de sua metrópole. “Vários personagens com experiência do Oriente foram encarregados da colonização e da administração do Brasil e, a partir dos finais do século XVII, começam a chegar à Índia vários jesuítas de naturalidade brasileira”.<sup>12</sup> Como o baiano Francisco de Souza, que ocupou cargos importantes na Companhia de Jesus, em Goa. Suas críticas em relação ao trabalho de outros jesuítas portugueses evidenciam uma abertura e uma aceitação brasileira muito maior em relação às diferenças raciais e culturais; “[...] um maior espaço cultural interno que sempre caracterizou e distinguiu o Brasil”.<sup>13</sup> Goa era considerada quase que uma outra Lisboa, enquanto imaginário e realização urbana, uma vice-capital do Império.

“A verdade, porém, é que o hispano, em geral, o português, em particular, projetaram sobre (sic) as terras tropicais que marcaram com sua presença ibérica e hispano-cristã uma imagem diferente das dos outros colonizadores europeus”.<sup>14</sup> Resultaram acontecimentos hispano-tropicais no geral, ao mesmo tempo situações luso-africanas em pequena escala. Tais decorrências não foram encontradas na África por outro modelo colonizador europeu, como aspectos tecnológicos ou educacionais, que, em seu aprimoramento, chegaram a superar aspectos de evolução espanhola ou portuguesa. Foram criadas formas simbióticas de arquitetura, modelos “euro-tropicais” de cultura, presentes na atuação dinâmica de tipos mestiços como o cubano, o filipino, o venezuelano, o goês ou o brasileiro.

<sup>11</sup> THOMAZ, Omar Ribeiro. O Luso-tropicalismo: paisagens, sentidos, identidades. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: O BRASIL E O SÉCULO XXI, DESAFIOS E PERSPECTIVAS, Recife, 2001. Disponível em: [http://www.tropiologia.org.br/conferencia/2001luso\\_tropicalismo.html](http://www.tropiologia.org.br/conferencia/2001luso_tropicalismo.html). Acesso em set. 2004, p. 9.

<sup>12</sup> SOUZA, Teotônio de. Brasil: inspirou os goeses ou assustou os portugueses? (1787-1835). In: FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 469.

<sup>13</sup> SOUZA, Teotônio de. *op. cit.*, p. 470.

<sup>14</sup> FREYRE, Gilberto. Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor. **Boletim Informativo**, Parte Cultural (Separata). Salvador, n. 114 - 115, maio/jun. 1966. Disponível em: <[http://prossiga.bvgf.fgf.org.Br/português/obra/opúsculos/Brasil\\_nação.htm](http://prossiga.bvgf.fgf.org.Br/português/obra/opúsculos/Brasil_nação.htm)>. Acesso em out. 2004, p. 9.

## 2.1. Portugal

Por volta do final do século XVI e início do XVII, as muralhas do medievo já não sustentavam apenas sua função de defesa e cercamento, sendo integradas na nova estrutura urbana de Portugal; em fins do século XVIII registrou-se que 70% das casas encontradas em Braga<sup>15</sup> situavam-se fora dos muros. Se ruas direitas, *rossios* e adros se portavam como espaços urbanos determinantes, a nova morfologia valorizava e punha em destaque a Praça. Esta não tinha a regularidade e a disposição simétrica de cidades espanholas – então trazidas para suas colônias na América - mas concentravam equipamentos e suas reinstalações, como o mercado, a Câmara, o pelourinho e a alfândega; além de novas instituições, como o hospital. Igrejas paroquiais entravam em cena, mas geralmente fora desses centros e como participantes de um processo renovador do patrimônio religioso já existente. O novo conceito de centralidade urbana chegou com a grande reforma de Lisboa, iniciada ainda em 1498, cuja documentação produzida deixou claro o novo tipo de arquitetura, possuidora de um programa de vocação cívica.

A Europa ainda trazia uma forte e consolidada expressão medieval que, nas artes e na arquitetura, denotavam peso e responsabilidade ao que se pode chamar tradição. Mais fácil era procurar novas cidades e territórios em lugares que tivessem o frescor da novidade, na expectativa de enriquecimento pela exploração do alheio. A malha urbana tentava ser, então, preservada, e a renovação, aos poucos em curso, acontecia primeira e principalmente no interior das igrejas. Os significados históricos do medievo precisavam ser vigiados para que situações dramáticas associadas à tradição fossem reutilizadas no novo presente que a Ibéria, dentro do contexto Europeu, via surgir.

Ora ela [a tradição] é responsabilizada pelo atraso material e cultural de Espanha e Portugal, ora transmuta-se em fonte de sentido para restaurações de corte nacional e identitário, ora é nela que se buscam as bases para programas de democratização das nações que nasceram em seu interior.<sup>16</sup>

O rei era peça importante nesse jogo de conquistas externas e internas, e quando seu poder absoluto dentro de Portugal se enfraquecia, a repartição do espaço e a autonomia de

<sup>15</sup> Dados coletados a partir do “Mappa das Ruas de Braga”, álbum datado de 1750, onde encontram-se desenhadas as casas de Braga a partir da organização das ruas; mencionado no estudo de Eduardo Pires. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Pires de. A Arquitectura Civil em Braga em 1750. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 15, p. 159 – 166, 1990/1992.

<sup>16</sup> BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na formação americana, 2000, p. 32

comunidades locais era uma possível consequência. Após o ensaio nas Ilhas da Madeira e dos Açores, nos primeiros anos do século XVI, as experiências de povoamento em novas terras descobertas não tiveram fim. As Ilhas foram o estilingue para que o norte da África fosse explorado, além do Oriente e do Brasil, levando ao último modelos administrativos e quadros próprios de controle. Esse avanço extra ibérico era uma maneira de reafirmar e finalmente incorporar não só as novas terras, mas o que de diferente e exótico estava no pacote dessas descobertas.

A mudança foi acontecendo aos poucos dentro do reino e os funcionários régios começaram a dominar aspectos como cartografia e aritmética, desenvolvendo e apurando mecanismos de controle de proporções numéricas, essenciais ao urbanismo, à engenharia militar e à arquitetura. Existiam novas premissas geopolíticas e econômicas a serem avaliadas, resultando na justa medida, racionalidade e estratégia, aspectos marcantes no urbanismo a partir de então. Valores arraigados e hábitos rotineiros foram sendo calmamente acrescentados pela lógica e por medidas que expressavam a técnica, registradas em cartas régias, provisões e regimentos que se baseavam num modelo formal, seguido ao longo dos setecentos. Por mais que os programas arquitetônicos buscassem aspectos sensíveis, também essenciais, a disciplina foi a principal característica na implantação e melhor localização de sítios ou partidos arquitetônicos.

Quando se estuda a “latinidade” traduzida na América e suas colônias, toca-se numa questão de pluralismos, ligados por uma rede de exemplos e dissociações dos séculos XVI, XVII e XVIII, diluídos em cidades como a própria Lisboa, Goa, Rio de Janeiro, Andaluzia, Arequipa ou Ibarra no Equador: cidades portuguesas, espanholas ou latino-americanas que impuseram sua cronologia própria, pormenores de intervenção e rearticulações novas. No caso especial de Portugal e sua Lisboa, com características rebatidas no Brasil, a escolha do sítio e organização urbana partiam da compreensão da topografia antes existente. O modo operacional era induzido pelas Cartas Régias de Fundação, mas não havia como impor um modelo rígido, pois muitas vilas já haviam selecionado e se organizado a partir de seus protagonistas, geralmente uma igreja, adequadamente posicionada naquele terreno; ou um elemento do próprio relevo, como os cursos d’água. Cidades faziam surgir outras cidades, e a dinâmica urbana era gerada por padres, frades, aventureiros, degredados, mercadores, etc.

Portugal ia adquirindo experiência com os descobrimentos, que aliada à militarização, o avanço territorial e o Império reconsolidado (após o domínio espanhol de 1640), fizeram surgir os funcionários do urbanismo. Foram criadas Academias de Fortificação, que eram os principais agentes do espaço português. Tinham uma formação prática, adotando os

ensinamentos dos tratados e manuais estrangeiros, além daqueles compostos pela própria escola. Ordem, simetria e formosura faziam parte de um método que integrava rigor geométrico e composição à topografia e paisagem. O raciocínio era treinado a partir do desenho, que transfigurava o método, conferindo ao traço um instrumento de flexibilidade. Foi então viável uma diversidade morfológica entre os núcleos urbanos, diferenciados e regionalmente peculiares. Entretanto, pontos comuns caracterizaram a política urbanizadora portuguesa, tão bem destacados no conteúdo da Exposição Universo Urbanístico Português<sup>17</sup>: a valorização de espaços públicos; relações de perspectiva em escala urbana e territorial; a diversidade topográfica de implantação; uma linguagem formal/arquitetônica rapidamente apreendida e unificada; e a relação com paisagens que utilizavam a água, devido à grande interface da vida urbana com o porto. As primeiras povoações, que serviram como base para as futuras, se compunham por feitorias, núcleos em torno das missões religiosas e postos militares.

Em Portugal do século XVI, elementos italianos renascentistas eram trazidos por viajantes, proprietários de moradias que gostavam de novidades, como as cúpulas em gomos ou a planta em “L”. Amaral (1981) nos lembra da Quinta das Torres, em Azeitão, perto de Setúbal. A planta já possuía um núcleo de planta simétrica, solução rara para a mentalidade medieval portuguesa, se aproximando mais de exemplos espanhóis, aplicados na América do mesmo século. As primeiras casas paulistas rurais estudadas pela autora possuem planta regular e geométrica em torno a um núcleo central, tipologia que só aparece em Portugal após o século XVIII.

Até este período, privilegiou-se em terras lusitanas a expressão arquitetônica monumentalizada por meio dos estilos gótico e o românico; o último, bastante influenciado por franceses e mouros, variando na rusticidade e grande escala. Aos poucos, o barroco foi ocupando o lugar nessas igrejas, através de seus estuques, mármore, talhas, estátuas, símbolos e signos religiosos, externando-se até preencher a cena urbana. “As colunas retorsas, apreendidas por Bernini nos monumentos árabes da península ibérica, penetraram em São Pedro de Roma e de lá foram copiadas pelo mundo inteiro”.<sup>18</sup> Menção às colunas salomônicas que se espalharam pelo interior dos templos em Portugal, e que podem ser consideradas como elemento de identificação da fase inicial do esplendor decorativo que foi trazido a Minas

---

<sup>17</sup> **EXPOSIÇÃO** Universo Urbanístico Português: 1415 a 1822. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Centro de Informação Urbana de Lisboa. (Exposição exibida no hall de entrada da Escola de Arquitetura da UFMG em Belo Horizonte no mês de dez. 2004), prancha: continuidades e rupturas.

<sup>18</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Capitania das Minas Gerais: origens e formação**. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Arte, 1965, p. 211.

Gerais, como o interior da Matriz de Antônio Dias e a Matriz do Pilar, ambas em Ouro Preto. A madeira era um elemento especialmente utilizado na talha, na região norte de Portugal (FIG. 1), ornamentando em diferentes tipos e colorações que objetivavam fixar o religiosismo exaltado. Nessa porção da metrópole, o barroco se formou mais autóctone, mais escuro, se comparado à região sul; encontrou algumas semelhanças na Espanha e na Alemanha, cuja repercussão em exemplos brasileiros é uma possível explicação. A região sul de Portugal foi influenciada pela Itália, França e também Alemanha, deixando como exclusividade a ornamentação dos azulejos, criando ambientes mais clássicos e claros.



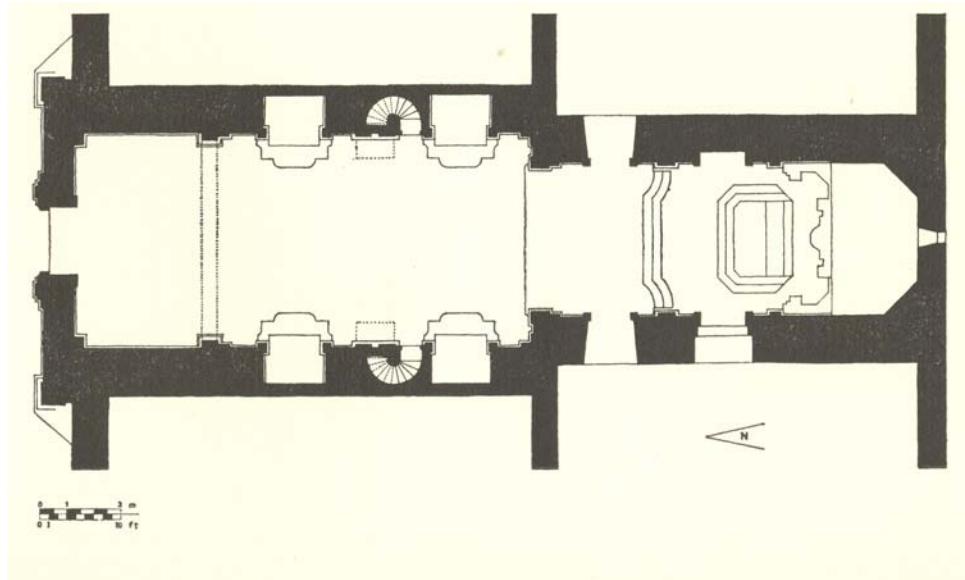
FIGURA 1 - Mapa da Espanha e Portugal no séc. XVI

Fonte: KUBLER, 1959, mapa XXVIII.

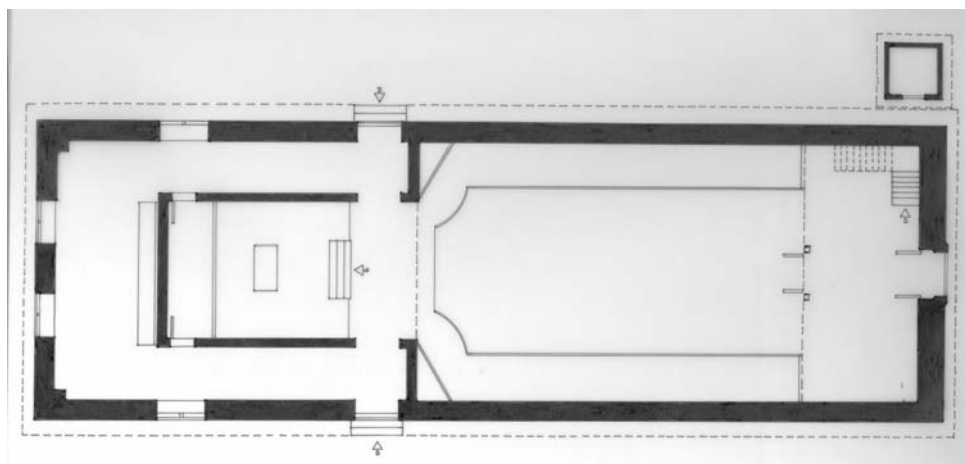
A área formada pela costa de Aveiro, Beira e Minho demonstram uma forte influência oriental nas fachadas de seus edifícios, telhados e detalhes decorativos; a arte ibérica se formou com muitas características do estilo *mudéjar*<sup>19</sup>, tanto na arquitetura religiosa como nas

<sup>19</sup> Os longos anos de convivência entre cristãos e muçulmanos no território espanhol deram origem a este tipo de arquitetura, que desde o século XII marcou as construções da Espanha e influenciou também Portugal, perdurando até o século XV. O estilo *mudéjar* é caracterizado pelo predomínio de elementos árabes, como arcos de ferradura ou médio ponto, colunas delgadas e ornamentação meticulosa, traços geométricos e entrelaçados em trabalhos na madeira, que cobriam cúpulas, forros e portas; além da azulejaria em Portugal e colônias como o México. Na Península Ibérica, é o estilo que caracteriza toda a obra de arte produzida por súditos maometanos, maometanos convertidos ou cristãos por estes educados, a tal ponto que excederam termos como “hispanoárabe” ou “mourisco”. Sobre seu desenvolvimento especialmente na Espanha, Cf. BEVAN, Bernard. **Historia de la arquitectura española**. Barcelona: Editorial Juventud, 1950.

casas de moradia. Nessa região mais interiorizada de Portugal, verifica-se a presença de várias pequenas capelas de planta centralizada, com naves de único salão (FIG.2), circulares ou poligonais, seguindo um estilo mais rústico e simplificado, matriz que se difundiu no Brasil (FIG. 3).



**FIGURA 2** - Igreja de Nossa Senhora da Esperança, no Porto (1746). Obra de Nicolau Nasoni, arquiteto português  
Fonte: SMITH, 1967, p. 115.



**FIGURA 3** - Planta da Matriz de Santana no distrito de Antônio Dias, município de Ouro Preto, Minas Gerais  
Fonte: IPHAN / 13ª Superintendência Regional – MG.

Nas igrejas, esse ponto de partida caminhava junto aos detalhes de aparência militar: as torres, como aquelas da guarda e observação, foram num primeiro momento suprimidas

para que o sino ganhasse destaque. Este era colocado em armações de madeira ou em suportes sobre a fachada, denotando à torre o símbolo de hierarquia que era próprio às igrejas matrizes. “Foi assim em tôda (sic) a fase românica, e o período gótico, em Portugal, não modificou êsse (sic) sistema”.<sup>20</sup> A fachada dos templos religiosos mostra rica variação e combinação de elementos, inclusive quanto ao uso da torre sineira, que modificou-se bastante conforme as singularidades ou as interferências sofridas em cada região. Na diferenciação de exemplos metropolitanos, igrejas como a Matriz de Elvas (FIG. 4), ou a Matriz de Vila Foz do Côa - séc. XVI – (FIG. 5) e Torre de Moncorvo - 1544 - (FIG. 6) apresentam os sinos posicionados centralmente, no local onde estaria o frontão das fachadas posteriores.



**FIGURA 4** - Igreja de N. Sra Assunção, Matriz de Elvas  
 Fonte: <http://www.azevedo.ca/20000521/0430.jpg>.  
 Acesso em abril 2005.



**FIGURA 5** - Matriz de Vila Foz do Côa  
 Fonte: <http://eurolista.clix.pt/sobrerodas/ptg/v-z/vilanovadefozcoa/vilanovadefozcoa.asp>  
 Acesso em abril 2005.

<sup>20</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Capitania das Minas Gerais: origens e formação**. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Arte, 1965, p. 205.



**FIGURA 6** - Igreja Matriz de Torre de Moncorvo em Portugal dedicada a Nossa Senhora de Assunção

Fonte:

<http://www.terraportugal.com/terraport/OQueVisitar/default.asp?cid=142967&pag=0>

Era inevitável que referências construtivas portuguesas fossem trazidas para a sua colônia, como a Igreja Rainha dos Anjos em Ponta Delgada (FIG. 7), que além de possuir uma torre sineira lateral à sua esquerda, possui uma pequena capela ao seu lado direito, que muito se assemelha às capelas dos Passos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais. Ou semelhanças com a Casa dos Contos em Ouro Preto, que nos remete prontamente à Casa de Câmara e Cadeia de Vila Praia de Vitória (FIG. 8) na região de Açores, do século XVI, esta última, com um aspecto diferenciado: a presença de uma torre lateral sineira e alpendre. Também similar ao exemplo mineiro é a Casa de Câmara e Cadeia de Pinhel.



**FIGURA 7** - Igreja de Rainha dos Anjos em Ponta Delgada, Portugal

Fonte: Acervo do IEPHA – MG.



**FIGURA 8** - Casa de Câmara e Cadeia de Vila Praia de Vitória  
Fonte: <http://www.minhaterre.com.pt> Acesso em fevereiro 2005.

A talha setecentista, convivendo com a azulejaria, mostrou o predomínio dos traços simples e austeros da arquitetura portuguesa na passagem do século XVI ao XVII, até o seu fim. Era preciso criar uma imagem que fosse símbolo da revolta anti-espanhola, procurando reorganização e a recolocação de Portugal dentro da Europa, mesmo que transmitindo uma idéia ilusória de sucesso, a partir das conquistas como metrópole. De uma fase inicial, fragmentada, que foi até fins do século XVII, os motivos decorativos foram inseridos em edifícios que já existiam, que como afirma Pereira (1986), caracterizam o período de experimentações para Portugal. Seus arquitetos barrocos expressavam sua linguagem muito mais pela decoração do que pela arquitetura. Os azulejos em azul e branco remetiam-se a influências holandesas, criando figuras que se movimentavam, quase sempre, com uma paisagem ao fundo; muitos eram os centros visuais que conduziam o espectador, principalmente no interior dos templos, nessa fase, bem marcados por traços militares.

Em meados do século XVIII as obras em Portugal não passaram por grandes avanços, mas trouxeram a tranqüilidade que definiu o período mercantilista próspero desse país: se reerguera depois de ter sido devastado por tropas franco-espanholas e após ter negligenciado seus investimentos em terra. Dispensando suas forças além-mar, Portugal conservava ainda sua ruralidade e a situação só começou a se modificar no reinado de D. João V (1706 a 1755). O Brasil tornou-se seu principal provedor, com o fornecimento de ouro e pedras preciosas, justificando a característica exploratória da Península Ibérica. Tal fato garantiu o equilíbrio econômico da metrópole, mesmo que temporário, já que iniciou um processo de dependência com a Inglaterra. A crise do país foi amenizada pela atuação de homens de negócios, os mercadores e contratadores que lidavam com o capital que financiava a Coroa. Estreitaram

relações em suas colônias e nas trocas com o Atlântico Sul e a Europa, cujas conseqüências foram motins e rebeliões que iam contra os representantes régios. Enquanto isso, a construção da Igreja de Santa Engrácia de Lisboa (edificada entre os séculos XVII e XX) mostrou a definição dada a enquadramentos naturais, alternando curvas côncavas e convexas num movimento contrário aos planos maneiristas que ainda prevaleciam. Usou-se um repertório clássico que definiu a hierarquia do poder instaurado, já que ultrapassava recursos do gosto popular. As plantas se tornaram mais centrais, filiando a arquitetura barroca portuguesa a uma linguagem cada vez mais internacionalizada, apesar de suas variantes regionais. Formas poligonais foram neste momento adotadas, apresentando regularidade ou não, com número de lados variável. Essa representação bidimensional, nos remete a exemplos trazidos a Minas, como os curiosos casos da Capela de São José em Minas Novas e a Capela de Nossa Senhora da Saúde, em Chapada do Norte. Não deixa de ser uma associação com a regularidade procurada na arquitetura militar, já que soluções ovais ou elípticas eram encontradas com mais freqüência na vizinha espanhola.

Aproximações com a arquitetura alemã evidenciaram-se, nesse período, pois eram inevitáveis os contatos políticos entre Portugal e Alemanha, devido ao casamento de D. João V com uma austríaca (1708): outra e atual possibilidade de estudos para pesquisas em Minas Gerais e seus traços barrocos impuros. Para além dos limites de Mafra identificou-se um período de afirmação do barroco português, mais seguro em suas experimentações formais, expressivo principalmente na malha periférica da cidade. O Convento de Santo Antônio em Mafra (1711) abre-se ao Ocidente iluminado pela luz vinda de seus materiais, deixando à mostra a integração da arquitetura portuguesa na corrente européia, marcado por influências romanas. A grande parte dos materiais utilizados foram importados, utilizando até a madeira brasileira, em meio a mármore e telas que definiram a mudança de gosto e propostas renovadoras de D. João V. A arquitetura afirmou-se como um instrumento de poder, enquanto força pública em tons festivos e persuasivos, símbolo da capacidade organizativa e absoluta do rei.

O Império Ultramarino Português já havia sofrido uma redução, principalmente no Oriente, devido às longas disputas de Portugal com as Províncias Unidas dos Países Baixos, ocorridas entre 1630-1654. Boas relações comerciais e artísticas com esses países ocorreram no período de união das duas coroas, principalmente com a região de Flandres, que ficou sob jugo espanhol até 1713: muitas igrejas portuguesas incorporaram a linguagem flamenga em volutas, pináculos e frontões.

D. João V. escolheu Roma como o modelo da sua atuação artística, e por isso teve tanta aceitação, lançando Maфра e Lisboa como pólos irradiadores do barroco, na medida em que tentava a projeção construtiva destes ao restante da Europa. Já o barroco da região norte do país transformou-se por meio de intervenções pontuais e a criação de fachadas cenográficas, muitas vezes transformadas a partir de estruturas antigas. O mesmo processo acontecera: a decoração começou se sobrepondo à arquitetura, quando no século XVIII criou-se a Junta das Obras Públicas do Porto, com novos planos urbanísticos que privilegiavam obras utilitárias. Essa era uma maneira de obter maior alcance e adesão popular para o projeto futuro de uma *res publica*. O Aqueduto das Águas Livres, obra em Lisboa de 1731-48, é um desses presentes ao urbanismo da capital, com seus méritos por ter rompido a monotonia da carga conservadora que ainda predominava.

As cidades eram pensadas como um todo, definindo projetos de planos radiocêntricos, praças simétricas e de diferentes formatos, como a praça triangular prevista para a cidade portuense, definindo novos rumos controlados desta arquitetura. Fontes germânicas se aliavam às diferenças de estilos, em que o peso da carga decorativa era amenizado pelas plantas poligonais ou elípticas. Em relação à atuação social desempenhada pelo comerciante, e seu ponto de venda caracterizado pela arquitetura civil do norte de Portugal, Braga pode fornecer uma boa idéia do que eram as moradias (FIG. 9): vistas externamente, essas casas possuíam até sete metros de largura, geralmente com três pavimentos em que o nível térreo se abria às ruas. Em fachadas mais largas havia uma coluna de pedra que sustentava vãos mais amplos, fechados com largas portas de madeira que permitiam boa entrada de luz para a loja comercial estabelecida no nível térreo. Na maioria dessas construções, os pisos superiores possuíam varandas e eram cobertos por gelsias, compostas por leves estruturas de madeira.



**FIGURA 9** - Largo de São Tiago em Guimarães, Portugal. Notar a homogeneidade em escala e proporção de portas, janelas e balcões  
Fonte: GUTKIND, 1964/72, 3 v, p. 31.

“Dentro da grande unidade barroca com o seu centro difusor em Roma, coexistiam na periferia do ocidente europeu diferenças de grau mas não antagonismos reais”.<sup>21</sup> Esse barroco tentava sobreviver em Portugal, um país tão centralizado que nenhuma outra força social ou política conseguia interferir. O terremoto de 1755 levou à reconstrução de Lisboa, que fugiu à regularidade das idéias do então Marques de Pombal - reinado de 1750 a 1777 - , expressivas nos exemplos religiosos. O gosto da Corte se opunha ao seu utilitarismo, apegando-se ao que restava ainda do barroco. A talha foi sendo progressivamente excluída, sendo rara e muitas vezes ausente nas grandes obras reais de finais do século XVIII.

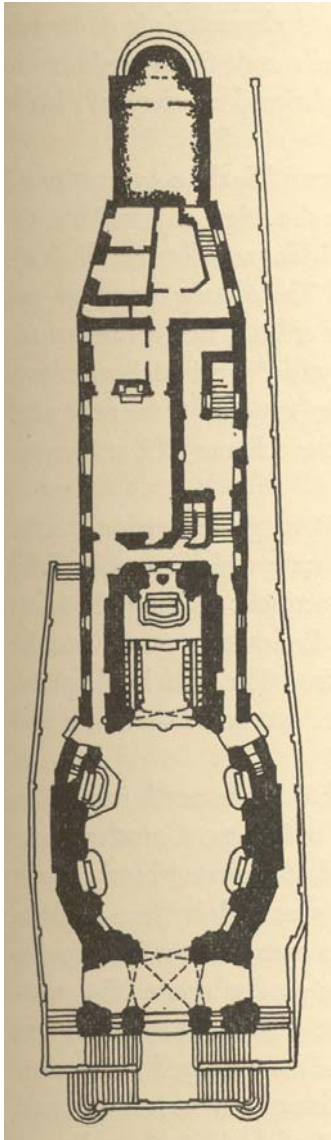
Um novo acesso se fez para a nobreza, que surgiu como um terceiro encomendador de obras, depois do rei e do clero. Perseguiam atitudes que voltavam o olhar para o ambiente natural, buscando áreas rurais para que janelas e varandas se abrissem. Esse interesse resgatou origens renascentistas, que nos remetem a vilas construídas fora da cidade, transmutadas em suas colônias através das casas de fazenda, resistentes como construções civis no Brasil até o século XVIII. A casa avarandada, geralmente com uma escadaria à frente, mostrava o valor da terra para a nobreza, com nítidas influências da arquitetura tradicional popular de Portugal. Paralelamente, cidades coloniais mais urbanizadas como a cosmopolita Ouro Preto expressavam maior comunicação com o ambiente público e as ruas, aumentando a proporção de cheios e vazios na evolução do seu casario.

Em meio aos acontecimentos ibéricos dos Séculos de Ouro - expressão usada por Barboza Filho (2000) para os séculos XV, XVI e XVII e sua estabilidade barroca conquistada no século XVIII – era preciso que Portugal apresentasse possibilidades próprias que valessem a independência conquistada da Espanha. O jeito manipulador maneirista precisava abrir espaço a atitudes mais flexíveis tanto arquitetônica quanto urbanisticamente, mesmo que supervisionadas por uma monarquia absoluta. A escolha de plantas poligonais aos templos sugeria uma maior participação e envolvimento espacial do espectador, que pela igreja era, então, indiretamente orientado. Esse movimento foi o que mais se explorou no barroco, em seus constantes antagonismos de claro e escuro, planos oferecidos e cantos escondidos, além do usual conflito entre o que era novidade e aquilo que tendia a se manter. Essa dinâmica se fazia sentir na volumetria dos templos; na absorção de detalhes estrangeiros e o reenvio dessas descobertas às suas colônias, confirmando a contemporaneidade dessas produções além-mar. Cada qual adquirindo sua autonomia, como a elipse encontrada em São Pedro dos Clérigos em Portugal - 1732-50 – (FIG. 10) e o seu desdobramento no templo que leva o

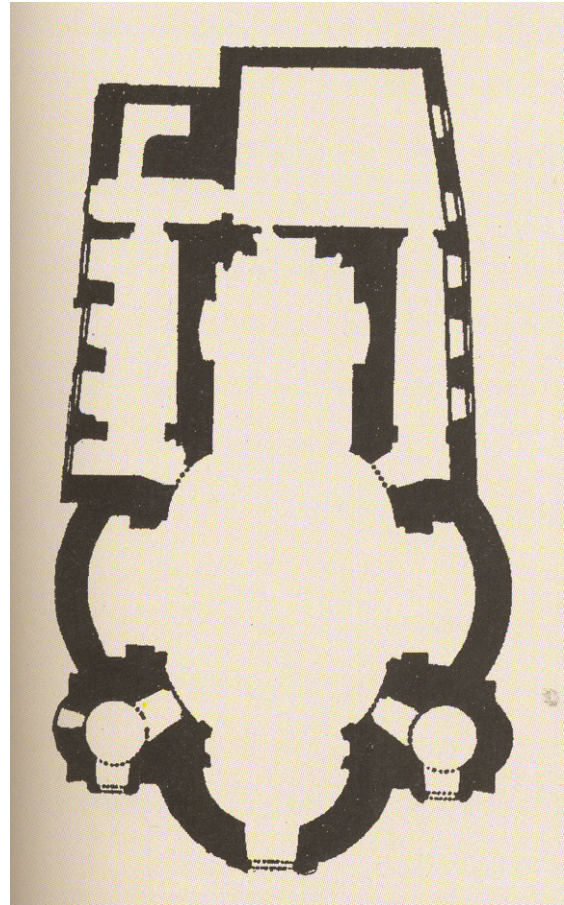
---

<sup>21</sup> PEREIRA, José Fernandes. **Arquitetura barroca em Portugal**. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986. v. 103, p. 134.

mesmo nome, construído na segunda metade do século XVIII em Mariana (FIG. 11), Minas Gerais. Exemplos cheios de especificidades regionais, com minúcias que conseguiram transformar uma mesma fonte ibérica. A planta elíptica representava a mudança, possibilidade de um outro eixo, descentrado, sem a exclusividade única de uma só referência. Plantas ovais eram mais utilizadas na Espanha, que já experimentava o deslocamento e a subversão a um só centro, a liberdade de arriscar novos pontos de simetria, e então a assimetria.



**FIGURA 10** - Planta de São Pedro dos Clérigos em Portugal  
Fonte: KUBLER, 1959, p. 113.



**FIGURA 11** - Planta de São Pedro dos Clérigos em Mariana, MG  
Fonte: OLIVEIRA, Myriam Andrade., 2001, p. 165.



**FIGURA 12** - Pousada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, cujo nome provém de uma Igreja vizinha. Está situada numa parte antiga da cidade, e tais edifícios foram residências reais, castelos, conventos, mosteiros ou mansões, que mantinham pátios centrais  
Fonte: VIDLER, 1992, p. 68.



**FIGURA 13** - Pousada dos Loios de Évora, em Portugal. Ocupa o lugar onde antigamente era um mosteiro do séc. XV. Arcos manuelinos do claustro, que muito nos lembram construções na América Latina, como os corredores no entorno dos pátios centrais de seus conventos  
Fonte: VIDLER, 1992, p. 69.

## 2.2. Espanha

A Espanha nasceu da união de Castela e Aragão, dois reinos que, juntos, incentivavam o desenvolvimento das formas absolutistas na Europa do século XVI, num processo contrário às formas de poder medievais. Apesar de suas diferenças, um privilegiando a nobreza e o outro as formas de administração via militar, foram hábeis matrizes governantes até que a descoberta do império americano desviasse a atenção para a riqueza proveniente da prata. Desde então, a vida econômica espanhola começou a girar em torno do mecanismo mantenedor desse metal, como as transações comerciais que eram feitas com o resto da Europa. O absolutismo cresceu, mas não internamente à própria Espanha, que se sentiu atrasada em relação aos seus vizinhos europeus justamente por não conseguir se manter centralizada administrativa e politicamente. O rei governava orientado por um tipo de direito que se subordinava aos Conselhos, estrutura que foi reforçada durante o período filipino (1578 a 1640).

As regras do direito eclesiástico acabaram se impondo, nos primeiros séculos de dominação na América Latina, na delimitação de nossos espaços comuns. Este direito veio orientado pelo Concílio de Trento, no espírito da contra-reforma que era universal, mas não podia conter as peculiaridades existentes. A Cúria Romana concedia aos monarcas ibéricos o padroado real, colocando o rei espanhol e o português como chefes de suas igrejas. A Espanha, para gerenciar suas colônias partindo desse pressuposto, elaborou uma legislação própria, codificada como Recompilação das leis dos reinos das Índias,<sup>22</sup> feita para vigorar em outro continente. Portugal agiu de outra maneira, igualando as instituições metrópole e colônia, utilizando a sua legislação em suas colônias de maneira automática, transferida, incluindo o Brasil.

A história da arquitetura espanhola se formou a partir de muitas assimilações e experiências que a tornou universal, ainda que cercada pelos limites da Península Ibérica. O renascimento reviveu o clássico, aliado ao gótico flamígero (assim chamado por elementos em forma de chamas) com características do estilo *mudéjar*. Quando influências italianas se aliaram ao gótico, os edifícios imitaram em suas fachadas externas os trabalhos dos *plateros*, caracterizando o estilo plateresco<sup>23</sup> de riquíssima decoração. Este bebeu também em influências *mudéjares*, já que estamos falando da passagem do século XV ao XVI, representando as transições na arquitetura que não se fazem abruptamente: é como se um estilo tivesse seus contornos esfumados, para se deixar invadir por outro. Utilizando a prata num primeiro e longo momento, e, logo depois, transferindo seu gosto para a cantaria, exemplos desse trabalho podem ser encontrados no altar-mór de alguns templos trazidos para as colônias espanholas da América Latina: são figuras em relevo que se desprendem do fundo, com motivos de folhagens e colunas bastante ornamentadas. Bevan (1950) chama essa fase da arquitetura como aquela anárquica, já que cada arquiteto utilizava esse estilo ao seu bel-prazer, aplicando-o a igrejas góticas, ou aos novos edifícios que pretendiam ser renascentistas. Assim é a fachada principal da Catedral de Salamanca, construída entre 1513 e 1531 (FIG. 14); ou a fachada da Catedral de Tomar, em Portugal (FIG. 15); ou São Estevão, também em

---

<sup>22</sup> Recopilación de leyes de los reynos de Indias (tradução da autora). Todos os demais títulos, termos ou citações em língua estrangeira que aparecem ao longo do corpo de texto, foram pela autora traduzidos; salvo indicação contrária.

<sup>23</sup> Este é um termo que data do século XVII, sendo de certa maneira pejorativo, ao transferir o nome de um importante período de trabalhos artísticos com a prata para a decoração arquitetônica. Caracteriza o trabalho feito em oratórios; cruzeiros que iam às solenes procissões; relicários e outros ornamentos sagrados da igreja, possíveis de serem confeccionados pelo acúmulo de metais trazidos da América. É um estilo pleno de adornos floridos e rebuscados que eram aplicados sobre os edifícios, desfigurando e escondendo as verdadeiras linhas estruturais destes. Sua evolução caracteriza e destaca o barroco andaluz e castelhano velho. A origem do termo deve estar ligada aos flamengos, alemães ou borgonheses que trabalharam em Burgo ou Toledo. Cf. BEVAN, Bernard. **Historia de la arquitectura española**. Barcelona: Editorial Juventud, 1950, capítulo XV.

Salamanca, finalizada em 1610. E na Matriz de São Pablo ou no Colégio de São Gregório, ambos exemplos em Valladolid, citados pelo autor para marcar o período em trânsito pelo qual passava a Espanha.



**FIGURA 14** – Detalhe da Catedral Nova de Salamanca

Fonte: [http://www.jorgetutor.com/spain/castillaleon/salamanca\\_provincia/salamanca/catedral\\_nueva/catedral\\_nueva9.htm](http://www.jorgetutor.com/spain/castillaleon/salamanca_provincia/salamanca/catedral_nueva/catedral_nueva9.htm) Acesso em abril 2005.



**FIGURA 15** - Catedral de Tomar em Portugal, uma das fachadas do Convento

Fonte: VIDLER, 1992, p. 26.

O contexto histórico do Mar Mediterrâneo nos séculos XVI e XVII foi decisivo: alguns impérios acirravam suas ambições nesse espaço, que era gerado pela civilização latina, grega e muçulmana. Mesmo com as novas terras da América, o Mediterrâneo ainda era palco de conflitos e transações econômicas, a grande via de tráfego de mercadorias e culturas. A Espanha conseguiu o predomínio de sua força através da vitória dos Habsburgos sobre os Balcãs; herança que desencadeou na sua estruturação política e religiosa nos setecentos, especialmente contra o lado oriental muçulmano, já que Granada fora reconquistada depois de dez anos de guerra contra os mouros.

Importante é o trabalho de Braudel (1983/84) quando posiciona a Espanha como o pivô do Ocidente, um forte império a ser temido pela Europa, na situação dinâmica em que se encontrava política e religiosamente. Com a anexação de Navarra em 1512 a Espanha adquire uma configuração muito próxima à atual; está com Portugal sob seu domínio (período que vai de 1580 a 1640) e o Tratado de Tordesilhas (1494) já definira sua posse em terras latino-americanas. Madrid é o pilar que sustenta a civilização latina, tão empenhada em resguardar justamente sua “latinidade”. Este conceito corre paralelamente à definição de Gilberto Freyre para o Brasil, e mais ainda à sua extensão para o domínio da arquitetura, almejada neste trabalho. Braudel (1983/84) desenvolve seu raciocínio considerando o diferencial entre os países do norte (Alemanha, Polônia, Hungria, Países Escandinavos, Inglaterra e Escócia) e a Península Ibérica e demais regiões ao sul. Banhadas pelo Mediterrâneo, essas fronteiras usaram de todo o seu potencial latino e cristão, então batizado como “latinidade”, para responder negativamente à Reforma Protestante. As idéias luteranas conseguiram pouquíssimos adeptos na Espanha ou na Itália, e geralmente eram pessoas estrangeiras, desvinculadas de suas raízes e laços ibéricos ou italianos.

A “latinidade” foi o impulso para que novas terras fossem conquistadas em seu nome, para tal utilizando a empresa jesuítica no assentamento do Novo Continente. A briga pelo Atlântico era com a Inglaterra protestante, um novo concorrente também comercial, para se ter cuidado nos séculos XVI e XVII. A civilização grega não havia concordado em se unir à Igreja Latina, continuando a história hostil que desunira ortodoxos e latinos um século antes. Dessa maneira, conseguiam-se separar três grupos mediterrânicos: os latinos, o Islão e o mundo grego, segundo as subcivilizações denominadas por Braudel. Em compensação, o Mediterrâneo possuía essa capacidade de conectar as civilizações, fosse pelas desavenças ou pelas coerências, reunindo o cosmopolitismo das raças mediterrânicas:

Toda a mistura supõe a diversidade dos elementos. A variedade prova que nem tudo se fundiu numa única massa; que restam elementos distintos, que se encontram isolados, reconhecíveis, quando nos afastamos dos grandes centros em que eles se misturam com prazer.<sup>24</sup>

Quanto à vivacidade dessas civilizações e sua capacidade de exportarem bens, homens e maneiras de pensar, o autor realça o principal personagem dos quinhentos, ponto de partida para o estudo da produção arquitetônica religiosa mineira:

No século XVI, existe uma civilização latina (não digo somente cristã), a mais resistente de todas as civilizações em conflito com o mar: radiosa, avança através do espaço mediterrâneo e, para além, em direção às profundezas da Europa, do Atlântico e o Ultramar Ibérico.<sup>25</sup>

A representação da religiosidade cristã na arquitetura é o que pode ser considerado a sua “latinidade”, encontrada não apenas nos países ibéricos e na Europa como também na América Latina e no Brasil. Nesse ponto, o conceito de Gilberto Freyre corre paralelamente, procurando a homogeneidade entre os povos da América Latina que se desdobra nas várias representações cotidianas da arte, sociedade, cultura e manifestações religiosas. A origem ibérica, a mesma de Braudel, se evidencia como uma cápsula apenas, apesar de seus vários componentes católico, latino, grego, mediterrâneo, espanhol ou português. Nesse momento a arquitetura expõe, a partir do barroco, vastas possibilidades de manifestações que são a coesão de diferentes partidos e interferências, encarregados ao longo da trajetória ibérica de estabelecer-se no velho e Novo Continente.

A partir da segunda metade do século XVI, formas romanas e elementos clássicos foram utilizados por Juan de Herrera, arquiteto que deu nome a um estilo<sup>26</sup> responsável pela transição para o barroco, cuja obra expressiva foi o Monastério de São Lorenzo de Escorial (FIG. 16). O maior exemplo da arquitetura civil espanhola, condicionado às exigências de Felipe II: uma combinação de mosteiro, igreja, panteão e residência real. Compunha-se por um rígido conjunto arquitetônico, com formas grandiosas que impunham monumentalidade à obra que funcionaria como um mausoléu dos Habsburgos e um lugar de retiro para o rei. As

<sup>24</sup> BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. Lisboa: Martins Fontes, 1983/84. v. 2, p. 126.

<sup>25</sup> BRAUDEL, Fernand. *op. cit.*, p. 126.

<sup>26</sup> Segundo Bevan, foram três as fases que se sobrepuseram e que caracterizaram o renascimento italiano na Espanha: a primeira fase, o plateresco, sobreviveu de 1500 a 1570; a Segunda, clássica, vai de 1526 até aproximadamente 1590 e a terceira, caracterizada pelo estilo herreriano, compreende o período entre 1560 e os primeiros anos do século XVII. Em toda a Espanha apareceram igrejas, torres, palácios e *Ayuntamientos*; prédios que devem seu caráter frio e acadêmico aos princípios herrerianos. Cf. BEVAN, Bernard. **Historia de la arquitectura española**. Barcelona: Editorial Juventud, 1950, capítulo XVII.

torres terminais não avançavam, as janelas se repetiam com rigor geométrico e eram bem limpas: sem molduras ou cornija. A parte de convento era privilegiada e, para se acessar a Igreja, era necessário atravessar um grande pátio. O Escorial comportava-se como um laboratório de arquitetura para o século XVII, caracterizando o barroco madrilenho contrário à profusão de ornamentos e de rígida sobriedade; punha fim ao plateresco assim como Felipe II acabava com a Reforma. “Da mesma maneira que o barroco ornamentado expressa o lado emocional da fé – e ambos, barroco e Escorial, cresceram como uma reação frente à Reforma Protestante -, o Escorial exalta a solenidade da fé”.<sup>27</sup> Os ornatos permitidos eram os grandes pináculos em formas de pirâmides, sendo esta uma marca registrada em toda a obra herreriana. A Catedral de Valladolid os possui, já que foi obra iniciada por Herrera em 1585 e prosseguida por Alberto Churriguera<sup>28</sup>.



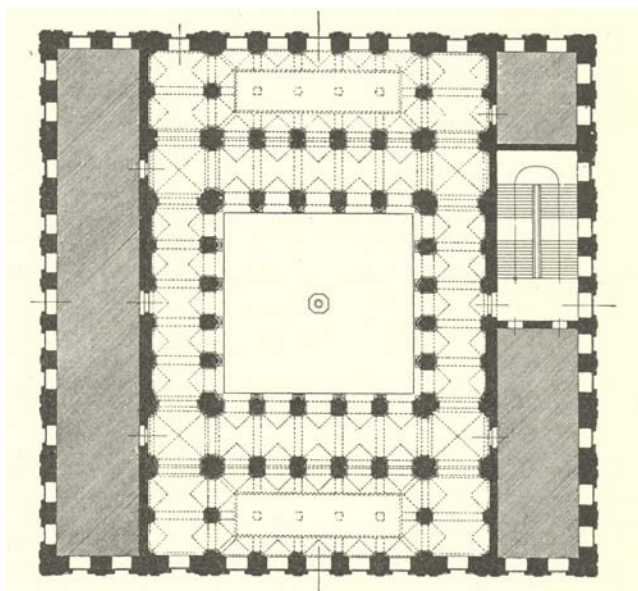
**FIGURA 16** - Monastério do Escorial na Espanha. Fachada Meridional  
Fonte: GOITIA, 1947/54, p. 365.

<sup>27</sup> “Lo mismo que el barroco florido expresa el lado emocional de la fe – y ambos, barroco y Escorial, crecieron como una reacción frente a la Reforma -, El Escorial exalta la solemnidad de la fe”. BEVAN, Bernard. **Historia de la arquitectura española**, 1950, p. 231.

<sup>28</sup> Churriguera foi o nome de uma família de artistas e arquitetos que muito produziu na Espanha, principalmente em Salamanca, dando nome ao estilo churrigueresco que se opunha à postura fria e correta do classicismo. Num espaço de cinquenta anos, a transformaram numa “cidade churrigueresca”, destacando nomes como José de Churriguera, na profusão ao que foi construído no período barroco espanhol, em meados do século XVII. Era um estilo impulsivo, repleto de extravagâncias na decoração e na torção de elementos, como as colunas salomônicas que foram neste momento amplamente utilizadas. México foi a colônia espanhola que mais experimentou a transferência desse estilo para suas construções. Cf. BEVAN, Bernard. *op. cit.*, Capítulo XVIII.

A urbanização de Madrid se reduziu praticamente ao projeto e construção de sua Praça Maior, durante o reinado de Felipe II. O barroco madrilenho adquiriu características definidoras neste período, buscando formas novas e descobertas a partir dos próprios recursos oferecidos pelos materiais. Apareceram paredes de tijolo à vista e enquadramento de vãos em granito, causando efeitos de plasticidade e cromatismo. Essa foi uma tipologia adotada para as edificações sede do poder municipal, modelo derivado da sede da prefeitura<sup>29</sup> de Toledo, concebido como o lugar de escritórios e serviços da cidade, local de reunião do Conselho Governamental e ainda onde se realizavam as festas populares. A mesma concepção que se encontra nestes edifícios de Madrid e Leon.

Vale mencionar que ao final do século XVI, o apreço por modelos do renascimento italiano não fez com que o gótico desaparecesse na Espanha, mantendo ainda a igreja de planta em salão, com a nave maior e naves colaterais de mesma altura. Inicialmente, em Aragão, logo depois em Castilha, este tipo de planta supõe derivações de templos alemães (*Hallenkizchen*); ou dos salões<sup>30</sup> (FIG. 17) que eram construídos para as trocas comerciais do Mediterrâneo, como aqueles em Catalunha ou Valencia, de finais do século XV.

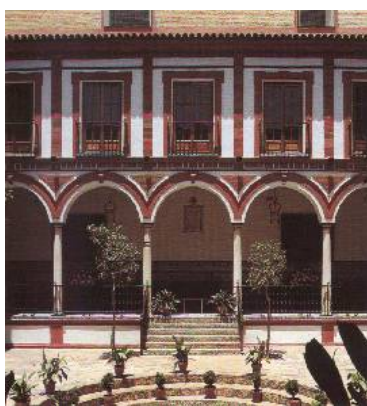


**FIGURA 17** - Planta da *lonja* de Sevilha  
 Fonte: GOITIA, 1947/54, p. 377.

<sup>29</sup> “Ayuntamiento” de Toledo, como eram chamados os prédios que representavam as sedes do poder local ou das câmaras municipais.

<sup>30</sup> Estes salões, conhecidos como “lonjas”, eram de uma precisão e simetria que muito se assemelhavam a exemplos renascentistas. A Lonja de Sevilha que é hoje o Arquivo Geral das Índias, foi construído de 1583 a 1598, sendo uma construção quadrada que, pela repetição de formas em planta, obedece a princípios modulares, características mais próximas às construções civis e religiosas espanholas. Cf. AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: Nobel; USP, 1981, cap. II.

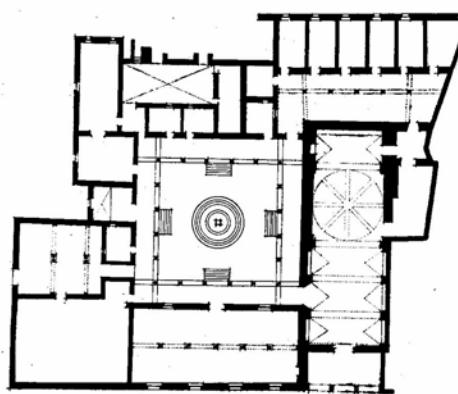
Andaluzia desenvolveu uma arquitetura bem diferente de Castilha, caracterizando seu barroco como espontâneo e original, uma espécie de maneirismo andaluz, que se antecipa no século XVI e caminha predominando sobre as cidades brancas até o século XVIII. O Hospital dos Veneráveis Sacerdotes em Sevilha (FIG 18 e 19), fundado em 1675, revela a habilidade com que eram utilizados os materiais, como as combinações brancas da cal e os contrastantes tijolos vermelhos que, em alguns momentos, eram imitados por meio da pintura. O Convento de São Paulo da Ordem dos Predicadores é outro exemplo em que a profusão de detalhes se expressa pela pintura em grande escala.



**FIGURA 18** - Pátio do Hospital dos Veneráveis Sacerdotes de Sevilha

Fonte:

<http://www.barrioSantacruz.com/monumentos/hospital.htm>. Acesso em abril 2005.



**FIGURA 19** - Planta do Hospital dos Veneráveis Sacerdotes em Sevilha. Um pátio mourisco como centro da composição, com o saguão posicionado de um lado e a igreja do outro

Fonte: GOITIA, 1947, p. 65.

Écija é uma cidade ao leste de Sevilha que se formou como um território independente, sendo um foco artístico de personalidade própria; outras cidades assim o fizeram dentro de seu ambiente regional, como Jerez de la Frontera em Cádiz. Mais uma vez verificou-se a maleabilidade no uso do tijolo, destacando a dominação vertical que as altas torres causavam sobre a brancura de suas construções mais baixas. Vários profissionais se uniram na elaboração do conjunto barroco dessa região, como marmoristas e engessadores, que pareceram ter trabalhado em conjunto, como a Igreja das Carmelitas Descalças (1763/66). Aparecem trabalhos de gesso em alto-relevo e estípites que se combinam a molduras, explorando com mais ênfase a espacialidade de certas partes da Igreja.

Felipe II, ao substituir Carlos V no final do século XVI firmou uma luta expressiva contra o protestantismo e a reestruturação cristã de seu reino, estendida a toda a Península Ibérica, especialmente no período em que teve a posse de Portugal. Proibia o intercâmbio que

estabelecia o contato perigoso com povos estrangeiros, num momento em que as ambições territorialistas e a prata proveniente do Atlântico não precisava de concorrentes.<sup>31</sup> Os espanhóis não gostavam de entregar cargos públicos a quem não fosse da Espanha, especialmente para aqueles que viajavam às suas colônias na América Latina. Clandestinamente, trocas comerciais e contratos de conveniências políticas e econômicas aconteciam em toda a Ibéria. Até o sistema de divisão territorial e administrativo conhecido como intendências, que funcionava com êxito na França, foi levado com os Bourbons para a Espanha e, posteriormente, aplicado na América. Os flamengos marcaram presença na Espanha quando o príncipe Carlos deixa Flandres para ocupar o governo espanhol, em 1516. Com sua chegada, o comércio de lã entre Burgos (parte norte da Espanha) e Flandres se acentuou, sendo que tais mercadores ocuparam posições importantes nos portos de Sevilha e Cadiz, importantes rotas com as Índias. Desde o século XV muitos artistas e arquitetos estrangeiros - franceses e flamengos principalmente - chegaram pelo norte da Espanha, e vários deles espanholizaram seus nomes para serem aceitos. O movimento expansionista, toda essa dinâmica obsessiva em busca de novos espaços em tempos de avanço, é condizente com a postura do barroco na Espanha. A busca por uma afirmação católica precisava ser enérgica, sedutora e imposta de alguma maneira, na qual a arquitetura e o urbanismo fossem ferramentas para a dissimulação de um catolicismo mais forte.

O barroco na Espanha funcionou como uma abertura, ou mesmo uma extravagância, no caminho traçado entre a seriedade do trabalho de Herrera e o academicismo trazido pelo neoclássico. Foi considerado uma ousadia sobre as leis clássicas, pois nunca se havia usado tantas curvas e contra-curvas, frontões partidos e colunas torsas, de maneira tão intensa e com

---

<sup>31</sup> Uma citação do Código Philippino (anunciado pelo Alvará de 5 de junho de 1595) em relação aos estrangeiros considerados uma ameaça às Potências Cristãs, especialmente Portugal e Espanha, pois era bem expressiva a presença de turcos no Mediterrâneo: “Mandamos que os Ciganos, assi homens como mulheres, nem outras pessoas, de qualquer Nação que sejam, que com elles andarem, não entrem em nossos Reinos e Senhorios. E entrando, sejam presos e açoutados com baração e pregão. / E feita nelles a dita execução, lhes seja assinado termo conveniente, em que se saiam fora delles. / E não se saindo dentro do dito termo, ou tornando outra vez entrar nelles, sejam outra vez açoutados, e percão o movel que tiverem, e lhes fôr achado, ametade para quem os accusar, e a outra para a Misericórdia do lugar, onde forem presos; e sendo algumas das ditas pessoas, que com os Ciganos andarem, naturaes destes Reinos, não serão lançados delles, mas serão além das sobreditas penas degradados dous annos para Africa. / 1. E sendo achadas em nossos Reinos pessoas, que nos trajos, lingoa e modo pareçam Armenios, Gregos, Arabios, Persas, ou de outras Nações sujeitas ao Turco sejam presos, até constar de suas pessoas, e da causa de sua vinda, e negocio que vem tratar, e por quanto tempo. (...) / 2. É os Christãos novos, Mouriscos, naturaes do Reyno de Granada, e os que delles descenderem, assi homens como mulheres, que livres forem, em nenhum tempo poderão entrar neste Reyno de Portugal, nem viver nelle com suas familias, nem sem ellas; e os que o contrario fizerem, serão presos, e degradados para as Galés para sempre, e perderão todos seus bens para nosso Fisco: as quaes penas executarão os Corregedores da Corte e da Relação do Porto, e os Corregedores das Comarcas, sem appellação, nem agravo. (...) Livro V, Título LXIX, Que não entrem no Reino Ciganos, Armenios, Arabios, Persas, nem Mouriscos de Granada. MENDES, Candido. **Código philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal**. 14. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1870, p. 1217.

tantos contrastes. O título de “confuso” que a história confere ao barroco provém da fase anárquica que marca as artes e a arquitetura no fim do século XVII e início do século XVIII, se diferenciando do rigor encontrado antes e resgatado após esse período. São encontrados entablamentos curvos, frontões que se repetem em miniaturas, jarros de flores, colunas estriadas e as peculiares colunas piramidais invertidas, as estípites, usadas sem um critério rigidamente definido, à mercê da preferência do arquiteto.

A influência dos árabes e das demais culturas islamizadas da África Setentrional (a dos herberes, por exemplo) sobre os povos da Península Ibérica contribuiu para que o florescimento cultural espanhol estivesse intimamente relacionado com a cultura muçulmana<sup>32</sup>. O trabalho do mouro era explorado pelo português, que também usou o negro da África no início do século XV. Não somente na Espanha, como em Portugal, a civilização mourisca deixou marcas nas artes e na arquitetura que foram inevitavelmente transportadas para suas colônias e nelas reinterpretadas. O intercâmbio era tanto que a Lisboa do século XVI possuía lojas cheias de temperos orientais vindos da Índia, sedas da China e sobrados com gelosias e chaminés *mudéjares*. Estêvão Pinto (1975) cita em seu artigo a presença da gente arabizada que emigrava para o Brasil, da “Extremadura espanhola, da Andaluzia, do Alentejo, do Algarves. A plebe moçárabe dos ferreiros, dos sapateiros, dos pedreiros, dos carpinteiros”.<sup>33</sup>

Os moçárabes eram os cristãos arabizados da Espanha e o resultado dessa fusão podia ser encontrado nos espaços conjugados e complementares entre si, ditados pelo efeito da perspectiva. O Ocidente buscou esse efeito do ponto de fuga e, mais tarde com o barroco, a movimentação das partes do edifício, que precisava ser percorrido para sua eficiente apreensão. A interferência do espaço mourisco se fez pela ofuscação do olhar, produzido por todo o conteúdo da decoração muçulmana. Sua riqueza e sentido progressivo induziam a visão para muitos pontos e visadas, a saltos no olhar que impediam a compreensão do todo e a noção de continuidade. O uso de arcos sobre colunas foi bastante propagado na Andaluzia renascentista e barroca, que como nos informa Goitia (1947), criou a “ordem andaluz”,

---

<sup>32</sup> A Espanha dos Séculos de Ouro é fruto de uma história que vem de séculos anteriores de conflitos não só de religiões, mas especialmente de civilizações: “A Espanha muçulmana, no tempo de sua maior extensão, só manteve sob seu domínio uma parte da Península: as costas mediterrânicas, a Andaluzia, o vale do Tejo, o vale do Ebro, o Sul e o centro de Portugal. [...] Foi com lentidão que os reinos cristãos tomaram posse dos vales povoados de Aragão, de Valência, de Múrcia, de Andaluzia. Saragoça é tomada em 1118, Córdoba em 1236, Valência em 1238, Sevilha em 1248, Granada apenas em 1492. Séculos separaram as etapas sucessivas de Reconquista”. BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. Lisboa: Martins Fontes, 1983/84. v. 2, p. 145-146.

<sup>33</sup> PINTO, Estêvão. Muxarabis e balcões: ensaios sobre esses antigos elementos arquitetônicos nos quais se poderão ver traços da influência mourisca. In: TELLES, Augusto C. da Silva. **Arquitetura civil II**. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1975, pág. 51.

baseada na repetição e divisão de medidas. Em Alhambra, muitos são os exemplos em que esses jogos entre colunas, aliados a efeitos de luz, conseguiram criar ambientes quase lúdicos, cada vez mais descontínuos e dinâmicos. Os espaços que se mantiveram até os dias atuais são fracionados em pátios que se dividem em mais de dois, nem sempre dispostos por razões estruturais, e sim pela estética da geometria ornamentada. O espaço fragmentado é marca da arquitetura espanhola, com a autonomia e individualidade de elementos que existem pela harmonização da forma ou da volumetria em si mesma. “A mesma direção se transforma em muitas, e a linha reta, em linha quebrada. A sucessão de espaços se verifica, dessa maneira, por saltos e conexões ortogonais”.<sup>34</sup> É o fator surpresa na arquitetura, o inesperado que muda o ritmo com que se percebe o edifício, características tangentes ao barroco e que mais tarde se transferem para a compartimentação de portadas, principalmente em algumas antecapelas.

Existem palácios árabes que possuem plantas parecidas com as espanholas (como Balkuwara e o El Escorial). Há uma simetria que, apesar de não ser percebida, é determinante de espaços abertos, como os pátios que são peças articuladoras de todo o edifício. Já a volumetria das construções é bem simplificada e geometrizada, embora cheia de variações de conjunto e interpenetração entre os volumes; os mesmos que foram primeiramente aproveitados em tipologias militares. As obras mouriscas são admiráveis pelo destaque das torres cúbicas que brotam na paisagem; ou limites externos de formas que se definem pela complexidade de seu interior. A arquitetura *mudéjar* muito se aproveitou da humildade desses volumes. Ora o cubo, ora a pirâmide, o resultado foi a abstrata e leve harmonia entre retângulos e triângulos, característica frisada no trabalho de Goitia (1947). Formas poliédricas ainda se destacam em cidades como Granada, onde não se avistam cúpulas redondas, mas muitas torres que eram responsáveis pela identificação de uma cidade ou determinada aldeia do passado. As bases poderiam ser cubos ou octógonos, em composições que buscavam diferentes percepções a partir de jogos de luz.

As proporções da arquitetura espanhola não procuravam ser esbeltas, muito pelo contrário: surgiam também a partir de bases quadradas, circulares ou mesmo em forma de triângulos, o que fez predominar uma arquitetura mais horizontalizada. Nos arcos de médio ponto das portadas platerescas e barrocas, a altura foi sempre menor, na tentativa de se criar uma proporção mais achatada. Nesse momento, Herrera ganhou ao buscar o equilíbrio em

---

<sup>34</sup> “La dirección única se transforma en múltiple, y la línea recta, en quebrada. La sucesión de espacios se verifica, por lo tanto, por saltos y por conexiones ortogonales, aescuadra”. GOITIA, Fernando Chueca. **Invariantes castizos de la arquitectura española**. Madrid: Editorial Dossat, 1947, p. 42.

suas obras, entre a esbeltez trazida pelos italianos e a quadralidade espanhola: representava sutilmente a solidez do poder real.

A decoração hispanomuçulmana seguiu a ordenação e a rígida disciplina geométrica, se contendo nos enquadramentos; apesar de toda a profusão de detalhes, as decorações mouriscas e *mudéjares* obedeceram a esse esquema decorativo, de certa maneira presa aos planos que estavam subordinados aos ângulos retos. Assim, as torres *mudéjares* estavam associadas aos trabalhos em ladrilho, mosaicos que permitiam uma maior variação de cores e desenhos, explorando com maestria o pouco relevo e a limpeza das formas.

O arco de médio ponto ou de ferradura é o elemento que mais torna reconhecível a arquitetura muçulmana aplicada na Espanha. Esta já não é considerada um elemento externo ou importado, mas sim uma manifestação artística autêntica, tão espanhola quanto o plateresco, traduzida por aqueles nascidos na própria Espanha. A chamada decoração suspensa, termo defendido por Goitia (1947), caracteriza a preferência espanhola na decoração de partes altas de portadas em templos e palácios, um desdobramento da decoração de mesquitas em Córdoba.

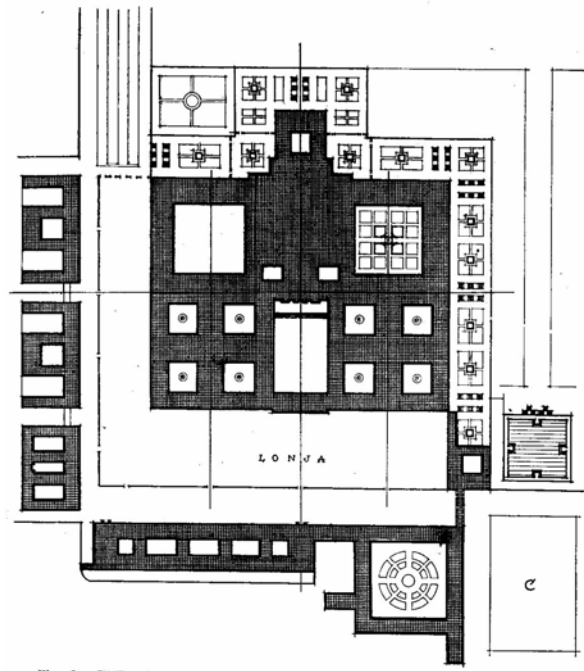
Muitos conventos foram fundados a partir de conquistas em cidades hispanomuçulmanas; eram pequenas cidadelas dentro de outras, interferindo às vezes no desenvolvimento natural da cidade. “Deste processo surgiu a cidade tipicamente espanhola, que podemos chamar de cidade-convento, em contraposição à cidade-palácio do barroco europeu que aqui tentaram implantar os Bourbons”.<sup>35</sup> A Praça Maior não deixa de ser uma derivação da estética urbanística existente na tipologia dos conventos; a origem dessa espacialidade introspectiva vem do claustro, sentimento de intimidade trazido pelos muçulmanos. Esta regulação através dos pátios pode ser vista no próprio exemplo do Escorial (FIG. 20), cuja planta conjuga uma série de praças e enquadramentos que demonstram a vontade de se reter os espaços. Aliados a jardins e átrios, existem deslocamentos em plantas que criam locais cercados, indispensáveis para a compreensão do todo, com suas simetrias e sólidas geometrizações.

Quanto à arquitetura civil, foram vários os cortiços e fazendas andaluzes que articularam habilmente os espaços abertos. O costume de se quebrar esquinas ou linhas que sugeririam continuidade foi bem constante nas urbanizações das cidades espanholas (FIG. 21). Dessa maneira, as perspectivas não se estendem de maneira infinita, pois o ângulo ou a

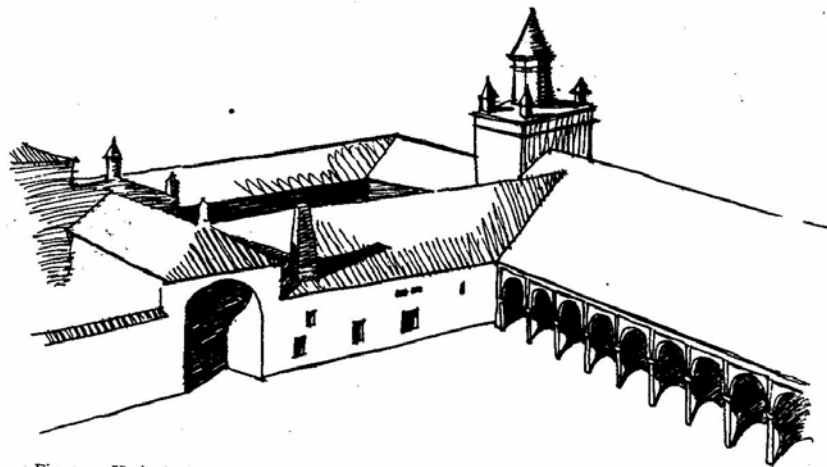
---

<sup>35</sup> “De este proceso surgió la ciudade típicamente española, que bien podemos llamar ciudad-convento, en contraposición a la ciudad-palacio del barroco europeo que aquí intentaron implantar los Borbones”. GOITIA, Fernando Chueca. **Invariantes castizos de la arquitectura española**. Madrid: Editorial Dossat, 1947, p. 60.

aresta criada por um prédio serviam para encravar e destacar um monumento ou fachada qualquer, que só o percorrer pela rua causariam sua notabilidade. A unidade é, então, indispensável para que se entenda o dinamismo do barroco, articulador de volumes que são elementos orgânicos em movimento, dentro da cidade. O conceito desse espaço em marcha foi aquele que o mundo ocidental moderno acabou utilizando como premissa para se desligar das tradições, mesmo que a passos lentos.



**FIGURA 20** - Planta do Escorial. Conjunto planimétrico do Monastério e anexos. Tendência ao espaço cercado e o enquadramento angular dos espaços externos. Notar a proporção quadrada dos pátios  
Fonte: GOITIA, 1947, p. 63.



**FIGURA 21** - Esquema de Fazenda em Torrequemada, em Sevilha. As construções se comportam como os brancos limites dos grandes pátios e corredores, dispostos proporcionalmente por um simples volume  
Fonte: GOITIA, 1947, p. 67.

As casas com corredores laterais (FIG. 22 e 23), muito encontradas nos países de colonização espanhola da América Latina e em algumas casas rurais do Brasil, e também em raros exemplos em Minas Gerais, são frutos da maneira de construir espanhola, como observa Amaral (1981):

Na Espanha, nessa ordem de idéias, em cidades, ruas de casas com galerias são visíveis em Escalona (Toledo), Turegano (Segovia), Aguilar de Campor (Palencia), e Medina de Rioseco (Valladolid). E, aliás, galerias com colunas de madeira, chanfradas nos cantos na altura próxima do capitel (como entre nós se veria) existem também em Tembleque, Toledo, na Plaza Mayor, e em Granada. Em Portugal, esse tipo de galeria é bem típico em Évora, curiosamente próxima à Espanha, embora não em madeira.<sup>36</sup>



**FIGURA 22** - Centro histórico de Vigo, localidade de Berbés, na Espanha, sec. XVI  
 Fonte: <http://www.arrakis.es/~rojea/cvellog.htm>. Acesso em fev. 2005.



**FIGURA 23** - Grupo de moradias popular situadas na entrada de Castrojeriz, região de Burgos. As colunas em pedra devem ter procedência de outra obra demolida  
 Fonte: FLORES LÓPEZ, 1973, v.3, p. 133.

<sup>36</sup> AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: Nobel; USP, 1981, p. 25.

Seu estudo para a região paulista parte de uma origem comum espanhola, a “tradição-informação”<sup>37</sup> importada e manipulada aqui no Brasil. A casa rural com esse partido, como ocorre em São Paulo nos séculos XVII e XVIII principalmente, nos chega a partir da Espanha (região de Andaluzia) ou colônias espanholas, e não via Portugal. Mediante um levantamento feito em terras portuguesas dos diversos tipos de morada rural do século XVII, é inexistente a massa cúbica quadrada ou retangular de suas construções. A planta simétrica e quadrada só surge a partir do século XVIII no Porto; as plantas retangulares com varanda serão mais comuns, representando os solares.

Ainda é campo aberto para suposições a autoria da “primeira” casa, ou sobre a vinda de arquitetos que poderiam ter realizado o modelo que seria depois repetido em várias versões posteriores (até o seu abastecimento, quando levada até Minas no século seguinte) com maior ou menor nobreza, ou com maior sabor popular nos arredores da Vila de São Paulo.<sup>38</sup>

Os corredores laterais dessas casas podem ter origem em princípios paladianos<sup>39</sup> que eram muito utilizados na Espanha do século XVI, ao contrário de Portugal. As construções rurais tinham um acúmulo de funções, pois abrigavam também capelas e oficinas, constituindo centros comunais. Por trás dessa tipologia havia a idéia da praça e seu referencial para os povoados, que preencheriam o maior número de atividades, mesmo que provisórias, para aquele núcleo.

Durante muito tempo, os cristãos prosseguiram com o costume muçulmano de cuidar muito mais do interior de suas casas do que das fachadas, privilegiando a luz que entrava pelos pátios, jardins ou corredores. As próprias Ordenações de Sevilha, que foram recompiladas em 1527, tratam de três tipologias de casas que sugerem a constante presença do pátio, elemento articulador do posicionamento dos demais cômodos. As moradias eram

<sup>37</sup> Termo utilizado por Aracy Amaral, referindo-se àquelas informações arquitetônicas que vieram diretamente da Espanha, como parte de sua tradição construtiva. Esta, bastante modificada nas colônias da América do Sul, especialmente nos exemplares paulistas. AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: Nobel; USP, 1981, p. 31.

<sup>38</sup> AMARAL, Aracy Abreu. *op. cit.*, p. 35.

<sup>39</sup> O artigo de Pleguezuelo tenta estabelecer algumas relações entre Sevilha e Veneza, em fins do século XVI e inícios do XVII, com os livros do Tratado de Palladio. A linguagem arquitetônica de Herrera é analisada nas possíveis trocas de informação entre seus discípulos e os arquitetos venezianos, em seu interesse por elementos clássicos, como colunas que sustentavam pórticos e que apareciam nas duas faces da casa. No caso sevilhano, só alguns comerciantes, nobres e intelectuais tiveram construções semelhantes àquelas dos clientes de Palladio, adquirindo um caráter mais contemplativo, como suas casas nas vilas. São especulações de influências italianas na arquitetura andaluz, única saída para que seus arquitetos fugissem ao rigor de Herrera que, todavia, não seria tão facilmente assimilado pelo estilo mais descontraído da região sul espanhola. Cf. PLEGUEZUELO, Alfonso. Palladio, Herrera y Sevilla (1590-1625): datos e hipótesis para una polémica. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 15, p. 73-84, 1990/1992.

construídas geralmente com taipa, adobe, ladrilho e pedra, conformando uma pequena estrutura de praça ou local do encontro dentro da própria casa.

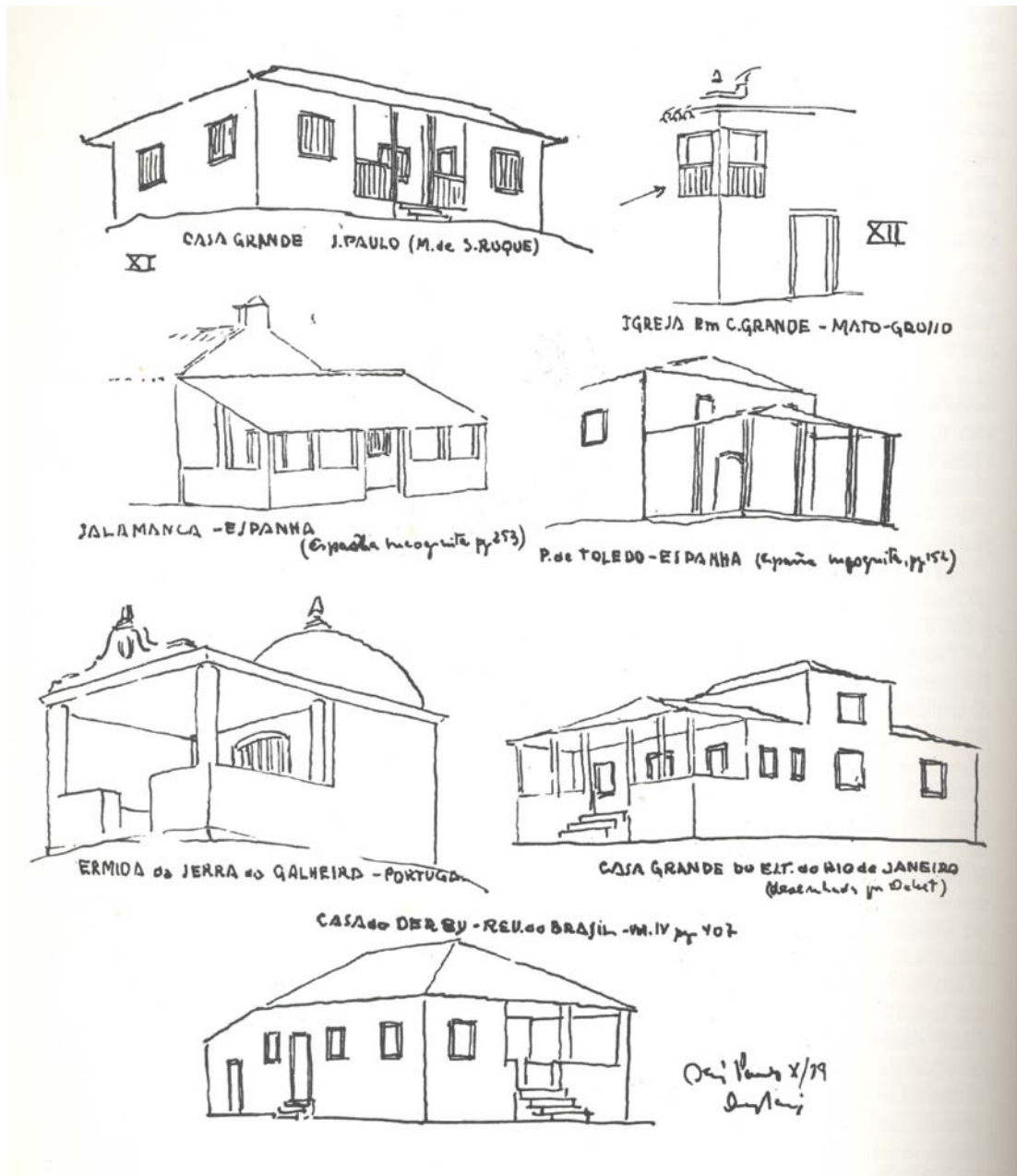
As arcadas que acompanhavam as ruas eram usadas como proteção para pedestres e serviam como um local de exposição de produtos e obras de arte. Villadolid ou Medina do Campo foram cidades com tradição de comércio, onde se encontram exemplos de construções com arcadas. As habitações foram se modificando pela própria influência das idéias renascentistas, que já não incentivavam a construção de casas com seus balcões salientes no segundo piso: essas partes projetadas das casas criavam uma atmosfera opressiva nas cidades medievais, em que suas ruas pareciam mais estreitas do que realmente eram. Em contraposição, eram uma expressão da necessidade do povo espanhol de estabelecer contato com o lado de fora da casa, presenteando a rua com a extensão de suas moradas. Nessas sacadas, (FIG. 24) aconteciam festas à parte, quando eram ornadas para serem camarotes das procissões em dias Santos. Segundo a proposta renascentista, as novas casas de apenas um pavimento se justificavam também pelo alto índice de umidade de algumas cidades, que requeriam áreas maiores de incidência solar.



**FIGURA 24** - Casario com balcão saliente, encontrado na região de Gravilanes, em Avila. O balcão ou galeria de madeira tem grande alcance dentro da Espanha, desde as habitações mais simples às mais abastadas  
Fonte: FLORES LÓPEZ, 1973, v.3, p. 206.

Raros são os exemplos de capelas alpendradas na Espanha, e Saia (1997) os encontra (FIG. 25), ressaltando sua semelhança a construções brasileiras: um deles é na Província de Salamanca, com características iguais à Capela de São Miguel em São Paulo. O outro é na

Província de Toledo, em que existe copiar com telhado de taçaniça, feitos à mesma maneira que os telhados do Norte do Brasil. Portugal também possui capelas com alpendres, como a ermida de Nossa Senhora dos Remédios na Malveira, freguesia de Mafra (FIG. 26), construída desde finais do século XVII; ou a Capela de São Pedro, na região de Azeitão (FIG. 27), também alpendrada.



**FIGURA 25** - Exemplos de capelas alpendradas esquematizadas por Luis Saia  
 Fonte: SAIA, 1997, p. 67.



**FIGURA 26** - Ermida de Nossa Senhora dos Remédios em Malveira, freguesia de Mafra, em Portugal  
Fonte:  
<http://www.mafra.net/freguesias/malveira.asp>. Acesso em abril 2005.



**FIGURA 27** - Capela de São Pedro, na região de Azeitão em Portugal  
Fonte:  
[http://www.azeitao.net/aldeias/aldeia/coina\\_velha.htm](http://www.azeitao.net/aldeias/aldeia/coina_velha.htm). Acesso em abril 2005.

### 2.3. Quando já não se identifica um componente individualizado: a passagem da Península Ibérica para a América.

Oriente e Ocidente, Europa e África: Constantes pólos que se uniram para o surgimento da arquitetura ibérica e, conseqüentemente, para as soluções da arquitetura colonial da América Latina. Num regime de “aliança entre iguais”, durante o tempo em que Portugal é anexado à Espanha, é de Eduardo d’Oliveira França a associação que se fez entre a sensibilidade e vida portuguesas do século XVII à estrutura do barroco espanhol. Encontram-se em terras lusitanas os mesmos temas e as mesmas formas de expressão existentes na potência vizinha, levantando-se a hipótese de que a Restauração das duas Coroas (a separação de Portugal e Espanha) não ocorreu com um movimento revolucionário de Portugal contra os costumes adquiridos pela união dos dois reinos.<sup>40</sup> A verdade é que o comércio e as

<sup>40</sup> Rubem Barboza Filho (BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana**, 2000) cita Eduardo d’Oliveira França ao se referir ao barroco ibérico no período de 1580 a 1640,

navegações tinham como principal objetivo o resgate da vida social e dos valores da vida portuguesa; era mais seguro permanecer num esquema político - econômico já conhecido, e por isso foi tão difícil ultrapassar questões da tradição. Tradição esta que seria parte de muitas estruturas barrocas ibéricas na formação da nossa.

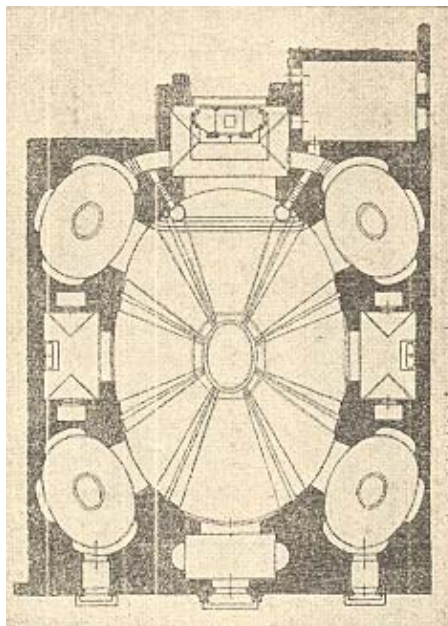
O antigo e pequeno universo dos espanhóis e portugueses, que aproximava de modo especial a ordem temporal da dimensão do sagrado e que sustentava esta imaginação simplificada da estrutura social, explode subitamente, obrigando-os a um duro exercício de reconstituição de suas premissas básicas e vitais.<sup>41</sup>

A história arquitetônica da Península Ibérica não poderia deixar de acusar características individualizadas entre os dois reinos, apesar do período de compulsória aproximação entre eles. O resultado pode ser verificado nas peculiaridades encontradas mais tarde: enquanto Portugal adotava formas poligonais para suas plantas, vinculadas à arquitetura militar, a Espanha desenvolvia com mais fluidez as soluções ovais, que eram uma resposta ao rigor do estilo herreriano. A ousadia na busca de novas formas se justificava por uma Espanha mais fortificada que Portugal, que se libertara da primeira depois de uma guerra cara. O equilíbrio de poder entre Portugal e Espanha, dentro da Europa, só consegue ser restabelecido devido à constante expansão territorial desses dois países ao longo do século XVII. Ultrapassada a fase da restauração, as preocupações estavam voltadas a um maior número de terras conquistadas, numa corrida que disputava poder e alternava conflito ou cooperação por parte dos reis. Em 1617 surge a primeira planta oval espanhola, na Igreja das Bernardas de Alcalá de Henares (FIG. 28); em 1638 a sacristia do Mosteiro de Guadalupe conjuga traços octogonais com formas quadradas e em 1652 a Igreja dos Desamparados em Valência aparece com plano oval, dentre vários outros exemplos, especificados por Pereira (1986).

---

quando Portugal é anexado à Espanha pelo Tratado de Tomar, e Felipe II torna-se Felipe I de Portugal. Cf. FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. **Portugal na época da Restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>41</sup> BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p. 344.



**FIGURA 28** - Planta da Igreja do Convento das Monjas Bernardas, em Alcalá de Henares, Espanha  
Fonte: SANTOS, Paulo Ferreira, 1951, p. 147.

As cidades espanholas, conforme Gutkind (1964-72), não sofreram mudanças radicais em suas cenas urbanas a partir do barroco. Foram as várias inserções de prédios criados nos séculos XVII e XVIII que delinearam uma nova época de poder para a Igreja e o Estado, proporcionando maior exercício do espaço público. Foram construídas igrejas e conventos, palácios e casas privadas, pontes e portões, fontes e estátuas, mas o enriquecimento se deu muito mais por meio de detalhes do que por um remodelamento geral das cidades. Era freqüente o ornamento aplicado a volumes arquitetônicos poligonais; estrutura e decoração não se mostravam inseparáveis, muito pelo contrário. Partes de prédios construídos no século XVI eram incorporadas na nova cena urbana sem perderem o seu destaque, combinando detalhes como jardins geometrizados em antigos palácios. Uma solução típica era o uso da perspectiva para que os espaços simulassem o seu pretendido dimensionamento: ora destacava-se a monumentalidade de um prédio, ora limitava-se o movimento de limites exagerados. A Espanha desenvolveu em sua arquitetura a característica de justapor espaços extremos: a estreiteza e tortuosidade de suas ruas medievais com a regularidade de suas Praças Maiores. As últimas, modelos do núcleo inicial de suas colônias na América Latina.

O domínio das idéias artísticas estava nas mãos do poder religioso, que, inevitavelmente, precisava da afirmação social da burguesia, classe hábil no comércio e na produção de fortunas. Durante muito tempo, tanto Portugal como a Espanha misturavam

motivos religiosos às necessidades militares, em que as abadias se conformavam como uma mistura de claustro e praças de guerra. “Eis aí a primeira razão da forma comum de nossas igrejas, com suas torres quadradas, de um nítido desenho militar, reproduzindo essas velhas Sés de Bispos cavaleiros, que combatiam pela Cruz, no pastoreiro das alamas e nos campos de batalha contra os árabes”.<sup>42</sup> Não há como negar a interseção entre esses dois países, criada essencialmente pela característica latina de sua catolicidade cristã. Os ibéricos tinham um missão divina que os fazia ao mesmo tempo distantes e próximos da Europa. Ao princípio, se afastaram do centro europeu para que suas fronteiras religiosas no Ocidente se expandissem; logo depois, saíram do território europeu em direção à América e o Oriente, com o objetivo de renovar as bases cristãs de antes. O Deus único era aquele pregado no templo religioso ibérico, ensinado por jesuítas, franciscanos, beneditinos e Ordens Religiosas portuguesas e espanholas: usavam na sua pregação símbolos de suas pátrias, como conchas e pinhões, que acabaram sendo incorporados também na arquitetura.

A instalação dos jesuítas em Portugal foi a primeira de toda a Ordem, datada de 1546. Na sua disseminação pelo mundo, criava províncias ou vice-províncias que, unidas à Província de Portugal, constituíam a chamada Assistência de Portugal: em 1759, o número total de jesuítas se dividia quase que igualmente entre a Europa e as colônias espalhadas pelo mundo. Devido à postura ortodoxa com que defendiam a Igreja Católica, Portugal e também a Espanha se distanciaram muito em relação às transformações por que vinham passando os outros países europeus. O pensamento homogêneo e obediente, traduzido por meio da educação, tentava proteger Portugal das mudanças no campo da literatura, filosofia e ciência: mais uma vez a questão das tradições, especialmente aquelas filosóficas medievais, que não poderiam se abrir ao novo. Comportamento contraditório, se a arquitetura for entendida como o veículo de expressão e acontecimento católico: se a instituição jesuítica era a nova igreja fortificada da Reforma Protestante, ao mesmo tempo associava-se ao passado, resgatando-o sem aceitar seu convívio com as mudanças pelas quais passavam a Europa. Assim, os jesuítas se tornaram alvo dos reformadores do século XVIII, principalmente Marquês de Pombal, que se sentira ameaçado por tamanho poder adquirido pelos inacianos<sup>43</sup>.

A Igreja do Colégio dos Jesuítas do Porto, chamada Igreja dos Grilos (1570) é uma importante obra do tema barroco que nos remete à produção jesuítica, como também o

---

<sup>42</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Capitania das Minas Gerais: origens e formação**. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Arte, 1965, p. 205.

<sup>43</sup> Em 1759 estes foram expulsos de Portugal, enquanto a Companhia de Jesus foi extinta pelo Papa Clemente XIV em 1773, pondo fim a um poderio de duzentos anos. Em agosto de 1768 os jesuítas foram expulsos da

Mosteiro de Mafra em seu arranjo espacial, ainda que apresente muitos elementos clássicos. Os arquitetos que construía para os jesuítas criavam obras que estavam impregnadas da filosofia contra-reformista, apesar de confiarem na diferenciação que a arte de cada arquiteto conseguia personalizar.

A doutrina empregada pela Companhia de Jesus se utilizou da escultura realística espanhola do século XVII, em que os mestres reproduziam o sofrimento de Cristo com o mesmo rigor e drama contidos no discurso dos Exercícios Espirituais de Loyola. A fundação de edifícios que serviam à Companhia, como o Conjunto de Clerecía (1617-1755) em Salamanca, afirmam o estilo barroco e seus conjuntos arquitetônicos, como o exemplo que reúne claustro, colégio, igreja e a residência dos jesuítas, modelo mais tarde transferido às suas colônias. As casas da Companhia de Jesus e suas igrejas aos poucos foram adquirindo espaço no centro das cidades espanholas, numa concepção distinta dos mosteiros tradicionais, como o desaparecimento dos claustros.

O território por onde Portugal e Espanha começaram seu império foi o mar. As cidades eram ao mesmo tempo centros e fronteiras, articuladas pelo império mercantil que eram as metrópoles. A cada avanço, uma cidade: em locais de fronteira, formava-se o aparato militar e o porto de entrada e saída de mercadorias; em zonas agrícolas, predominava a característica de apoio e atividades paralelas comerciais, ativadas pela maior ou menor produção; em áreas mineradoras, o ambiente era propício ao desenrolar da atividade social e ao desenvolvimento urbano mais intenso. Essa rede urbana, principalmente na América, foi objeto de demarcação de limites, a partir dos acidentes naturais. O mar era território transitável, constante e pesquisado para que um universo de informações fosse trocado. “Como no início, em relação ao mundo mediterrâneo, assim florescem, dos Andes ao Rio das Pérolas, novas culturas urbanísticas cuja matriz clássica é a da velha expressão portuguesa da cidade como civilização”.<sup>44</sup>

Ao ser restaurado o reino português, seu governo foi reestruturado e era preciso maior atenção ao controle já exercido sobre suas colônias. Foi criado o Conselho Ultramarino, cuja administração se baseava num cercamento maior e na vigilância ao poder exercido pelas autoridades da colônia, principalmente em relação aos vereadores e juízes de câmara. Assim a municipalidade iniciou o seu processo de enfraquecimento, pois novos agentes entraram nas

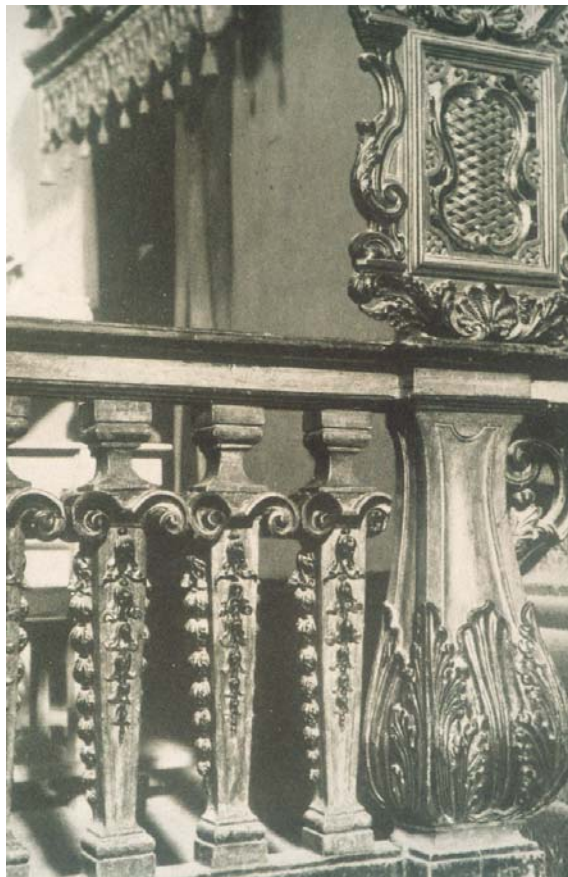
---

Espanha e das Índias, e já tinham perdido suas aldeias em terras americanas por ordens monásticas no final do século XVII.

<sup>44</sup> **EXPOSIÇÃO** Universo Urbanístico Português: 1415 a 1822. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Centro de Informação Urbana de Lisboa. (Exposição exibida no hall de entrada da Escola de Arquitetura da UFMG em Belo Horizonte no mês de dez. 2004), prancha: continuidades e rupturas.

negociações dentro das cidades: se antes o contato era feito diretamente com governadores gerais ou o rei, novas autoridades fiscais, militares e judiciais apareciam em cena. As Ordenações do Reino serviram também aos colonos portugueses, confirmando a transição das leis de Portugal para suas colônias, apesar da insuficiente regulamentação no que diz respeito à disposição de espaços da cidade. As Ordenações Filipinas, em vigor a partir de 1603, continuam esse caráter evasivo; diferentemente das Leis das Índias, que abrangeram colocações mais específicas, especialmente quanto ao desenho urbano das colônias espanholas.

A forma como as idéias ibéricas barrocas entraram no Novo Mundo revelam conexões comuns entre Portugal e Espanha, apesar de terem sofrido diferentes reações em suas colônias. A base dessa situação se firma na questão religiosa, já que a receptividade da América Latina é o que fornece complexidade às suas manifestações de arte e arquitetura. O arquiteto Nicolau Nasoni utilizou as colunas em estípite (FIG. 29) na grade da capela-mór de um templo português: a Igreja de Santa Eulália em Cumeeira (1743).



**FIGURA 29** - Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Santa Eulália em Cumeeira, Portugal  
Fonte: SMITH, 1967, p.153.

Como nos coloca Gutiérrez (1983):

Ao próprio espanhol sua própria história o resume. Quando realiza a Catedral de São Domingo, em pouco mais de vinte e cinco anos incorpora o gótico tardio das abóbadas nervuradas, os capitéis do gótico isabelino, a portada do renascimento plateresco e uma abertura *mudéjar* na ábside do templo. Aquilo que havia levado séculos para se desenvolver na Espanha aparece em conjunto em uma única obra americana. Ao entalhador de São Francisco em Quito não lhe resta mais solução do que aprender a construir artefatos *mudéjares* que se prendam ao templo. Os próprios conquistadores deixaram de ser iguais a eles mesmos.<sup>45</sup>

A possibilidade de mudança que já vinha imbuída nas certezas ibéricas encontrou solo fértil em terras latino-americanas. Se os ibéricos já eram muitos, torna-se mais fácil imaginar o quanto se multiplicaram e adensaram as relações no Novo Continente. Os próprios jesuítas que vinham para a América tinham diferentes procedências, estendendo esse relativismo às obras barrocas da Companhia de Jesus em novas terras.

Os conhecimentos arquitetônicos de um jesuíta não espanhol que chega às colônias americanas, podem introduzir elementos diferentes e ignorados na Espanha. Dos religiosos que viajam à América, o que importa é o catolicismo e não a nacionalidade dos indivíduos. [...] Esta variedade de contatos e contribuições culturais é provavelmente uma das causas que melhor explicam as diferenças entre a arquitetura da América do sul e da Nova Espanha.<sup>46</sup>

E ainda havia a mão-de-obra indígena, que se manifestava com diferentes níveis de habilidade e, conseqüentemente, múltiplos resultados. A própria história arquitetônica da América Latina se formou tentando a fusão entre a habilidade do ofício e a erudição teórica. São visões superpostas que acabaram modificando seu modelo original. A dependência política do Brasil com sua metrópole portuguesa era uma certeza, mas devido à extensão da colônia e seus diferentes ciclos de ocupação, as atividades artísticas desenvolvidas acabaram revelando características regionais próprias; mesmo que tenham sido o produto de soluções

---

<sup>45</sup> “Al propio español su propia historia se le condensa. Cuando realiza la catedral de Santo Domingo, en poco más de un cuarto de siglo incorpora el gótico tardío de las bóvedas nervadas, los capiteles del gótico isabelino, la portada del renacimiento plateresco y una ventana mudéjar en el ábside del templo. Lo que le había llevado siglos desarrollar en España aparece todo junto en una sola obra americana. Al cantero de São Francisco de Quito no le quedará más remedio que aprender a construir artesones mudéjares de lazo para cubrir su templo. Los propios conquistadores dejarán de ser iguales a sí mismos”. GUTIÉRREZ, Ramón. **Barroco Iberoamericano**: de los Andes a las Pampas. Barcelona: Lunewerg Editores, 1997, p. 11.

<sup>46</sup> “Los conocimientos arquitectónicos de un jesuíta no español que llega a las colonias americanas, pueden introducir elementos diferentes e ignorados en España. De los religiosos que viajan a América, lo que importa es el catolicismo y no la nacionalidad de los individuos. [...] Esta variedad de contactos y aportes culturales es probablemente una de las causas que mejor explican las diferencias entre la arquitectura de Sur America y de la Nueva España”. GASPARINI, Graziano. La arquitectura barroca latinoamericana: una persuasiva retorica provincial. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 11, 1980/81, p. 41.

prontas peninsulares, aqui ajustadas. A respeito da casa paulista, Amaral (1981) lembra que aquele “homem bom”, poderoso de terras e índios no planalto, desejava ter uma moradia utilitária e monumental, mas de acordo com a tradição construtiva ibérica. Era o modo de construir com o qual estava familiarizado, conciliando raízes espanholas e portuguesas em traços “dignos” de serem transferidos às colônias, criando habitações apropriadas. Lúcio Costa (1997) relaciona as construções jesuíticas brasileiras ao gosto comedido de Herrera, já que este era uma continuação da maneira de governar de Felipe II:

[...] É que Felipe II encontrara também em Portugal, na pessoa de Terzi – o arquiteto dos jesuítas – um artista da nova escola, capaz de lhe traduzir, de forma condigna, tanto a altivez e orgulho congênicos, como o puro ideal paladino tenaz da Contra-Reforma. Confiou, efetivamente, o rei a esse artista, as obras dos Paços da Ribeira e após, em 1590, o seu visto às famosas plantas da Igreja de São Vicente de Fora, na mesma cidade de Lisboa.<sup>47</sup>

Terzi em Lisboa e Herrera em Madrid compartilhavam as mesmas formas geometrizadas, num estilo à frente do que estava sendo produzido nas duas cidades, apegadas ao manuelino e ao plateresco. Tais idéias renovadoras vieram ao Brasil pelo arquiteto Francisco Dias, presente nos detalhes do antigo Colégio de Olinda, como bem nos lembra Lúcio Costa.

A força do Ocidente Mediterrâneo foi tanta que acabou iluminando o norte europeu, talvez por ter sido este o principal pólo de ataque religioso. A “latinidade” irradiante da Península Ibérica atravessou o Atlântico atingindo a América hispano-portuguesa através do barroco e contra a porção da Europa protestante. O Barroco ibérico não poderia se tornar órfão da espiritualidade romana, e como lembra Braudel (1983/84), estava completamente inserido na força temporal do Império Espanhol. As dramáticas procissões espanholas e portuguesas assim o expressavam, destacando o seu movimento, sendo um comportamento estranho ao observador de Flandres ou do norte do continente, mas revelaram costumes que bem se adaptaram à realidade brasileira e mineira. O barroco foi esse programa vivo, distribuído a partir do Ocidente, que conseguiu conservar a ordem absolutista e controlar as novidades do Novo Mundo e sua arquitetura. Sempre com a promessa e garantias de prosperidade de sua sociedade, mesmo que não tenha sido bem assim o desenrolar da história, para os povos latino-americanos.

---

<sup>47</sup> O autor tem como foco o período de união entre as duas coroas – Portugal e Espanha – 1580 a 1640, sendo o governante espanhol o catalisador das transformações além-mar. COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 26, 1997, p. 121.

### CAPÍTULO 3

#### **As colônias espanholas da América Latina e a latinidade de sua cultura e arquitetura: a influência mais próxima para a colônia luso-brasileira**

---

Definir com clareza o que é hispânico ou o que é português no campo da arquitetura, dentro das cidades latino-americanas, é, no mínimo, uma atitude limitada. É como uma tentativa ingênua de se fragmentar uma rede de relações e imagens, associadas à sua história, que somente se tornam identificáveis pela força híbrida que possuem. A aparente “confusão” de referenciais e culturas que negam uma ancestralidade única, considerando a arquitetura desta parte do terceiro mundo, é exatamente o que confere autenticidade e reconhecimento aos seus edifícios e lugares. Os espaços construídos, habitáveis ou não, referenciam-se e trazem na origem os cenários europeus, embora repletos de outras referências e altamente modificados na América Latina. Acima da ambição colonizadora estava a necessidade dos povos latino-americanos de disputarem um mesmo chão pela manutenção de sua memória, ou marcá-lo com rastros que ainda hoje podem ser tocados, vistos ou percorridos.

Arquitetura portuguesa e arquitetura espanhola; imposições católicas e o momento de atuação da doutrina jesuítica; os estilos desenvolvidos nas cidades ibéricas e o rebatimento em suas colônias, tudo isso se funde numa proposta colonizadora maior, que recebe uma resposta também grandiosa, apesar de diluída no solo e pelos séculos americanos. A América Latina se formou com fronteiras bastante elásticas, a ponto de incorporar o alheio e agregá-lo, seja ele o português, o espanhol, o indígena da outra tribo, o africano, e mesmo indiretamente, o mouro ou o moçárabe. Cada uma destas peculiaridades encontra pontos em comum que enriquecem experiências coletivas, que fazem do movimento humano, artístico e arquitetônico do mundo hispano-americano um incentivo para a colônia portuguesa; e vice-versa, completando um círculo de mudanças e interferências mútuas que são significativas desde o século XVI. “Todos os dramas especificamente europeus estão amplificados na América, enriquecidos pelos enredos trágicos dos índios e escravos”.<sup>1</sup>

Foi a partir da junção de todos esses sentimentos latinos que traçou-se a personalidade dessa parte da América, consolidada ao longo dos anos. Já nos idos de 1960, Freyre (2003) ressalta o processo de renovação por que passava a América, atentando à chegada de elementos não-ibéricos e estrangeiros, lembrando e reanimando o potencial intrínseco de dinamismo deste povo. O lamentar deste olhar sociológico para meados do século XX estava

no fato de não levar em consideração os personagens mais importantes da formação latino-americana: proletários e camponeses resistentes que carregavam a sua própria cultura e etnia, anteriormente tocados por elementos europeus e influências ameríndias, africanas e orientais.

São influências estas que, desde os começos da América Latina, vêm colorindo de modo notável a latinidade desta parte ibérica e francesa da América; e dando à expressão “América Latina” uma imprecisão tal que alguns rigoristas – rigoristas quanto ao que deva ser considerado latinidade – recusam-se a estender a classificação de latina ao todo assim classificado [...].<sup>2</sup>

As sociedades latino-americanas compartilham o que está exatamente nas suas particularidades, demonstrando diálogo justamente por unir diferenças. Em cada grupo social ou em cada espaço de pobreza destes países nota-se uma cultura que ainda tenta sobreviver, seja pela mão do camponês ou pela ação do operário, que não deseja perder suas origens étnicas. Sua cultura é o que lhe mantém forte, próximo de seu vizinho boliviano ou brasileiro, num conjunto de “semelhanças que podem ser consideradas de “latinidade” pelo muito que nelas provém de uma interpretação latina – portuguesa ou espanhola – do cristianismo aplicado a todo um conjunto de atitudes do homem em face da natureza e da sociedade; [...]”.<sup>3</sup>

Características ameríndias particulares, de um país como o México ou Peru, tentam se manter hoje não como uma cultura indígena da América, mas como uma cultura essencialmente latina em suas formas gerais. Assim é que, por exemplo, a pintura cusquenha peruana se apresenta tanto latina quanto americana. O que a faz notável não é a quantidade de referências indígenas ou cristãs que aparecem num determinado tema, mas sim o produto indissociável das várias origens que naquela representação estão compatibilizadas.

Freyre (2003) destaca o alcance da arquitetura trazida por espanhóis e portugueses para a América, valorizada por símbolos acessíveis tanto a analfabetos quanto letrados. Sugeriam, em relação à arte de construir, o que havia de estético e místico entre ameríndios e negros; estes últimos os que chegaram às áreas mais prósperas da América Latina: as mineiras e agrárias. “Arquiteturas todas estas de arrojos extra-europeus. Tropicais até”.<sup>4</sup> Mas bem dominadas, por exemplo, em detalhes como a cor, que não as denunciava como exuberantes ou exageradas.

---

<sup>1</sup> BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p. 411.

<sup>2</sup> FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpene-tração e decrescente segregação. In: FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Unb, 2003, p. 20.

<sup>3</sup> FREYRE, Gilberto. *op. cit.*, p. 21.

<sup>4</sup> FREYRE, Gilberto. *op. cit.*, p. 26.

A utilização de um nome só – latino-americanos – vem da caracterização do que possa ser considerado uma espécie de *ethos* supra-nacional, estendido até o campo da música, letras e manifestações lúdicas de cultura. Estudos recentes sobre o hispanismo no Brasil mostram o crescente aumento da literatura espanhola, cuja chegada foi bem mais facilmente aceita que a forçada influência cultural francesa, feita um tanto artificialmente até o século passado. A obrigatoriedade da língua espanhola nos currículos escolares no Brasil, ainda que uma medida imediatamente subordinada a interesses econômicos e políticos do país, chamou a atenção para valores similares aos nossos e o conseqüente reconhecimento da língua vizinha, parte de nossa identificação cultural.

Os hispanos na América são os portadores e os transmissores de uma civilização latina, representada principalmente pelo catolicismo romano – ou latino – interpretado à sua maneira: “mais dramaticamente pelos espanhóis, mais liricamente pelos portugueses”.<sup>5</sup> O que fascina sobre o Brasil é o seu descomprometimento com algum ideal de raça, cultura ou arquitetura e, ao mesmo tempo, a sua ligação com tudo isso. Somos africanos, indígenas ou ibéricos, contaminados pela heterogeneidade ética trazida pelos portugueses. Gilberto Freyre, trabalhando no campo da sociologia, faz parte de uma geração como a de Lúcio Costa, num esforço para desmontar o bloco de preconceitos que vinha como herança do século XIX. Preconceitos contra aquilo que excedia os limites da influência do colonizador português e que citava nossas carências, ao invés de nossas especificidades, também na arquitetura.

[...] a importância adquirida pelo desenvolvimento da arquitetura portuguesa na colônia foi de tal ordem e se processou de forma tão irregular e especial que as suas manifestações não podem ser consideradas apenas como decorrências de determinados regionalismos metropolitanos, mas como um complexo em cujo todo intervieram variadas filiações e caprichosas interferências retificadoras ou desintegradoras [...].<sup>6</sup>

Barboza Filho (2000) utiliza-se do espírito barroco para interpretar e especular a situação da Península Ibérica nos séculos XVI e XVII e seu processo de expansão e política territorialista além-mar. Portugal e Espanha estavam determinados a legitimar seus centros de poder, numa movimentação permanente para realizar os significados vitais nascidos no

---

<sup>5</sup> FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpene-tração e decrescente segregação. In: FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Unb, 2003, p. 27.

<sup>6</sup> COSTA, Lúcio. Introdução a um relatório, 1948. In: \_\_\_\_\_. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 456.

transcendente ou recriados pela figura marcante do rei durante o período Barroco.<sup>7</sup> Essas duas grandes potências se utilizaram dos propósitos missionários da Companhia de Jesus na implantação de escolas e igrejas, criando focos urbanizadores que pudessem reproduzir nas colônias a cultura ibérica.

Investigar esta sociedade espacial da Ibéria é também examinar as origens e as modalidades de vida construídas pela América Ibérica, que também nasce como sociedade do espaço, mas de um espaço privado do ordenamento determinante e tradicional da Ibéria Européia.<sup>8</sup>

O autor toca numa questão crucial a respeito das tradições e da complexidade latino-americanas enquanto cultura de influências ibéricas. Conforme sua opinião, a América hispânica é barroca, possuidora de um barroquismo próprio, que não reafirma a tradição, como ocorreu na Espanha e em Portugal, mesmo porque nossa tradição não nos é um fardo, não nos pesa e não nos remete a uma responsabilidade como a dos peninsulares. Talvez seja por isso mesmo que o barroco latino-americano se formou mais livre, mais apto a colocar em prática um fervilhar de idéias e criatividade únicas, pois não se continha na sujeição ao outro, mas em explorá-lo, artisticamente, naquilo que tinha de melhor. A expressão “medularmente ibéricos” é utilizada para caracterizar os personagens, as instituições, as crenças e os valores que povoaram os espaços americanos, mesmo que aliados às contribuições indígenas e africanas.

A forma específica de autoconstrução da América Ibérica reside nesta aparente arbitrariedade com que vive e vincula seu passado aos produtos ideológicos do mundo moderno e contemporâneo, fazendo-se permanentemente insubmissa aos códigos proclamados como universais pela Europa ou pelo mundo anglo-saxão.<sup>9</sup>

Amplia, assim, a reflexão sobre o posicionamento da América Latina frente ao mundo europeu, que, antes de lhe ser inferior, é rica no aproveitamento de uma multiplicidade infinita de referências. Como discussão histórica, permite uma análise maior sobre os muitos artifícios – sejam eles de linguagem, arte, comoção ou persuasão - que moldaram nossa formação e nossa arquitetura. E que continuam nos atingindo, em processos mais elaborados e sutis.

Neste contexto, muito marcante era a utilização da arte no processo de catequização e evangelização de fiéis no projeto de expansão católica dos séculos XVI e XVII. O cenário

---

<sup>7</sup> BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício:** iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p. 13-16 *passim*.

<sup>8</sup> BARBOZA FILHO, Rubem, *op. cit.*, pág. 15.

<sup>9</sup> BARBOZA FILHO, Rubem, *op. cit.*, pág. 15.

urbano das reduções jesuíticas reunia expressões teatrais, musicais, de dança, poesia, pintura e literatura, tudo para que fosse criada uma atmosfera de sensibilidade ao drama católico. As igrejas eram esse espaço sacralizado, ornamentado e amparado da maior quantidade possível de recursos para o “entretenimento” e a venda do produto católico. “É nesses termos que Loyola, antes de ser um santo, é um cenógrafo”.<sup>10</sup>

### **3.1. A presença jesuítica em terras latino-americanas: a arte e arquitetura de dois mundos transformados em um só**

A Reforma Católica tentou abolir as imagens, mas era exatamente por meio delas que a Contra-Reforma recuperava forças para o catolicismo. Os missionários utilizavam os símbolos cristãos na sua “doutrina artística”, convencendo mais facilmente índios e negros a acreditarem no único novo Deus. Estes símbolos eram representados à maneira indígena, com composições que nas suas experimentações diziam um pouco de cada cultura. Este diálogo entre os dois mundos figurava a religiosidade, deixando-a bem mais compreensível, fazendo surgir um momento barroco carregado de reflexos e espelhamentos cristãos.

Tentou-se aprender a língua nativa para divulgar a fé católica, apesar de ser este um instrumento bastante confuso para os jesuítas lidarem; sabiam o guarani, mesmo que contrariando as instruções reais para a utilização apenas do espanhol. Indo além dessas tentativas, o conjunto iconográfico produzido neste período criou um arsenal de imagens que se fazia prontamente reconhecível, muito mais que a palavra.

O tempo santo era considerado o tempo do prazer permitido, da alegria e da comemoração que saía às ruas com as procissões e as folclóricas festas populares. Repetiam-se ritos, os quais eram aderidos cada vez mais pela população, compondo tradições latino-americanas que só precisavam de uma igreja e do cenário das cidades barrocas para serem vividas. A simbologia de todo este acontecimento era admirada e preservada por todos, de analfabetos a eruditos.

Os mitos indocristãos, principalmente os indojesuíticos e os indofranciscanos, juntavam personagens da fauna e flora regional já conhecida pelos índios, realizando uma aliança com

---

<sup>10</sup> SALA, Dalton. Reduções jesuíticas de índios guaranis na bacia do Rio da Prata: função retórica da arte no processo de catequese. **Barroco**, Ouro Preto, n. 15, 1990/1992, p. 371.

os santos católicos da Igreja. Formavam, assim, o material poético indígena a serviço da catequese, explicando o mundo cristão de maneira tangível.

Para os espanhóis, era inconcebível a ausência de homens da igreja nas expedições que vinham ao Novo Mundo. Assim que se estabeleciam em algum lugar, construíam templos, conventos e colégios, locais propícios à doutrina dos índios. O nível intelectual destes missionários era bastante respeitado, pois as Ordens às quais pertenciam dominavam técnicas e estudos aprofundados sobre o cristianismo e a evangelização de fiéis, além de se fazerem admirar pelo uso da arte e retórica no seu trabalho. Religiosos estrangeiros também vinham nas expedições, e os primeiros flamencos que chegaram a Quito foram franciscanos, contribuindo na construção do Convento de São Francisco.

No Peru, o primeiro grupo de jesuítas chegou em 1568, trazendo missionários flamencos vinte e três anos mais tarde. Na Argentina os jesuítas também se destacaram como fundadores dos edifícios da Igreja: é notório o caso do frei Lemer, que havia aprendido sobre construção naval, trabalhando na Inglaterra e em Portugal. Por seus laços com a Coroa portuguesa, foi enviado ao Brasil antes de seguir para a região do Rio da Prata e para Córdoba, sendo atuante na resolução de questões arquitetônicas como a construção de abóbodas e cúpulas. O seu percurso na América evidencia o contato e a aproximação entre fronteiras espanholas e o Brasil, feito pelos jesuítas; e exemplifica a responsabilidade que tiveram os religiosos no impulso ao desenvolvimento da arquitetura colonial das colônias espanholas e das cidades brasileiras onde estas construções se destacaram.

As missões jesuíticas do Paraguai, organizadas por meio de reduções, conseguiram avanços notáveis na comunicação com os indígenas, destacadamente através da música. Apesar do caráter de catequização, os missionários defendiam os índios do ataque das bandeiras brasileiras, que os caçavam para aproveitarem seus conhecimentos já civilizados e empregá-los em duros trabalhos manuais. Os jesuítas entraram no Paraguai em 1586, quando o bispo de Tucumã dom frei Francisco Vitória solicitou aos padres provinciais do Peru e do Brasil alguns inicianos missionários. Estes também eram perseguidos por selvagens e mamelucos<sup>11</sup>, que atacavam as aldeias e escravizavam seus índios.

Contrariando Lutero e Calvino, a Igreja Católica pretendia se fazer o símbolo da razão dos novos tempos também nos novos territórios conquistados, buscando no ensino cotidiano a

---

<sup>11</sup> Estes eram os filhos dos primeiros povoadores portugueses, frutos da união com as mulheres indígenas. São também chamados paulinos, paulopolitanos ou paulistas. As bandeiras que com eles vinham traziam aventureiros de São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Cf. LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. Os Sete Povos das Missões. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 74 - 85, 1997.

sua estratégia de dominação. Foram criadas mais de trinta missões no território que abrange parte da Argentina, Paraguai, Uruguai e sul do Brasil, numa conquista de terras por parte dos espanhóis que já se encontrava praticamente concluída desde 1550. A proposta de assentamento das missões fugia um pouco da tradição européia, pois o modo de vida indígena não poderia ser ignorado, se os missionários pretendiam sucesso; embora muito da relação entre a terra e os seus antepassados, defendida pelos indígenas, tenha sido rompida.

Por toda a cidade de colonização espanhola a Igreja pedia reverência, com inscrições e detalhes esculpidos na própria pedra, fascinando e se impondo quase que em todas as esquinas. Os espaços possuíam uma finalidade própria, permitiam a leitura clara de sua função e apelavam para o estímulo aos sentidos dos fiéis. Criava-se uma atmosfera mística com o exagero da ornamentação, conformando fachadas que se comportavam como altares externos; traziam às ruas o apelo cristão. Igrejas monumentais foram construídas, outras nem tanto; mas todas utilizavam algum tipo de material que era familiar ao nativo, encontrado naquela ou noutra região próxima ao sítio. Nas reduções jesuíticas, em que os núcleos urbanos eram menores e mais simples, a hierarquia das quadras favorecia a Igreja, que se sobressaía. Nestes casos, eram os únicos edifícios suntuosos, dignos de um exagero, onde se concentravam as riquezas artísticas e o melhor do trabalho indígena.

No Brasil, como não foi diferente nos países em que a Companhia de Jesus atuou, regras eclesiásticas poderiam ser comparadas aos regimentos militares. Do Concílio de Trento surgiram Tratados, normas para a atuação na extensa rede de Colégios e igrejas, ditames para o trabalho de catequese nas missões e várias formas de demonstrar a internacionalidade da Igreja Católica. “Nas terras em que os descobrimentos marítimos as fizeram conhecidas e acessíveis, a implantação de escolas jesuíticas decorreu da política colonizadora das duas grandes potências dos séculos XVI e XVII: Portugal e Espanha”,<sup>12</sup> países católicos que aproveitaram os objetivos missionários da Companhia para seu próprio benefício.

Na colônia portuguesa, permitia-se à Ordem dos Jesuítas expandirem sua doutrina com a condição de que os objetivos da Coroa prevalescessem, ainda que em situações de conflito. O rei continuava sendo o personagem mais importante nas sociedades ibéricas barrocas, o *logos* da sociedade e seu centro político, o portador de uma noção especial de “público” como saúde do todo. A gestão colonial de Portugal via nos núcleos urbanos das atividades missionárias a condição ideal para sua ação, pois atuava sobre o mundo coletivo exatamente na conquista do apoio popular.

---

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e estratégia**: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio; Uberlândia [MG]: Prefeitura Municipal, 1988, p. 24.

A implantação destes núcleos, expressivamente no século XVIII, se fazia geralmente ao longo do litoral ou próximo aos rios, adquirindo uma independência econômica, o que permitia o atendimento ao público e o aumento considerável do capital jesuítico. Estudava-se bem esta localização, para que o deslocamento e o acesso dos padres fossem facilitados. De preferência, as edificações deveriam estar nas partes mais altas da região, ou então em zonas urbanas privilegiadas, como áreas centrais, permitindo a vigilância ao entorno. A produção tratadística do século XVI, em que participou Carlos Borromeo, já previa a resolução de questões como estas para o trabalho de catequese, ainda que em novas terras. O templo deveria estar em local nobre, elevado e apropriado para que sobressaísse na paisagem, tendo o cuidado de transmitir proteção àquele povoamento.

Assim mesmo, tenha-se a precaução de que o sítio seja escolhido de maneira que a igreja possa ser edificada como uma ilha, isto é, desunida e separada com um intervalo de alguns passos a partir das paredes de outras casas, [...]. Como verdade, isto poderá ser feito mais comodamente em qualquer parte das aldeias ou em lugares em que não sejam abundantes os edifícios.<sup>13</sup>

O cuidado da Companhia de Jesus em suas construções no Brasil garantiu o reconhecimento de uma linha de produção facilmente reconhecível, chegando a ser chamado de “estilo jesuítico”. Quando se usa tal expressão, “[...] o que se quer significar, de preferência, são as composições mais renascentistas, mais moderadas, regulares e frias, ainda imbuídas do espírito severo da contra-Reforma”.<sup>14</sup> Uma ilustração deste poder católico é a Catedral Basílica de Salvador (FIG. 30), a quarta igreja construída pelos jesuítas, nos anos compreendidos entre 1657 e 1672, com a remodelação da fachada em 1679. Sua ornamentação corresponde à simplicidade que se destacou nas construções da metrópole portuguesa, desde meados do século XVI ao final do século XVII.

A austeridade, e ao mesmo tempo o despojamento trazido de Portugal para esta fachada, nos lembram as fachadas mais simples e rigorosas da arquitetura encontrada no barroco ibero-americano. No contexto da Contra-Reforma, as referências mundanas e as distrações não-católicas representadas no interior dos templos deveriam ser banidas. “Este novo ascetismo

<sup>13</sup> “Asimismo, téngase la precaución de que el sitio se busque de tal manera donde la iglesia pueda ser edificada semejante a una isla, es decir, desunida y separada con un intervalo de algunos pasos desde las paredes de otras casas, [...]. E verdad, esto podrá hacerse más cómodamente tanto en todas partes como en las aldeas o lugares donde no son abundantes los edificios”. BORROMEIO, Carlos. **Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985, p. 5.

<sup>14</sup> COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 26, 1997, p. 106.

encontrou expressão visual no estrito confinamento da decoração colorida às capelas, em contraste com a simplicidade e austeridade das naves, que é exatamente o caso da Catedral de Salvador”.<sup>15</sup> Tentava-se fornecer um certo estado de espírito aos fiéis que acolhessem a sua fé, criando um ambiente de completa concentração.

Neves (1982/83) analisa os elementos arquitetônicos desta Igreja, comparando-os a três grupos de influências. Começa pela solução tradicional encontrada em Portugal, como o partido de sua fachada compartimentada por pilastras e cimbalhas, com portas de acesso à nave, encimadas pela janela do coro e arrematada por frontão com duas torres integradas, além da ausência de cúpula sobre o cruzeiro. A planta de nave única com capelas laterais e o coro suspenso à entrada da nave são soluções tradicionais da Península Ibérica, assim como a elevação da nave com arcadas e tribunas, recurso também utilizado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais (FIG. 31). “[...] Se destacam como verdadeiras janelas voltadas para a nave, conferindo ao interior da igreja o aspecto de pátio interno entre as fachadas”.<sup>16</sup>



**FIGURA 30** - Igreja Catedral Basílica de Salvador (antiga Igreja dos jesuítas)  
Fonte: TIRAPELI e PFEIFFER, 2000, p. 39.



**FIGURA 31** - Detalhe das tribunas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Conceição do Mato Dentro, MG  
Fonte: IEPHA – MG, 2003.

<sup>15</sup> NEVES, Sônia Aroeira. O maneirismo na Catedral de Salvador. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 12, 1982/1983, p. 88.

<sup>16</sup> NEVES, Sônia Aroeira. *op. cit.*, p. 88.

O segundo grupo analisado diz respeito ao Maneirismo Italiano, com analogias feitas ao uso de pilastras colossais na nave da Catedral e em sua fachada, aspectos resistentes na arquitetura portuguesa tradicional. O terceiro grupo deriva do momento da influência flamenga, presente em Portugal a partir de 1580 e 1590, quando este estava estreitando relações com os Países Baixos, tanto comercial quanto artisticamente. Isto se intensificou com a União Ibérica, de 1580 a 1640.

Monumentos registrados em Madrid no ano de 1622, em ocasião de festividades ocorridas em Lisboa para a recepção de Felipe III, fornecem

[...] uma verdadeira amostragem do vocabulário decorativo flamengo: o gosto pela compartimentação de superfície; o uso freqüente de volutas e pináculos como arremates; a preferência pelo relevo pouco acentuado, a insistência de motivos fitomorfos e a moda dos frontões interrompidos.<sup>17</sup>

A Catedral de Salvador possui voluta com traçado mais anguloso, tanto interna quanto externamente; e as molduras da janela do coro possuem frontões interrompidos, fornecendo lugar a urnas com pináculos. Esta fachada possui interpretações flamengas de uma origem portuguesa, transferidas com outras novas inserções para o Brasil. Nossos vizinhos latino-americanos são então lembrados, neste processo de realizarem mutações em exemplos ibéricos transplantados para seus templos jesuíticos: complementaram e realizaram um tipo de releitura de elementos alheios aos seus. As obras dos jesuítas fazem parte do material mais antigo que o Brasil possui, se considerarmos seu primeiro referencial católico.

Escrevendo sobre a cultura baiana, e seu caráter perene até a atualidade, Freyre (1966) confere outra dimensão aos valores brasileiros e sua projeção no contexto mundial. Tece algumas considerações que, sob um outro olhar que não sociológico, podem ser ampliadas às características de “latinidade” da arquitetura de nossa época colonial:

Se somos, na realidade - como se sugere dentro dessa definição - parte de um complexo ou de uma constelação cultural que se projeta em várias partes do mundo de hoje - um mundo em que as nações parecem cada dia valer menos como simples nações ou simples Estados nacionais e mais como conjuntos trans ou plurinacionais de cultura, em geral, e de economia, de política, de defesa militar, em particular - essa nossa situação abre à política exterior do Brasil perspectivas que, sem nos afastarmos dos nossos deveres já tradicionais de solidariedade com os Estados americanos, levam-nos a considerar sob um critério, também de particular solidariedade, nossas relações com outros povos afins do nosso, por um conjunto especial de formas de cultura adaptadas a condições de espaço - o espaço tropical - semelhantes às brasileiras. Esses povos são os hispanos, em geral, situados nos trópicos; e

<sup>17</sup> NEVES, Sônia Aroeira. O maneirismo na Catedral de Salvador. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 12, 1982/1983, p. 90.

particularmente, dentro dessa constelação ao mesmo tempo ecológica e cultural, os povos de cultura predominantemente lusitana, estabelecidos no mesmo tipo de espaço e aí integrados como que simbioticamente com outros povos, dado o caráter de intimidade e de permanência já atingido pelas suas relações com ambientes tropicais e com populações e culturas nativas dos trópicos.<sup>18</sup>

A arquitetura desenvolvida no Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte do nordeste brasileiro se reconhece pela robustez de seus volumes, pelo caráter militar e pela segurança de um “mundo melhor”, resguardado pela fé católica. Desde pequenas capelas rurais até as grandes Catedrais da Companhia, o trabalho de talha sobre os altares, a ornamentação de retábulos e toda a decoração interna impressionava pelo poder de seduzir os novos-cristãos. Os colégios, por sua vez, eram lugares perfeitos, um meio pedagógico autônomo para recuperar indivíduos enquanto peças de um alvo maior: toda a sociedade. As portas procuravam se voltar para o interior, convergindo para um pátio central, simbolizando a educação fechada, de costas ao mundo externo. “A circulação esférica em torno de um pátio, que dirige os olhares para um mesmo ponto central de referência, propõe a visão comum de um mesmo mundo ideal não corrompido”.<sup>19</sup>

A igreja jesuítica deveria ser espaçosa para abrigar muitos fiéis, localizada quase sempre em frente a um local aberto, para o incentivo à concentração do povo. Se os aldeamentos formados com estas primeiras igrejas se desenvolvessem bastante, como nos lembra Lúcio Costa com o caso de São Paulo de Piratininga<sup>20</sup>, eram divididos entre as outras ordens religiosas e as autoridades civis. Tanto igrejas como colégios tinham técnicas primitivas de construção, como edificações provisórias de madeira e barro-de-mão, já em fins do século XVI na Bahia. Posteriormente, a partir do século XVII, a taipa de pilão era mais utilizada nas construções do sertão e interior da colônia, enquanto o barro, a pedra e a cal

<sup>18</sup> FREYRE, Gilberto. Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor. **Boletim Informativo**, Parte Cultural (Separata). Salvador, n. 114 - 115, maio/jun. 1966. Disponível em: <[http://prossiga.bvgf.fgf.org.Br/português/obra/opúsculos/Brasil\\_nação.htm](http://prossiga.bvgf.fgf.org.Br/português/obra/opúsculos/Brasil_nação.htm)>. Acesso em out. 2004, p. 7.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e estratégia**: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio; Uberlândia [MG]: Prefeitura Municipal, 1988, p. 68. José Eisenberg acrescenta dados sobre a fundação dos primeiros colégios jesuíticos do Brasil. Datam de 1554 em Piratininga e de 1556 na Bahia, antes da chegada de Men de Sá à colônia. Estas duas instituições tinham a finalidade de educar os filhos dos colonos cristãos, além dos pagãos. Os colégios só adquiriram solidez institucional a partir de 1564-68. Cf. EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: UFMG, 2000, capítulo IV.

<sup>20</sup> A cidade de São Paulo de Piratininga foi fundada em 1554, como satélite da cidade portuária de São Vicente (atualmente a cidade de Santos), criada em 1532 por Martim Afonso de Souza. Seu êxito econômico foi conseguido com a criação de gado, pois era local de cruzamento das tropas que comercializavam os produtos das demais províncias com os produtos que vinham de Portugal. De lá partiram os bandeirantes, que foram os responsáveis pela expansão do território brasileiro e pela fundação de pequenas aldeias e vilas ao longo de suas trilhas. Cf. FREITAG - ROUANET, Bárbara. Cidades e desenvolvimento regional. In: \_\_\_\_\_. **Os Projetos latino-americanos, sua instrumentalização e articulação (1890-1930)**. [s. n. t.]. Capítulo 6. Disponível em: <[http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/unesco\\_texto.pdf](http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/unesco_texto.pdf)>. Acesso em ago. 2004.

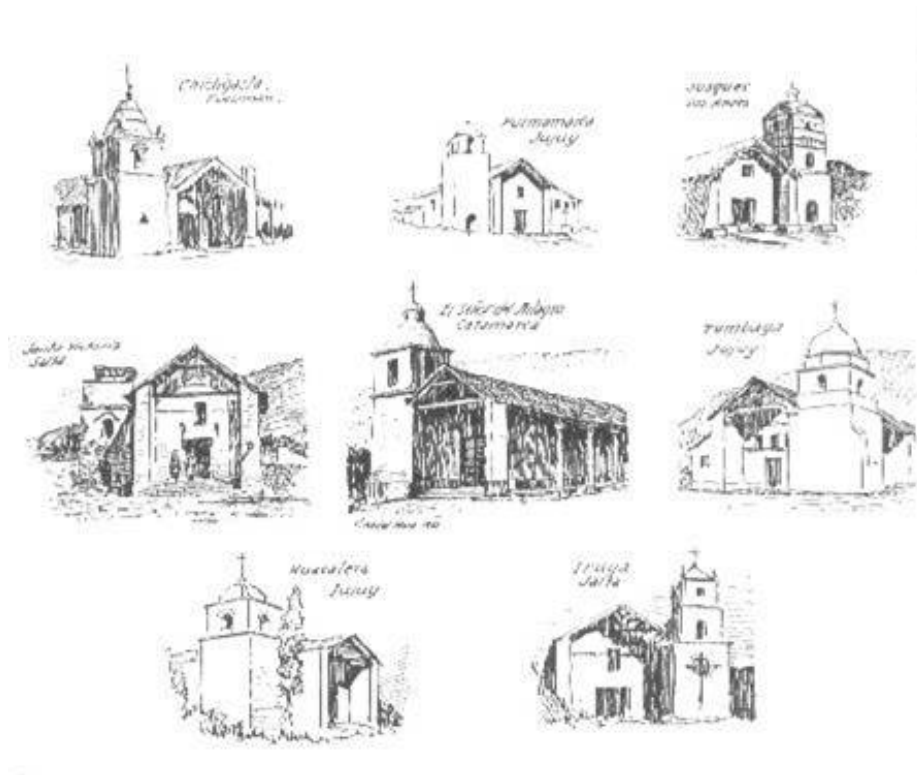
eram materiais típicos do litoral. A resistência destes materiais era levada em conta, buscando uma maneira mais definitiva de construir, como a Capela de Santo Antônio em São Roque ou a Capela de São Miguel (1622) desta mesma região de São Paulo. São destacadas aqui pelo seu desenho primitivo, possuidor de alpendre, elemento das capelas típicas de aldeia e das missões. A maioria destas igrejas era bastante simples, e em alguns casos só se identificavam como um edifício religioso pela presença da cruz. Galerias perimetrais que apareciam nos templos – os alpendres laterais – foram construídos durante os séculos XVII e XVIII no centro das praças, aparecendo com mais frequência nas missões jesuíticas, como no Paraguai. É uma tipologia encontrada em Emboscada ou Peribebuy, exemplos de templos paraguaios cristianos. Em Minas Gerais, o alpendre lateral pode ser visto na Capela de Nossa Senhora do Rosário em Brejo do Amparo, região norte do Estado subordinada ao arcebispado da Bahia, que controlava também algumas igrejas de influência jesuítica do nordeste brasileiro. Os grandes templos apareceram mais tarde, restando a região sul do Brasil e seus vestígios – a Igreja de São Miguel das Missões - do que fora um exemplo mais imponente.

Dentro de seu estudo a respeito das fachadas platinas (FIG. 32), Amaral (1981) faz comparações destas com o exemplar de São Roque de Piratininga. Levanta e desenvolve a hipótese de que certamente algum portador ou algum migrante vindo da Argentina teria trazido o risco desta Capela: modelo muito parecido às capelas rurais do Vice-Reino do Prata, região que mantinha transições comerciais, demográficas e culturais com a Vila de São Paulo. Nesta análise de elementos arquitetônicos que unem o Brasil ao mundo hispano-americano, estudam-se dois pontos: o prolongamento do telhado na fachada posterior, protegendo a portada e formando uma antecapela – os alpendres – e o posicionamento das torres laterais separadas da nave. Em exemplos de igrejas levantadas pelos bandeirantes paulistas na área de Minas Gerais e Goiás Velho, encontra-se a torre sineira totalmente separada do corpo da Igreja. Este elemento pode ter sido construído juntamente à capela inicial, ou, mais provavelmente, numa época posterior, sendo ao conjunto integrado. A fachada frontal destas capelas caracterizava, geralmente, o acesso a uma caixa arquitetônica retangular com cobertura em duas águas. Seria a representação de uma capela de planta tipicamente portuguesa, mas a relação desta “caixa” com seu exterior “nos colocaria diante de um edifício que é testemunha viva dessa fusão luso-castelhana a que se referiu Jaime Cortesão, caracterizando o tipo de colonização ocorrida no sul do Brasil”,<sup>21</sup> na comparação ao exemplo de São Roque. Ou naquelas capelas localizadas no nordeste brasileiro:

---

<sup>21</sup> AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: Nobel; USP, 1981, p. 78.

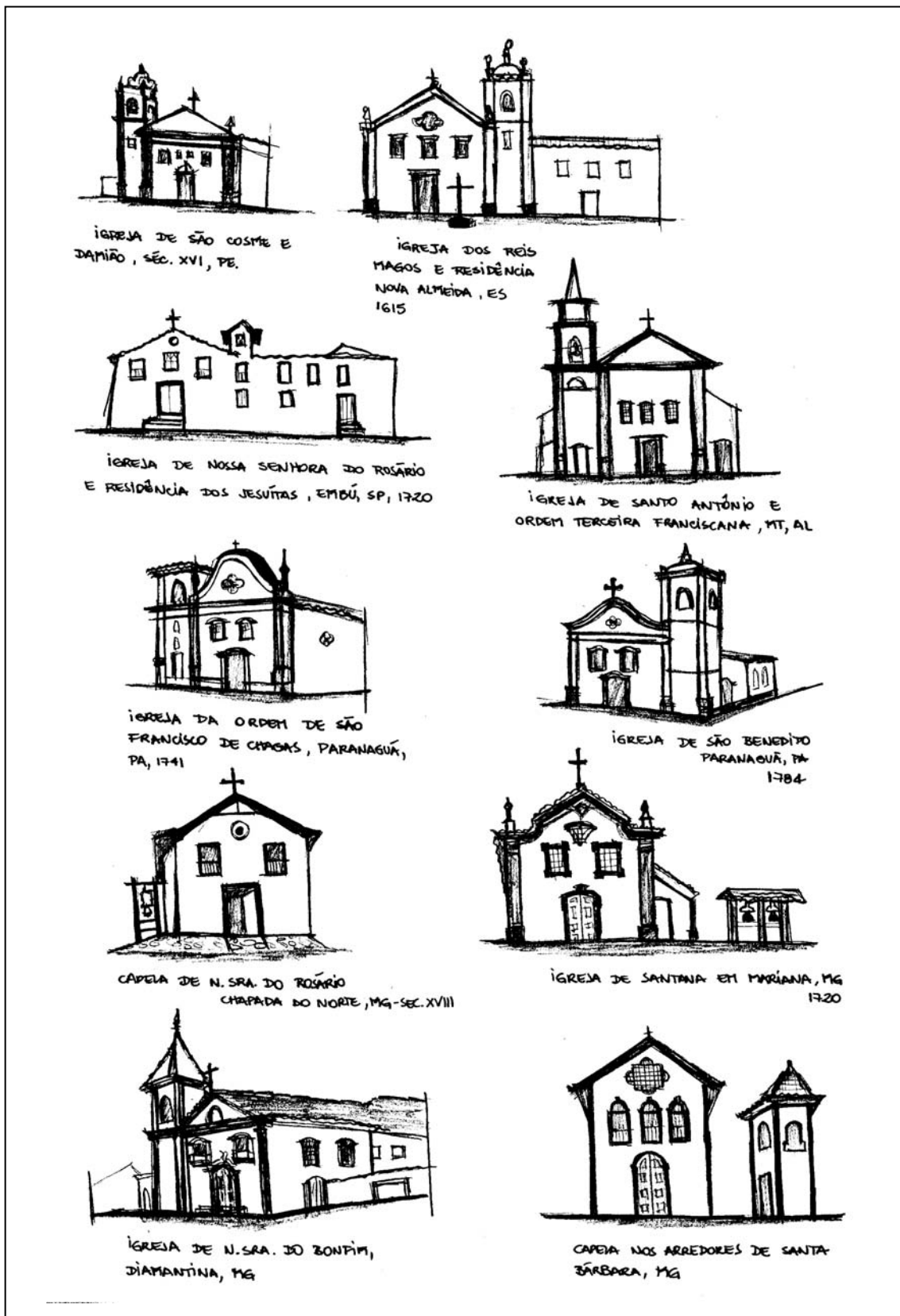
Esta solução do átrio avançado como um espaço de capela aberta que se projeta até o exterior do templo se vislumbra em exemplos notáveis como a capela da Penha na Paraíba onde se trata quase que de outra capela anterior, ou na capela do Socorro, onde se retoma a experiência das acomodações [dos romeiros] das ermitas rurais espanholas ou portuguesas (ermita de Thomar por exemplo) ou em exemplos baianos como Monserrat.<sup>22</sup>



**FIGURA 32** - Estudo de Aracy Amaral para capelas rurais argentinas  
Fonte: AMARAL, 1981, p. 70.

O partido geral de uma só nave, para as plantas das igrejas jesuíticas brasileiras, foi dividida por Lúcio Costa (1997) em quatro tipos: o primeiro a exemplo de São Roque, com influências e inspiração jesuítica, em que capela-mor e nave estão divididas apenas por um arco-cruzeiro. No segundo partido aparece diferenciada a nave e a “[...] capela-mor propriamente dita, de largura e pé-direito menores, partido claro e franco de composição, que

<sup>22</sup> “Esta solución del átrio avanzado como un espacio de capilla abierta que se proyecta hacia el exterior del templo se vislumbra en ejemplos notables como la capilla da Penna en Paraíba donde se trata casi de otra capilla anterior o en la capilla del Socorro, también en Paraíba, donde se retoma la experiencia de los dormideros o descansos de las ermitas rurales españolas o portuguesas (ermita de Thomar por ejemplo) o en ejemplos bahianos como Monserrate”. GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitectura y Urbanismo em Iberoamerica**. Espanha: Ediciones Cátedra, 1983, p. 75.



**FIGURA 33** - Capelas brasileiras com torres laterais  
 Fonte: Acervo da autora

depois se desenvolve em Minas Gerais”.<sup>23</sup> Estes exemplos estão principalmente na região norte de Minas, nas capelas mais rústicas do início do povoamento. O terceiro agrupamento se complexifica, principalmente na criação de espaços para um número maior de altares laterais: suas respectivas capelas, de profundidades diversas. O último grupo abrange as “[...] igrejas maiores seiscentistas, já influenciadas pelo padrão de planta então corrente da igreja jesuítica romana de Gesù”,<sup>24</sup> com marcações do arco-cruzeiro feitas principalmente pelo posicionamento das capelas laterais.

Havia um Plano Geral Urbano que, apesar de considerar uma ou outra particularidade de cada povoado, consolidou a tipologia do traçado urbano para as reduções, em fins do século XVII. Os trinta povoados definitivos se concentravam na região dos rios Paraná e Uruguai, ocupando uma área que atualmente pertence à Argentina (província de *Misiones* e de *Corrientes*), ao Paraguai (província de *Misiones*), ao Brasil (Os Sete Povos do Rio Grande do Sul) e alguns outros localizados na Bolívia (Missões de Mojos e Chiquitos).

Os Sete Povos das Missões, ruínas da obra localizada a noroeste da atual região do Rio Grande do Sul, exemplifica uma época em que a arquitetura era também cenário de conflitos entre colonizadores. Intercâmbios e disputas coloniais entre a Província Jesuítica do Paraguai e a Província do Brasil cravaram em território brasileiro as reduções, numa possível reconstituição atual de como conviviam espacialmente esses povos.

Mais que aldeias, as reduções se formavam como “cidades nas matas”, em traçados geralmente simétricos que representavam controle e disciplina. A igreja, protagonista da cena, dividia espaço com uma casa de saúde, escola, a casa dos padres, uma espécie de asilo, as casas-dormitórios e as oficinas. O conjunto era formado por vários pátios e muros que abrigavam pomar, horta e uma área para criação de gado, conformando aldeamentos que fossem o mais auto-suficientes possíveis. À medida que as habitações aumentavam, novos arruamentos internos iam sendo criados, bem ao reticulado espanhol. O modelo dos planos urbanos jesuíticos reinterpreta a Praça Maior, tão utilizada nas cidades ibero-americanas. Mais de trinta mil índios ocupavam a região próxima ao rio Uruguai, trabalhando em edifícios que utilizavam madeira retirada das matas do entorno. Regulamentaram-se os serviços, a qualidade e o tipo de madeira, a fabricação de telhas de barro e a divisão de suas terras.

O quarteirão como peça estruturadora foi substituído por uma faixa de moradias para os índios, como a casa comunal. Os módulos de cada vivenda se agrupavam formando quadras

---

<sup>23</sup> COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 26, 1997, p. 117.

<sup>24</sup> COSTA, Lúcio. *op. cit.*, p. 121.

com colunas de alpendres bem alinhadas, em volta da praça. Era constante o uso deste elemento: a cobertura sempre se prolongava além dos limites das paredes para apoiar-se no peristilo, quando se envolvia toda a construção. “A par de permitir o caminhar por toda a redução ao abrigo da intempérie, esses alpendres expressavam de forma nítida o sentido da vida comunitária que matrizou a sociedade missioneira”.<sup>25</sup> As formas ideológicas do barroco ibérico dominavam como pano de fundo nas missões, no sentido do domínio público: sacralizavam e controlavam os espaços urbanos. No lado sul da *Plaza Mayor* (FIG. 34) estava a Igreja, imponente, cujo projeto incluía geralmente três naves, capela-mor, sacristia, batistério, torre sineira e os alpendres que pertenciam aos adros, transformados às vezes em pórticos. A sede do poder era representada pelo Cabildo, localizado em posição oposta à Igreja; muitas vezes se estabelecia em construções de no mínimo dois níveis, com balcões de madeira ou varandas que vislumbravam a praça.

Foi sem dúvida na arquitetura que se viu com maior claridade o ciclo de integração cultural que levou os jesuítas a aceitarem desde os clássicos sistemas tecnológicos da madeira até o desenvolvimento paulatino de sua própria expressão arquitetônica em sua última fase na segunda metade do século XVIII.<sup>26</sup>



**FIGURA 34** - Projeto de redução jesuítica (ouvidor  
Juan de Matienzo, 1567)  
Fonte: GUTIÉRREZ, 1997, p. 43.

<sup>25</sup> CURTIS, Júlio N. B. de. O espaço urbano e a arquitetura produzidos pelos sete povos das missões. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1983, p. 33.

<sup>26</sup> GUTIÉRREZ, Ramón. **As missões jesuíticas dos Guaranis**. Brasil: Unesco, 1987, p. 34.

A “Plaza” continuava sendo o cenário ordenado, enquanto o núcleo composto pelo colégio, templo e cemitério representavam o enredo, com as fases da vida sacra e humana até a ausência dela e o encontro com Deus. A dinâmica barroca estava atenta ao controle do espaço público habitado pelo indígena, em construções muitas vezes estranhas ao próprio costume ibérico.

A utilização acrítica das ordens arquitetônicas, a incorporação de elementos ornamentais do meio (morcego na portada de San Cosme y Damián), a integração de soluções ambientais (entrepisos e câmaras de ar em diversos Colégios), entre outras características, assinalam o fenômeno da simbiose cultural que estas obras expressam e que se integra contemporaneamente na denominada mestiçagem cultural da arte americana.<sup>27</sup>

Numa fase posterior, já em fins do século XVIII, os jesuítas foram perseguidos para que privilégios e regalias chegassem ao fim, com os clérigos se tornando súditos da Coroa, “sujeitos às leis criminais, ao pagamento de impostos e à obediência à autoridade política”.<sup>28</sup> A disputa pelos territórios ao sul do Brasil foi um impulso para retirá-los em 1767/68; Portugal é o primeiro a expulsá-los de suas colônias, seguido dos espanhóis: temia-se a criação de um poder ou império jesuítico independente no novo Mundo. Com a criação dos Estados Nacionais no século XVIII, não havia mais sentido aliar a conquista à missão catequizante. Os índios deveriam se tornar também súditos portugueses, para que contabilizassem no povoamento da colônia, fazendo parte do modelo do Estado europeu do século XVIII. A área das missões estava centralmente localizada naqueles conflitos antigos entre Portugal e Espanha, que foram aumentados pelas lutas de independência e disputas locais nas colônias, principalmente o caso espanhol.

A arquitetura missionária jesuítica conseguiu expressar uma síntese verdadeira do que foi a integração cultural do indígena, considerando sua organização social, econômica e política. A capacidade persuasiva dos evangelizadores e a confiança conquistada nesse projeto foram abaladas por interesses políticos maiores da Coroa Espanhola, que resultou em muitas obras saqueadas e uma ânsia de poder cada vez mais destruidora. Atualmente existem poucos documentos iconográficos dos séculos XVIII e XIX e algumas fotografias seculares que nos dão uma idéia de como foram os templos dos trinta povoados, que estão arruinados.

---

<sup>27</sup> GUTIÉRREZ, Ramón. **As missões jesuíticas dos Guaranis**. Brasil: Unesco, 1987, p. 40.

<sup>28</sup> BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p. 374.

### 3.2. Particularidades de uma mesma origem ibérica: diferentes maneiras de ser colônia

Os conquistadores espanhóis, ao encontrarem cidades que possuíam uma organização mais fortalecida, dizimaram-nas completa ou parcialmente. É o caso de Cortez na Nova Espanha, ao acabar com Tenochtitlan para levantar a cidade do México em 1522; ou o exemplo da cidade de Cuzco, em que a maior parte do casario mantém sua estrutura em pedras perfeitamente encaixadas: materialização da civilização inca. Símbolo da resistência e a representação do permanente, estas estruturas sustentam as paredes construídas posteriormente pelo colonizador, demonstrando a força dos povos que conheceram violência e dominação. Já a mineração deu lugar à formação da cidade de Potosí e a agricultura foi o forte no estabelecimento da cidade de Santiago. Cartagena possuía o maior porto naval e comercial de domínio espanhol, fundada em 1533; a primeira capital do Brasil-colônia foi Salvador, fundada pelos portugueses em 1534; São Paulo de Piratininga foi fundada em 1554; Rio de Janeiro, capital do Vice-reinado, é de 1565; Santa Fé de Bogotá surge em 1538 e assim todo o século XVI fez surgir núcleos para a imposição colonizadora. Estas cidades funcionavam como apoios para intermediar interesses e comercializar mercadorias entre os países ibéricos e suas terras além-mar.

Espanhóis e portugueses fundaram as suas colônias de maneira bem diferenciada, se considerarmos uma forma geral de implantação urbana deste processo. A cidade dos primeiros se forma a partir de praças que retratam o controle e a organização confiável do poder real, compondo um reticulado simétrico. “Essa homogeneização que se derrama do edifício-sede para a cidade e da cidade-capital para o restante do país é perseguida na ordenação espacial das cidades pensadas para a América Espanhola”.<sup>29</sup> Vontade barroca ibérica de regular o espaço nacional, apesar de transplantada menos rigidamente para o Brasil. Principalmente em Minas Gerais, com cidades que no século XVIII, com raras exceções de interpretação, não concentraram forças num único ponto ou praça, mas em vários monumentos religiosos que saltam de diferentes morros. A partir destes muitos focos é que o traçado urbano se organizou, criando um jogo sedutor e surpreendente numa cidade como Ouro Preto; ou se contendo em pontos mais simples e singelos, como as muitas vilas que surgiram com a ereção da primeira capela. Esta, quase um “grande oratório”, com dimensões

---

<sup>29</sup> BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. América Latina: território e experiência. **Revista do Instituto Arte das Américas**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, dez. 2003, p. 86.

mais acessíveis à escala humana, contribuindo para o retrato da arquitetura barroca bem mineira: acolhedora, apesar de introspectiva.

A combinação do barroco mineiro delineou um período de forte identificação arquitetônica para o Brasil, por sua riqueza e momento criativo. Sua materialização acompanhou o relevo, se adaptou ao clima e se tornou parte do que foi incorporado e modificado a partir do produto original português. A arquitetura e esse estilo dos séculos de ouro ibéricos eram pouco, para um lugar que conseguia ser contemporâneo à produção europeia como um todo. O dinamismo da arquitetura colonial mineira criou um território menos lacrado, mais permeável ao que era autóctone e ao mesmo tempo metropolitano. Desta fusão surgiram cidades mais livres no seu movimento de avanço, crescendo não a partir de um reticulado pré-determinado, mas de acordo com a necessidade de cada novo sítio ou monumento brasileiro.

Diferenciamos-nos visivelmente de nossos vizinhos latino-americanos na maneira como cada um dos povos trata ou preserva a sua cultura. Isto se deve talvez pela forma como as relações de independência das colônias espanholas aconteceram, pela luta e resistência desses povos que conseguiram conquistar a sua liberdade, correspondendo corretamente ao significado da palavra conquista. E não apenas das relações de continuidade ocorridas no Brasil. O rei representava, para as colônias espanholas, um núcleo político único, a racionalidade expressa no espaço do Império, o controle e a segurança incorporados no barroco. Ao guerrearem contra este rei, num processo que envolveu luta e mudanças significativas, “os *criollos* perdem a vastidão dos espaços como recurso de poder e riqueza, balcanizando a América Espanhola”.<sup>30</sup> Entretanto, saem ganhando, como núcleos que rompem esta corrente única de poder.

A maneira como o Brasil se desvinculou de sua metrópole portuguesa foi quase uma farsa, se considerarmos as efetivas transformações pelas quais passou o país, ao conseguir sua independência. Existia uma elite brasileira que apostava na sua conveniência e na extensão do poder administrativo adquirido durante o Império. Aliás, único lugar em que seu colonizador – representado pelo rei português – governava e situava-se fisicamente na própria colônia. A vinda da Corte para o Brasil resultou no nascimento de um país intimamente relacionado à tradição monárquica, criando situações de clientelismo e favoritismo que nos foi deixado de herança política até os dias de hoje. A palavra de ordem era a continuidade, o prosseguimento do que funcionava para as elites. Talvez este seja um possível motivo para que nossa cultura e

---

<sup>30</sup> BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício:** iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p. 420.

arquitetura já tenham nascido com certo ar de conformismo, de aceitação plena, de poucos questionamentos e muita absorção do componente externo, pois não fomos acostumados a revidar. “Resulta disso um outro traço barroco e comum: as identidades nacionais são construídas a *posteriori*, e não antes. Elas são mais consequência do que causa da afirmação política das nações”.<sup>31</sup>

Por outro lado, o fato de sermos muitos pode ser analisado num ponto vista positivo, para enfatizar no campo da arquitetura e das artes como fomos ao mesmo tempo sábios, no aproveitamento da nossa característica receptiva. Abrimos os olhos para incorporar não o que vinha apenas de Portugal, mas também de seu vizinho ibérico e de nossos vizinhos hispano-americanos, estendendo-se desde as missões jesuíticas ao sul até a arquitetura dos latifúndios nordestinos, num movimento de contínuas idas e vindas, tão enriquecedor à nossa produção colonial.

Países como Peru ou Bolívia lutam até os dias atuais para que seus templos ou ruínas sagradas sejam conservadas, para que sua língua ancestral seja transferida a cada nova geração e para que os hábitos cristãos convivam pacificamente entre as populações andinas, em discurso e ações. Aliás, este é o legado latino-americano. Foi muito bem feita a fusão entre mundos tão distintos, sendo fácil encontrar, atualmente, habitantes desses países que carregam seus amuletos sagrados de deuses pré-coloniais no mesmo bolso que carregam sua cruz cristã.

Desenvolveram-se entre os vários povos da América Latina (povos europeus e não-europeus) diversas formas também de cultura ligadas ao cristianismo, principalmente à arte cristã; em especial nas cidades peruanas, como a produção arequipenha ou surgida a partir da Escola Cusquenha de Pintura<sup>32</sup>, atuante entre os séculos XVI e XVIII. O Convento de La Merced, em Cuzco no Peru, apresenta uma escultura com a imagem da Virgem vestida com trajes dos índios, coloridos com tons fortes (FIG. 35). O detalhe da vestimenta utiliza motivos geométricos e florais usualmente encontrados nos trabalhos incas, como os tecidos e ponchos utilizados por camponeses. Nota-se um Cristo com feições indígenas, sem barba e com cabelos lisos, assim como são os traços do rosto da Virgem, corado e arredondado como o das mulheres das tribos. O Cristo não usa uma coroa de espinhos, mas um gorro que retrata

---

<sup>31</sup> BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. América Latina: território e experiência. **Revista do Instituto Arte das Américas**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, dez. 2003, p. 88.

<sup>32</sup> A Escola Cusquenha é considerada o primeiro centro pictórico organizado no então chamado Novo Mundo, destacada a partir da segunda metade do século XVII. Criada pelos espanhóis, tinha a função didática de catequização das almas pagãs, formando artistas indígenas. Apesar de sofrerem influências das escolas bizantina, flamenga e renascentista italiana, a liberdade dos cusquenhos se traduzia em cores fortes, referências andinas e o desprezo à perspectiva. (O termo cusquenho não se limita apenas a Cuzco, mas também a outros países como Bolívia e Equador). Espalhados pelos museus de Cuzco, as telas retratam cenas bíblicas no modo andino, com interferências explícitas de uma outra cultura pagã.

fielmente o artesanato que ainda veste a população peruana: evidências de que mesmo na segunda metade do século XX, os artistas da então Escola de Belas Artes de Cuzco trabalhavam com essa bagagem híbrida incorporada. Aqui talvez numa atitude crítica em relação ao papel da arte enquanto um componente educativo para a aceitação do mundo cristão, ou talvez por um orgulho e respeito fortes desta mesma cultura, que hoje já não prioriza seus deuses em relação ao Deus Cristão; nem seus templos sagrados de pedras, que foram substituídos pelas igrejas católicas sempre cheias; mas que aprendeu a conviver e gostar desta duplicidade, parte do seu dia a dia.



**FIGURA 35** - Escultura da Virgem e do Cristo, de autoria de Rafael Flores Matto, artista Cusquenho.  
Fonte: Convento de La Merced em Cuzco, Peru.

Pinturas dos séculos XVI, XVII e XVIII aparecem misturando personagens cristãos bíblicos estilizados, como Cristos de saia em trajes indígenas; um Cristo em tons de pele negra; referências locais a certos hábitos alimentares na cena cotidiana; ou mesmo a representação da Última Ceia, onde aparecem alimentos que são originais do altiplano andino. Aleijadinho também trabalha dessa maneira em Minas Gerais, com referências tais que não se decanta particularmente o que é mineiro e o que é ibérico. Apesar de toda a discussão sobre a autoria do projeto da Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto<sup>33</sup>, suas torres são um

<sup>33</sup> Assunto que foi tema de estudos da professora Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, retomado com o título **Situação contemporânea dos estudos da arquitetura e das artes visuais em Minas Gerais no século XVIII.**

belo exemplo de referências e indagações às certezas barrocas oriundas de Portugal. Foram construídas posteriormente e estabelecem um diálogo com a cidade, na medida em que sua inclinação em 45° foge aos padrões de paralelismo das fachadas, uma variação em terras mineiras. Já a robustez e formato cilíndrico que possuem são uma referência ao caráter militar da arquitetura portuguesa, ou mesmo das fortificações encontradas nas colônias espanholas ou nos litorais brasileiros.

Para Barboza Filho (2000), o barroco é ao mesmo tempo cruel e sintetizador, ao realizar a convivência do homem branco com o que ainda pulsava da cultura nativa: o sincretismo e a simulação, a idéia de coexistência. As marcas da presença indígena e nativa, no Brasil, tinham sua força na sutileza de sua inserção, no amálgama bem preparado e às vezes até despercebido, por um leitor mais ávido a encontrar cópias dos modelos portugueses.

[...] A importância adquirida pelo desenvolvimento da arquitetura portuguesa na colônia foi de tal ordem e se processou de forma tão irregular e especial que as suas manifestações não podem ser consideradas apenas como decorrências de determinados regionalismos metropolitanos, mas como um complexo em cujo todo intervieram variadas filiações e caprichosas interferências retificadoras ou desintegradoras, e que nas várias províncias brasileiras a arquitetura portuguesa desenvolveu-se algumas vezes idêntica aos padrões metropolitanos, outras vezes diferente, da mesma forma como se desenvolveu igual ou diferenciada nas províncias do próprio reino, cada qual portuguesa à sua moda; e as nossas modas de o ser - pois que houve várias - foram sempre brasileiras. Assim, portanto, mesmo quando o estilo é o mesmo, como ocorre no caso das igrejas do mosteiro de São Bento e da Ordem Terceira de São Francisco, no Rio de Janeiro, ou do Convento de São Francisco e do antigo Colégio dos jesuítas, na Bahia, os monumentos devem ser considerados originais, pois têm personalidade própria, embora concebidos e executados ao gosto e segundo os preceitos reinóis então correntes, e como tal são autênticos e legítimos como os de lá.<sup>34</sup>

Intercâmbios comerciais e políticos entre os países de colonização espanhola e portuguesa aconteciam constantemente, mesmo que a proibição tentasse o controle. O mesmo rigor era tido pela Espanha ao ingresso de estrangeiros ao Novo Mundo. A rainha Isabel proibiu o acesso de todos aqueles que não fossem naturais de Castilha e Leon na América. Anteriormente, no período em que Carlos V governava a Espanha (por volta de 1516), expedições eram enviadas à América Ocidental quando o assunto era armamento, em que vinham também franceses, ingleses e alemães.

No Peru, as primeiras regulações contra estrangeiros datam de 1591, por Felipe II: expulsavam todos os que não fossem de Aragão, Castilha, Catalunha ou Valencia.

---

Palestra proferida no XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte em Belo Horizonte, de 27 a 29 de outubro de 2004.

<sup>34</sup> COSTA, Lúcio. Introdução a um relatório, 1948. In: \_\_\_\_\_. **Lucio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 456.

Transgredindo tais regras de comunicação entre os reinos, como também era feita a transgressão entre as colônias americanas, chegaram não só ao Peru, como também à Venezuela, México, Colômbia ou Bolívia, conquistadores, soldados, marinheiros, funcionários do governo, missionários e mercadores principalmente de origem flamenga. Apesar dos peninsulares não gostarem de entregar cargos oficiais àqueles que não eram espanhóis, encontram-se exceções que vão desde baixas posições oficiais até o cargo de governante de um vice-reinado. Durante a conquista do território latino-americano, o povo não-ibérico que, qualitativamente, mais se envolveu em diferentes campos de atuação no Novo Continente, foram os flamengos.

A presença do estrangeiro se encontra até nas decisões quanto ao tipo de colonização da América: o sistema de divisão territorial e administrativo – as intendências – que funcionavam com êxito na França, foi levado pelos Bourbons à Espanha e posteriormente aplicado em terras americanas. As primeiras intendências foram as de Cuba em 1764, seguidas do Vice-reinado da Nova Espanha em 1769; na Venezuela em 1779 e em Buenos Aires em 1782.<sup>35</sup>

Theodoro (1992) estuda a América Latina barroca e seu processo de diferenciação cultural, delineando um contexto histórico no qual é possível respondermos aos conflitos impostos pela modernidade. Estes conflitos ocorrem essencialmente devido à presença de elementos neo-europeus ou técnicas abruptamente novas, em meios latino-americanos que ainda se encontram apegados a tradições e referências da época colonial. Concordando com suas idéias, os problemas da sociedade latino-americana partem da sua parcela de ancestralidade ibérica, e não de seu potencial indígena; das instituições, e não da população nativa. O que chama de problema é o possível confronto entre povos diversos que acabou afastando o elemento nacional de sua forma independente, criando nos países latino-americanos a necessidade constante de autoproteção. Toca na questão de nossa ancestralidade como uma característica preciosa, rica, matematicamente possível de responder aos desafios das estruturas políticas internacionais. Analisa o momento em que indígenas e europeus estabeleceram uma espécie de reconciliação, transformando seus conflitos em convivência relativamente pacífica. Nesse momento, a América é barroca, pois a constituição heterogênea de sua fase pós-conquista pôde se manifestar culturalmente através do barroco. E por que não focar em sua arquitetura? A articulação do acervo cultural indígena com o europeu acabou revelando uma estética renascentista em que "a América deveria constituir-se à imagem e

---

<sup>35</sup> Sobre a presença flamenga no território latino-americano destaca-se o estudo feito pelo professor Eduardo Chamot, quanto à influência de estrangeiros na formação das colônias espanholas. Cf. CHAMOT, Eduardo Dargent. **Presencia Flamenca en la Sudamérica Colonial**. Peru: Universidad San Martín de Porres, 2001.

semelhança da Europa",<sup>36</sup> que trabalhava a coincidência e a representação da realidade como arte. A novidade cênica que surgiu na América lutava por destruir a expressão cenográfica estabelecida pelos povos pré-colombianos. Era necessário convencer os novos cristãos que a fartura de ouro e prata dentro dos templos justificava-se por estar sendo melhor aproveitada, a favor do catolicismo.

Nossos indígenas ou nossos ancestrais não poderiam se manter puros ou saírem ilesos desta complexa rede de influências. O espanhol e o português predominavam como corpos estranhos, mas havia ainda o flamengo, o holandês, o moçárabe ou vários outros grupos cujos saberes já se infiltravam em terras americanas através das metrópoles ibéricas. A situação das antigas colônias da América Latina só mudou no clima de independência realizado pelos norte-americanos, em 1776. Numa espécie de modelo, reforçou-se o desejo separatista e as “iluminadas” idéias por liberdade infiltraram-se no solo latino-americano. As guerras napoleônicas ocorridas na Europa não pouparam a Península Ibérica. Os franceses depuseram Fernando VII da Espanha e a vinda da Corte para o Brasil enfraqueceu o poder metropolitano, com a independência de suas colônias no século XIX. As colônias precisavam se inserir nos moldes da modernização mundial, em que suas elites locais, quase todas de origem ibérica, pudessem continuar o seu *status* de poder. “Tornamo-nos independentes mais para integrarmos aos tempos modernos da Europa do que para desdobrar uma identidade nacional própria”.<sup>37</sup> Mercados foram assim ampliados e o acesso a outros países e demais produtos deveria ser garantido.

O Rio de Janeiro tornou-se a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com a transferência da Corte para o Brasil em 1808. Ganhou benefícios, pois a cidade passou por obras de saneamento, construção de palácios e residências para membros da Corte, além da fundação de importantes instituições, como a Biblioteca Imperial, a Academia Real Militar e a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura. Com a independência, foi sede do Governo Imperial e mais tarde, capital federal do Brasil.

---

<sup>36</sup> THEODORO, Janice. **América barroca**: tema e variações. São Paulo: USP; Nova Fronteira, 1992, p. 121.

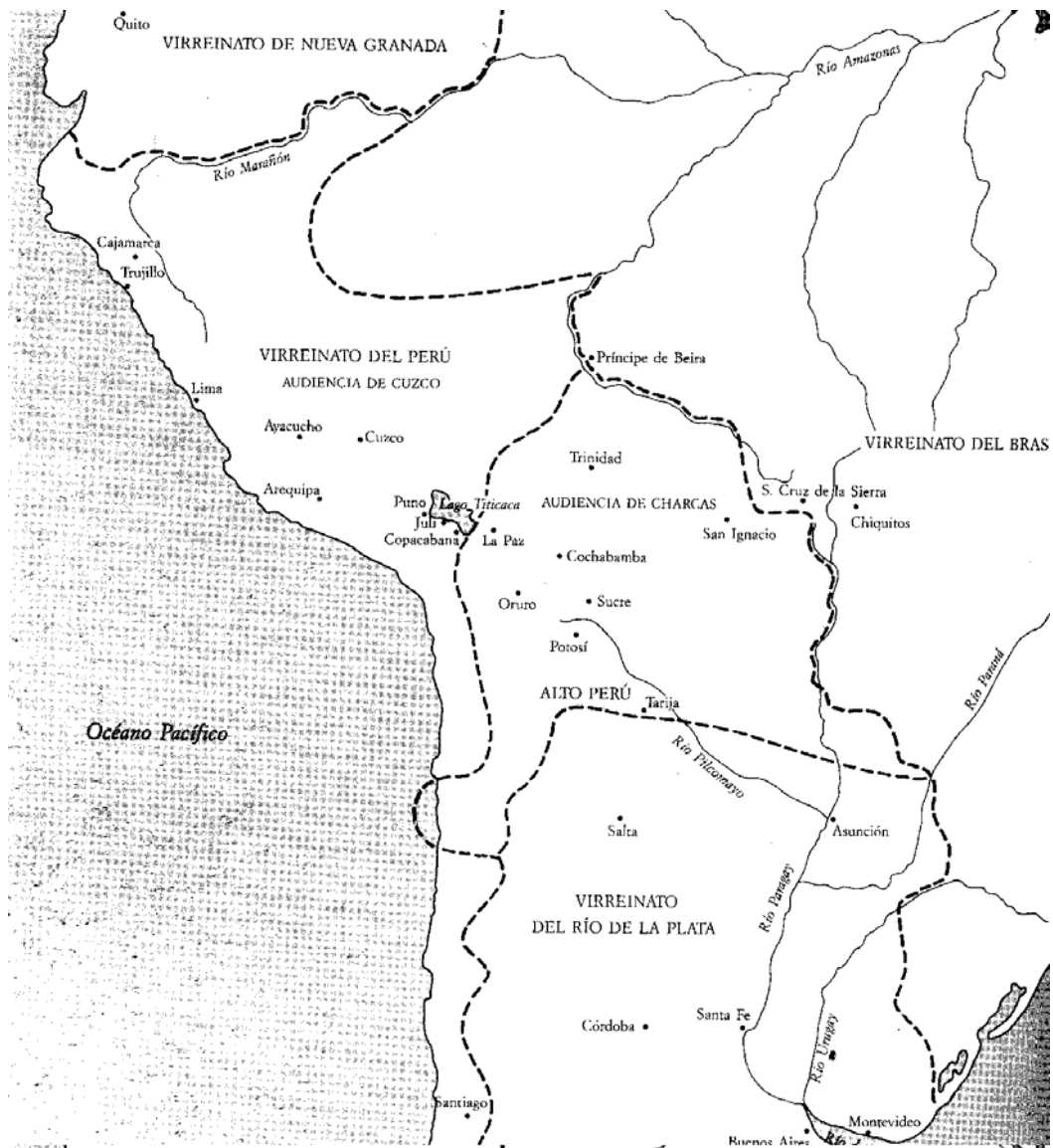
<sup>37</sup> BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. América Latina: território e experiência. **Revista do Instituto Arte das Américas**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, dez. 2003, p. 81.

### 3.3. Nossos vizinhos latino-americanos: arte e arquitetura que tangenciam o Brasil

O barroco que foi criado com a fragmentação da cultura indígena e a incorporação destes pedaços à cultura espanhola, não se encontra tão próximo à Europa como o é do Brasil. Apesar das diferenças de colonização entre Portugal e Espanha, e as conseqüentes inserções urbanas e sociais decorridas desde então, é exatamente a mobilidade presente na América dos séculos XVI ao XVIII que traduz tal proximidade. As igrejas das colônias espanholas podem ter uma escala mais monumental, podem ampliar em suas formas e aparência o barroco do Brasil, mas apenas e principalmente, antecipa-o. A carga de transformação que as edificações hispano-americanas carregam é desdobrada no Brasil, que parece ter sido menos vigiado e ao mesmo tempo mais contido. Se existe “latinidade” no mundo cultural latino-americano, e se esta expressão chega ao ambiente criado também pela arquitetura, fica mais fácil entender nossa característica de amplitude e recepção aos vizinhos do Novo Mundo.

#### 3.3.1. Peru e Bolívia

A Igreja de São Francisco de La Paz, na Bolívia - 1772/74 – (FIG. 37), apesar de suas características mais peculiares, como o arco trilobado da portada, traz para o ambiente externo o resultado da acumulação de experiências formais diversas: a ornamentação de sua fachada é composta de motivos antropomorfos misturados a elementos renascentistas e ainda temas mitológicos que compõem as manifestações mestiças. Toda trabalhada em pedra, esta fachada se impõe exuberante, detalhadamente decorada para que a festa religiosa acontecesse nas ruas, e não apenas no interior dos templos; os espaços urbanos adquirem assim um sentido ritualístico, o seu uso fica repleto de conteúdos simbólicos que possibilitem a reverência ao Deus Católico. Esta igreja surgiu para substituir um templo antigo, ainda do século XVI. Sua planta possui três naves e ainda a marcação de seus encontros estruturais com cúpulas. Em São Francisco predomina a horizontalidade, quebrada apenas por uma torre que marca a portada de acesso: tem-se uma leitura do todo, mas que pode ser facilmente separada em blocos que parecem ter sido posteriormente ornamentados.



**FIGURA 36** - Mapa do Vice-reinado do Peru, séc. XVIII  
 Fonte: GUTIÉRREZ, 1997, p. 26.

Como nos afirma Gutiérrez (1997), a arquitetura boliviana se manifestou como uma continuação da arquitetura desenvolvida no Peru, em que suas realidades regionais se articulam com o território peruano. Tanto em La Paz como em toda a Bolívia, a regra geral é de que os altiplanos tenham desenvolvido uma arquitetura mais simples, aquela que até a atualidade sirva a uma parcela da população menos favorecida economicamente, com reduzidíssimos recursos tecnológicos e que, por isso mesmo, mantenham tradições construtivas mais antigas. É o caso de vários povoados rurais próximos às ruínas de Tiwanaku, em que o barro e a palha ainda são amplamente utilizados.



**FIGURA 37** - Fachada da Igreja de São Francisco em La Paz, Bolívia  
 Fonte: Acervo da autora, agosto 2004.

A carência de madeira na região altiplana levou ao desenvolvimento de técnicas de abóbodas em cantaria, como a grande parte das estruturas dos templos, desde o século XVII. A produção arquitetônica desses lugares foi marcada por um processo de acumulação e renovação ao longo dos séculos, em que é fácil encontrarmos obras seiscentistas com portadas ou coberturas que datam já do final do século XVIII, além de imagens, retábulos e altares adicionados ou completados posteriormente.

Potosí foi reconhecida por seu barroco a partir das produções do século XVII, sendo uma das cidades peruanas por onde o caminhar vez ou outra nos lembra a capital Ouro Preto, se considerarmos a auge da época colonial. Remete-nos também a Cuzco, em relação ao seu desenvolvimento estilístico, tendo sido a cidade mais povoada do vice-Reino do Peru, no século XVII. A Paróquia de San Martín, destinada aos indígenas de Chucuito, data do século XVI: com planta em cruz latina, a espacialidade que direciona a nave é obtida por meio de pequenas marquizes e trabalhos em madeira que imitam panos, posicionados como painéis que levam o olhar até o altar. Chamados de *lienzos*<sup>38</sup>, este recurso decorativo se utiliza geralmente da madeira na formação de rendilhados, relevos, detalhes que imitam exemplos vindos dos tecidos. Ornamentações assim são raras no Brasil, e em Minas Gerais é inusitada a presença de um altar que utiliza um recurso bem próximo a este, como o da Igreja Matriz de

<sup>38</sup> Estes “panos de armar” possuíam motivos decorativos que muito inspiraram os artesãos em sua arte na madeira. Eram transportados do tecido para a ornamentação dos retábulos, arzoados, painéis e baldaquins, que já haviam sido bastante trabalhados em exemplos ibéricos, como em conventos ou mosteiros. Quando se faz referência a Portugal: “Internamente, por outro lado, o azulejo, que já entre os próprios mosárabes (sic) sofrera a evolução nessa época, repetia em seus desenhos os panos de armar”. LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Capitania das Minas Gerais: origens e formação**. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Arte, 1965, p. 215.

Santo Antônio, em Itacambira (FIG. 38). A arquitetura potosina contou com a participação ativa dos indígenas em sua formação, especialmente nestes desenhos rústicos, geometrizados. Sebastián de La Cruz, um mestre de cantaria analfabeto, foi uma das referências no ofício artesão, integrando harmoniosamente o seu trabalho com referências cristãs. É o caso, por exemplo, de todo o cuidado dispensado às colunas salomônicas na torre da Igreja da Companhia de Jesus.



**FIGURA 38** - Altar da matriz de Santo Antônio em Itacambira, MG  
Fonte: IEPHA – MG.

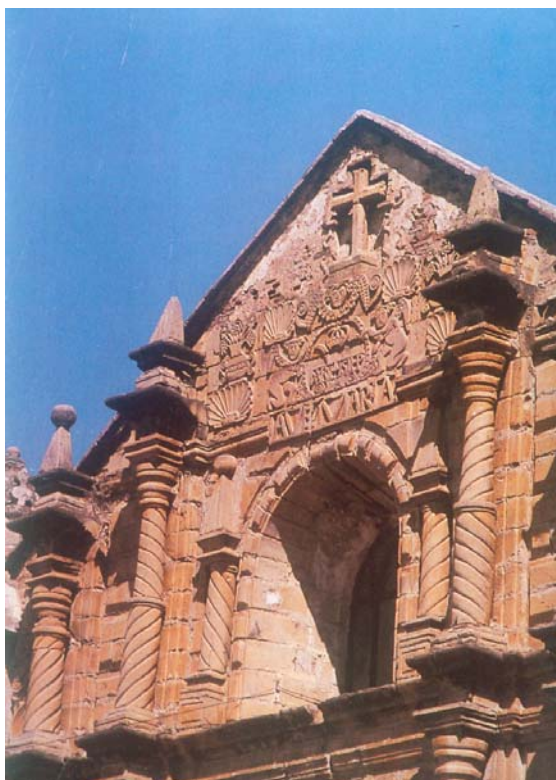
Outra obra de significativa expressão mestiça é a Igreja de São Lourenço. Sua portada está enquadrada em um arco completamente ornamentado, cujo trabalho foi realizado por indígenas entre os anos de 1728 e 1744. Como afirma Gutiérrez (1983), novamente aparece a conjugação da arte no mundo americano: “um programa erudito, um repertório formal europeu assimilado, uma presença dos elementos do próprio contexto e da sensibilidade expressiva dos artífices americanos”.<sup>39</sup> A decoração vegetal sugere uma ligação do mundo altiplano com a selva, colocando a figura do índio numa posição privilegiada dentro da igreja, como aquele que sustenta e viabiliza o acesso. A partir de 1776 Potosí vincula-se a Buenos

<sup>39</sup> “um programa erudito, um repertorio formal europeo asimilado, una presencia de los elementos del próprio contexto y la sensibilidad expresiva de los artífices americanos”. GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitectura y Urbanismo em Iberoamerica**. Espanha: Ediciones Cátedra, 1983, p. 180.

Aires, que é a capital do vice-reinado do Rio da Prata. Sua dependência, aliada às inundações que prejudicaram a mineração e trouxeram a decadência desta vila imperial a partir do século XVIII, ocasionaram na interferência de vários outros artistas e profissionais que atuaram tecnicamente na cidade, principalmente os de origem platina, continuando um ciclo de positivas e enriquecedoras influências.

Sucre fora a capital oficial da Bolívia, fundada em 1538 com o antigo nome de Chuquisaca. Merece destaque a Catedral da cidade, cuja construção se iniciou em meados do século XVI e foi terminada por volta de 1630, com algumas modificações ainda no século XVIII. Estas últimas agregaram capelas, num processo de adição de espaços autônomos semelhante à das catedrais de origem espanhola. O conjunto da Catedral é importante por apresentar um balcão à maneira de uma capela aberta, que avança sobre a praça, e que compunha um espetáculo à parte na celebração das missas para os indígenas. O trabalho de cantaria é aqui notável, supondo a execução de sua portada por um arquiteto espanhol de Granada, cuja permanência em Sucre foi temporária.

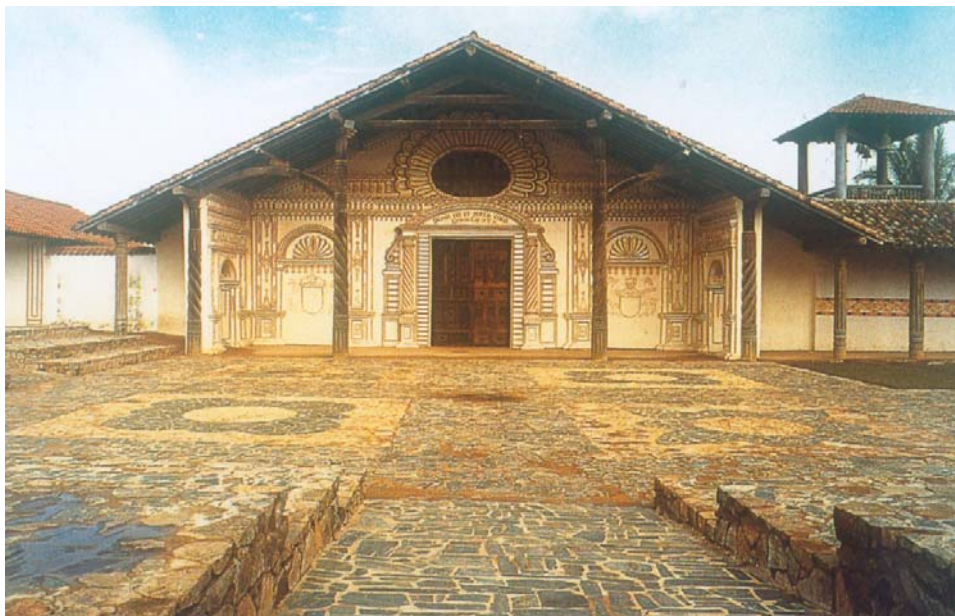
A Catedral da Companhia de Jesus em Cochabamba na Bolívia (FIG. 39), foi construída no século XVIII. Foge à regra usual de inserção urbana das Catedrais nas cidades de colonização espanhola: não está inserida dentro do perímetro da Praça Maior, mas posiciona-se longitudinalmente em relação a ela. Também em pedra, sua portada é conformada por três corpos de colunas salomônicas, bastante expressivas, que servem como uma identificação da Igreja para a cidade. É muito ornamentada, chamando a atenção para o detalhe trabalhado em cantaria, localizado no ponto mais alto, abaixo da cruz. São inscrições e desenhos cristãos que se misturam com referências indígenas e geometrias sem definições, além do uso da concha, elemento espanhol. Tal formato e o tipo de trabalho serve de comparação ao único detalhe ornamental deste tipo encontrado em Minas Gerais, na Capela de Santana em Antônio Dias, também do século XVIII. Tanto Cochabamba como Santa Cruz de la Sierra utilizam com mais frequência a madeira, pela disponibilidade maior deste material nestas áreas de vales, enquanto é raro sua utilização em áreas altas, como La Paz. Casas de dois níveis com balcões trabalhados em madeira aparecem também em Cochabamba, cheios de detalhes, que se estendem por áreas vizinhas.



**FIGURA 39** - Catedral da Companhia em Cochabamba na Bolívia  
Fonte: GUTIÉRREZ, 1997, p. 73.

Santa Cruz de la Sierra possui uma localização que favorecia o intercâmbio entre o indígena destas terras e o português do Brasil, marcando “o processo de penetração em uma região marginal cuja arquitetura teve então um forte componente local e um indubitável sabor popular”.<sup>40</sup> Pretendia-se resolver questões funcionais de moradia, sem preocupações estéticas. A arquitetura madeireira das Missões de Mojos y Chiquitos conheceu uma grande influência de arquitetos jesuítas da porção central europeia, como por exemplo o uso de pinturas murais em ambientes internos e externos. É o caso de dois modelos nas Missões de Chiquitos: a Igreja de San Javier (FIG. 40) e a Igreja de Imaculada Conceição. Destaque nestes templos são os grandes átrios e suas varandas, cujos pilares em madeira trabalhada impressionam pelo cuidado e adequação ao conjunto. Já não apenas sustentam, mas fazem parte de toda a ornamentação da fachada, com seus ricos murais.

<sup>40</sup> “el proceso de penetración en una región marginal cuya arquitectura tuvo entonces un fuerte componente local y un indudable sabor popular”. GUTIÉRREZ, Ramón. La arquitectura boliviana. In: \_\_\_\_\_. **Barroco Iberoamericano**: de los Andes a las Pampas. Barcelona: Lunwerg Editores, 1997, p. 106.



**FIGURA 40** - Igreja de San Javier, Missões de Chiquitos na Bolívia  
 Fonte: GUTIÉRREZ, 1997, p. 79.

A arquitetura que servia às moradias, com algumas variações regionais, tinha comumente a tipologia da casa com pátio interno. Em geral, estas casas possuíam dois níveis: aquele com acesso térreo destinava-se ao comércio, enquanto o pavimento superior, quase sempre avarandado, servia aos moradores com dormitórios e salões. Os balcões de madeira das varandas caracteriza uma tipologia típica das regiões latino-americanas, como as próprias afirmações de Amaral (1981) para os corredores com pilares:

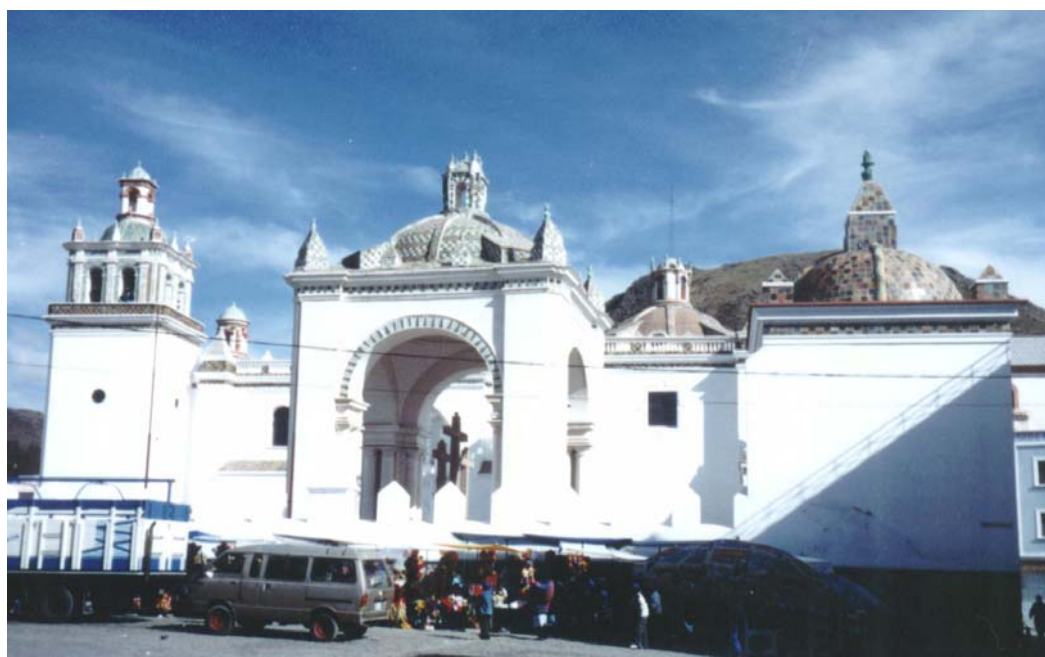
Fronteiros como posteriores, ou ambos presentes numa mesma residência, são idênticos ou semelhantes àqueles encontrados em fachadas de Salta, Santa Fé, Corrientes, Santa Cruz de la Sierra, bem como em casas de “*pueblos*” paraguaios ainda hoje existentes, mas de maneira mais similar em sua presença na Colômbia, Venezuela e Equador.<sup>41</sup>

Estes balcões ainda existem em La Paz, embora estejam bem reduzidos: eram amplamente utilizados nos dias em que as procissões ou as festividades religiosas movimentavam a cidade, quando eram enfeitados com quadros e flores, além de todo o trabalho cuidadoso que já existia nos próprios pilares de madeira. Essa decoração era colorida, viva, como ainda são as cores que a população destas cidades carrega em suas tradições. Na cidade de Copacabana, às margens do Lago Titicaca, é comum nos dias atuais os padres

<sup>41</sup> AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo**: da casa rural à Capela de Santo Antônio. São Paulo: Nobel; USP, 1981, p. 24.

saírem às ruas, aos domingos, para abençoarem os carros que por lá circulam. Um pedido de proteção divina que enfeita a cidade pelo menos uma vez por semana, fazendo da cena urbana um lembrete à fé católica, trazida pelo colonizador.

Na região deste lago, templos como Caquiaviri, Calamarca ou Callapa fornecem continuidade a tradições góticas, *mudéjares* e renascentistas, em conjunto aos programas barrocos das paróquias jesuítas deixadas por cada comunidade indígena. O Santuário de Nossa Senhora da Candelária, em Copacabana na Bolívia, se sobressai neste contexto, cuja construção foi iniciada em 1612 e concluída em 1651 (FIG. 41); os agostinianos já tinham entrado no povoado em 1589, na proposta de evangelização dos indígenas. É um grande local para peregrinação, com um átrio cercado por muro que abriga ainda outras capelas e estrutura para receber os fiéis. As cúpulas destas estruturas e a fachada da Igreja são cobertas com azulejos vitrificados, numa época em que essa produção alcançou seu auge no altiplano peruano: entre os séculos XVII e XVIII. Tais cúpulas e tal ornamentação não podem deixar de sugerir uma remissão à arquitetura muçulmana, que constantemente utiliza mosaicos e peças cerâmicas na composição de suas obras: parte de uma história que veio para a América Latina na bagagem dos colonizadores espanhóis. A imagem da Virgem morena de Copacabana incorpora claramente a religiosidade católica ao mundo indígena: bastante cultuada na Bolívia, apresenta traços que se identificam com a população local, de cabelos lisos e escuros.



**FIGURA 41** - Santuário de Copacabana, Bolívia  
Fonte: Acervo da autora, set. 2004.

A imagem da padroeira da Bolívia foi trazida ao Brasil no século XVII para a cidade do Rio de Janeiro, nomeando o bairro de Copacabana. Como nos relata Amaral (1981), a chegada dessa santa evidencia as influências do Pacífico em terras brasileiras, no processo de transculturalização iniciado pelos espanhóis; na apropriação de cultos e nomenclaturas incas; e a nossa participação a essa realidade ainda no início do século XVII, pois a imagem original pertencente ao santuário boliviano data de 1583. “Mas também devoções castelhanas foram levadas pelos descendentes de espanhóis de São Paulo para Minas, como é o caso particular do culto de Nossa Senhora do Pilar”.<sup>42</sup> Esta era uma santa de devoção espanhola, que vinha do Santuário de Saragossa; Ouro Preto foi a primeira cidade mineira que erigiu capela para Nossa Senhora do Pilar, após ter sido levada ao Rio de Janeiro. A possibilidade é que tenha sido transportada a Minas na bandeira de Bartolomeu Bueno, seguindo modelo de escultura castelhana do século XVII. Imagens brasileiras também foram levadas para a Argentina, como as de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Consolação, que, por sua natureza em barro cozido, podem ter sido originadas da região nordeste ou da Capitania de São Vicente, conforme estudos de Carlos Lemos.

Dentro do Peru, a cidade de Cuzco se destaca pela adaptação de seu casario à realidade do uso espanhol, fazendo do século XVI um “período de transição” entre culturas, confirmando a colocação de Gutiérrez (1997), observando os edifícios cuja estrutura ainda mantém pedras incas. Bastante usual, o pátio interno das edificações representava a fusão de indígenas e hispanos numa solução apropriada ao clima da região, com a existência de corredores perimetrais, que funcionavam como espaços intermediários. A decoração das portadas permitia a diferenciação entre os edifícios, sendo que o século XVII tornou popular os balcões talhados em madeira, voltados para a praça principal (FIG. 42). Esses balcões eram uma prévia das aberturas privilegiadas que as casas conquistariam, principalmente aquelas localizadas em ruas centrais.

Os hispano-americanos preferiam as composições torneadas, apresentando-se os elementos de composição separados por *tabellas horizontales* ou galerias, *emquanto* entre nós, os balaústres robustos foram usados com maior *frecuencia*. As adufas sempre foram mais abundantes no Brasil, do que nos diversos *países* americanos de origem *hespanhola*. O tratamento dado pelos nossos carapinas era, sob o ponto de

---

<sup>42</sup> AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo:** da casa rural à Capela de Santo Antônio. São Paulo: Nobel; USP, 1981, p. 111. Sobre o intercâmbio entre imagens da Península Ibérica e as colônias latino-americanas, principalmente destacando o não isolamento do Brasil, conferir a mesma obra da autora, cap. IV, em que cita o professor Carlos Lemos. Cf. LEMOS, Carlos. **Escultura colonial brasileira:** panorama da imaginária paulista no século XVII. [S.l.]: Kosmos, 1979.

vista da *tehnica*, sensivelmente inferior ao que transparece nas composições *coloniaes* do México, do Peru, do Equador e da Argentina (grifo da autora).<sup>43</sup>



**FIGURA 42** - Um dos vários exemplos de balcões ornamentados, localizados na Praça Maior em Cuzco  
Fonte: Acervo da autora, set. 2004

Vários prédios em Cuzco apresentam esta tipologia com pátios centrais. Com uma dinâmica de visitação e uso que   focada no turista, edifica es como o palácio dos arcebispos   hoje em dia um Museu de Arte Religiosa: constru o de influência  rabe que foi edificada sobre as bases do palácio do soberano Inca Roca. A casa do ilustríssimo historiador Garcilaso de la Vega foi construída sobre uma plataforma inca; atualmente   a sede do Museu Histórico Regional, o qual exibe pinturas da Escola Cusquenha pertencente   época do vice-reino.

Em Lima, o temor aos abalos sísmicos da região desenvolveu um sistema flexível de constru o, como o emaranhado de bambus que era preenchido por barro, chamado *quincha*. Solu es como essas aconteciam também nas cidades brasileiras, como a técnica construtiva de pau-a-pique, que aproveitava a madeira da região e utilizava-a como estrutura para o barro que era adicionado posteriormente. Comum nos casebres dos sertões, a técnica de pau-a-pique justificava-se por motivos diversos daqueles sísmicos, como o uso de m teria-prima acessível e mão-de-obra disponível na região. Tal sistema construtivo está presente em alguns poucos edifícios resistentes, que hoje abrem janelas com uma amostra de como se construía naquele tempo.

<sup>43</sup> MARIANO FILHO, José. **Influências mu lmanas na arquitetura tradicional brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, [19--], p. 30. A ortografia incorreta original da publica o (na cita o destacada) deve-se   maneira de grafar no início do século XX, ano não identificado nessa obra.

Em Lima são raros os casos de edifícios em pedra; quando esta é usada, geralmente restringe-se à portada da fachada principal dos templos. A Igreja de La Merced, construída de 1697 a 1707, é um exemplo deste tipo, em que a parte central da edificação está em pedra, mesmo que o conjunto como um todo assim não o seja. Nesta parte não existem planos curvos, mas apresentam-se cornijas quebradas e formas retas, que enfatizam a centralidade da Igreja.

O conjunto de São Francisco (FIG. 43) é um dos que impressionam pela sua influência no traçado de um bairro e na cidade, além da extensão de seu grande complexo que é composto pela Igreja, capelas, claustros e catacumbas. É um testemunho da maneira de construir dos séculos XVI e XVII, demonstrando uma de suas técnicas construtivas bastante utilizada em edificações deste porte: tijolos de adobe agregados por uma massa feita de cal, areia e clara de ovos marítimos. A Igreja foi construída a partir de 1546, etapa inicial do conjunto que envolve o convento dos franciscanos e suas capelas. Sua fachada e sua composição impõem justamente pelo exagero e monumentalidade de suas torres, que parecem diminuir o frontispício, seja pelo superdimensionamento das mesmas ou pela diferenciação de texturas. Essas torres envolvem uma arquitetura feita de barro e estuque, escondida pela idéia teatral de força e solidez, aqui materializada pela Igreja Católica.



**FIGURA 43** - Fachada da Igreja de São Francisco em Lima  
Fonte: Acervo da autora, set. 2004.

Os claustros encontrados em Lima não possuem o peso das construções de Cuzco. Ao contrário, seus corredores arqueados são bem simples, apresentando uma relação com o pátio, algumas vezes por meio de jardins. As regiões que, como Lima, sofrem com os terremotos, utilizaram técnicas mais pesadas em suas estruturas, conservando os sistemas de *quincha* para os outros níveis. Essa flexibilidade de soluções permitiu encontrar em Lima diferentes opções construtivas, como a diversidade dos tipos de arcos: com várias linhas, como em La Merced; ou formas elípticas, como o arco central da Igreja de São Francisco. O pátio deste convento é bem amplo, com galerias arqueadas que conduzem o caminhar e se voltam para os jardins centrais (FIG. 44). A decoração desses corredores utiliza azulejos sevilhanos datados de 1643 (FIG. 45), numa forte influência árabe, característica da arquitetura mediterrânea européia; o forro da cobertura é todo em madeira, minuciosamente trabalhada em motivos *mudéjares*, assim como vários detalhes ornamentais em todo o convento.



**FIGURA 44** - Detalhe do pátio central do Convento de São Francisco em Lima  
Fonte: Acervo da autora, set. 2004.



**FIGURA 45** - Detalhe dos azulejos sevilhanos do Convento de São Francisco em Lima  
Fonte: Acervo da autora, set. 2004.

A pintura mural foi um dos fenômenos artísticos mais peculiares do vice-reinado peruano, sendo também expressiva em terras bolivianas. Geralmente era um trabalho feito por uma espécie de atelier, dirigido por um mestre com seus ajudantes oficiais e aprendizes. O apogeu do muralismo, que se iniciou a partir de Cuzco, se deu ainda no século XVII, quando vários materiais serviam para realizar a pintura, como adobe, madeira ou cerâmica. Os trabalhos geralmente imitavam tecidos e serviam na constante tarefa de catequização dos indígenas, como se vê no trabalho maneirista e barroco da Capela de São Pedro e São Paulo, em Andahuaylillas: presente na fachada frontal ou nas paredes internas está a temática do bem e do mal, nas cenas do céu e do inferno, compondo afrescos de autoria anônima; além de representações sobre vida e obra de São Pedro e São Paulo.

Faz parte das recomendações eclesiásticas de São Carlos Borromeo a valorização de imagens em sua fachada frontal. Como parte do decoro, determina as imagens a serem representadas, e especifica condições mínimas aceitáveis para a escolha das mesmas:

Não obstante, nas paredes externas, tenha-se esta norma: que aquelas que se localizam na lateral e na parte de trás, não se represente nenhuma imagem; as da frente mostrarão diante de si uma vista tanto mais agradável quanto mais adornadas estejam com imagens ou pinturas sacras que descrevam a história sacra. [...] ou ao menos, se

não puder ser feita a obra com as três imagens, faça-se somente a figura do único santo ou santa que nomeia a igreja.<sup>44</sup>

Andahuaylillas é um vilarejo localizado entre a cidade de Puno e Cuzco, no Peru, e possui uma Igreja peculiar na sua tipologia alpendrada. Além da cobertura de sua nave que avança sobre a fachada frontal (FIG. 46), é interessante notar um balcão com varanda, na altura do coro, suportado por pilares de madeira singelamente ornamentados. O guarda-corpo é feito com régua de madeira e utiliza técnicas construtivas bem à maneira daquelas moradias de dois pavimentos, com andar térreo destinado a comércio e balcões superiores. Sua fachada difere de qualquer outro exemplo já visto quanto ao uso da varanda, que explora as variações de alpendres, um tema amplamente traduzido nas colônias espanholas e sugerido em alguns exemplos coloniais brasileiros. Sua estrutura é em adobe, com duas colunas em pedra que marcam a portada e sustentam o avanço da cobertura. Possui apenas uma torre lateral acoplada à nave, que provavelmente foi construída em época posterior. Os dois estágios da construção da Igreja podem ser evidenciados por algumas diferenças de estilo em seu interior (FIG. 47), principalmente na ornamentação e na presença de dois púlpitos diferentes. O estilo *mudéjar* está na capela-mór, que ainda possui um riquíssimo altar trabalhado em ouro, prata e cedro, compondo a cena barroca. Seu forro é ricamente ornamentado com figuras geométricas e flores, retratando o trabalho indígena sobre a madeira. A miscigenação entre culturas é bem exemplificada nos dizeres que estão próximos ao batistério, logo na entrada: “Ihe batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Amém”, escrito em 5 idiomas falados naquele tempo. A língua espanhola, o latim e três línguas de tribos indígenas: Pukina, Quéchuá e Aymara, esta última atualmente extinta. Mais uma vez a tentativa do colonizador em ser compreendido, colocando-se ao alcance do indígena, seja na permissão de algumas representações pagãs ou no uso de seu idioma.

---

<sup>44</sup> “No obstante, em las paredes por la parte de afuera téngase esta norma: que em las que están por un lado y por la parte de atrás, no se represente ninguna imagen; las del frente mostrarán delante de sí una vista tanto más agradable y augusta, cuanto más adornadas estén con imágenes o pinturas sacras que describan la historia sacra. [...] o al menos, si toda esta obra de las tres imágenes no puede hacerse, hágase solo la figura del único santo o santa con cuyo nombre la iglesia misma se llama”. BORROMEO, Carlos. **Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985, p. 7.



**FIGURA 46** - Capela de São Pedro e São Paulo em Andahuaylillas, Cuzco  
 Fonte: Acervo da autora, set. 2004.



**FIGURA 47** - Detalhe do interior da capela de Andahuaylillas  
 Fonte:  
<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/obras/10046.htm>  
 Acesso em jan. 2005.

A cidade de Arequipa é uma das mais interessantes quanto à sua formação, enquanto uma criação autêntica de seus edifícios a partir dos materiais do próprio local. A palavra *sillar*, que significa pedra talhada, em espanhol, foi tomada como o nome próprio de um material enraizado na sua história, proveniente da pedra vulcânica do vulcão Misti, cuja porosidade e maleabilidade contribuíram para sua utilização a partir do período do vice-reinado: não há evidência de seu uso na época pré-hispânica. Arequipa é considerada a “cidade branca”, com muitas edificações que se diferem pela volumetria e pelo trabalho pormenorizado de sua ornamentação.

A Catedral que está voltada para a Praça Maior se parece com um prédio público governamental, se não fosse por suas duas torres laterais. É uma construção do século XIX, com fachada em estilo neoclássico. Ainda para a Praça, voltam-se longas varandas que estão sobre os arcos do nível térreo, em prédios reconstruídos que dividem o espaço com o templo (FIG. 48). As outras igrejas distribuídas ao longo da cidade, do século XVII e XVIII, costumam se voltar para uma pequena praça, em que o destaque se faz prioritariamente nas portadas das fachadas frontais. Os muros que as cercam costumam ser limpos e não é fácil encontrar elementos decorativos como cornijas, que foram suprimidas pela ameaça de terremotos. A Igreja da Companhia de Jesus destaca-se em sua ornamentação em quase um só plano, conjugada esta sim com cornijas ou colunas que fazem um jogo dinâmico entre fundo e frente, como a janela presente na altura do coro, que é representada como um nicho. Os interiores destes templos perderam grande parte do acabamento que possuíam, deixando aparente o trabalho de cantaria que os sustenta, com pinturas murais que ainda hoje se conservam, como as da Sacristia da Igreja da Companhia.



**FIGURA 48** - Detalhe de um dos prédios avarandados localizados na Praça Maior, em Arequipa  
Fonte: Acervo da autora, set. 2004.

Marcante no contexto urbano é o Monastério de Santa Catalina (FIG. 49 e 50), um conjunto de prédios e ruas que lembram mesmo uma pequena cidade independente, dentro de outra cidade que é Arequipa. Existem duas áreas que são organizadas em torno de dois pátios, com construções que se escondem por ruelas nomeadas com cidades e vilarejos espanhóis. É como se esses pátios tivessem as mesmas funções das praças, na escala maior da cidade: agregavam, reuniam e comunicavam as atividades sociais. A primeira zona se destinava ao noviciado, enfermaria e salas comuns; a outra se destinava à vivência religiosa, também

separada em áreas isoladas ou comunitárias. A grande parte do material utilizado neste convento foi o *sillar*, com um tratamento diferenciado quanto a cores, pinturas e lapidação das pedras. A pintura mural está presente na decoração de tetos ou na exaltação de temas religiosos, além de servir como um diferencial na localização dos prédios, que por vezes tomam um rumo labiríntico. Nestes pátios, cercados por corredores laterais arqueados, a solução das abóbodas que os cobrem se assemelha muito às soluções da arquitetura árabe, assim como os pátios cercados das cidades mediterrâneas dominadas pelos muçulmanos.



**FIGURA 49** - Detalhe de um dos corredores laterais do Convento de Santa Catalina, em Arequipa  
Fonte: Acervo da autora, set. 2004.



**FIGURA 50** - Detalhe do tratamento da abóboda, em estilo *mudéjar*, feito em um dos corredores laterais do convento de Santa Catalina em Arequipa  
Fonte: Acervo da autora, set. 2004.

Em Arequipa não se encontram balcões no casario como em Cuzco. Os pátios são menores, proporcionais ao tamanho das casas, em que tratamentos de cor ou o uso da vegetação existem para agradar ao potencial turístico da região, não correspondendo à realidade social da grande parcela da população. Dentro da área histórica que possui como foco a Praça Maior, muitas fachadas tanto de igrejas como de edificações públicas ou civis acompanham os trabalhos de cantaria das portadas, estas sim, imponentes.

No campo da preservação do patrimônio histórico urbano, e especialmente aqueles estudos relacionados à América Latina, uma das questões que permeiam as cidades diz respeito à aparência cromática das matrizes utilizadas em suas edificações<sup>45</sup>. O fio condutor que passa pelas colônias latino-americanas, identificado como “latinidade”, se define por grupos de características comuns entre as culturas e, por extensão, sua leitura urbana. Ser conhecida como “cidade branca” faz de Arequipa um local que pode ser reconhecido e visualmente apreendido, criando uma identificação clara do lugar. Quando pensamos nas cidades brancas brasileiras, consideramos o acabamento final de suas construções, caiadas e/ou pintadas a óleo. Esta imagem caracterizou grande parte do cenário urbano colonial, como prova a rica iconografia da colônia portuguesa, por meio de pinturas e aquarelas do século XVIII. A costa brasileira não possuía material abundante em cantaria; as localidades do sertão, quando forneciam acabamento a suas paredes de adobe, preferiam a caiação, pois muitos pigmentos coloridos utilizados na época não se compatibilizavam com a cal. Prédios importantes como igrejas, edificações militares, moradias de nobres ou edificações palacianas se identificavam pela cor branca, enquanto as casas populares eram majoritariamente de um só tom: “cor de terra”. Em Minas Gerais poderia ocorrer uma maior variação de tons nas habitações mais simples, talvez pela variação de cores naturais das argilas da região, como nos lembra José Mariano Filho (19--).

La Paz, capital da Bolívia, é uma cidade que exemplifica bem a monocromia da realidade social predominante na atualidade: muitas construções inacabadas, em que a prevalência é o oposto ao branco. A recuperação de núcleos históricos das cidades latino-americanas, incluindo o Brasil e principalmente as cidades mineiras, possui uma visão bastante romântica e ilusória do que foram os núcleos urbanos do passado, definindo cores fortes e variadas que os deixam como cidades ideais, na concepção do mundo contemporâneo. Igrejas e demais edificações construídas entre os séculos XVI e XVIII, que se estruturavam em pedra ou alvenaria, intencionavam quase sempre receber algum tipo de acabamento, embora mais neutro ou claro. Lima foi uma das poucas colônias cujas descrições antigas sugerem Igrejas decoradas não apenas pelo trabalho em pedra, mas também por um variado contraste cromático; apesar de bastante diferenciado das propostas carnavalescas atuais, se é cabível a crítica.

---

<sup>45</sup> O professor Nelson Pôrto Ribeiro da Universidade Federal do Espírito Santo desenvolve um estudo sobre este tema, cujo resumo foi apresentado no XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte ocorrido em Belo Horizonte no período de 27 a 29 de outubro de 2004, com o seguinte título: **As cores da cidade na América Portuguesa: um estudo iconográfico.**

Na realidade, tanto no Brasil como nas colônias hispano-americanas, eram os detalhes arquitetônicos, como as próprias aberturas, que recebiam cores mais fortes, ainda que no contexto das influências muçulmanas:

A vinculação profunda da *architectura* portuguesa de expressão popular aos elementos de *caracterização arabe*, demonstra evidentemente, que o sentimento dos *colonisadores* lusos era uniforme a esse respeito. As adufas *arabes*, a que o povo dera o nome de “rotulas” se viam por toda a parte nas casinhas terreiras de porta e *janella* e nos sobradinhos onde moravam os mercadores judeus. Pintadas de verde oliveira, de azul celeste, ou de vermelhão *chinez*, davam esses singulares elementos orientais uma nota *pittoresca* aos primeiros núcleos de *urbanização*. De permeio com balcões salientes, apoiados sobre barrotes de madeira do *proprio* travejamento, ou repousando sobre consolos recortados á moda árabe, gelosias discretas se inseriam ao alto das paredes nuas, brancas umas, á moda do Alemtejo, outras *matissadas* de *amarello* desmaiado, de vermelhão *chinez*, de salmão ou cinza (grifo da autora).<sup>46</sup>

### 3.3.2. Colômbia, Equador e Venezuela

As recentes repúblicas do Equador, Colômbia e Venezuela fizeram parte do Novo Reino de Granada, exploradas desde bem cedo no século XVI. O Reino de Quito, hoje Equador, compunha um dos extremos limites da civilização inca, concentrando uma grande população de artesãos. Pertenceu à Audiência de Lima, passou à de Santa Fé e logo depois a Quito, dependendo do Vice-reinado do Peru até o século XVIII. A política colonial espanhola organizava a população em núcleos urbanos, compondo cidades e vilas que se diferenciavam pelo poder dado aos *encomenderos*. Estes eram enviados espanhóis dotados de poderes judiciais, que no caso das vilas, eram limitados às decisões que vinham das cidades. A organização espacial destes núcleos geralmente seguia o mesmo traçado limenho, com quarteirões simétricos ao redor de uma Praça Maior, o “tabuleiro de xadrez”. A Igreja se posicionava estrategicamente para que a evangelização de fiéis fosse feita ao ar livre, preenchendo os espaços dessa praça. Na porção oriental da Colômbia encontravam-se missões jesuítas cuja organização em muito se assemelhavam às do Paraguai, especialmente durante a segunda metade do século XVII. É de se questionar o caráter barroco dessas construções, já que alguns agrupamentos se constituíam de maneira muito simplificada e com tempo de vida curto: eram erguidos pelos religiosos em plena mata.

<sup>46</sup> MARIANO FILHO, José. **Influências muçulmanas na arquitectura tradicional brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, [19--], p. 13. A ortografia incorreta original da publicação (em destaque na citação) deve-se à maneira de grafar no início do século XX, ano não identificado nessa obra.



**FIGURA 51** - Mapa das Audiências de Santa Fé e Quito no séc. XVII  
 Fonte: GUTIÉRREZ, 1997, p. 180.

Dos vinte e dois Centros Doutrineiros que existiram na Colômbia, o único restante diz respeito à Capela Doutrineira de Sutatausa (FIG. 52). O ano de 1575 marca o início do povoado de Suta, mas em 1594 ordena-se a construção de um templo assim descrito: nave única, capelas laterais na altura do presbitério e átrio coberto que, com a casa dos jesuítas em suas proximidades, conformariam o espaço de uma praça. O prolongamento de sua cobertura, formando um alpendre na fachada frontal da igreja, funcionava como um convite aos fiéis, fazendo a transição do espaço público para aquele espaço onde se conseguia a salvação católica. O conjunto de Sutatausa é o único em que ainda se mantêm as capelas em miniatura, as *posas*, para que o Santo Sacramento ali permaneça, em dias de procissão. A pintura mural existente na igreja é composta por figuras indígenas, como uma mulher vestida com manta

típica; caciques com trajes europeus e flores, frisos e adornos, copiados das terras colombianas.



**FIGURA 52** - Capela de Sutatausa, na Colômbia  
Fonte:  
<http://www.banrep.gov.co/blaavirtual/letra-m/monu/sutata.htm>.  
Acesso em fev. 2005.

As primeiras construções do Novo Reino se modificaram ao longo dos séculos XVII e XVIII: obras em palha foram substituídas por ladrilhos ou pedras, com coberturas em telhas de barro. Uma estrutura urbana ia sendo criada para atender necessidades públicas, como hospitais para os espanhóis e os nativos, escolas para as crianças indígenas, asilos e orfanatos. Em cidades e vilas mais importantes (Cartagena, Santa Fé de Bogotá, Tunja, Popayán, Santa Fe de Antioquia, Buga, Mompox, Pamplona), a arquitetura dos jesuítas se expressava por meio dos colégios, grandiosos como deveria ser a fé cristã. São Pedro de Riobamba, pertencente à Audiência de Quito, se recuperou no século XVIII de um forte terremoto. O projeto para reconstrução desta cidade, de autoria de um francês que já trabalhava na Espanha, deixa claro uma vontade mais livre de se criar espaços, levando-o a projetar uma cidade barroca: radiocêntrica, de perímetro quadrado. Essa proposta de traçado urbano foge à regra da simetria e reticulados tão repetidos pelas colônias espanholas, na busca à visão de perspectiva.

Cartagena, parte da região caribenha colombiana, localizava-se estrategicamente como porto marítimo no envio do ouro. A necessidade de proteção desta importante via de escoamento fez surgir um tipo de arquitetura militar que predominou sobre as demais edificações, sendo uma peculiaridade dentro do contexto barroco. Tais obras são grandiosas; o recurso empregado nelas, inteligente: canais ocultos e fortalezas conectando-se a redutos.

Algumas semelhanças são identificadas entre Cadiz - região de Andaluzia – e Cartagena, como várias edificações com altos pés-direitos. Possibilitavam o uso de mezaninos, para que se avistasse o litoral e para servir como moradia às famílias, enquanto atividades comerciais eram desenvolvidas no nível térreo.

A Igreja de Santa Bárbara, em Mompox (FIG. 53), é única, em especial na solução de sua torre octogonal, cujo corpo está separado da igreja. A peça mais importante da Igreja não parece ser a nave, mas sim a torre, que se completa por quadro níveis: o mais interessante é o segundo, circundado em três arestas por um balcão em madeira, localizado na mesma altura do coro da Igreja, extrapolando a criatividade e a inusitada interferência regional. A Capela em si é bastante simples e plana, com quase nenhum ornamento, a não ser algumas definições da portada.



**FIGURA 53** - Torre sineira da Igreja de Santa Bárbara em Mompox  
Fonte: GUTIÉRREZ, 1997, p. 214.

Em Santa Fé de Bogotá – Audiência de Santa Fé - existe uma igreja jesuíta que ilustra as condições sociais da cidade e da “vida dupla” de sua arquitetura, aqui mais explícita em sua fusão de culturas: dois templos independentes entre si, mas que se comunicam através de um átrio. O primeiro foi destinado aos indígenas e sua catequese, enquanto o outro perseguiu os cânones arquitetônicos vindos do exemplo magno jesuíta de Il Gesù, em Roma. As dúvidas sobre o que considerar barroco, ou não, se mostram aqui esclarecidas:

*[...] abundância de luz, coberta abobadada e cúpula sobre o cruzeiro, todo o conjunto complementado com a formação de uma pequena praça na quadra oposta, dando lugar, desta maneira, a uma praça cruzada ao centro por uma via. Esta obra urbanística deve ter sido realizada no fim do século XVII e início do século XVIII, e responde plenamente aos conceitos barrocos, em concordância com o espírito daquele tempo.<sup>47</sup>*

O templo de São Domingo, nas proximidades de Popayán pertencente à Audiência de Quito, possui também uma interessante solução em sua torre do campanário, identificando-se com o gosto e variações populares, tão à vontade com o barroco latino-americano. Possui várias seções diferentes, desde uma planta quadrada em sua base até o fechamento do conjunto com uma cúpula circular. Sua portada possui pedras de cantaria que, como conta Angulo (1997), devem ter pertencido a muitos outros edifícios que se tornaram cacos com o terremoto de 1736. Formam um conjunto inusitado, com muitas marcas de outras referências, mas que compõem um resultado tipicamente barroco.

Tunja, pertencente à Audiência de Santa Fé na área central andina, foi fundada em 1538 e a construção de sua Catedral se estende de 1567 a começos do século XVII. Exemplo que passa por um processo contínuo de construção, ampliação e modificação, acumulando neste período experiências práticas e teóricas da arquitetura espanhola transculturada em terras americanas. Mundos espirituais muito diferentes: um racionalismo renascentista e a natureza mágica do indígena com seus deuses onipresentes; esse encontro resultou espaços de traços espanhóis, mas amplamente modificados pelo ambiente e cultura nativa.

Venezuela demorou-se por várias etapas agrícolas, já que era carente de metais preciosos e suas conquistas arquitetônicas foram prejudicadas por terremotos nos séculos XVII e XVIII. Cada região criou suas próprias formas de barroquismo, e até fins do século

<sup>47</sup> “[...] abundancia de luz, cubierta abovedada y cúpula sobre el crucero, todo el conjunto complementado con la formación de una plazoleta en la manzana opuesta, dando lugar de esa manera a una plaza cruzada por el centro por una vía. Esta obra urbanística debió realizarse a fines del siglo XVII o inicios del siglo XVIII, y responde plenamente a los conceptos barrocos, en concordancia con el espíritu del templo”. ANGULO, Alberto Corradine.

XVIII, o que sobressaía na paisagem urbana eram as torres de seus templos, estes modificados e reconstruídos após os abalos.

A fundação das cidades de Coro (1558) e Caracas (1567) permitiu a entrada por esta parte do território da Venezuela, ainda dentro do Reino de Nova Granada. Nessa época, era fácil conseguir madeiras de boa qualidade, contribuindo para trabalhos meticulosos da arquitetura *mudéjar* nesta região, como os pátios de colunatas ortogonais muito bem decorados ou detalhes em portadas, cúpulas e tetos de corredores laterais. As fortificações costeiras costumavam se formar com uma típica planta quadrada e um fosso ao redor, como era usual no século XVII. Variavam conforme a localização e o objetivo da guarda. A arquitetura popular aproveitava a ventilação natural em recursos simplificados, como o uso de aberturas altas, em madeira, que lembravam os muxarabis árabes, embora menos geométricos e com formas mais curvas. O aparecimento de uma maior liberdade do traço e seu trabalho em madeira nos remete ao exemplo inusitado do balcão com linhas curvas da fachada da Casa dos Contos em Ouro Preto, Minas Gerais.

Em relação à arquitetura religiosa, a utilização do ladrilho e suas qualidades modulares enfatizava as condições estruturais em alguns templos, contrastando com outras áreas lisas da mesma fachada. A Catedral de Coro é um bom exemplo da utilização de tipologias conhecidas: uma nave, uma nave com capelas profundas ou a do tipo basilical com três naves. “Estes últimos retomam as tradições *mudéjares* com arcos sobre colunas e ornamentos que já se desenvolveram em exemplos mexicanos como Zaclatan e Tecali”.<sup>48</sup>

A maioria das igrejas na Venezuela se organizaram conforme o esquema basilical; os casos de nave única estiveram mais ligados aos povoados indígenas. A Catedral de Caracas é exemplo singular de uma fachada que, por processo de adição, se sobressai e intensifica a imagem do templo, no contexto de seu entorno cenográfico. São recursos decorativos empregados sobre as paredes das fachadas que elevam visualmente a Igreja, ocultando o seu esqueleto. Foram empregadas estípites, cornijas e nichos, arcos e pináculos que fazem o arremate de todo o conjunto; galerias externas foram mais uma vez utilizadas para cerimônias litúrgicas ao ar livre.

---

Arquitectura barroca em Colombia. In: GUTIÉRREZ, Ramón. **Barroco Iberoamericano:** de los Andes a las Pampas. Barcelona: Lunwerg Editores, 1997, p. 241.

<sup>48</sup> “Estos últimos retoman las tradiciones *mudéjares* com arcos sobre columnas y artesãs que ya se desarrollaron en ejemplos mexicanos como Zaclatan y Tecali”. GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitectura y Urbanismo em Iberoamerica.** Espanha: Ediciones Cátedra, 1983, p. 48.

Excluindo os engenheiros militares, não houve na Venezuela arquitetos de formação acadêmica. Os conhecimentos do ofício eram transmitidos empiricamente, e a prática construtiva se sobressaía sobre os fundamentos teóricos. Isso até o século XVIII, quando o componente popular ainda se destacava em suas expressões singulares do barroco, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Muitos desenhos espanhóis que se destinavam ao uso da pedra foram adaptados para a utilização da taipa ou da cerâmica, enquanto as cúpulas e abóbodas utilizavam madeira; galerias perimetrais criavam espaços intermediários que resolviam questões climáticas; cores destacavam a arquitetura e o diálogo entre figura e fundo, principalmente em relação às fachadas dos templos; características que fizeram do barroco venezuelano um condutor despreocupado com suas ordenações teóricas ou suas origens, mas muito mais interessado em soluções simplificadas, que resolvessem os problemas reais da população.

A Audiência de Quito não pode deixar de ser mencionada, em que se concentraram grandes monumentos religiosos dos séculos XVI e XVII com diferentes combinações: formas *mudéjares*, maneiristas, barrocas e neoclássicas, com significados correspondentes a cada diferente local de origem. A Igreja da Companhia de Jesus em Quito (FIG. 54) teve sua construção iniciada em 1605 e só na metade do século XVIII foi finalizada, considerando sua decoração interna. Seguiu um esquema de construção que se disseminou por toda a Audiência, em que o primeiro plano se sustentava com o predomínio das massas, além da simetria, que ajudava na prevenção de acidentes sísmicos. O resultado desta obra não foi uma transferência de modelos europeus, e sim a criação de formas baseadas em técnicas e adaptações próprias à região. A Igreja está implantada paralelamente a um dos lados da praça, e sua entrada se faz lateralmente, solução atípica.

O Convento de São Francisco de Quito apresenta alguns contrastes em sua composição, como a fachada maneirista bastante clara e o componente surpresa criado em seu interior barroco: sua nave está coberta por desenhos *mudéjares*, ricamente trabalhados. Essa convivência pacífica entre os estilos encontrados nos templos religiosos é o que define também o período colonial mineiro: a capacidade de uma obra não ser finalizada em si mesma, ou não ter a pretensão de se encaixar neste ou naquele grupo estilístico. Pelo contrário, se enobrece por pertencer, ao mesmo tempo, a várias classificações, como na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Ouro Preto: sua planta elíptica é a mais completa representação das plantas barrocas, seu momento máximo; enquanto sua pouca ornamentação interna, com paredes vazias que caminham para uma limpeza ornamental, é característica típica do rococó, período que trabalha a luz e a clareza proporcionada pelos espaços. Aqui não



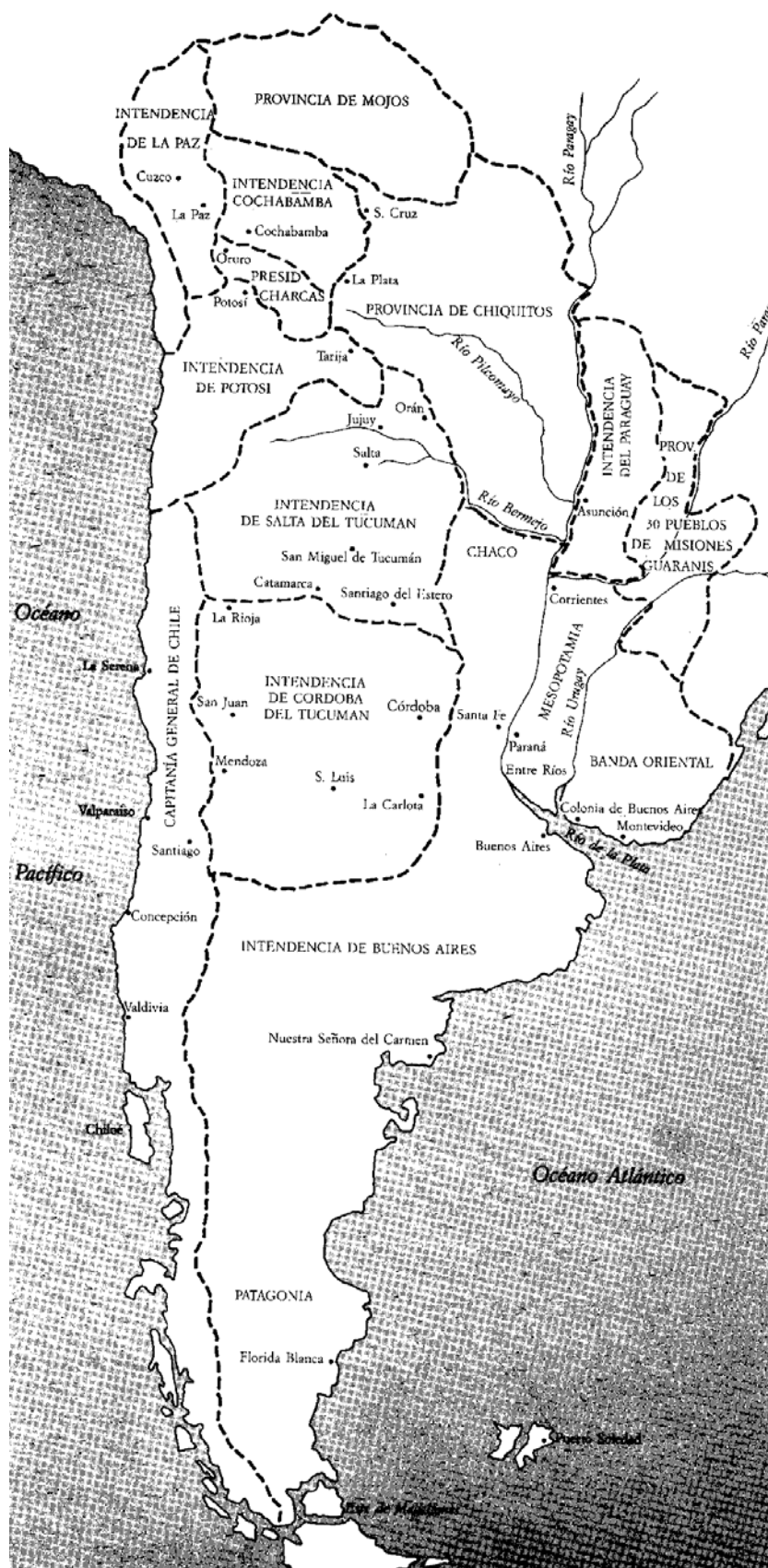
**FIGURA 54** - Detalhe da fachada da Igreja da Companhia de Jesus em Quito  
Fonte: GUTIÉRREZ, 1997, p. 205.

só se enfatizam contrastes, mas complementaridades, adequabilidades de um barroco tardio, embora dinâmico.

Na Colômbia, o muralismo está bem representado em Nova Granada, como os temas religiosos e as técnicas existentes no atual Peru. Tunja é a cidade que apresenta pinturas murais de maior valor, em monumentos ainda do século XVI, utilizadas na evangelização a céu aberto dos indígenas, como a Igreja de São Domingo ou o Convento das Clarissas.

### 3.3.3. Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile

O chamado Cone Sul Latino-americano, composto pela Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile foi, até finais do século XVI, caracterizado por pequenos núcleos urbanos onde habitavam poucos conquistadores. Duas rotas de penetração fizeram surgir o domínio espanhol nesta área: a do Atlântico e a do Alto Peru, que procuravam, especialmente, áreas



**FIGURA 55** - Mapa do Vice-reinado do Rio da Prata e divisão da Intendência em finais do séc. XVIII  
 Fonte: GUTIÉRREZ, 1997, p. 310.

mineradoras. Pela escassez dessas preciosidades, e pelo olhar disperso à boa localização geopolítica dessa região, foi considerada pelos espanhóis uma área secundária dentro da América, até que o interesse demonstrado por portugueses e logo depois por ingleses sobre o Rio da Prata, mudou este quadro. O ouro do Chile durou somente vinte anos e as atenções voltadas para Potosí utilizaram os recursos agrícolas que as demais regiões podiam fornecer. Tucumã, criada em 1563 e a região do Rio da Prata, dominada a partir de 1617, foram os dois pólos mais importantes de controle espanhol. Santa Fé, Buenos Aires e Corrientes se agregaram ao sistema fluvial Prata-Paraná, enquanto o governo de Tucumã incluía jurisdições que iam desde o altiplano boliviano até o sul de Córdoba.

Os nativos desta região não haviam alcançado o desenvolvido estágio cultural do Peru ou do México. O Paraguai utilizava madeira, tecido e cerâmica como matérias-primas para o artesanato, e às margens do rio da Prata e ao sul do Chile, habitavam caçadores que tinham práticas agrícolas. “A evangelização dos habitantes das novas terras foi o motivo explícito pelo qual o Papa as doou aos Reis Católicos mediante as bulas de 1493”.<sup>49</sup> O sentido missional vinha junto aos ideais espanhóis de conquista, e oscilavam entre o poder militar e político e a tarefa de evangelização pela Igreja Católica.

O solo argentino não possuía núcleos indígenas como em outros países, e dessa vez os colonizadores se estabeleceram sem a necessidade de modificar um prévio modelo de urbanização. Diferenças entre cidades existiram, mas de um modo geral, o ponto focal da cidade era a Praça Maior, onde estavam os vários poderes concentrados em um só lugar, sendo ponto de partida e chegada de viajantes e o local do encontro, com elementos provisórios e mutáveis: pequenos mercados, altares portáteis ou festas que requeriam um cenário urbano efêmero. Cada bairro tinha sua pequena praça, geralmente em frente a uma igreja ou próxima a um edifício importante, como o hospital, que referenciava aquele bairro à cidade. A partir do século XVII, com Carlos III ao trono espanhol estabelecendo uma política mais centralizada, as cidades tomam um novo impulso, se tornando mais arborizadas, sinalizadas e com pequenas variações no tamanho de suas quadras, ainda dentro do esquema de “tabuleiro de xadrez”.

---

<sup>49</sup> “La evangelización de los habitantes de las nuevas terras fue el motivo explícito por el cual el Papa las donó a los Reyes Católicos mediante las bulas de 1493”. NICOLINI, Alberto Raúl. El Cono Sur. Introducción histórico cultural. In: GUTIÉRREZ, Ramón. **Barroco Iberoamericano: de los Andes a las Pampas**. Barcelona: Lunwerg Editores, 1997, p. 312.

Viñuales (1997)<sup>50</sup> nos conta sobre a caracterização dessas cidades e seus reticulados, consideradas barrocas não pelo traçado que adquiriam, mas sim pela vida intensa que nelas ocorria. Os espaços eram constantemente utilizados pela população, que enchiam as ruas de simbolismo e fé, seja com festas profanas ou em datas comemorativas cristãs, como Corpus Christi ou as celebrações reais: um nascimento, um batizado, bodas e coroação. Pequenos povoados históricos argentinos ainda mantêm essa tradição, assim como várias cidades brasileiras e mineiras que fazem destas datas um motivo para a maior movimentação de suas ruas, lembrando a elas mesmas como ainda são barrocas em sua simbologia, expressão e cenários.

Os primeiros assentamentos, tanto aqueles para defesa ou os que possuíam capelas para culto, utilizavam materiais simples como o pau-a-pique, sempre tentando se adaptar ao que o lugar oferecia como recurso natural. Em relação à arquitetura doméstica, havia constantemente a presença de um pátio central, elemento transplantado a partir do sul da Espanha para várias regiões, incluindo o Rio Prata. Possuíam galerias ou aberturas para o espaço externo, estes bastante ornamentados.

A Igreja da Companhia de Jesus em Córdoba (meados do século XVII) se sobressaiu pela predominância de suas torres na paisagem urbana e pela apropriação de elementos arquitetônicos feitas pelo jesuíta Philippe Lemaire. Utilizou sua experiência na Bélgica e no Brasil, além de buscar formas e referências num livro editado na França em 1561. Do Brasil, é sugerido que tenha se aproveitado o cedro vindo das missões jesuíticas; a definição do volume de sua fachada nos remete à Igreja da Companhia de Jesus na Bahia, “contemporânea à de Córdoba, ainda que com uma resposta formal diferenciada”,<sup>51</sup> além do templo de Santo Tomás de Chumbivilcas, construído no Peru em fins do século XVIII. As fronteiras iam assim se estreitando, pouca coisa se apresentava como original daquela ou outra região, sem nenhuma interferência externa. Ao contrário, as cenas urbanas e a manifestação de sua arquitetura estavam completamente imbuídas de um espírito apenas, uma mesma força de ligação que sugerisse o nome de “latinidade”.

Templos e capelas possuíam planta compacta, com uma ou várias naves que seguiam esta tipologia. Se possuíssem elementos anexos, estes tinham o partido de claustros com pátios centrais e corredores ao longo de seu perímetro. O nordeste argentino se utilizava amplamente da madeira como material para suas construções, principalmente como estrutura

---

<sup>50</sup> Cf. VIÑUALES, Graciela Maria. Urbanismo em el Río de la Plata. In: GUTIÉRREZ, Ramón. **Barroco Iberoamericano**: de los Andes a las Pampas. Barcelona: Lunweg Editores, 1997, p. 315 a 358.

portante; os muros eram feitos com cerâmica ou pedra e as paredes compostas de adobe ou taipa. Corredores de sombra na paisagem urbana eram compostos por galerias posicionados na frente das casas, cobrindo as áreas de acesso. “Ao cobrir as frentes com uma faixa contínua, as galerias forneciam importância arquitetônica às fachadas e portais, que eram um dos pontos prediletos para a expressão da linguagem barroca”.<sup>52</sup>

Buenos Aires, que se abria para o Rio da Prata, oferecia um limite bastante indefinido para os colonizadores que, por isso mesmo, preferiam pátios bem delimitados que controlassem seu espaço. Para tal, a mão-de-obra indígena foi utilizada na produção de cal, ladrilhos e telhas, e “foi impulsionada pelas obras do forte, da catedral e o templo jesuítico de Santo Inácio; este iniciado em 1686, sendo a única obra do século XVII que ainda se conserva na cidade”.<sup>53</sup>

O templo de Uquía (1619) é um dos mais antigos edifícios religiosos localizados na região noroeste da Argentina, onde se destacam também cidades como Santiago del Estero, Tucumã, Salta e Jujuy. Composto de uma única nave com cobertura em duas águas, localiza-se no centro de um grande espaço livre cercado por um muro em seu perímetro, com a torre sineira separada do templo e em posição oblíqua ao templo, acompanhando um ângulo do muro. Alberto de Paula (1997) enxerga essa inserção como um tipo de vinculação tipológica – e cultural - ao território boliviano, numa tipologia usual dos pequenos povoados latino-americanos. Sua torre é quadrada (FIG. 56), e faz parte de características pertencentes ao estudo de Amaral (1981) para as capelas argentinas. Tal trabalho se estende a vários exemplos encontrados dentro do período barroco em Minas Gerais, principalmente capelas que serviam a casas de fazendas em núcleos de povoamento menores. Compunham construções rústicas, simples na utilização de materiais e técnicas construtivas, mas que contrastam o rico equipamento litúrgico e obras de arte barrocas contidas em seu interior. E que comprovam a nossa proximidade e fluidez em ambientes hispano-americanos, nos quais nossa arquitetura colonial adquire parentesco. Esses intercâmbios entre regiões são freqüentemente assinalados, como a descoberta de pinturas cusquenhas e potosinas na região noroeste argentina, causada pela mobilidade entre rotas de mulas que iam ao alto Peru e a Cuzco.

<sup>51</sup> “[...] contemporánea a la de Córdoba aunque com respusta formal diferenciada”. GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitectura y Urbanismo em Iberoamerica**. Espanha: Ediciones Cátedra, 1983, p. 191.

<sup>52</sup> “Al cubrir los frentes como una cinta continua, las galerias restaban importancia arquitectónica a las fachadas y portales, que eran uno de los puntos predilectos para la expresión del lenguaje barroco”. PAULA, Alberto de. *Arquitectura barroca em Argentina y Uruguay (siglos XVII y XVIII)*. In: GUTIÉRREZ, Ramón. **Barroco Iberoamericano: de los Andes a las Pampas**. Barcelona: Lunweg Editores, 1997, p. 367.

<sup>53</sup> “[...] fue impulsada por las obras del fuerte, la catedral, y el templo jesuítico de San Ignacio; este comenzó em 1686 y es la única obra del siglo XVII que se conserva em la ciudad”. PAULA, Alberto de. *Arquitectura barroca em Argentina y Uruguay (siglos XVII y XVIII)*. In: GUTIÉRREZ, Ramón. *op. cit.*, p. 367.



**FIGURA 56** - Torre da Igreja em Uquía, Argentina

Fonte: GUTIÉRREZ, 1997, p. 345.

As recomendações de São Carlos Borromeo, ainda que não tenham sido seguidas à risca, ou que não tenham sido levadas ao território argentino, denunciam a preocupação do pensamento jesuítico para uniformizar sua imagem e serem lembrados por meio de seus templos, espalhados pela América Latina: “As torres sineiras sejam de forma quadrada, ou de outra forma, como considere o arquiteto, de acordo com o tipo de igreja ou lugar”.<sup>54</sup> Porém, deve-se considerar que esse Tratado limita bastante o poder de decisão desses mesmos arquitetos, que eram considerados conselheiros da igreja, pois resoluções importantes ficavam a juízo dos bispos.

No Uruguai, as primeiras criações de núcleos urbanos se deram basicamente no século XVIII, em especial a partir da ereção da Colônia de Sacramento, localizada no lado oposto a Buenos Aires. Por ser um núcleo português, a proteção ao avanço espanhol se fazia por meio de fortificações e superposições de desenhos urbanos, ocasionando grande variedade arquitetônica. Sacramento só se torna porção espanhola a partir de 1777, depois de vários

---

<sup>54</sup> “La torre de las campanas sea de forma cuadrada o de outra forma, como considere el arquitecto, de acuerdo com el tipo de iglesia o lugar”. BORROMEIO, Carlos. **Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985, p. 71.

tratados e alternância de posse deste território, alvo do contrabando e escoamento de mercadorias: conceitos urbanos portugueses foram modificados, com a sobreposição feita pela ocupação espanhola, predominante. A cidade de Maldonado é fundada pelo contato que faz com o oceano e pela sua localização estratégica de controle também ao rio Uruguai. Montevideu e Colônia crescem dentro de uma espécie de muralha cercada, deixando rastros de um traçado urbano que atualmente diferencia a cidade velha de Montevideu e a área histórica de Colônia. Vale mencionar o interesse do Brasil nessa área, que ainda no século XIX, de 1816 até 1828, ocupou o atual Uruguai e declarou o território como sua parte sob o nome de Província da Cisplatina. Só depois de uma guerra de três anos, de 1825 a 1828, é que o Uruguai conseguiu sua independência.

Assunção, capital do Paraguai, foi fundada em 1537, e como ponto de confluência entre as cidades ao longo do Rio da Prata, desenvolveu uma estrutura urbana que merece destaque em meio aos outros povoados paraguaios. Somente no século XIX a trama desta cidade se fez em traçado regular como as outras, pois “Assunção apresentava as características de um traçado absolutamente irregular, que seguia os condicionantes das linhas de força definidas pelo caminho real paralelo à costa”.<sup>55</sup> Mais uma vez, numa fase posterior, os povoados se organizavam ao redor de uma praça central, cuja posição era destinada à Igreja e ao seu sentido de sacralização do espaço. Outros prédios e suas variadas funções administrativas eram também ali dispostos.

Em 1542 fundou-se, em terras americanas, a villa de San Bartolomé de la Serena, um dos primeiros núcleos urbanos da Capitania Geral do Chile. Tal capitania, até fins do século XVII, não possuía um perfil urbano muito desenvolvido, proveniente de problemas pela posse do território entre índios e espanhóis. Já no século XVIII, criou-se um organismo de controle governamental e fiscal em Santiago, que regularizou e estabeleceu as condições jurídicas e materiais da maior parte do que são hoje as cidades chilenas. O traçado dos povoados já existentes foi complementado, e uma sociedade mais complexa que aquela anteriormente rural pôde ser percebida em algumas vilas, aumentando cada vez mais a ambiência barroca.

No campo do desenho urbano, o traçado não foge à regra das determinações espanholas; militares e agrimensores substituíam os urbanistas, como os conhecemos hoje, e introduziram algumas variantes no esquema básico da cidade “enxadrezada”, como exemplos de quadras retangulares que variavam seus tamanhos. As fortificações militares se destacavam, como os

---

<sup>55</sup> “Asunción presentaba las características de una traza absolutamente irregular que seguía los condicionantes de las líneas de fuerza definidas por el camino real paralelo a la costa”. GUTIÉRREZ, Ramón. e VIÑUALES,

fortes construídos em Valdivia, que tinham a preocupação de estarem assentados adequadamente às características topográficas daquela região.

A arquitetura chilena teve origem expressivamente hispânica, apesar de todo o seu processo forte de transculturação, em que resultaram igrejas, capelas e fazendas rurais, com o trabalho refinado nas portas, janelas ou coberturas.

As semelhanças ambientais com setores da Península Ibérica, como Extremadura ou Andaluzia, assim como a existência de modos construtivos de importância, favoreceram a transferência das tipologias de base necessárias à ocupação.<sup>56</sup>

Se era bastante atuante no Vice-reinado do Prata, a arquitetura jesuítica não se comportou deste modo nas cidades chilenas. San Bartolomé de La Serena, La Concepción e Santiago foram, em tempos barrocos, os únicos com intensa atividade construtiva do século XVIII, nas palavras de Benevides (1997). Era preciso construir numa “tipologia assísmica”, pois muitas edificações setecentistas tinham sido perdidas pelos terremotos.

De fato, no território que se estende de La Serena até Concepción, portanto toda a porção norte da capitania chilena, foram os latifúndios as construções que mais tiveram valor. Utilizavam características espaciais próprias e tecnologia local – o adobe – para estabelecer a convivência entre a comunidade religiosa e os grupos familiares. As construções, mais uma vez, possuíam pátios centrais rodeados por corredores de madeira lavrada com destacados arremates decorativos barrocos, ricamente trabalhados. As primeiras fazendas de Santiago eram construídas como os exemplos espanhóis, principalmente da região norte, com aquela tipologia em que comércio se estabelecia no nível da rua e a habitação se fazia em ambientes rodeados por balcões avarandados, no piso superior.

A madeira era um material muito utilizado principalmente no arquipélago de Chiloé, estabelecendo o aconchego barroco e uma ambientação peculiar ao trabalho de catequização de indígenas. As construções pertencentes à região andina eram capelas pequenas que, usualmente, serviam à população pouco numerosa de um ou outro povoado: em dias de festa, a ocupação se fazia em áreas externas, pelo átrio e pela praça cerimonial. As igrejas começaram sua construção em fins do século XVII, mas foi ao longo do século XVIII que se

---

Graciela Maria. Urbanismo en Paraguay. In: GUTIÉRREZ, Ramón. **Barroco Iberoamericano**: de los Andes a las Pampas. Barcelona: Lunwerg Editores, 1997, p. 321.

<sup>56</sup> “Las semejanzas ambientales con sectores de la península ibérica, como Extremadura y Andaluzia, así como la inexistencia de modos constructivos indígenas de importancia, favorecieron la transferencia de las tipologías de base necesarias a la ocupación”. COURTOIS, Juan Benevides. Arquitectura del siglo XVIII en la Capitanía General de Chile. In: GUTIÉRREZ, Ramón. **Barroco Iberoamericano**: de los Andes a las Pampas. Barcelona: Lunwerg Editores, 1997, p. 385.

firmaram como referências, mesmo que integradas de maneira periférica ao movimento barroco andino. Geralmente, as capelas tinham tipologias de naves estreitas e cobertura em duas águas, com o acesso marcado por muros ou coberturas avançadas. “A torre, por sua vez, se funde com a massa do edifício e se integra ao muro contínuo do átrio perimetral”.<sup>57</sup>

#### 3.3.4. A força mexicana

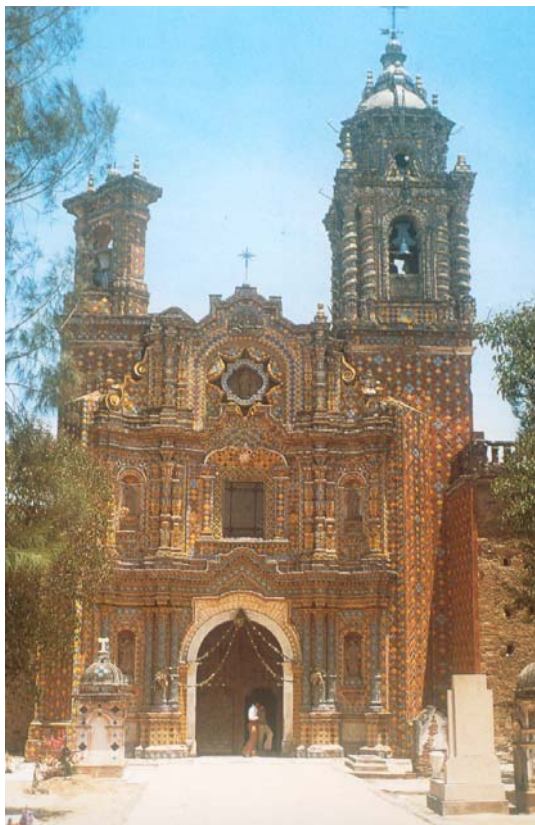
Nas cidades bolivianas, peruanas (principalmente Arequipa, Lima e Cuzco), colombianas, equatorianas e paraguaias é clara a preocupação dos templos em sacralizarem os espaços urbanos, exteriorizando cada vez mais os elementos arquitetônicos para as vias públicas, como os arcos, cruzeiros, colunas que formam altares, capelas, torres, cúpulas, pináculos e arremates. Muitos desses detalhes arquitetônicos fazem parte do estilo churrigueresco ou plateresco, trazido das cidades espanholas. São verdadeiros altares externos, no qual o México é um caso a parte. Segundo Bevan (1950), foram construídas aproximadamente oitocentas igrejas apenas no século XVIII; algumas com tamanha riqueza decorativa que chega a superar exemplos espanhóis.

As zonas mineiras de Taxco e San Cayetano, em Guanajuato, apresentam igrejas de riquíssima ornamentação nas fachadas e suas portadas, onde aparecem colunas salomônicas e minuciosa carga decorativa. Retábulos dourados são encontrados em quase todos os templos, com ainda alguns objetos manuais dos nativos, proveniente do tráfico que se fazia em troca de produtos espanhóis. As cúpulas são marca registrada de todas as localidades, em que é raro uma outra solução de cobertura: foram tão usadas e experimentadas em território mexicano, que acarretaram em soluções inusitadas e bem diferentes daqueles modelos adotados na Espanha. O barroco mexicano, focando-se em recursos churriguerescos, permaneceu nesse estilo durante mais tempo que na metrópole. Cúpulas e torres receberam variadas colorações (FIG. 57), principalmente contrastando com o branco de fachadas ou seus frontispícios. “Cholula mesmo, com mais de cinquenta igrejas para menos de quinhentos habitantes, é um

---

<sup>57</sup> “La torre, a su vez, se funde con la masa del edificio o se integra al muro continuo del átrio perimetral”. COURTOIS, Juan Benevides. *Arquitectura del siglo XVIII en la Capitanía General de Chile*. In: GUTIÉRREZ, Ramón. **Barroco Iberoamericano: de los Andes a las Pampas**. Barcelona: Lunwerg Editores, 1997, p. 390.

lugar que não se esquece facilmente”.<sup>58</sup> Povoados com menos recursos tiveram suas fachadas pintadas com a imitação de azulejos, sem economia de cores.



**FIGURA 57** - Fachada e campanário de São Francisco de Acatepec (início do século XVIII), em Cholula no México. Notar o revestimento em azulejos de cores brilhantes e variadas, uma representação mexicana do churrigueresco trazido com os espanhóis

Fonte: GOITIA, 1995-96, p. 37

Conventos existem em grande número no México e se constituem por átrios fortificados que serviam de refúgio aos espanhóis residentes na colônia. Nesses átrios estavam as capelas abertas, que muitas vezes abrigavam os índios, já que as igrejas maiores destinavam-se aos frades, os espanhóis e suas famílias. Existiam também as “capelas-paragens” desde o século XVI, cujo uso nos lembra aquelas dos passos em Minas Gerais, abrigando uma certa imagem em momentos processionais. Os templos eram de geralmente uma só nave, coberta com abóbada de cruces e abside poligonal. Os séculos XVII e XVIII

---

<sup>58</sup> “Cholula mismo, con más de cincuenta iglesias para menos de quinientos habitantes, es un lugar que no se olvida facilmente”. BEVAN, Bernard. **Historia de la arquitectura española**. Barcelona: Editorial Juventud, 1950, p. 249.

marcam as grandes catedrais, como a Catedral do México – 1755/83 – (FIG. 58) e a de Puebla. A primeira com uma decoração que muito nos lembra a fachada plateresca da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência – 1703 – (FIG. 59), em Salvador na Bahia.



**FIGURA 58** - Catedral do México – Fachada do Sacrário  
Fonte: GOITIA, 1995-96, p. 31.



**FIGURA 59** - Fachada da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.  
Fonte: TIRAPELI e PFEIFFER, 2000, p. 223.

As cidades latino-americanas estão dentro de um movimento de transformação constante, documentado, especialmente, por meio de sua arquitetura. Ao serem contemporâneas entre si, estas cidades não devem ignorar sua gênese, suas criações e seus desdobramentos ao longo dos anos em que sofreram transculturalização. Ao praticarem o exercício de se imaginarem maiores que o tamanho estipulado por Portugal e Espanha, esbarram em ferramentas da atualidade que ajudam na compreensão do seu passado. Na postura contemporânea de se aceitar o trabalho conjunto de outros campos do conhecimento, a história da arquitetura conta com o estudo da arqueologia das cidades<sup>59</sup>, área que investiga

<sup>59</sup> A cultura material, que trata de todo o universo de coisas que perfazem a vida em sociedade, é um objeto de investigação de diversos pesquisadores, desde os arqueólogos históricos até a abrangência no campo da História

as origens e a formação das mesmas enquanto cenários do presente. Um objeto de investigação exemplar, citado por Funari [s.d.] em seu texto, é a cidade de Colônia do Sacramento no Uruguai, escolhida a partir de três focos principais: a Igreja, o Cemitério e o Palácio do Governador. Ao estudá-los, o autor demonstrou a importância destes prédios para a região de Montevidéu e a área histórica da cidade, comprovando-os como sedes de intercâmbios entre índios guaranis, povos pré-históricos e estilos europeus, fossem eles espanhóis ou não. Descobriram-se evidências históricas e materiais de que essas diferentes culturas compartilhavam técnicas em seus hábitos diários, como a confecção e utilização de utensílios cerâmicos. O modo com que lidavam com esse material pode muito bem ter sido estendido ao uso arquitetônico, mesclando habilidades executivas com soluções construtivas.

A América Latina não é apenas uma continuação - no tempo e no espaço - do que fora o barroco ibérico. É muito mais a diferença, sua sobreposição; como se a produção mineira, especialmente, estivesse à frente do barroco português nas suas inserções e multiplicidade de referências. Conquistar a “auto-estima” dessas cidades, sua identificação e força frente ao cenário complexo do século XXI, requer apenas resgatar a flexibilidade e agilidade adquiridas na transposição de seus limites geográficos, tão buscados na época colonial. As manifestações culturais latino-americanas dos séculos XVI, XVII e XVIII atingiram fronteiras que foram além daquelas arquitetônicas, como a literatura ou as artes. Cada país desenvolveu o seu barroco próprio, mas foram esses múltiplos barrocos que enriqueceram e completaram um patrimônio comum, expressão de “latinidade” que torna tão coeso o grupo de ex-colônias ibéricas.

---

das Artes, a História da Arquitetura, estudos do patrimônio, Antropologia, História e Ciências Humanas em geral. Foi empregada aqui no campo da arquitetura como mais um instrumento que possibilite o desvendar de novas influências e trocas entre culturas, ocasionando mudanças no modo de construir e edificar as cidades da atualidade. A arqueologia urbana se destacou ao propor meios de compreensão da cultura material urbana em diferentes contextos históricos e geográficos, como é o caso da diferenciação do traçado urbano implantado em colônias espanholas ou na colônia portuguesa latino-americana. Cf. FUNARI, Pedro Paulo A. **Contribuições do estudo da cultura material para a discussão da história da colonização da América do Sul**. Brasília: NetHistória. Disponível em: <[http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver\\_texto&titulo\\_id=165](http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver_texto&titulo_id=165)>. Acesso em dez. 2004.

## CAPÍTULO 4

**Minas Gerais como um pedaço do Brasil que não se fez apenas por meio de Portugal**

---

Seria incompleto o pensamento que chegasse a Minas Gerais sem que antes fosse investigada a relação mais ampla existente entre as colônias espanholas e as regiões de intercâmbio com o Brasil. Os caminhos que levaram a Minas implicam uma intrincada rede de relações que foi sendo tecida continuamente ao longo do tempo, enquanto ciclos de desenvolvimento surgiam por toda a colônia portuguesa. A administração desta, ao contrário da espanhola, admitia a entrada de estrangeiros que quisessem trabalhar em terras brasileiras durante os anos iniciais de sua ocupação. Espanhóis, flamengos, ingleses e italianos aproveitaram tal permissividade, contribuindo nas primeiras atividades mercadoras. O período da história que vai de 1580 a 1640, época em que Portugal se encontrava sob domínio espanhol, cria laços mais estreitos entre estes dois países, cujas conseqüências são estendidas às suas colônias. A partir desta data, quando Portugal já havia se estabelecido em terras brasileiras, relações de mútua dependência entre colônia e metrópole foram definidas, muito mais dos lusitanos em relação ao ouro do Brasil, grande fonte do desenvolvimento estrangeiro.

Em 1580 Felipe II, rei da Espanha, tinha em seu poder duas nações peninsulares que tentavam, cada uma a seu modo, conservar uma espécie de individualidade, por meio de estatutos e privilégios que estabeleciam uma certa distinção entre o que era português e o que era espanhol. Em Portugal e Espanha havia uma forte intenção de manterem, em sua organização administrativa, as fronteiras geográficas e comportamentais que existiam tanto nas metrópoles quanto na América Latina. As Ordens Filipinas se opõem ao livre trânsito e tramitações entre Castella e domínios de Portugal<sup>1</sup>, o que pode ser estendido ao contato ou ao convívio entre portugueses do Brasil e os espanhóis da região do Prata e do Peru. Para as metrópoles, estes povos representavam colonizações distintas; mas, a eles próprios,

---

<sup>1</sup> A Codificação das Ordenações Filipinas nos governaram na América e nas mais longínquas colônias portuguesas da África e Ásia. Foi anunciada pelo Alvará de 5 de junho de 1595, possuindo algumas características divergentes com o Direito Canônico regido pela Igreja. Philippe II manda organizar o Código, que se estende a toda a Monarquia Portuguesa somente em 1603, por lei de seu filho Philippe III. É ilustrativo o título que resguarda a navegação do Reino: “Mandamos, que nenhuns Pilotos, Mestres, Marinheiros, que nossos Naturaes forem, aceitem partidos alguns em nenhuma navegações, nem Armadas, que fora de nossos Reinos e Senhorios se fação, nem vão em ellas em maneira alguma, sob pena, se o contrario fizerem, e lhes fôr provado, de perderem por este mesmo feito todos seus bens, ametade para nossa Camera, e a outra para quem os accusar, e mais sejam degradados por cinco annos para o Brazil. / Porque pois em nossos Reinos tem bem em que ganhar suas vidas em nossas Armadas e navegações, não he razão que sendo nossos Naturaes, fação em outra parte as ditas navegações. / E isto não se entenderá naquelles que forem para fazer guerra a Mouros.” MENDES,

descobriram-se capazes de confirmar características latinas de uma mesma origem ibérica. O intercâmbio era expressamente proibido, mas não respeitado pelos colonos.

O contato que se fazia entre o sul do Brasil e as colônias espanholas é uma das vertentes para se entender a importância dos referenciais hispano-americanos nos nossos. Assumindo posições quase militares, os padres portugueses da Companhia de Jesus criavam uma atmosfera de vigilância sobre seus catequizados, ao desejarem preservar "seus índios" contra o avanço espanhol. O bandeirismo da caça ao índio foi desbravando caminhos e conquistando lugares, pois era mais fácil conquistar os índios que já estavam organizados e previamente catequizados. O contrário também ocorria, quando os paulistas da região da capitania de São Vicente faziam os caminhos indígenas em direção à Santa Catarina até povoados espanhóis do Paraguai, se estendendo além da Linha de Tordesilhas. Assim, mapas eram traçados conforme a conveniência de cada expedição ou governante, com deslocamentos e imprecisões de limites.

Espanhóis e portugueses cuidaram sempre de traçar o célebre meridiano e contra-meridiano de Tordesilhas, ao sabor das suas conveniências. Nos excessos da fraude os castelhanos, colocando o contra-meridiano, desde a metade do século XVI, a ocidente de Malaca, levavam largamente a palma aos portugueses. Êstes (sic), não obstante, não foram modestos nas suas falsificações e distorções (sic) geográficas.<sup>2</sup>

A Câmara paulista era constantemente presenteada com alvarás e cartas régias do Reino proibindo a movimentação de seus homens, mas:

Os senhores vereadores não desconhecem as invasões dos hispanos de Vila Rica (burgo espanhol fundado em 1570, próximo à *Ciudad Real*). Sabem que, escorados no meridiano de Tordesilhas, os missionários castelhanos vão se apossando das terras, semeando reduções pelo vale do Paranapanema, até as proximidades de São Paulo, com o indisfarçável objetivo de estabelecerem uma conquista cimentada por hábil interdito *retinendaes possessionis*.<sup>3</sup>

Medidas governamentais eram tomadas para garantir a preservação das fronteiras, apesar de não serem suficientes para conter os avanços e relações entre as colônias. Desde 1555 o governador do Paraguai estipulava a fundação de uma povoação no Guairá (hoje atual região norte do Paraná) e nas margens do rio Paraná, como estratégia para garantir o controle de uma rota de passagem dos portugueses, incentivados que estariam pelos possíveis metais

---

Candido. **Código philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal**. 14. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1870, Livro V, Título XCVIII, Que os Naturaes deste Reino não aceitem navegação fora delle, p. 1247.

<sup>2</sup> CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951, p. 71.

que poderiam ser encontrados nesse rio; além de defender a posse dos índios. Não é por menos que os portugueses defenderam até o fim sua parte ao sul, a Colônia de Sacramento, ponto crucial no Rio da Prata para a rota de contrabando que beneficiava Portugal. Essa era uma maneira de "marcar território", mesmo que dentro de um território alheio. Assim, iam estabelecendo trocas e afrouxando regras. É ilustrativo o casamento entre um outro governador também do Paraguai, D. Luís Céspedes de Xeria com uma brasileira do Rio de Janeiro. Para tal, foram realizados contatos com os portugueses de Portugal e do Brasil, criando um clima de tensão e animosidade entre os próprios castelhanos da região do Paraguai, incluindo os jesuítas que enxergavam na cerimônia um ato criminoso contra a Coroa.<sup>4</sup>

Segundo Cortesão (1951), as relações sociais e culturais que se aconteciam entre Portugal e o Brasil e as colônias da América partiam muito mais da iniciativa dos portugueses que dos espanhóis. Os primeiros buscavam "afinidades psicológicas, ligações de comércio e saudosismo político",<sup>5</sup> numa atitude que era justificativa comum em suas práticas e relações com o mundo. A mobilidade era estimulada: os portugueses ofereciam, por exemplo, algum ofício que a cidade necessitava, como em Buenos Aires, aonde chegavam em barcos negreiros ou navios de registro, compondo 90% do quadro de estrangeiros até o ano de 1619.

Desde que o rio Prata foi colonizado pelos espanhóis, havia a esperança de que a união das duas Coroas favorecesse o tráfico do Prata com o Brasil. Buenos Aires e Santa Fé assumiram relações comerciais com os portos brasileiros, mesmo porque os portugueses já exploravam o Prata, pois eram os "únicos que sabiam navegar em caravelas e caravelões, barcos os mais apropriados para penetrar e devassar o vastíssimo estuário, cuja navegação perigosos bancos de areia embaçavam".<sup>6</sup>

Intercâmbios aconteciam também entre os próprios portugueses dos dois lados da Linha de Tordesilhas, quando, por exemplo, o bispo de Tucumã, então governador da Argentina, português<sup>7</sup> do Algarve; realizou uma viagem de quase dois anos até a Bahia (de

<sup>3</sup> BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, [194-], p. 230.

<sup>4</sup> Jaime Cortesão apresenta documentos – memoriais – que enumeram as intolerâncias e delitos cometidos pelo então governador do Paraguai contra os religiosos da Companhia de Jesus. Em destaque: “LVIII, I, 3) Casou no Brasil com uma portuguesa (sic) e por esta causa favorece quanto pode os portugueses (sic). Os moradores do Paraguai, para dar prazer ao governador, numas festas que lhe fizeram davam vivas aos portugueses (sic); o governador falava em português (sic);” CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951, p. 481.

<sup>5</sup> CORTESÃO, Jaime. *op. cit.*, p. 74.

<sup>6</sup> CANABRAVA, Alice Pfiffer. O comércio português no Rio da Prata (1580-1640). São Paulo: [s.n.], 1944, p. 127 a 130 apud CORTESÃO, Jaime. *op. cit.*, p. 76.

<sup>7</sup> Parece comum que padres portugueses da Companhia de Jesus desenvolvessem as "atividades do sacerdócio e da evangelização nos territórios confinados à sua guarda espiritual". Leia-se: nas colônias espanholas.

1585 a 1587) para a compra de navios: estratégia comercial que favorecia a via de acesso de mão dupla entre territórios. Seguidamente, portugueses que se fixavam na Capitania de São Vicente foram aos poucos alcançando a região de Guairá e seus índios, até chegar a Assunção, no Paraguai. De um lado estavam os bandeirantes paulistas que visavam as missões indígenas, juntamente com os lusitanos que com eles partiam. E de outro lado estavam os padres castelhanos da Companhia oferecendo resistência e aprisionando em suas próprias reduções os índios tupis que porventura chegavam com os paulistas de São Vicente. De 1620 a 1640, sob o domínio holandês, os centros produtores de açúcar do Nordeste não podiam utilizar a mão-de-obra africana, pois o tráfico tinha sido impedido: os índios eram então ainda mais necessários. Apesar dos paulistas estarem sob a guarda espanhola, não tinham o incentivo da Coroa em suas idas ao sertão na busca desta outra mão-de-obra. Após o rompimento da União Ibérica (1640), as autoridades espanholas reclamavam com mais fervor a respeito dos bandeirantes no território espanhol, que acabaram por destruir as reduções do Guaíra.<sup>8</sup>

Os espanhóis que se fixaram em São Paulo vinham alguns deles da própria Espanha, principalmente para lutar contra os holandeses na Bahia. Desde finais do século XVI e início do século XVII a mentalidade de Castela já vinha se difundindo em São Paulo, trazendo noções de legislação que visavam ao sucesso no exercício da mineração. E mineração significava ouro, ocasionando a busca do sertão mineiro e o desenvolvimento das “bandeiras”, termo que já tinha na origem a influência espanhola.<sup>9</sup>

São de Ricardo (1942) comparações feitas entre a atuação do colonizador espanhol e o bandeirante hispano-descendente, não apenas em relação à exploração das regiões de planalto (em substituição ao litoral) como também pelo caráter mais audacioso, para não dizer mais violento, que o bandeirante espanhol impunha à determinada expedição. Os portugueses eram mais ordeiros, menos dinâmicos na maneira de colonizar, utilizando-se de conveniência e “diplomacia” em suas relações, o que acarretou, mais tarde, diferenças no processo de independência das colônias.

---

CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951, p. 481.

<sup>7</sup> CORTESÃO, Jaime. *op. cit.*, p. 75.

<sup>8</sup> A denominação Guaíra ou Guairá aparece como referência de lugar por meio destas duas formas de escrita, em diferentes livros; mas remete-se à mesma região ao sul do Brasil: o norte do atual Paraná.

<sup>9</sup> Aracy Amaral desenvolve um relevante estudo sobre as expressões e o linguajar paulista, no tocante à sua hispanidade. Cita autores como Oswaldo da Sylveira, que estudou vocábulos como *abanderado*, *abanderamiento* e *abanderar*. “*Bandeira e Bandeirante* eram termos retintamente espanhóis”, pois apareciam nos dicionários destes. AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: Nobel; USP, 1981, p. 6.

O elemento espanhol da bandeira e o método de colonização espanhol, seguido pelo bandeirante, são duas razões bastante sérias para convencer que a crueldade dos nossos pioneiros deveria rimar, também, em gênero e número, com a dos aventureiros espanhóis.<sup>10</sup>

Os bandeirantes paulistas exerceram um papel importante na defesa e posse do território de colonização portuguesa. Ainda no período de união das duas Coroas, desde 1632, resistência foi oferecida aos jesuítas espanhóis, até retirá-los da região que é hoje o Mato Grosso. Os Sete Povos das Missões no Rio Grande do Sul foram transferidos aos portugueses em acordos e tratados que duraram até 1750, confirmando a parcela de rivalidade entre portugueses e espanhóis, relacionada ao campo diplomático. Rotas foram então abertas e interligadas, estabelecendo contatos que se fizeram expressar por meio da arquitetura, nas capitanias e colônias latino-americanas.

Minas Gerais foi criado em função dos bandeirantes paulistas que se fixaram nessa parte do sertão, após ter ocorrido em São Paulo, ainda no século XVII, uma “espanholização” de sua gente, como conclui Amaral (1981). Os próprios portugueses na Península Ibérica procuravam referências culturais e artísticas nos locais em que a Corte Espanhola estivesse, principalmente no período de Unificação das duas Coroas. Apesar do estreitamento de relações entre as duas metrópoles, a grande emigração em massa da Espanha ao Brasil aconteceu mais tarde, entre 1880 e 1930,<sup>11</sup> sendo que os primeiros registros de espanhóis em Minas Gerais datam de 1888.<sup>12</sup> Era preciso a contratação de mão-de-obra assalariada para os latifúndios brasileiros, demanda surgida pela abolição da escravidão (neste mesmo ano) e pelo incentivo ao povoamento de áreas de baixa densidade demográfica. Situado na região paulista do séc. XIX, Ellis Junior (1934) nos conta que muito Martinez se abasileirou em Martins, muito Perez em Peres, e Fernandez em Fernandes, o que dificultava a completa distinção de quem era de origem espanhola ou portuguesa, sem contar os estrangeiros que chegaram no anonimato.

A primeira expedição de Martim Afonso de Souza saiu do Rio de Janeiro, mas foram os paulistas que se consideravam donos dessas terras, pela multiplicidade de caminhos que foram traçando e adentrando Minas Gerais. Ao final do século XVII o território mineiro era

---

<sup>10</sup> RICARDO, Cassiano de. **Marcha para oeste**: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1942. v. 2, p. 132.

<sup>11</sup> Cf. CORBACHO QUINTELA, Antón. Os periódicos dos imigrantes espanhóis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, 2, 2002, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000012002000200006&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000012002000200006&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em 07 de julho de 2004.

<sup>12</sup> Segundo dados do Arquivo Público Mineiro, que têm documentados os registros feitos pelas Secretarias de Governo e de Agricultura, em relação aos imigrantes no Brasil.

constantemente invadido pelas bandeiras paulistas na busca de escravos para a lavoura na capitania de São Vicente. Os paulistas foram os primeiros a ocupar as margens do rio São Francisco, contribuindo para aumentar as porcentagens da população branca colonial mineira, composta por uma “imensa maioria de minhotos, portuenses, transmontanos, beirões e açorianos [...] no permeio dos quais vieram também muitos “cristãos novos” e filhos de outras capitanias”.<sup>13</sup> A região de São Paulo não tinha uma fonte de riqueza como o nordeste e a produção açucareira. Sua produção agrícola era irrisória e era um sonho promissor buscar o Eldorado de Sabarabuçu, região imprecisa, mas que era cenário do mito do ouro. Povoando o imaginário de aventureiros, muitas expedições exploradoras do sertão foram assim organizadas, com o objetivo primordial de encontrar o metal. A primeira foi concedida ao castelhano Francisco Bruza de Espinosa, em 1554, atravessando o território que seria chamado Serra do Santo Antônio do Itacambiruçu, e logo depois Grão Mogol, em Minas Gerais.

Ele já residira no Peru e tinha conhecimento dos metais preciosos. [...] Espinosa era o chefe; como capelão, vinha o jesuíta Pe. João Aspilcueta de Navarro; vinham ainda onze portugueses, além de numerosos índios brancos.<sup>14</sup>

Os exploradores não encontraram o ouro, mas tal expedição teve à frente um espanhol, seguindo as determinações de um governador português no Brasil. Os leitos dos rios eram explorados, geralmente partindo da região sul do atual estado da Bahia, chegando ao Rio São Francisco, já dentro dos limites de Minas Gerais. Assim seguiram-se expedições com diferentes sertanistas: uma atingiu o rio Paraguaçu; outra, em 1567, saindo de Porto Seguro, subiu o Jequitinhonha e esteve na região de Itacambira, explorando o norte de Minas; Araçuaí também foi região explorada e várias outras expedições foram acontecendo, chegando à região de Diamantina, na esperança de acharem-se esmeraldas.

O bandeirante Gabriel Soares de Souza parte para a Espanha na espera de uma ajuda estrutural-financeira para realizar suas expedições, baseado em um roteiro e amostras de metais que recebeu de seu irmão. Ao realizar tal contato com a corte espanhola (ainda no período da União Ibérica), explora o sertão brasileiro com mais 200 índios, em 1592. Tal fato é ilustrativo a respeito dos contatos que se faziam entre espanhóis e bandeirantes paulistas, nas entradas realizadas em Minas Gerais. O próprio Gabriel Soares pode ter regressado ao

---

<sup>13</sup> CARRATO, José Ferreira. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, v. 334, p. 4.

<sup>14</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: [s.n.], 1979. v. 1, p. 19.

Brasil repleto de referências do século XVI espanhol, pois sua estadia em Madri durara cerca de seis anos.<sup>15</sup>

Bandeira paulista que merece destaque é a de Fernão Dias Pais, sertanista que se utilizou de planejamento e organização pioneiros, medidas que foram seguidas pelas sucessivas novas bandeiras. Sua estratégia era a de criar pousos ou estâncias, acampamentos protegidos que tinham uma mínima infra-estrutura para abrigar seus homens. Sua bandeira não tinha um caráter destrutivo, pelo contrário; seus postos de paragem acabaram por embrionar núcleos de povoamento, criando arraiais que resistiram até a atualidade. É o caso de Vituruna (perto de São João Del Rei), na comarca do Rio das Mortes; Paraopeba, Sumidouro do Rio das Velhas (Anhonhecanhuva) e Roça Grande, na de Sabará; Tucambira, Itamerindiba (atual Itamarandiba), Esmeraldas, Mata das Pedreiras e Serra Fria, na comarca do Serro Frio.<sup>16</sup>

Regiões foram interligadas pelo trabalho de alguns componentes de sua bandeira, como Matias Cardoso, que impulsionou o comércio entre as minas de Ouro e a Bahia; Manuel de Borba Gato, nome ligado à exploração do Rio das Velhas e Garcia Rodrigues Pais, que culminou na abertura das minas ao Rio de Janeiro. Fazendas foram também criadas para o fornecimento de gado aos mineiros, como a de Montes Claros e Pitangui, conforme afirmativas de Barbosa (1979). O autor insiste no merecimento da bandeira de Fernão Dias, pois ela foi a que abriu caminho para o nordeste, a partir de São Paulo, favorecendo a expansão dos sertões e a ligação entre regiões distantes e o litoral. Ao longo do século XVII, muitos “domicílios” foram criados à beira do Rio São Francisco, em que famílias iam sendo formadas e se estabeleciam através das rotas de passagem. Essas formas de abrigo eram a princípio bastante simples, pois serviam como pouso dos viajantes, descanso e alimentação de seus animais. Eram apenas coberturas precárias, formando um acampamento provisório. À medida que as famílias iam crescendo, entravam pelo século XVIII construindo os ranchos, que se resumiam em postes de madeiras ou pilastras de tijolos cobertos por um telhado inteiro. Com as vendas e os sobrados de dois andares é que os arraiais foram tomando forma, em que as construções civis adquiriam caráter permanente. O requinte e a ornamentação eram mais apurados, os programas se complexificavam e os ambientes se tornavam maiores e mais bem tratados. A casa urbana térrea estava, assim, firmando-se como moradia, tendo nos sobrados a tipologia característica das construções de propriedade particular das vilas, abraçando as capelas que geralmente determinavam o núcleo daquele povoamento. A maior

---

<sup>15</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: [s.n.], 1979. v. 1, p. 20.

<sup>16</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *op. cit.*, p. 41.

parte das cidades mineiras assim se constituiu: elegendo como referência a pequena capela, construção inicialmente erguida por fazendeiros que articulavam a região.

É por meio da arquitetura que se faz, neste trabalho, a tentativa de encontrarmos referenciais dessa “latinidade” que une o colonizador português com o espanhol, ou mesmo com o bandeirante paulista, que foi a principal referência da fixação no território mineiro. As peculiaridades entre as construções urbanas de Minas e São Paulo foram levantadas por Vasconcellos (1959), em relação aos materiais utilizados, à inserção no terreno e ao desenho de suas plantas.

É nesta diversidade que poderemos encontrar, por exceção, influências recíprocas de uma região sobre a outra. Algumas soluções são de tal modo diferentes das usuais e, de outro lado de tal modo similares às comuns de outras regiões, que nelas se poderia reconhecer, com facilidade, a presença do elemento estranho. No caso de Minas, do bandeirante.<sup>17</sup>

É citado o exemplo de uma casa de residência e negócio localizada em Amarantina, distrito de Ouro Preto, diferente das fazendas paulistas do século XVIII apenas por utilizar alvenaria de pedra (FIG. 60 e 61). Planta, fachada e detalhes se parecem bastante com as construções de São Paulo: a varanda entre os dois cômodos da frente, sala no meio da casa, cômodos dos dois lados e uma outra varanda nos fundos.

A distribuição dos vazios e dos cheios, a exiguidade das janelas quase quadradas e de verga bastante distanciada do frechal, a distribuição das peças e o telhado elevado, possivelmente utilizado como depósito, tudo lembra a arquitetura de Piratininga, como a descreve e analisa Luis Saia. Há indicações vagas de ter sido esta casa de propriedade de Antônio ou Joaquim Dutra, minerador em Passagem de Mariana, depois proprietário de uma fazenda dita “da Pedra”, nas imediações de Lafaiete.<sup>18</sup>

O estudo das construções em madeira que são encontradas no início dos Seiscentos em São Paulo é o ponto de partida que Amaral (1981) toma para desenvolver sua obra. É com a chegada dos castelhanos em São Paulo que surgem as casas com corredores laterais que possuem pilares de madeira na sustentação de seu telhado. A madeira poderia ter vindo do Paraguai, assim como foi feito o transporte dessa colônia até Potosí, para as construções da Bolívia.

<sup>17</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil**: pintura mineira e outros temas. Belo Horizonte: EA\UFMG, 1959, p. 21.

<sup>18</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil**: pintura mineira e outros temas. Belo Horizonte: EA\UFMG, 1959, p. 22.



**FIGURA 60** - Planta da casa de residência e negócio em Amarantina, Ouro Preto  
Fonte: VASCONCELLOS, 1959, p. 20.



**FIGURA 61** - Casa de residência e negócio em Amarantina, Ouro Preto  
Fonte: IEPHA – MG.

Esse tipo de decoração, bem como de pilares nos corredores, é de tradição espanhola e bem divulgado na América Espanhola, seja em residências, como em casas de reduções (como em Santa Cruz de la Sierra e no Paraguai, onde a vizinhança nos era mais próxima). Ao mesmo tempo, cumpre não esquecer que corredores laterais de igrejas rurais da Argentina e Paraguai freqüentemente utilizavam-se dessa solução, que perduraria até fins do século XVIII.<sup>19</sup>

Em Minas Gerais esses traços se fizeram sentir mais tarde, no fim do século XVII e início do XVIII. Exemplos de Casas de Fazendas e construções rurais iam se firmando pelo território, um deles a Fazenda do Manso, na região de Ouro Preto, que muito se assemelha à tipologia da casa rural avarandada paulista (FIG. 62). Os artífices que surgiram em Minas eram supervisionados por profissionais reinóis através das corporações de ofícios, desenvolvendo um nível profissional mais cuidadoso que servia às irmandades, principais financiadoras. Para estas, se desenvolvia a atividade quase industrial ligada à construção, expandindo e exigindo cada vez mais dos ofícios e do artesanato. A gente branca ou mulata que havia se estabelecido nos povoados (como alfaiates, pintores, sapateiros) foi atingida pela rápida urbanização das minas, em que sobressaíam-se os filhos mulatos seguidores da carreira paterna, como o próprio Aleijadinho. A posição social desses artífices foi então mais reconhecida, pois a miscigenação já era uma realidade social desde o século XVII.



**FIGURA 62** - Fazenda do Manso, região de Ouro Preto. Edificação recentemente restaurada  
Fonte: IEPHA – MG.

---

<sup>19</sup> AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: Nobel; USP, 1981, p. 5.

O desenvolvimento intelectual atingia as ruas da sociedade barroca, com a exteriorização das solenidades religiosas, expandindo o culto às procissões. Essas eram festas de caráter não apenas popular, mas que também ostentavam o fenômeno cultural mais elitizado que tomava conta das minas, como a literatura do Triunfo Eucarístico. Descrevia as procissões “imitadas dos espanhóis e providas, com certeza, dos antigos triunfos romanos”.<sup>20</sup> Como nos conta Ávila (1967), era pródiga a fraseologia latina nas inscrições de standartes, tarjas e emblemas que saíam às procissões, colocando os fiéis num nível de incompreensão e ao mesmo tempo respeito, pela Igreja que seguiam.

A decadência da mineração e os sintomas de empobrecimento da capitania parecem não abalar o ânimo festivo das populações, alienadas no seu bovarismo barroco e empolgadas ainda pela ilusão de que, por um favor divino, novas riquezas pudessem surgir do solo exaustivamente revolvido. [...] A sintonização de Portugal com as correntes filosóficas da ilustração, favorecidas pela política esclarecida de Pombal, não chega a repercutir na remota capitania das Minas de moto a alterar substancialmente a infra-estrutura ideológica aqui implantada, como não lograra neutralizar na alma portuguesa (sic) peninsular valores (sic) ou padrões cujas origens se confundiam com as da própria nacionalidade.<sup>21</sup>

Os artistas mineiros, com exceção de poucos destaques, não deixaram muita documentação sobre a vida pessoal de cada um, em que muitas análises atuais partem de sua própria obra. Sabe-se que havia uma expressiva comunicação entre artesãos e letrados, chegando ao convívio dentro do próprio canteiro de obras, principalmente em relação à arquitetura. Já em fins do século XVIII, nomes de artesãos de maior habilidade sobressaíam à “antiga organização do trabalho artesanal, anônimo e coletivo”<sup>22</sup> de início do século. Da mesma forma que o barroco fora feito para encher os olhos, encenações teatrais eram incorporadas às ruas da capitania, geralmente em meio aos festivais religiosos. Ávila (1967) cita o episódio das festividades de inauguração da matriz do Pilar, em que foram apresentadas em Vila Rica peças em castelhano, sendo sugerida a probabilidade dos atores serem de origem espanhola, “daqueles então comumente encontrados nos palcos de Portugal, de onde talvez se transportassem ao Brasil embora as proibições das autoridades lusas”.<sup>23</sup> Palcos eram armados na praça pública, remetendo aos espetáculos espanhóis de arena ou em construções destinadas à encenação, como as casas de Vila Rica ou Sabará.

<sup>20</sup> CARRATO, José Ferreira. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, v. 334, p. 32.

<sup>21</sup> ÁVILA, Affonso. **Resíduos seiscentistas em Minas**. Textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. v. 1, p. 62.

<sup>22</sup> ÁVILA, Affonso. *op. cit.*, p. 98.

<sup>23</sup> ÁVILA, Affonso. *op. cit.*, p. 107-108.

Num período anterior, início dos seiscentos, os paulistas levavam muito a sério a questão da nobreza, atribuída pela função que exerciam na sociedade. Eram consideradas funções degradantes aquelas que precisavam de esforço manual ou braçal, como marceneiros, ferreiros, ourives, pintores, tecelões, vendeiros ou entalhadores. Os portugueses que chegavam à região das minas eram então plebeus, pois estavam mais preocupados em desenvolver o comércio. Construía sobrados, em que a parte térrea era ocupada pelos “secos e molhados” e a parte superior abrigava residência. Assim é que os povoados mineiros “pareciam ter uma rua só, muito comprida e com muitas vendas”.<sup>24</sup> Essa maneira de construir, abrigando residência e comércio numa mesma tipologia arquitetônica, é modelo que aparece em quase todas as regiões da América Espanhola, conservando avarandados ao longo de todo o andar superior e pilares de madeira ornamentados.

O sobrado do Inconfidente Domingos de Abreu Vieira, localizado em Berilo, na região norte de Minas Gerais, exemplifica tal tipologia. A história da fundação da cidade está associada aos bandeirantes paulistas do século XVII que criaram o arraial de Água Suja (primeira denominação dada a Berilo), localizado na confluência do rio Araçuaí com o ribeirão Água Suja. Com o desenvolvimento do comércio nesta região, foi elevado à freguesia de Minas Novas, estando na rota das bandeiras pelos sertões de Itamarandiba, zona do Alto Jequitinhonha.

O sobrado mostra transição entre a tipologia de edificações rurais e as edificações urbanas, nas quais a implantação era feita no alinhamento da via e acrescentava-se um cômodo de comércio. Enquadrando-se na segunda metade do século XVIII, possui as três fachadas avarandadas (FIG. 63), com características bem próximas àquelas apontadas por Amaral (1981), quando analisa tal tipologia em São Paulo.

Não pode deixar de ser observado um elemento estrutural-decorativo da casa paulista – seiscentista ou setecentista – , tipicamente espanhol e hispano-americano e, neste ponto, absolutamente singular no contexto construtivo do território hoje do Brasil: os corredores com pilares.<sup>25</sup>

Algumas edificações encontradas nos países de colonização espanhola apresentam esse mesmo modelo, como fachadas da Bolívia, Peru e São Salvador. Em Berilo, os pilares

---

<sup>24</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: [s.n.], 1979. v. 1, p. 75.

<sup>25</sup> AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: Nobel; USP, 1981, p. 24.

possuem uma finalização diferenciada, um cuidado incomum no ábaco, peça de apoio ao madeiramento do beiral.



**FIGURA 63** - Casa do Inconfidente Domingos de Abreu Vieira. Fachada lateral esquerda. Detalhe do avarandado que circula o 1º pavimento, com acabamentos em madeira e régua simples de madeira no guarda-corpo

Fonte: Acervo da autora, marco 2001.

O detalhe da ornamentação dos cachorros e principalmente do acabamento do frechal, mais rebuscado, nos remete às comparações em edificações espanholas ou da América do Sul, diferente do tratamento encontrado na maioria destas peças mineiras, mais retas (FIG. 64, 65 e 66). O guarda-corpo presente nas varandas possui balaústres simples de tábuas estreitas sem recortes, assim como são simples, mas inesperadas, as grades de seção losangular de madeira das janelas laterais: a tradição construtiva hispano-americana mantida também nas janelas, como são encontrados exemplos na Colômbia.



**FIGURA 64** - Detalhe do beiral da casa do Inconfidente Domingos de Abreu Vieira, em Berilo. Notar o acabamento dos frechais  
Fonte: Acervo da autora, março 2001.



**FIGURA 65** - Detalhe do beiral da casa do Inconfidente Domingos de Abreu Vieira, em Berilo. Notar o acabamento dado ao cachorro, peça maciça  
Fonte: Acervo da autora, março 2001.



**FIGURA 66** - Edificação avarandada, residência na parte superior e comércio na parte térrea. Exemplo encontrado nas proximidades de Cuzco, Peru  
Fonte: Rômulo Junqueira, agosto 1980.

#### **4.1. Aproximações mineiras: o barroco e sua expressão de latinidade na arquitetura colonial dos sécs. XVII e XVIII**

A corrida pelo ouro foi a experiência que trouxe o mais notável desenvolvimento à colônia, deslocando e privilegiando a nova fronteira econômica do país: Minas Gerais. Foi povoada pelos forasteiros que vinham de toda a parte (reinóis, criminosos, peregrinos do litoral), criando rivalidades e disputas de posse que foram sentimentos embrionários de nacionalidade, despertando no Brasil a percepção de seu potencial independente em relação à metrópole.

A menina dos olhos de Portugal, à época do descobrimento do ouro em abundância, não poderia ser descuidada. O controle era rígido, as cobranças e os métodos de vigilância deveriam ser expressivos, como era marcante o posicionamento das igrejas nos cenários barrocos mineiros. Lembrava-se, assim, quem detinha o poder, acumulando informações que se faziam sentir em cada localização estratégica dos espaços construídos. A arquitetura dos séculos XVII e XVIII encontrada em Minas Gerais está, sem dúvida, bastante vinculada aos

exemplos portugueses. Mas a peculiaridade de nosso barroco, erguido e cuidado pela comunidade seguidora das Ordens<sup>26</sup> religiosas, se construiu com influências outras, mostrando-se plural na sua formação.

A valorização dos vários ingredientes que moldaram nossa identidade<sup>27</sup> coloca o elemento hispano ou hispano-americano em evidência, na tentativa de encontrar traços na arquitetura mineira que demonstrem um contexto histórico e cultural bastante rico e miscigenado, amparado pelas colônias mais próximas. A palavra miscigenação já é um componente do conceito de “latinidade” utilizado pelo sociólogo Gilberto Freyre.

Ao reconhecer pontos de encontro entre culturas dentro da América Latina, (e por que não “arquiteturas?”), Gilberto Freyre planta em terras brasileiras a valorização do outro não como algo estranho e alheio, mas um elemento externo completamente incorporado, sabiamente aproveitado. A busca da “latinidade” no campo da arquitetura mineira parte do garimpo dessas frações e referências outras que compõem a nossa especificidade. Se por um lado existe diferença em relação aos nossos vizinhos latino-americanos, e aqui referindo-se ao processo de independência de suas colônias, por outro lado muito se assemelhou no campo da arquitetura. Talvez devido ao fato de que Espanha e Portugal tentavam ser únicos, independentes, mas acabavam por se tornar um referencial apenas, com o nome maior de Península Ibérica. Se os países hispano-americanos cresceram com a idéia de ruptura em relação ao poder instituído pela metrópole espanhola, e rompimento tenha sido a palavra de ordem, o barroco ali desenvolvido dialoga com o Brasil no ponto em que a origem ibérica já se tornara a mesma. Tal afirmação pressupõe uma coerência e comunicação de imagens, volumetrias e inserções urbanas entre Portugal e Espanha, enquanto metrópoles colonizadoras. E tal coerência foi transferida à América Latina com o nome de “latinidade”, aqui aplicada à arquitetura.

---

<sup>26</sup> “As Irmandades ou Ordens Terceiras foram responsáveis por todas as questões religiosas, como as construções dos templos, organização das missas e procissões, difusão do culto aos santos e organização dos ritos fúnebres. Pertencer a uma dessas Irmandades era, pois, essencial para a organização e identificação dos homens nos núcleos urbanos que iam se constituindo nas Minas”. FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas Negras. Mulheres livres de cor no distrito Diamantino. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 109.

<sup>27</sup> Vários textos e publicações dos últimos trinta anos do século passado discutem a questão da identidade latino-americana. Pesquisadores como Alan Colquhoun, Ruth Verde Zein e Silvia Arango, dentre vários outros, aproveitaram-se da comemoração dos quinhentos anos de descobrimento da América para desenvolverem estudos acerca do tema. Abordaram principalmente o constante esforço dos países europeus em afirmarem-se como “centros” emanadores de cultura, a ser considerada uma verdade e modelo absoluto, em desprezo àqueles países da “periferia” - cidades não-européias. Esses autores demonstraram e incentivaram a tomada de consciência dos povos latino-americanos, enquanto detentores de uma rica identidade, única, valorizada exatamente quando se difere das origens e dominação cultural européia. Cf. COLQUHOUN, Alan. O conceito de regionalismo, dez. 1992; ARANGO, Silvia. Crítica da crítica: o provincianismo de sentir-se centro, jan./fev. 1989; PROJETO: 500 anos de arquitetura ibero-americana, set. 1992.

O barroco mineiro fez parte de um período de continuidade de relações políticas e sociais, apoiou-se em artifícios e fragmentos externos aos seus, mas inevitáveis à sua formação. Inevitáveis pela fusão do mundo pagão ao cristão, pela absorção das imposições ibéricas aos costumes nativos e por uma arte, literatura e arquitetura que não poderiam mais ser encontradas no seu estado de pureza. Na América, a mistura de raças e culturas não se encerra; pelo contrário, se torna maior, com a presença do cristão. “O Barroco separa e constrói, simultaneamente, as formas labirínticas e precárias de comunicação entre estes universos distintos”.<sup>28</sup> Talvez a arquitetura seja um instrumento que denuncie não o desencontro, mas a completa oposição a este termo, permeando não uma América espanhola e América portuguesa, mas acima de tudo, Américas Barrocas.

Segundo Barboza Filho (2000), artificialismo é palavra chave para caracterizar a formação de nosso barroco, um lugar-cenário para as artimanhas da Corte que veio para o Brasil. O poder do rei é o artifício por ele utilizado, objetivado com a sua presença na colônia. O símbolo e o teatro trabalhados na época colonial marcaram as cidades brasileiras, criando referências de um reinado que estrategicamente mudou de lugar; mas trouxe com esta estrutura de poder uma tradição bastante comprometida a valores permanentes. Estes eram resistentes à mudança; diferentes dos nossos, que parecem ter nascido para estarem em constante renovação. Minas Gerais viveu a experiência de uma inquietação e ansiedade barrocas, construindo energicamente o que viria a ser legítimo como sua expressão arquitetônica. Essa, muito mais próxima das suas colônias vizinhas, que também já haviam substituído as exclusivas referências espanholas por combinações próprias.

A articulação entre o trabalho de Aracy Amaral (1981) e as investigações acerca dos exemplares mineiros propõe atingir peculiaridades e componentes externos que se diluíram pelos caminhos do ouro. Em Minas Gerais é inegável a força desse impulso em direção às minas, diferenciando-se de São Paulo por um resultado mais efetivo no nascimento de uma cidade urbana, proveniente da vida mineradora.

Uma das razões que norteiam as explicações acerca da exploração para o interior da colônia portuguesa, e não apenas em direção ao sul, é o desenvolvimento da criação de gado. Paralelamente às bandeiras paulistas, aparece a figura do tropeiro, que conquistando os sertões, estimulava a permanência e fixação do colono ao solo. As primeiras cabeças de gado bovino foram trazidas para a Capitania de São Vicente em 1534. Depois para a Bahia e a zona do açúcar, como força motora e alimento para os engenhos. Atingiu o norte, até Ceará, Piauí e

---

<sup>28</sup> BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício:** iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p. 407.

Maranhão. Em direção ao centro, Goiás e Mato Grosso se beneficiaram e a extensão dos currais seguia pelo Rio São Francisco, atingindo Minas Gerais. Já no século XVII o curso desse rio (chamado dos Currais ou Corrais) era ocupado por colonos que saíam do litoral da Bahia e de Sergipe. Para a região sul, o transporte do gado e dos muares saiu de São Vicente em direção a Curitiba; em Sorocaba aconteciam grandes feiras, atrativas a compradores de várias regiões. Do Paraguai se espalhou pelo interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.<sup>29</sup> Nestes caminhos em direção ao interior, os centros produtores que eram principalmente São Paulo, Bahia e Pernambuco, iam sendo ligados a outros centros que tinham potencial de consumo.

Os arraiais de São Romão, Almas, Morro das Garças e Curral Del Rei [...] serviam de entrepostos comerciais na distribuição do gado criado nas áreas nortistas da capitania mineira. Já a região sul estava articulada com os portos marítimos que abasteciam Pitangui e garantiam a chegada regular de escravos, tecidos, ferramentas, pólvora e demais produtos secos e molhados.<sup>30</sup>

O próprio nome de alguns núcleos povoados sugeriam o caminho percorrido pelas tropas: em Contagem o gado era contado, agrupava-se no Curral Del Rei e os impostos eram pagos em Registro. Sem contar várias outras localidades do nordeste brasileiro, como Curralinhos ou Bezerros. Os limites de Minas Gerais foram se constituindo vagarosamente, e sem dúvida o comércio foi um aliado ao povoamento na formação da região. Múltiplas eram as atividades mercantis que tiveram expressividade maior na primeira metade do século XVIII:

[...] ao mesmo tempo em que é possível identificar negociantes de “grosso trato” que atuavam em escala mundial, constatamos a existência de outros circuitos espacialmente restritos, que se restringiam ao movimento entre um arraial e outro, entre uma rua e outra. Entre esses dois extremos, percebe-se também a existência de uma importante rede inter-regional, baseada em atividades comerciais internas, que acompanhava as rotas de povoamento.<sup>31</sup>

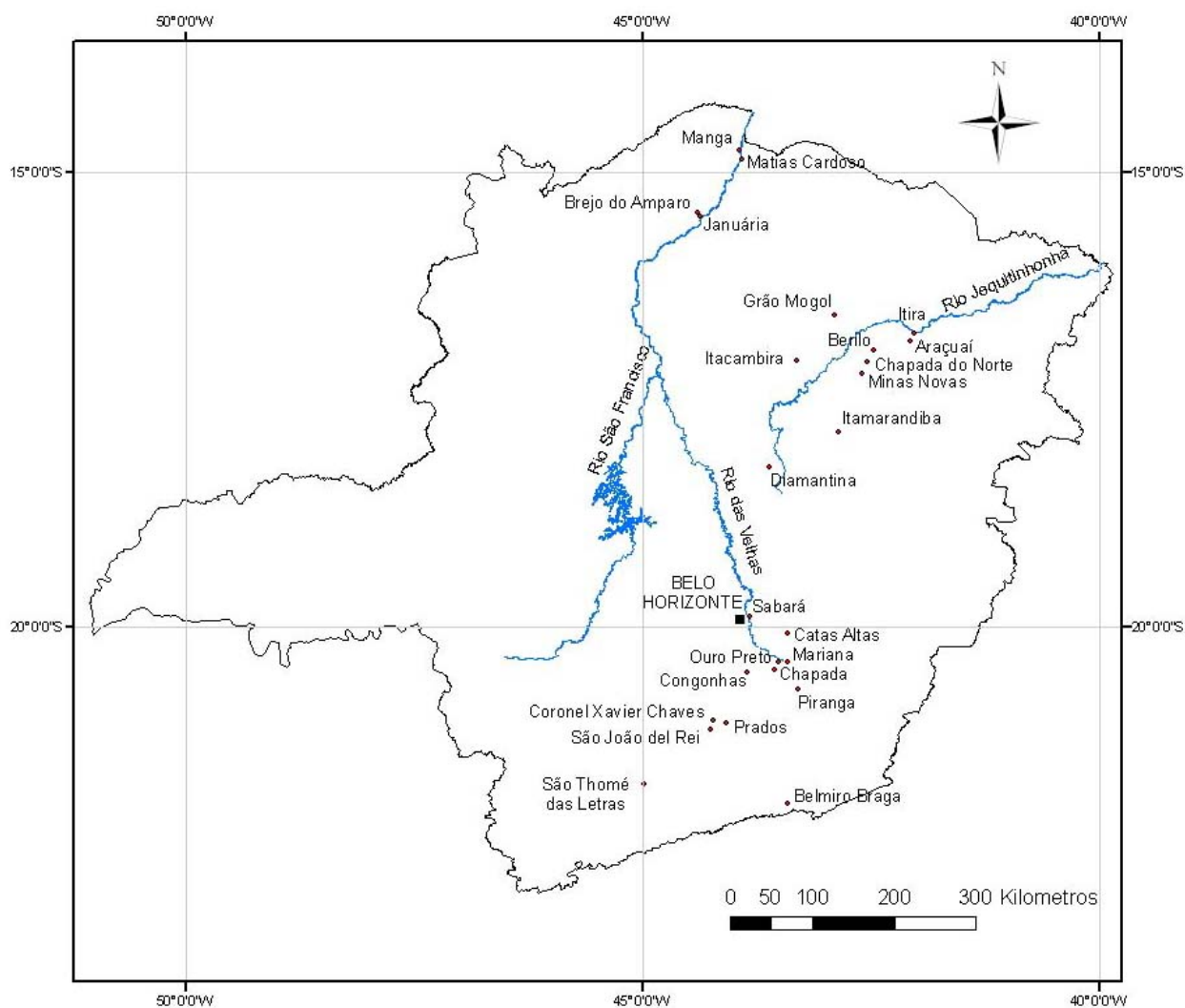
A expansão das fronteiras comerciais tentava ser direcionada com maior eficácia pela metrópole, que tinha áreas de interesses mais óbvios e urgentes, como ocorreu na região de Diamantina. Motivos mais práticos também incentivavam tal expansão, como a procura de

<sup>29</sup> Cf. TAPAJÓS, Vicente. **História do Brasil**: História e Biografia. São Paulo: Editora Nacional, 1954. v. 41.

<sup>30</sup> VENANCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Diálogos oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 187.

<sup>31</sup> VENANCIO, Renato Pinto. *op. cit.*, p. 182.

locais salubres (famílias que estavam se estabelecendo) ou mesmo questões territoriais, como a posse de áreas anteriormente ocupadas por quilombos. Venâncio (2001) chama a atenção para um possível caráter militar dessa expansão inicial. Apesar de lenta e dispersa, pode ter sido uma herança das bandeiras e da atuação dos fazendeiros sobre grupos indígenas mineiros, ainda no século XVII.



**FIGURA 67** - Localização das principais cidades mineiras citadas ao longo do texto

Fonte: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/download/arquivos/index2\\_shp.shtm?c=2](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/download/arquivos/index2_shp.shtm?c=2). Acesso em maio 2005.

Os arraiais e as vilas, que nos chegam à atualidade como municípios e distritos menores, retratam espacialmente regiões povoadas que serviam como rotas de entrada aos núcleos mineradores em Minas Gerais. A identificação de alguns destes caminhos facilita a busca por exemplos arquitetônicos mais precisos, apesar de serem simplificados, como as

capelas rurais que serviam às Casas de Fazenda, com cobertura em duas águas e nave central sem altares laterais, localizadas no sertão. Um dos motivos à singeleza destas capelas está na própria bagagem portuguesa, que se muniu da matriz românica para estender sobre terras brasileiras os frontispícios de várias suas capelas, modificando-as ao longo do século XVIII, pelo incremento sutil dado por cada pequena comunidade.

É o caso da região de Chapada, povoado e distrito de Antônio Dias, município de Ouro Preto, onde se encontra um exemplo bastante peculiar e inusitado dentro dos padrões portugueses. Da primeira metade do século XVIII, a Capela de Santana (FIG. 68 e 69) está nas proximidades da rota do ouro, apresentando características diferenciadas dos padrões mineiros, como se nos remetesse a uma releitura de referências trazidas do mundo hispano.



**FIGURA 68** - Capela de Santana em Antônio Dias

Fonte: Acervo da autora, set. 2002.

É interessante observar o umbral da porta da capela, lembrando mesmo os trabalhos de Gaudí, arquiteto catalão do século XX: suas formas arredondadas e a volumetria simples são rusticamente trabalhadas na pedra-sabão, sem aquele cuidado ou minúcia de detalhes, encontrados no trabalho de alguns artesãos mineiros. A torre lateral está separada da nave, bem à maneira das capelas rurais argentinas, estudadas por Aracy Amaral. Na fachada frontal

o trabalho escultórico acima da porta nos remete às igrejas mais ornamentadas da Bolívia ou Peru. A Catedral da Companhia de Jesus em Cochabamba, na Bolívia, nos sugere uma comparação entre as fachadas, mesmo que numa proporção mais reduzida, revelando uma amostra da miscigenação de nosso barroco, com a cruz do mundo cristão dividindo o mesmo espaço de desenhos em formatos curvos e indefinidos (FIG. 70). Na Capela de Santana, atribui-se a autoria destes detalhes a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, segundo especulações documentadas nos arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



**FIGURA 69** - Detalhe de ornamentação do frontispício da Capela de Santana em Antônio Dias  
Fonte: Acervo da autora, set. 2002.



**FIGURA 70** - Detalhe da parte superior do frontispício da Catedral de Cochabamba na Bolívia  
Fonte: GUTIÉRREZ, 1997, p. 25.

A matriz de Nossa Senhora da Conceição, no município de Prados, teve sua construção desenvolvida entre 1710 e 1770 (FIG 71). Possui uma característica inabitual entre as igrejas mineiras, no que tange ao trabalho da fachada. Seu enquadramento possui curvas e contra-curvas, com motivos florais em relevo que, segundo estudos iniciais, eram atribuídos aos primitivos índios cataguases que habitavam a região. Características pagãs que se fundiam e se diluíam nos traços dos templos cristãos em pequenos detalhes ou na leitura mais cuidadosa

do templo. Estudos da Fundação João Pinheiro destacam essa mesma fachada como um exemplo de transição da arquitetura portuguesa, de proporções mais pesadas, para as soluções mais livres do fazer mineiro da época colonial. São feitas, aliás, analogias à Capela de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra, próxima a Braga, de autoria de André Soares, comparando a composição de sua portada e os elementos decorativos usados na fachada.

A matriz é uma construção do século XVIII, localizada em meio aos morros desgastados pelas escavações do ouro, num município que nasceu com os bandeirantes paulistas, a família Prado de Taubaté, que chegara por volta de 1704 em Minas Gerais.



**FIGURA 71** - Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Prados  
Fonte: Acervo da autora, maio 2004.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, também em Prados (FIG. 72), induz a um olhar no mínimo curioso acerca das capelas rurais existentes em Minas. Assim como o trabalho de Aracy Amaral que estudou as torres das capelas argentinas, evidencia-se a continuidade do poder criativo de nosso barroco. Com apenas uma torre lateral, a construção da capela data de 1770, por iniciativa da Irmandade do Rosário dos Pretos. Segundo arquivos do IPHAN,

baseados em informações locais por falta de um projeto arquitetônico original da igreja, a única torre foi construída recentemente, por volta de 1950. Ligeiramente recuada, possui cunhal e embasamento em massa, representando a mesma cimalha existente no frontispício. Sob e sobre a cimalha existem dois pares de janelas. A parte superior da torre é terminada por uma cimalha mais simples, acima da qual ficam pináculos; a cobertura é escalonada em três níveis, arrematados por uma pequena pirâmide.



**FIGURA 72** - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Prados  
Fonte: Acervo da autora, maio 2004.

É uma torre mais trabalhada, se levarmos em conta não apenas ornamentos ou elementos em relevo, mas a simplicidade das capelas rurais: a função dessas torres era quase que unicamente para sustentarem seus sinos, numa rusticidade típica das capelas que serviam às casas de fazenda. Em alguns casos, essas torres eram representadas por estruturas de madeira frágeis, que as tornavam simples sineiras. A torre da Igreja de Nossa Senhora do Rosário é uma amostra de como um elemento do século XX soube dialogar com o corpo de uma igreja erguida dois séculos antes, expandindo para os nossos dias o potencial de adaptação e criação de nosso barroco, mesmo que fincado nas referências desse ou daquele povoado mineiro. As torres eram mais um componente arquitetônico cujo posicionamento e variação volumétrica marcaram a evolução da arquitetura religiosa em Minas, submetida às Ordens Terceiras. Em alguns casos havia duas torres laterais, em que o resultado atual evidencia a supressão das mesmas, como a Igreja de Nossa Senhora da Boa Vida, no

município de Itira, região norte do estado (FIG. 73). A torre poderia ser única e localizar-se também ao centro do edifício, como a Igreja de Nossa Senhora do Ó em Sabará.



**FIGURA 73** - Igreja de Nossa Senhora da Boa Vida em Itira, MG  
Fonte: Acervo da autora, março 2001.

A Matriz Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas, município de Santa Bárbara (FIG. 74 e 75), possui um diferencial no zimbório de suas torres. Os pináculos que ali estão têm a forma de bulbos alongados, que repousam sobre pirâmides curvilíneas côncavas, encimadas por uma cruz em cada um deles. Detalhe que nos remete a traços mouriscos encontrados também na América Hispânica. Esta opinião é questionada por Lúcio Costa (1997), que analisa esses exemplos comparados às produções seiscentistas paulistas e suas influências em Minas Gerais, no que se refere às técnicas construtivas utilizadas. Considera os coroamentos bulbosos das torres como um “simples corolário barroco, e não por um artifício de inspiração oriental”.<sup>32</sup>

Discordo deste autor por verificar uma estilização bem variada destes coroamentos ao longo do território mineiro. São realmente exemplos de corolários barrocos, mas utilizados de maneira mais sinuosa e trabalhada, demonstrando mais cuidado no detalhamento existente nas

<sup>32</sup> COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 26, 1997, p. 127.

Igrejas mineiras do século XVIII. As “trocas arquitetônicas” que ocorreram no Brasil, e especialmente considerando Minas Gerais, foram feitas por um Portugal que já havia adquirido muito de seu vizinho espanhol, cujas marcas da civilização muçulmana se fez presente desde o ano de 711. Em atenção a mais um detalhe construtivo, Mariano Filho (19--) destaca a cobertura, cujas telhas cerâmicas que cobriam as primeiras habitações brasileiras tiveram origem árabe, conhecidas por telhas romanas, de calha, ou coloniais.

Nas torres sineiras dos templos mineiros dos séculos XVII e XVIII, usa-se a cobertura pyramidal (sic) de telhas, detalhe tipicamente (sic) mourisco, evoluindo mais tarde essa expressão, já em fins do século XVIII, em favor da forma bulbosa, inspirada, por seu turno, na arte da Índia muçulmana.<sup>33</sup>



**FIGURA 74** - Matriz de Catas Altas, MG  
Fonte: SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo, 1998, p. 96.

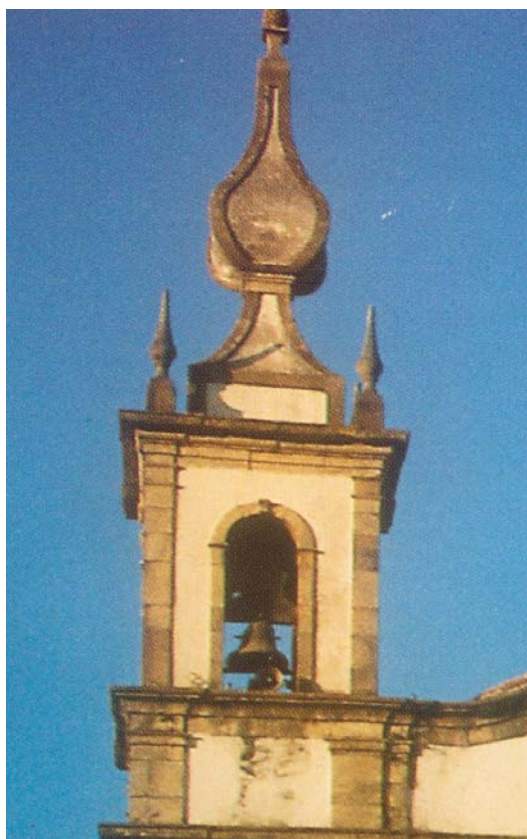
Construída antes de 1750, a Matriz de Catas Altas não se enquadra à tipologia usual dos outros monumentos religiosos mineiros desta época. Com um volume de grandes proporções, sua planta possui a particularidade de ter a entrada em galilé de três portadas frontais, o que corresponde a três portas de entrada, anteriores ao tapavento.

---

<sup>33</sup> MARIANO FILHO, José. **Influências muçulmanas na arquitetura tradicional brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, [19--], p. 41.

São Carlos Borromeo já explora, em seu Tratado do século XVI, as definições dos acessos às “casas sagradas”, quando estas se comparam às basílicas mais antigas. O exemplo de Catas Altas é um dos poucos que, juntamente com a Igreja do Rosário dos Pretos em Ouro Preto (FIG. 76), possui um número ímpar de entradas,

favorecido pela sua amplitude; pois as basílicas romanas indicam que deve haver um acesso às Igrejas com numerosas entradas, tanto para a separação de homens e mulheres como por outras muitas razões.<sup>34</sup>



**FIGURA 75** - Detalhe dos domos da torre da Igreja Matriz de Catas Altas  
Fonte: SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo, 1998, p. 96.



**FIGURA 76** - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Ouro Preto  
Fonte: IEPHA – MG.

As portadas frontais são arqueadas, contrariando neste ponto as declarações de Borromeo, mas as entradas posteriores ao tapavento são “quadrangulares, as quais podem ser

<sup>34</sup> “cuando es posible a causa de su amplitud; pues las basílicas romanas indican que debe hacerse um ingreso a las Iglesias con numerosas entradas, tanto para lá separación de varones e mujeres como por otras muchas razones”. BORROMEIO, Carlos. **Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985, p. 11.

apreciadas nas basílicas mais antigas”.<sup>35</sup> Uma ilustração de que os tratados seiscentistas da igreja católica estavam incorporados ao pensamento trazido às colônias dois séculos mais tarde, mesmo que de forma pontual como o exemplo de Nossa Senhora da Conceição.

A Matriz possui corredores laterais à nave única, sobre os quais estão posicionadas tribunas voltadas para esta nave. Logo à frente do plano do transepto, existem duas portas laterais onde se encontram três altares em cada uma das paredes, que se interrompem antes do arco cruzeiro, criando espaço para duas capelas profundas, que dão a impressão de um transepto. Da nave saem entradas diretas para os corredores laterais da capela-mor, porém não paralelos ao eixo principal do templo. Também a capela-mór possui portas para os corredores, tendo assim, como Carmo e São Francisco de Ouro Preto, quatro portas de acesso. Possui ampla sacristia, sobre a qual posiciona-se a sala do consistório, onde se faz o acesso aos corredores das tribunas. Fato raro, encontrado também na Matriz do Pilar em Ouro Preto: tribunas na capela-mór e na nave. Exemplos com diferentes inserções de tribunas em plantas podem ser encontrados na Catedral da Sé, em Mariana; ou na Capela de Nossa Senhora da Boa Vida, em Itira, região norte de Minas Gerais.

A fachada frontal do exemplar em Catas Altas é em pedra, embora hoje receba revestimento e pintura. O frontão é simples, alteado em arco pleno, com concordância nos extremos, prolongando-se na cimalha ao longo de toda a fachada. Possui seis vãos: três janelas altas correspondentes às três entradas da galilé. “Que as janelas sejam construídas completamente no alto, e de tal forma que do lado de fora não se possa enxergar o seu interior”.<sup>36</sup>

Também finalizada em domos é a torre da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Mariana (FIG. 77), ou a de São Francisco de Assis em São João Del Rei, esta última construída em 1774 (FIG. 78).

Mariana se destaca no panorama cultural de Minas Gerais: foi a primeira cidade e a primeira capital mineira, sendo sede do primeiro bispado em 1745. A partir de uma capela provisória erguida em 1759, a construção da Igreja do Carmo se iniciou em 1784 e se estendeu até princípio do século XIX. As torres dessa igreja são tão interessantes como as de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, pela peculiaridade de utilizarem curvas numa fachada que se propõe reta. Bazin (1956) já ressalta em seus estudos essa capacidade das igrejas terem

<sup>35</sup> “cuadrangulares, cuales se aprecian em las basílicas más antiguas”. BORROMEIO, Carlos. **Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985, p. 11.

<sup>36</sup> “Las ventanas constrúyanse completamente em alto, y em tal forma que desde allí el que está afuera no pueda mirar hacia dentro”. BORROMEIO, Carlos. **Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985, p. 14.

suas fachadas planas em perfeita harmonia com o tema curvo. As torres redondas se encontram recuadas em relação à empena, terminadas por cobertura circular e ornatos cônicos; sua finalização é feita com toda uma ornamentação de gosto oriental.

Ainda recentemente, *alludi ao facto* de serem as torres de algumas igrejas de Minas e do Rio, (especialmente as da Igreja de São Francisco de Assis de São João d'El-Rey) tratadas á moda dos minaretes muçulmanos, com um balcão circular ao *nível* do *tambôr* das *cupulas* de coroamento. [...]<sup>37</sup>



**FIGURA 77** - Detalhe dos domos da torre da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Mariana  
Fonte: Acervo da autora, fev. 2001.



**FIGURA 78** - Detalhe da torre da Igreja de São Francisco de Assis em São João Del Rei  
Fonte: Acervo da autora, maio 2004.

Os balcões e as varandas encontradas nas casas rurais, detalhadamente ornamentadas, são de influências hispano-americanas, diretamente ligadas ao componente espanhol e que ainda se identificam com as ruas de Cairo, no Egito. A fusão e a releitura do mundo árabe na Península Ibérica chegou à América Latina como o amálgama europeu aliado ao elemento

<sup>37</sup> MARIANO FILHO, José. **Influências muçulmanas na arquitectura tradicional brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, [19--], p. 45. A ortografia incorreta original da publicação (na citação em destaque) deve-se à maneira de se grafar no início do século XX, ano não identificado nessa obra.

indígena e africano, no caso do Brasil. Força da “latinidade” que a arquitetura tem a demonstrar.

Os balcões arredondados presentes na Casa dos Contos em Ouro Preto (FIG. 79 e 80) são uma representação atípica dentro da arquitetura mineira. O trabalho inusitado de suas formas depõe a favor do desvio das regras que padronizavam as construções coloniais em Minas. Essas edificações de destaque seguiam riscos que muitas vezes eram trazidos de Portugal, mas nada assegurava que o artesão ou o mestre de obras seguiria fielmente os traços, sem que houvesse sequer a mínima interferência de sua oficina ou de seus construtores. A Casa dos Contos, construída em 1782/84, teve sua história ligada à fiscalização tributária das Entradas e Dízimos, bem como o rígido controle da economia fiscal relacionada ao ciclo do ouro, embora tenha sido o melhor exemplo do tipo residencial em Ouro Preto.



**FIGURAS 79 e 80** - Detalhe dos balcões da Casa dos Contos em Ouro Preto

Fonte: Acervo da autora, março 2005.

O muxarabi, encontrado na Casa do Muxarabi (atual Biblioteca Antônio Torres), assim como em Olinda, foi um dos elementos característicos desse intercâmbio ocorrido entre o mundo árabe e a Península Ibérica. As suspeitas levam a crer que em quase todas as cidades coloniais do Brasil e da América Latina se encontrasse esse tipo de recurso arquitetônico que protegesse e fornecesse privacidade à morada.<sup>38</sup> A Casa do Muxarabi está situada numa área central de Diamantina, se destacando do casario próximo por possuir um ligeiro balanço no segundo pavimento, correspondente às três sacadas em madeira torneada. O desenvolvimento de sua planta comporta maior largura do meio para os fundos do terreno, em que criou-se um pátio interno com varanda e pequenos cômodos ao seu redor. “A diferença de níveis dos blocos da construção cria uma aprazível ambientação no interior da casa, acentuada pela presença do pátio e da varanda”,<sup>39</sup> dois elementos bastante encontrados nas edificações dos países de colonização espanhola da América do Sul.

A Casa de Chica da Silva é um notável exemplar de edificação residencial que utiliza treliças no fechamento de vãos (FIG. 81). Em sobrado, o segundo piso da casa projeta-se lateralmente à esquerda, com a varanda vedada em treliças, sobre pilares de madeira. É interessante a diversidade no fechamento dos vãos da varanda: no seu terço inferior, o parapeito está fechado com folhas fixas, enquanto no terço médio estão janelas de gelosia; na parte superior encontra-se um gradeado de madeira torneada. Todos os vãos têm enquadramento em madeira com verga reta, menos a sobrevivente porta de uma capela que existia na edificação, anteriormente demolida. Possui cinco sacadas no segundo pavimento, com bacias e guarda-corpos de madeira, os últimos em balaústres torneados. Os balcões posicionam-se sobre três janelas também de treliças, com bandeiras trabalhadas. Os balcões<sup>40</sup>

<sup>38</sup> Estêvão Pinto investiga a função destinada ao muxarabi, enquanto elemento encontrado nas fortificações e castelos da Europa. Eram consideradas construções militares, ao defenderem as portas e janelas dos castelos medievais; depois passaram a defender as portas e janelas das habitações particulares. Além da idéia de proteção, expressa também a idéia do bem-estar, sendo o local mais fresco do lar, aquele cuja iluminação era mais controlada e permitia deixar ver o espaço externo, sem que ninguém visse o interior ou os moradores da casa. Cf. PINTO, Estêvão. Muxarabis e balcões: ensaios sobre esses antigos elementos arquitetônicos nos quais se poderão ver traços da influência mourisca. In: TELLES, Augusto C. da Silva. **Arquitetura civil II**. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1975.

<sup>39</sup> BARROCO. Belo Horizonte: FJP/CEHC, n. 16, set/nov. 1994, p.345.

<sup>40</sup> Apesar de pouco tocar em questões de ordenação urbana, o Código Filipino cita o balcão como um componente usual e quase independente da construção na Península Ibérica, fornecendo descrição de características do casario, no Título que trata dos Juízes Almotacés: “Outrosi, se alguma pessoa tiver duas casas, que sejam huma de huma parte, e outra de outra parte da rua, e hi tiver lançadas traves per cima da dita rua de huma parte para a outra, e hi tiver feito balcão com sobrado, ou abobada, e depois acontecer, que huma casa da parte da rua venha ser de hum senhorio, e a outra casa da outra parte he de outro senhorio, com o balcão, ou abobada, ou ametade della, e ambos, ou cada hum delles se quizer alçar, podel-o-hão fazer. E hum e outro, e cada hum per si poderão fazer janellas e frestas sobre aquelle balcão, ou abobada stê nas paredes, sempre assi o debaixo do balcão como o ar de cima, fica do Concelho. E portanto cada vez que o Concelho quizer (sobrevindo causa para isso), o póde fazer derribar: porque per tempo algum nunca poderá adquirir posse em o dito balcão o

seriam uma herança deste tipo de avarandado protegido que eram os muxarabis, mais tímidos em avançar pela rua.



**FIGURA 81** - Casa de Chica da Silva, em Diamantina, MG, com varanda em treliça  
 Fonte: PATRIMÔNIO Mundial do Brasil, 2002, p. 161.

Outros elementos vazados que funcionam como fechamento de aberturas são os cobogós, artifícios que aproveitam as condições propícias de nosso clima tropical, assim como são utilizados elementos semelhantes que garantam a ventilação em edifícios da arquitetura mediterrânea européia. Ainda sobre os recursos de abertura nas edificações, Mariano Filho (19--) ressalta as soluções com as quais construíam a população em geral, utilizando as adufas de inspiração árabe para filtrarem a luz externa aos seus ambientes. Com esse recurso, não era possível enxergar o que se passava no interior das casas, enquanto, em posição contrária, avistava-se a rua.

A casa-grande colonial brasileira possuía “traços que estariam em harmonia com as necessidades de defesa do colono, - defesa contra as chuvas, contra os bichos, contra os índios, contra os piratas. [...] Ter um aspecto por assim dizer de reduto, de fortaleza, de castelo”.<sup>41</sup> Alguns elementos dessas construções foram absorvidos pela arquitetura civil, como o telhado de quatro águas, com panos curvos e beirais longos e salientes, apoiados em

---

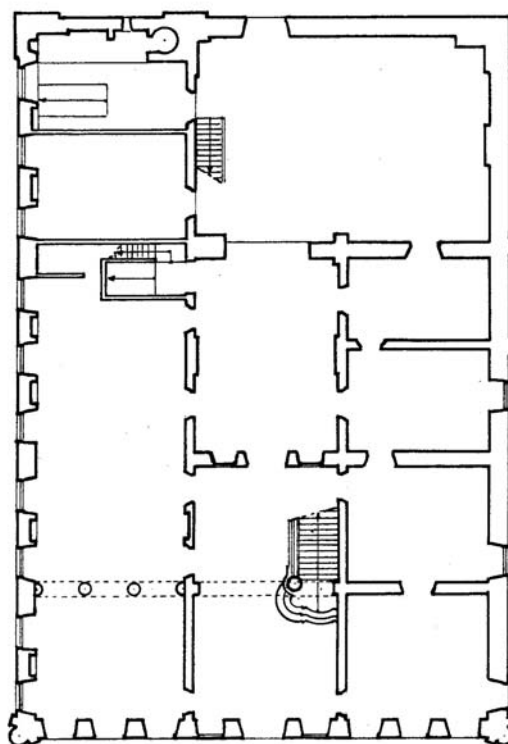
senhorio da dita casa, ou balcão.” MENDES, Candido. **Código philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal**. 14. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1870, p. 161.

<sup>41</sup> PINTO, Estêvão. Muxarabis e balcões: ensaios sobre esses antigos elementos arquitetônicos nos quais se poderão ver traços da influência mourisca. In: TELLES, Augusto C. da Silva. **Arquitetura civil II**. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1975, p. 54-55.

cornijas especiais ou em cachorros de madeira; pelas janelas de adufas quadriculadas ou em xadrez; pelos balcões; pelas varandas, galerias e pátios.<sup>42</sup> A Casa dos Contos em Ouro Preto (FIG. 82 e 83) pode também ser mencionada como um exemplo da utilização do pátio interno às construções, salvo as proporções reduzidas de sua edificação, assim como o Claustro do Convento da Ordem de São Francisco de Assis, em Arequipa, no Peru (FIG. 84).



**FIGURA 82** - Pátio Central da Casa dos contos, Ouro Preto, MG  
Fonte: Acervo da autora, abril 2003.



**FIGURA 83** - Planta do nível térreo da Casa dos Contos em Ouro Preto  
Fonte: IEPHA – MG.

<sup>42</sup> Estêvão Pinto comenta a razão possível de ter sido decretado o fim dos muxarabis nas cidades brasileiras. A parte superior dos balcões desaparecera, certamente no tempo do Capitão-General D. Tomás de Melo (1787-1798), que não apoiava os calçamentos desalinhados e as ruas tortas. No Rio de Janeiro, a ofensiva contra os muxarabis teve início na administração do Intendente Paulo Fernandes Viana, que temia o mau-uso das adufas mouriscas, por cujas frinchas podia passar o cano de uma arma, quando ocorreu um ataque a um Governador que passava pelo Recife. Cf. PINTO, Estêvão. Muxarabis e balcões: ensaios sobre esses antigos elementos



**FIGURA 84** - Convento de São Francisco de Assis em Arequipa  
 Fonte: Acervo da autora, set. 2004.

A existência de alpendres na arquitetura religiosa é assunto que Azevedo<sup>43</sup> defende em artigo, considerando as capelas brasileiras. Ao discutir argumentações divergentes, conclui já existirem exemplos de alpendres em capelas portuguesas iguais aos nossos, anteriores à colonização; e ainda que os exemplos brasileiros não foram inspirados nas casas avarandadas, pois estas só surgiram no Brasil no século XVIII, enquanto nossas capelas datam a partir do século XVI. O alpendre é uma solução europeia e o seu uso nas capelas não está vinculado apenas aos locais onde predominou-se a casa-grande, mas também a áreas consideradas urbanas. Concordo com a opinião do professor Luis Saia, neste capítulo em destaque, que define duas linhas de tradição para o aparecimento deste elemento arquitetônico, embora independentes uma da outra: a religiosa e a residencial. Esta é uma

[...] tradição que teria vindo para o Brasil já plenamente desenvolvida, e se teria infiltrado, tanto aqui como na península ibérica, nas zonas rurais. De fato, já na península ibérica se encontra a capela alpendrada, quer em cidades, quer nas zonas rurais. Na província de Salamanca existia (existirá ainda?) uma extremamente parecida com a de São Miguel (Estado de São Paulo), sobretudo na solução do copiar.

---

arquitetônicos nos quais se poderão ver traços da influência mourisca. In: TELLES, Augusto C. da Silva. **Arquitetura civil II**. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1975.

<sup>43</sup> Cf. AZEVEDO, Paulo Ormindo D. de. Alpendres na arquitetura religiosa: revendo as teorias. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 12, p. 71 – 85, 1982/3.

A ermida existente na serra da Galheira em Portugal é um exemplo de capelinha rural com alpendre.<sup>44</sup>

O uso dos alpendres nas capelas seria justificado pela necessidade de proteger a intimidade do templo, além de fornecer abrigo e hospedagem aos romeiros. Havia também um número grandioso de pessoas, incluindo os escravos, os quais o templo não comportava, principalmente em dias festivos.

Dois exemplos mineiros confirmam esta função de abrigo e privacidade, muito mais a última que a primeira, devido às suas pequenas dimensões: um deles é a capela de Nossa Senhora da Saúde em Chapada do Norte (FIG. 85), uma pequena comunidade localizada na Serra do Espinhaço, no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Como antigo reduto de índios, Chapada do Norte esteve ligada a Minas Novas, se desenvolvendo com a exploração do ouro às margens do rio Capivari. Os negros foram importantes ao povoamento da região, sendo que com a chegada dos brancos, a primitiva Freguesia de Santa Cruz de Chapada fica subordinada à Capitania da Bahia, administrativa e eclesiasticamente pertencendo ao arcebispado da Bahia até 1854. Passa para o Arcebispado de Diamantina e em 1931 pertence ao arcebispado de Araçuaí. Esta região mineira possui referenciais que se relacionam ao Recôncavo Baiano, onde se encontra também exemplo de planta poligonal, como a Capela do Senhor Bom Jesus de Bouças (Capela do Engenho d'Água) no município de São Francisco do Conde, distrito de Monte do Recôncavo na Bahia, construída em fins do século XVII. Com planta anelar octogonal, seu alpendre se diferencia por estar um nível abaixo da nave.

A Capela Nossa Senhora da Saúde se oferece como mais uma construção atípica dentro da arquitetura colonial mineira, por explorar a matriz portuguesa naquilo que possui de peculiar, no diferencial que enriquece e unifica as origens ibéricas. Inserida na tipologia daquelas capelas que exploram a planta com chanfros, a nave propriamente dita é retangular, sendo que o volume final externa os ângulos cortados do que seriam seus corredores laterais. Constitui um bloco quase inteiramente vedado, não fosse uma pequena abertura, que é a sineira, localizada numa das faces chanfradas na lateral direita da fachada principal. Posicionada num lote de esquina, possui proporções e volumetria que já estão integradas com o entorno, sem que se imponha como uma edificação de destaque. Ao mesmo tempo que possui liberdade formal, a Capela se priva de materiais nobres, ao estar erguida com paredes

---

<sup>44</sup> SAIA, Luis. O alpendre nas capelas brasileiras. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 26, 1997, p. 63. Neste estudo, o autor cita vários exemplos de capelas alpendradas encontradas no Brasil, mas é interessante perceber um desconhecimento do autor pelos exemplos mineiros.

de adobe, caiação branca e piso de tijolos. Apresenta vestíbulo a maneira de copiar,<sup>45</sup> marcado em desnível de dois degraus em relação à nave e fechado por uma porta de proporções exageradas, ocupando quase toda a fachada.



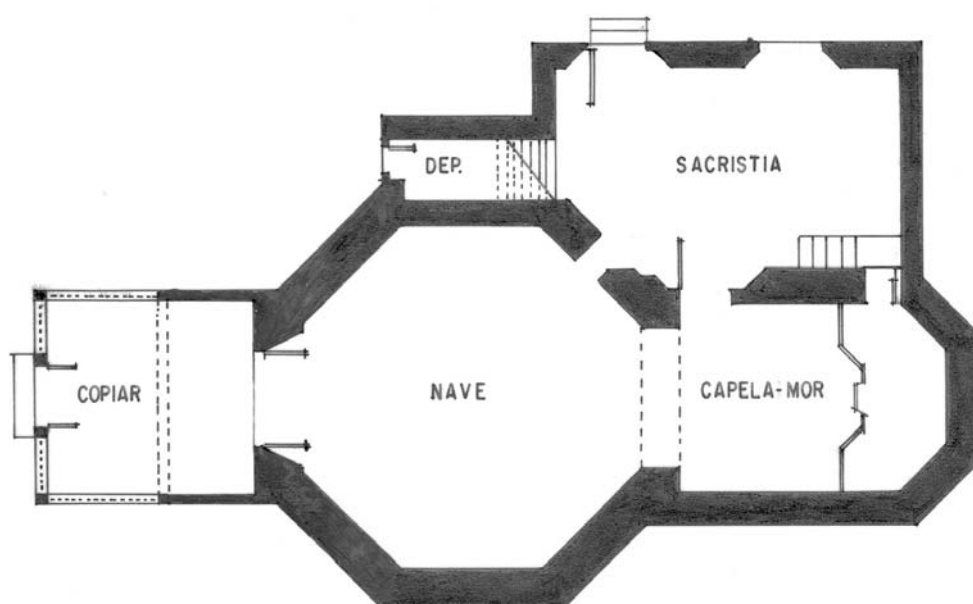
**FIGURA 85** - Capela de Nossa Senhora da Saúde em Chapada do Norte  
Fonte: Acervo da autora, março 2001.

O outro exemplo é a Igreja de São José em Minas Novas, século XVIII (FIG. 86 e 87). Por volta de 1727, bandeirantes paulistas chefiados por Sebastião Leme instalaram-se às margens de um córrego da região, com o nome de Bom Sucesso, pela quantidade de riquezas minerais encontradas. O arraial de Bom Sucesso pertencia à Capitania da Bahia, sendo que em 1729 elevou-se à vila, judicialmente subordinada à comarca do Sêrro Frio, estando ainda administrativa e militarmente pertencente à Bahia. A extração de diamantes levou o Conselho Ultramarino a incorporar o território a Minas Gerais, recebendo o nome de Minas Novas em 1840.

<sup>45</sup> Copiar ou copiára é termo de origem tupi, cujo significado primitivo não se conhece bem, mas que na linguagem corrente equivale à tacaniça portuguesa, ou seja, a parte triangular dos telhados de três ou quatro águas. Parte dianteira provida de alpendre nas pequenas casas rurais do Nordeste, principalmente. CORONA E LEMOS, *Dicionário da arquitetura brasileira*, EDART, São Paulo Livraria Editora LTDA, 1ª edição, São Paulo, 1972.



**FIGURA 86** - Igreja de São José em Minas Novas, MG  
Fonte: IEPHA - MG, set. 1997.



**FIGURA 87** - Planta da Igreja de São José, em Minas Novas  
Fonte: IEPHA-MG, set., 1997.

A Igreja de São José possui nave com planta octogonal; a capela-mór possui a parede do fundo chanfrada, sendo visível desta maneira pelo exterior do prédio. Da capela-mór chega-se à sacristia e a um pequeno depósito posicionado lateralmente à nave. De grande interesse nesta simples capela é seu copiar, de planta quadrada, cujo fechamento é feito com peças de madeira trabalhadas que funcionam como um anteparo, aberturas que, juntamente à porta principal, antecedem a nave. Sylvio de Vasconcellos (1959) faz uma comparação entre a planta desta Igreja e uma outra capela francesa em Laon, do século XIII. “As plantas não são parecidas, mas iguais. Difere apenas, e totalmente, a elevação; numa utilizando soluções peculiares à colônia, com técnicas de pau-a-pique e nartex em alpendre ou copiar, e noutra soluções medievais, em pedra, ogivais”.<sup>46</sup>

A análise das capelas envolvidas por alpendres de meia-água, feitas por Azevedo (1982/83) é condizente ao trabalho que José Fernandes Pereira (1986) faz em Portugal. Nos estudos deste último, exemplifica, com duas igrejas (Sta. Engrácia e a Igreja de Bom Jesus em Barcelos, ambas do início do século XVIII), a característica que confere especificidade ao barroco português, numa segunda fase de seu desenvolvimento, e contemporâneo ao surgimento de cidades mineradoras no Brasil. O barroco português se definia, já passara por uma fase inicial de experimentações. Já não utilizava a talha ou o elemento decorativo para se diferenciar, mas sim a adoção – e aqui uma novidade - de formas poligonais, regulares ou não, com variação no número de lados da planta. Estas formas hexagonais ou octogonais se justificariam na associação a ser feita com a arquitetura militar, pois os arquitetos acabavam por representar as edificações no modelo de fortalezas.

No Brasil, a arquitetura litorânea foi a mais próxima a este tipo de referência, sendo que em Minas Gerais o Palácio dos Governadores (atual Escola de Minas) em Ouro Preto fornece uma boa idéia deste tipo de construção. Para Portugal, o plano centralizado definido em suas plantas anunciava uma nova cultura estética e pretendia por fim ao maneirismo. Neste ponto, Portugal ainda é mais lento que a Espanha, pois esta assumia com mais veemência as soluções ovais.

As referências então trazidas para Minas Gerais (Minas Novas e Chapada do Norte) são uma pequena amostra de que a predominância portuguesa se conjuga com variantes regionais e dimensões proporcionalmente apropriadas para o estabelecimento da população mineira. O alpendre de nossas igrejas torna-se peculiar por não se prender a nenhum modelo rígido, mas flexível até mesmo nas comparações com os estudos da Capela de São Roque – 1682 - (FIG.

---

<sup>46</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil**: pintura mineira e outros temas. Belo Horizonte: EA\UFMG, 1959, p. 30.

88), feitos por Aracy Amaral. Nesta, a fachada mostra uma planta retangular coberta por um telhado de duas águas, diferente do octógono ou hexágono mineiro que possui certa complexidade de plantas e cobertura. Mas denuncia uma mesma intenção de expandir sua planta aos limites daquele polígono que a conteria, avançando a construção ao criar um novo bloco: uma antecapela ou um local mais resguardado para hierarquizar a entrada dos fiéis, representado pelo copiar. Essa seria uma espécie de substituição, ou melhor dizendo, uma adaptação do avarandado pelo alpendre fechado. No caso de São Roque, “é exatamente este prolongamento do telhado, formando como uma antecapela, a característica que peculiariza as capelas rurais do reino da Prata”, em que a presença espanhola caracterizou-se através do copiar primitivo que nela existira. “O nosso alpendre não se confunde, também, com as *"capillas abertas"* da América Espanhola, onde se recitava o catecismo e se celebrava a missa para a multidão de índios ao ar livre, em condição semelhante à dos catecúmenos”.<sup>47</sup>



**FIGURA 88** - Capela da Fazenda de Santo Antônio em São Roque, São Paulo  
Fonte: TIRAPELI e PFEIFFER, 2000, p. 202.

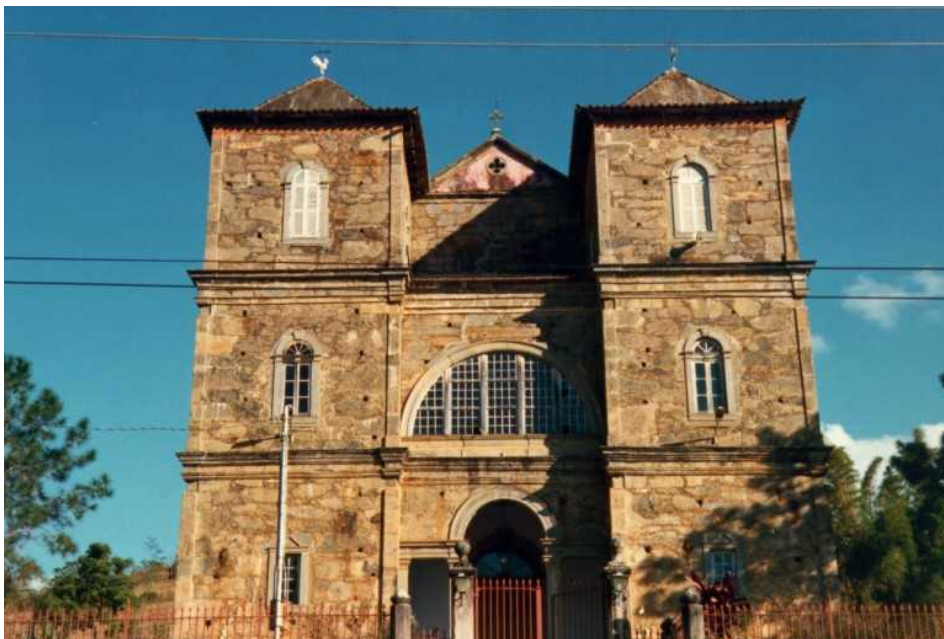
---

<sup>47</sup> AZEVEDO, Paulo Ormino D. de. Alpendres na arquitetura religiosa: revendo as teorias. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 12, 1982/3, p. 84.

Pequenas capelas mineiras iam assim adquirindo uma dinâmica própria, servindo primeiramente às casas de fazenda, mesmo que singelas, para serem mais tarde consideradas as matrizes do santo padroeiro de um vilarejo ou de um arraial. Ainda modestas, estas capelas se enriqueciam por um detalhe construtivo ou a ornamentação peculiar que as fazia reconhecível a um certo povoado. Em fins do século XVIII é comum encontrarem-se as fachadas chanfradas, os corredores intermediários ou a inovação no posicionamento de vãos, elementos que formavam entre si a diversidade de um novo repertório mineiro. Aquilo que viria a ser chamado de barroco retratava o burburinho das minas, a confabulação de idéias e projetos que a arquitetura se aproveitou com criatividade e uma certa dose de liberdade, por não se fixar somente em princípios lusitanos. A arquitetura colonial de Minas Gerais, não apenas religiosa, é viva até a atualidade justamente por se mostrar permeável, fluida, quase uma “receptora universal”, apesar de zelosa com todo o seu tipo de produção.

Belmiro Braga é um município mineiro da zona da mata, cuja história se assemelha a todos os antigos distritos de Juiz de Fora surgidos na abertura do Caminho Novo, a ida para os sertões de 1701. A pequena povoação de Vargem Grande foi elevada à categoria de distrito de paz em 1857, sendo criada a Paróquia de Vargem Grande em 1882. Em 1943 passa a distrito, com o nome de Ibitiguaia até ser desmembrado de Juiz de Fora em 1962, tornando-se município.

A Matriz de São José de Belmiro Braga (distrito de Três Ilhas) se assemelha a exemplos encontrados nas regiões de colonização espanhola da América do Sul (FIG. 89 e 90). A construção possui um peso que a faz imponente, adquirindo quase uma desproporção proposital, como na disposição das duas torres laterais que se sobressaem sobre o frontispício, escondendo-o. Apesar das várias aberturas presentes nas fachadas frontal e laterais, a massa da edificação prevalece sobre suas aberturas, por meio da impressão monocromática formada por suas paredes em pedra. Existe uma remessa a exemplos românicos ou cenas já vistas nas praças dispostas em países de colonização espanhola, com seus colégios enclausurados ou com o posicionamento imponente da Igreja Matriz. É um dos mais expressivos símbolos do poder dos barões do café, principalmente no século XIX. Foi edificada no período entre 1880 e 1886, apesar de nunca ter sido concluída. Sua planta corresponde ao modelo de planta basilical, com três naves e transepto conformado pela capela-mor, sacristia e capela do Santíssimo Sacramento.



**FIGURA 89** - Matriz de São José em Belmiro Braga – Fachada frontal  
 Fonte: IEPHA-MG, set., 1997.



**FIGURA 90** - Matriz de São José em Belmiro Braga – Fachada lateral esquerda  
 Fonte: IEPHA-MG, set., 1997.

Também em alvenaria de pedra, mas em proporções mais modestas, encontra-se nas proximidades de Tiradentes, em Coronel Xavier Chaves, a Capela de Nossa Senhora do Rosário (FIG. 91). O município já fora distrito originado do povoado de Mosquito, em Tiradentes, passando a denominar-se São Francisco Xavier. Foi chamado de Coroas, já em

1943; em 1962 elevou-se a município. Anteriormente pertencente aos escravos da Fazenda do Mosquito, a Capela do Rosário confirma a serventia destes templos às casas rurais. Em meio ao repertório mineiro, possui o arremate da cobertura em beira-seveira, característica visível na fachada frontal, encontrado em alguns poucos exemplos religiosos. Hoje a alvenaria de pedra está à vista, por ter sido recentemente retirado o reboco. A pedra usada é um arenito de cor esbranquiçada que, com o descascamento, sofreu desgaste, ficando com a aparência de cantaria aparelhada. A Igreja está bem descaracterizada pelo rejunte de cimento que foi usado entre as pedras, mas a sensação monocromática e a tipologia simples marcam a característica vernacular dessa construção. Exemplos que não se tornam corpos estranhos à cidade, mas embriões bastante desenvolvidos e enraizados. Assim é que esses edifícios religiosos se fixavam nos arraiais, como a Capela do Padre Faria em Ouro Preto; ou serviam a Santuários e Conventos, como a Igreja do Sagrado Coração, na Serra do Caraça (FIG. 92), esta também completamente estruturada em pedras, embora atualmente tenha recebido pintura como acabamento externo.



**FIGURA 91** - Capela de Nossa Senhora do Rosário em Coronel Xavier Chaves, MG  
Fonte: Acervo da autora, maio 2004.



**FIGURA 92** - Igreja do Sagrado Coração, na Serra do Caraça  
Fonte: Miguel Angel Ferman, abril, 2001.

Situada no município de Grão Mogol, na zona de Itacambira, a Matriz de Santo Antônio (FIG. 93 e 94) data do início do século XIX, quando a descoberta de diamantes atraiu garimpeiros a esta região. Sua fachada principal recebe acabamento e pintura, destacando-se das demais pela descaracterização e pela perda do aspecto rústico que a alvenaria em pedra aparente fornece; sua platibanda é escalonada em degraus, ordenada por três pináculos. As duas fachadas laterais são idênticas e possuem, cada uma, portas em arco ogival de verga reta. É um bloco de planta retangular, com tribunas que se voltam para a nave central e aberturas que iluminam e equilibram o ambiente introspectivo interno. A planta é aquela típica de nave com corredores e tribunas logo acima, em que o coro possui aberturas também em arcos ogivais.



**FIGURA 93** - Matriz de Santo Antônio em Grão Mogol, MG. Vista da nave a partir do altar  
Fonte: IEPHA - MG, jun., 1995.



**FIGURA 94** - Planta da Matriz de Santo Antônio em Grão Mogol, MG  
Fonte: IEPHA - MG, jun., 1995.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário, em São Tomé das Letras, é mais um exemplo desta tipologia simples, também feita em pedra. Documenta-se a história do município a partir de 1770, quando o padre Francisco Alves Torres dedica uma capela a São Tomé, ao lado de uma gruta. O distrito pertenceu a Baependi e Lavras, sendo desmembrado somente em 1962. A cidade fora edificada sobre rochas, com casas similares à igreja: construídas com as pedras extraídas da própria região, que são a principal fonte de renda atual do município.

Essa habilidade de aproveitamento do que é comum e nato a uma determinada região é característica também de nossos vizinhos latino-americanos. A cidade de Arequipa, no Peru, é um bom exemplo disso. Apesar de todo o arsenal de formas, imagens e remissão de modelos vindos da Espanha, foi utilizado o *sillar*, material de origem vulcânica existente nas

proximidades da cidade. A maneira de se trabalhar a pedra local, aliada aos referenciais cristãos espanhóis, mostra um cuidado artesanal que confere uma pronta identificação do lugar, tornando-o inconfundível no panorama colonizador do século XVI. Um arranjo perfeito entre os expressivos monumentos de valor histórico que se localizam na Praça de Armas ou espalhados pela cidade, mostrando soluções viáveis economicamente, mas ao mesmo tempo repletas de significado vernacular, dentro de um tempo barroco.

#### **4.2. A região norte de Minas e a sua proximidade com o nordeste brasileiro: os jesuítas no meio do caminho**

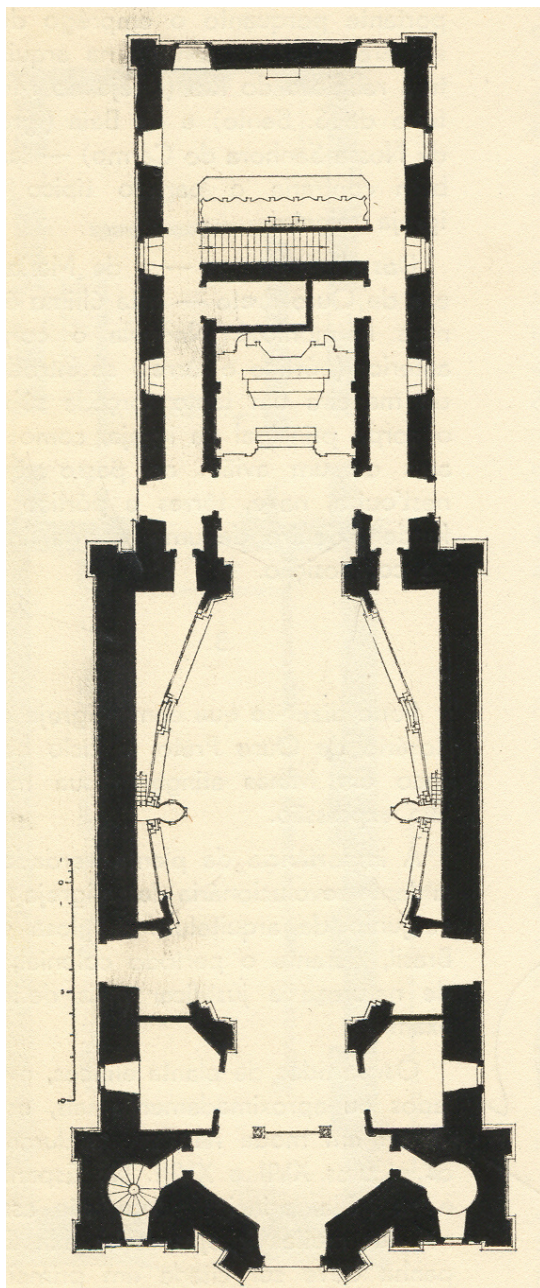
Foram transplantados para o Brasil modelos de capelas alpendradas em várias etapas de evolução, desde as mais primitivas com vestíbulos fechados até aquelas em que os alpendres eram totalmente vazados. No Recôncavo Baiano, por sua ligação com a Metrópole, é onde se encontra o maior número de exemplos, sem que isso impedisse as demais regiões de desenvolverem suas peculiaridades, como o citado caso de Minas Novas.

No interior (do Brasil), estes templos não só são raros e mais novos, como assumiram feições diferenciadas com relação aos modelos portugueses. [...] A grande contribuição brasileira ao tema data da segunda metade do século XVII, com as capelas de alpendres laterais ligando as sacristias às torres, que iriam conduzir ao aparecimento de uma igreja autenticamente brasileira com corredores fechados superpostos por tribunas.<sup>48</sup>

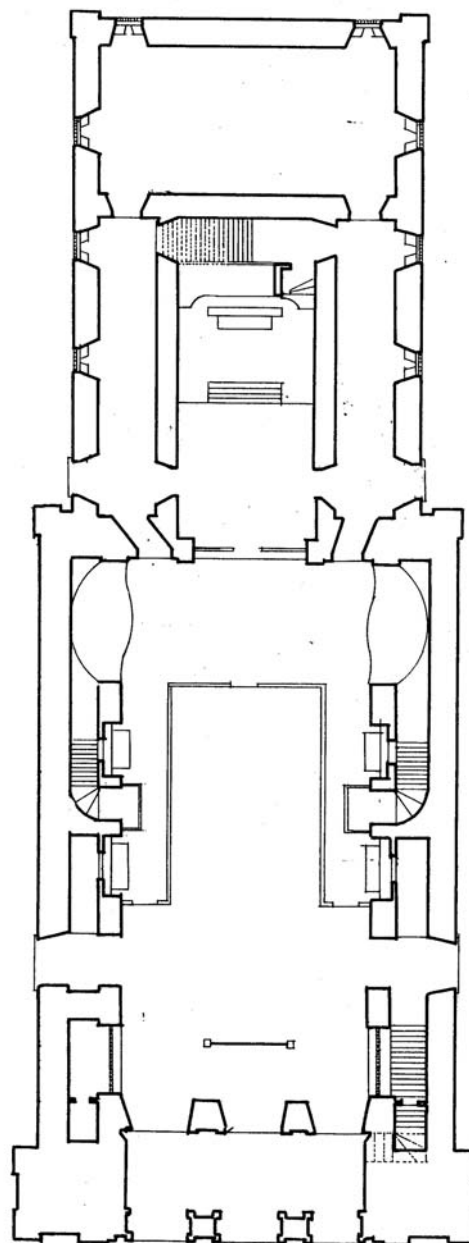
É o caso da Matriz do Pilar em Ouro Preto (FIG. 95) e a Matriz de Antônio Dias (ambas do início do séc. XVIII), a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição em Catas Altas - 1ª metade séc. XVIII (FIG. 96) ou a Capela de Nossa Senhora do Rosário em Pinheiros Altos, região de Piranga em Minas Gerais (FIG. 97).

---

<sup>48</sup> AZEVEDO, Paulo Ormino D. de. Alpendres na arquitetura religiosa: revendo as teorias. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 12, 1982/3, p. 82.



**FIGURA 95** - Planta da Matriz do Pilar em Ouro Preto  
 Fonte: SANTOS, Paulo Ferreira, 1951, p. 134.



**FIGURA 96** - Planta da matriz de Catas Altas, MG  
 Fonte: IEPHA – MG.



**FIGURA 97** - Detalhe das tribunas da Capela de Nossa Senhora do Rosário em Piranga, MG  
 Fonte: IEPHA – MG, maio 2002.

O município de Itacambira foi sede da grande freguesia do Bispado da Bahia, com diversas capelas em seu extenso território. Pertenceu à Comarca do Serro, ao Termo de Minas Novas e chegou em 1840 com a denominação de Freguesia de Santo Antônio do Itacambiruçu da Serra do Grão Mogol, modificando-se em 1868.

A Igreja Matriz de Santo Antônio de Itacambira (FIG. 98) é datada de fins do século XVII e início século XVIII, apresentando planta composta de nave única, ladeada por largos corredores e sacristia na lateral direita. A diferente altura dos telhados confere movimento ao arranjo volumétrico da cobertura, simulando a existência de capela-mor e de outra sacristia lateral. Quanto à vedação de suas paredes, são diferenciadas: as do corpo central são em taipa de pilão; enquanto as paredes dos corredores laterais, sacristia e fachada posterior são de pau-a-pique, construídas sobre embasamento de pedra. Esta igreja merece destaque pela singularidade de seus detalhes construtivos, como a solução empregada na cobertura, pela dimensão de suas peças, pouco usual na construção do período: uso de tesoura com linhas, pernas, pontaletes e cumeeira posicionada obliquamente ao pendural. O barroteamento é bem diferenciado, pois está posicionado de maneira a ultrapassar a grossa parede de taipa da fachada principal, estando à mostra na altura do coro e do frechal, na divisão do frontão triangular, como se fosse sustentar um balcão.

Não se pode afirmar aqui se havia a intenção, como parece, de se prolongarem os fôrros (sic) e a própria igreja para a frente, mas, sem dúvida, esta seria a explicação mais simples para tão inusitada solução. Mesmo porque estas cabeças de barrotes, afloradas, não têm acabamento e, ou foram deixadas para aproveitamento futuro, ou simplesmente deixaram de ser aparadas como convinha. O resultado é, porém, digno de nota. Os mesmos barrotes afloram também sob a janela do côro (sic) mas, aqui, não há dúvida que teriam sido previstos para a estruturação dos balcões.<sup>49</sup>



**FIGURA 98** - Fachada da Matriz de Santo Antônio em Itacambira, MG  
Fonte: IEPHA - MG, 1984.

Sem contar o estranhamento e ao mesmo tempo a apreciação que causa o altar-mór (FIG. 99), em que o retábulo presente em sua parede posterior cria uma imagem quase profana, pelo uso de detalhes inusitados. O altar-mór é coberto por uma construção poligonal que funciona como baldaquino, com uma balaustrada em varanda com a abertura de três arcos na parte superior e dois outros inferiores. Antigamente utilizavam-se cortinados que cobriam os vazados das arcadas e desciam do telhado, enfatizando a aparência de um palco de teatro. Em sua especificidade, o retábulo divide-se em três pedaços: base, centro e cobertura. É na base que “dispõe-se o frontão em treliça, banquetas e sacrário, este com porta profusamente decorada em frisos de motivos geométricos e coroamento em recortes sinuosos e rendilhados

<sup>49</sup> Cf. VASCONCELLOS, Sylvio de. **Um altar excepcional**. Jornal Diário de Minas, Belo Horizonte, 12 de ago. de 1956. (Igreja Matriz de Itacambira. Distrito: Itacambira – Município: Grão Mogol. Arquivo Permanente: Série I, Minas Gerais, IPHAN / 13ª Superintendência Regional – MG).

que lembram um pagode, elemento de inspiração oriental”.<sup>50</sup> São usadas muitas treliças, predominando os recortes sobre a madeira, que como analisa Vasconcellos (1956), nos lembra obras hindu-persas.

O sacrário difere um pouco do partido geral, composto à moda rococó de desenho miúdo e baixo mas seus entalhes e o friso que dele se alarga para as laterais, na base do trono, lembram ainda os “tremidos” da decoração mourisca encontrados no mobiliário do séc. XVII. [...] Produto híbrido, original, do barroco decadente com reminiscências mouras?<sup>51</sup>



**FIGURA 99** - Detalhe do altar-mór da Matriz de Santo Antônio de Itacambira  
Fonte: IEPHA - MG, 1984.

O autor já tinha um olhar voltado a estas especulações “extra-portuguesas”, procurando nos detalhes e nos diferenciais formais da arquitetura de Minas a riqueza de sua arte colonial.

<sup>50</sup> Cf. **NOTAS** sobre o município de Itacambira. Dossiê de Tombamento do IEPHA-MG, Minas Gerais, 1999.

<sup>51</sup> Cf. VASCONCELLOS, Sylvio de. **Um altar excepcional**. Jornal Diário de Minas, Belo Horizonte, 12 de ago. de 1956. (Igreja Matriz de Itacambira. Distrito: Itacambira – Município: Grão Mogol. Arquivo Permanente: Série I, Minas Gerais, IPHAN / 13ª Superintendência Regional – MG).

Neste insólito conjunto, fazem parte soluções inesperadas encontradas nas igrejas, como o detalhe do sino da Matriz de Itacambira, que está junto ao cunhal do lado da epístola, mas posicionado lateralmente; ou mesmo este altar construído embaixo de arcadas, “estilo usado nos tempos da união de Portugal e Espanha”.<sup>52</sup>

Na Capela de Nossa Senhora do Rosário, em Chapada do Norte, em meio aos painéis com cenas da infância de Cristo, existe uma pintura no friso inferior do altar-mor que possui inscrições em espanhol. Outro exemplo é a Capela de Bom Jesus da Lapa -1874 - (FIG. 100), também em Chapada do Norte, que já fora analisada por Sylvio de Vasconcellos, por possuir um curioso “corpo extraordinário entre a nave e a torre, como algumas igrejas jesuíticas”, compondo de maneira inusitada a fachada principal. Esta é formada por uma composição irregular dos vãos: existem duas janelas de balaústres seguindo o esquema triangular românico (entaladas entre a porta na altura do coro) e uma janela mais simples e deslocada em relação às outras. À esquerda do frontispício localiza-se uma torre sineira única, que delimita um longo corredor lateral que se estende até os fundos da capela.



**FIGURA 100** - Igreja de Bom Jesus da Lapa, em Chapada do Norte  
Fonte: IEPHA – MG.

---

<sup>52</sup> Esta frase foi utilizada por Guilherme Giesbretch, em carta endereçada à Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, quando tinha o cargo de chefe da 3ª Circunscrição desta mesma Secretaria.

São estas especulações e diferenciações encontradas ao longo do território mineiro que transformam sua arquitetura numa colcha de retalhos muito bem alinhavados, em que uma torre mais alta ou um corredor “a mais” é o elemento que realiza o arremate de um barroco pouco cristalino.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso (FIG. 101 e 102) é um exemplo de como os jesuítas trouxeram sua arquitetura a partir do nordeste brasileiro. Possuindo traços da arquitetura religiosa do Recôncavo Baiano, a fachada frontal da Igreja é composta de quadro central, ladeada por torres imponentes e encimada por frontão reto. Sua porta é centralizada, ladeada por duas menores, fugindo ao esquema típico mineiro de distribuição das envasaduras. Com a anterior denominação de distrito de Morrinhos, Matias Cardoso pertenceu ao município de Manga até 1992, quando emancipou-se. Datada da primeira metade do século XVIII (1726), a edificação é totalmente erguida em alvenaria de tijolos maciços, técnica diferenciada aos padrões construtivos das edificações religiosas mineiras desta época. Segundo arquivos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA - MG), foi construída por iniciativa do desbravador Matias Cardoso e seu filho, tendo como principal mão-de-obra o elemento indígena, que já deveria estar influenciado pelos trabalhos desenvolvidos na região nordeste do país.



**FIGURA 101** - Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso, MG.  
Fachada frontal  
Fonte: IEPHA - MG, fev. 1987.



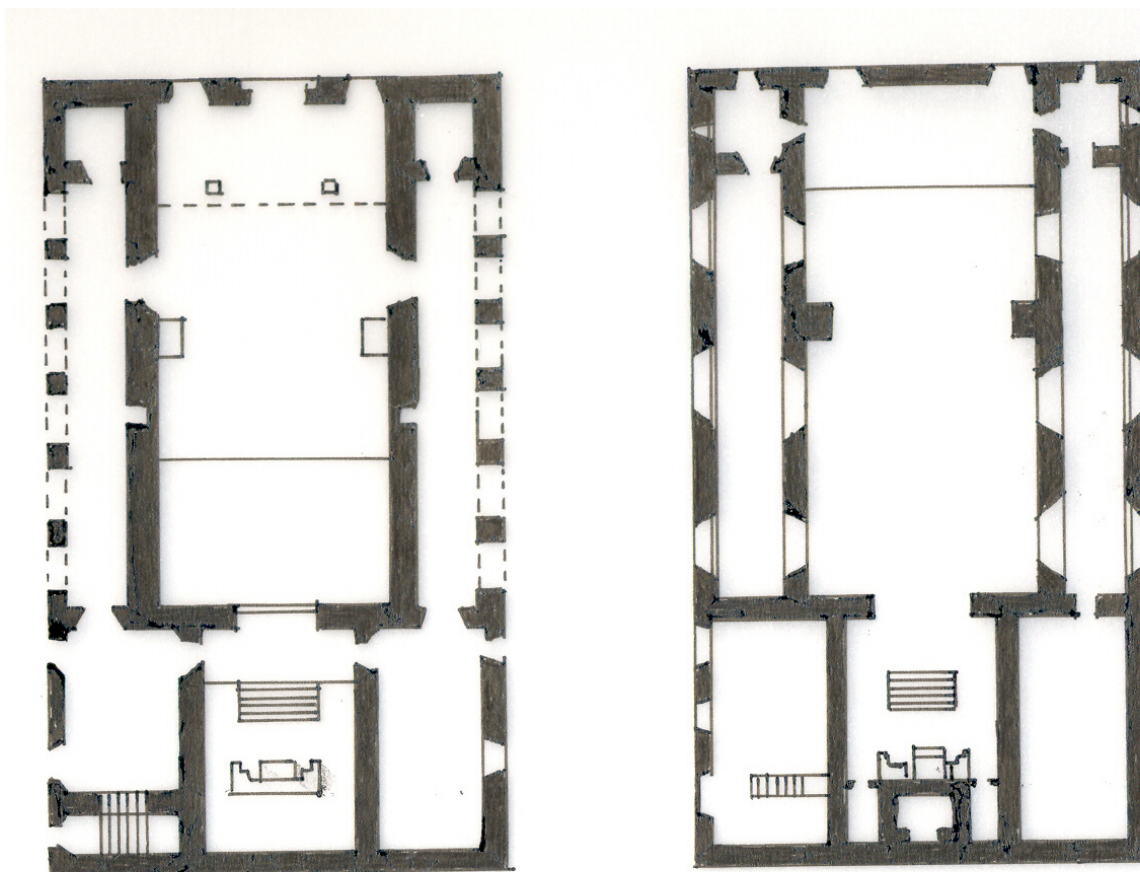
**FIGURA 102** - Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso, MG.  
Fachada lateral  
Fonte: IEPHA - MG, fev. 1987.

Com planta retangular (FIG. 103), esta igreja se destaca pela presença de duas galerias laterais em relação à nave, delimitadas por seis arcadas de rígidos pilares, cujos vãos são arqueados e abertos ao exterior. Estes corredores antecedem o volume composto pela capela lateral, capela-mor e sacristia.

Esta solução com alpendre se conecta com as análises feitas por Amaral (1981) em São Vicente, quando destaca especialmente as soluções arquitetônicas dadas aos edifícios religiosos, abertos para o ambiente externo. As galerias da Igreja de Nossa Senhora da Conceição lembram os pátios mediterrâneos, também ladeados por corredores abertos, arqueados, traços da arquitetura mourisca. A massa da edificação é interrompida por estas aberturas, além de três janelas que estão na parte superior das arcadas, no local correspondente às tribunas.

Os acessos ao interior da Igreja são feitos através de uma porta para a torre, uma para a nave, outra para o púlpito e uma última para a sacristia. O partido escolhido tem sua importância valorizada pela estrutura, pelo sistema construtivo e principalmente pela circulação que é feita através do alpendre. As paredes laterais da capela-mor, que são as mesmas das tribunas, possuem treliça em madeira emoldurada. A tribuna também apresenta este elemento em madeira, que se volta para a capela-mor. Todo o tratamento em talha de seu interior mostra sobriedade, bem ao estilo nacional português. Nota-se, entretanto, muitos vestígios e a influência do trabalho indígena que modificou e personalizou a formação desse

templo. Pode ter sido o mais antigo de Minas Gerais, edificado anteriormente à época de metais preciosos encontrados nessa região, talvez pela proximidade e expansão dos trabalhos catequizantes desenvolvidos no Recôncavo Baiano.

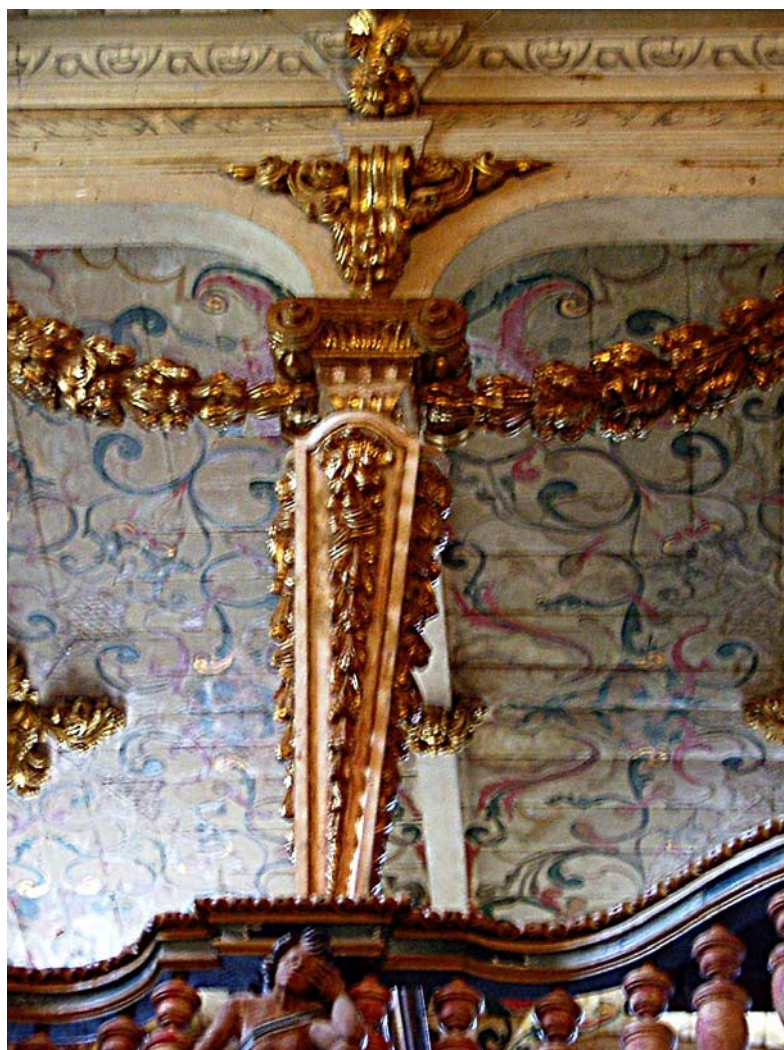


**FIGURA 103** – Plantas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso, MG  
Fonte: IEPHA – MG

Merece ser mencionada uma figura que está aplicada no forro da sacristia, no formato de um sol, entalhada em madeira pintada de dourado. Trata-se de figuração antropomorfa com feições (olhos, nariz, boca) circundada por doze raios retos ou ondulados. Iconograficamente, a representação dos raios de sol representa a luz e o calor, ou a luz e a chuva, elementos que eram objeto de veneração por certas culturas indígenas.

Numa visão cristã, o sol pode simbolizar o Cristo; os doze raios, os doze apóstolos. De forma geral, o simbolismo do sol é bem diverso, sendo para muitos povos uma manifestação de divindade. A sua utilização nesta Igreja pode ser mais um indício da diversidade e dos elementos pagãos dentro do mundo cristão, já que os índios eram a mão-de-obra utilizada pelos jesuítas.

Outro edifício religioso que deve ser lembrado é a Igreja Matriz de Santo Antônio, na cidade de Tiradentes. Possui em seu interior elementos de sustentação que através de sua forma e ornamentação indicam influências do mundo “criollo”. As colunas em estípite localizadas no coro (FIG. 104), raríssimas na talha luso-brasileira, aparecem também nos suportes centrais do retábulo-mór (FIG. 105) do Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, em Congonhas do Campo. O formato em estípite faz parte do repertório espanhol que influenciou Portugal e foi levado também às suas colônias hispano-americanas, como retábulo da igreja de *San Juan de Pocoata* (Chayanta), nas proximidades de Potosí, na Bolívia. Ou na Catedral de Calabozo na Venezuela, que possui pilastras em estípites em sua fachada.



**FIGURA 104** - Detalhe da coluna em estípite, encontrada no coro da Matriz de Tiradentes  
Fonte: Acervo da autora, maio 2004.



**Figura 105** – Detalhe da coluna em estípite localizada no altarmór da Basílica de Congonhas do Campo, MG  
Fonte: Maria Cristina Cairo Silva.

Amaral (1981) já enfatiza o poder da criatividade do barroco desenvolvido no Brasil, movido principalmente pela religião e espiritualidade, se considerarmos as dificuldades construtivas, de comunicações e transportes da época colonial. O fastio da mineração desenvolvida em Minas Gerais trouxe muita exuberância e luxo em cidades como Ouro Preto, Mariana ou Tiradentes. Mas muitas pequenas igrejas e capelas que foram construídas na época possuíam uma riqueza que ia muito além do brilho dourado que cobria a talha ou as imagens sagradas: era a simples expressão do componente popular. A especialidade de nosso barroco é justamente essa caixa de surpresas, que nos causa admiração até os dias de hoje pela capacidade de criar da madeira ou do barro uma gama de soluções que só foram possíveis a partir não da matéria prima, mas da mão que a trabalhava. Esta mão não era de um homem só, mas de vários; que juntos criaram a unidade barroca que está dissolvida em cada cidade mineira, seja do ponto de vista racial, da arquitetura, na nossa forma de expressão verbal ou no comportamento, que são heranças desse tempo. “Se a mestiçagem nos caracterizou sempre (e nos marca nessa busca de identidade que é nossa afinidade latino-americana), como aspirar

a um purismo que nada tem a ver com nossa circunstância”?<sup>53</sup> Puros é o que realmente não somos. O barroco mineiro pode ser reservado, guardado a sete chaves, mas é só começar a compreendê-lo para descobri-lo ao mesmo tempo acessível, receptivo aos muitos apelos que são condizentes à nossas muitas realidades sociais.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário no distrito de Brejo do Amparo (FIG. 106 e 107), município de Januária, possui apenas uma torre lateral localizada à sua direita, cuja forma, volumetria e cobertura piramidal se assemelha à torre da Igreja de Uquía, cidade de Jujuy, na Argentina. A atual torre mineira, de três pavimentos, mostra na altura do primeiro, pequena seteira; no segundo, enquadramento em madeira vedado em alvenaria; no terceiro, sineira com sino de bronze original e cobertura piramidal de alvenaria.

A região onde hoje se localiza o município de Januária esteve subordinada ao bispado de Pernambuco, situando historicamente a construção da Capela do Rosário com o período da formação de quilombos ou à criação dos postos avançados de catequese jesuítica das nações indígenas que habitavam a região sanfranciscana, hipótese que se apóia também na leitura de sua composição arquitetônica. Esta capela originalmente seria filiada ao curato de São Caetano do Japoré (hoje Manga), passando no século XIX à subordinação frente à freguesia de Nossa Senhora do Amparo. A origem dessa igreja liga-se ao início do século XVIII, embora dúvidas sejam levantadas mediante uma inscrição em sua fachada que marca o ano de 1688, talvez a construção de uma primeira capela, que estaria ligada ao trabalho dos padres jesuítas. Tanto a fachada como a torre lateral foram construídas posteriormente ao restante da igreja, cuja natureza de invocação – Rosário dos Pretos – reforça a iniciativa dos escravos, que se organizavam numa irmandade leiga, prática do período colonial. Pelo seu isolamento em relação ao principal rio local, o rio São Francisco, o mais provável é que esta Igreja tenha servido aos senhores de engenho da região, chamada de Barro Alto.

Bem próxima às composições seiscentistas, neste exemplar “mostra-se a evidente subordinação à arquitetura baiana e também mais suavemente às soluções paulistas de que resultam hibridismos, mas o lastro fundamental, fortemente assinalado é o repertório jesuíta em praticamente todos os níveis construtivos”.<sup>54</sup> Implantada em local plano, seu pequeno adro está cercado por muros baixos de pedra, arrematados com pináculos piramidais em suas quinas. O cruzeiro de madeira, localizado à sua frente ou solto no meio do terreno

---

<sup>53</sup> AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: Nobel; USP, 1981, p. 281.

<sup>54</sup> MIRANDA, Selma Melo; RIBEIRO, Delmarí Ângela. **Notas sobre a arquitetura religiosa do Sertão Mineiro**. (Trabalho apresentado no II Encontro dos Pesquisadores do Barroco Mineiro, realizado em Tiradentes em 26 de outubro de 1985), p. 49.

representava proteção contra as agressões dos índios e salteadores, reafirmando a ligação desta igreja com a arquitetura missionária.



**FIGURA 106 e 107** - Capela de Nossa Senhora do Rosário no distrito de Brejo do Amparo, Januária, MG. Fachada frontal e fachada lateral  
Fonte: IEPHA – MG.

O partido arquitetônico é retangular, se desenvolvendo segundo uma nave cercada por tribuna e torre na lateral direita.

A organização da planta apresenta em alguns pontos variações sensíveis em relação ao padrão mineiro do século XVIII, embora sob um ponto de vista mais abrangente, a igreja brasileira do período não varia radicalmente, salvo em alguns casos. [...] Esse dispositivo é absolutamente raro na região da mineração, sendo, porém, freqüente em igrejas baianas dos séculos XVII e XVIII.<sup>55</sup>

A capela-mór conjuga-se com sacristia e consistório, mas o aspecto a se destacar é a presença do corredor lateral na fachada esquerda, os alpendres-corredores, como a Igreja anteriormente citada de Matias Cardoso. Este alpendre apresenta-se como um corredor estruturado em toscos esteios de madeira que recebem o prolongamento do telhado.

[...] praticamente mais da metade das igrejas com alpendres brasileiros está em território baiano, o que reforça nossa conclusão sobre a influência da Bahia na adoção do partido no sertão mineiro, presumivelmente ainda no século XVII e pela mão de construtores ligados a Companhia de Jesus.<sup>56</sup>

O frontispício possui portal e janelas enquadradas em madeira, estas, na altura do coro, com guarda-corpo em madeira recortada. O frontão triangular, um pouco encurvado, possui nicho lateral com imagem de Nossa Senhora e pináculos lateralmente. “Sobre a portada, um elemento decorativo sugere interpretação estilizada do motivo do frontão usado nas construções mais antigas, principalmente as dos padres jesuítas”.<sup>57</sup> Existem almofadados nas portas externas, uma composição de retângulos e losangos bem diferenciados, em que há a sugestão de terem saído das oficinas dos padres missionários. A construção recebe vedação em tijolos de adobe sobre embasamento de pedra. O piso é em mezanilo, uma espécie de tijolo cerâmico assentado sobre terra batida. Seus altares são em terracota, mais uma variação da simplicidade popular encontrada nessas localidades.

Ainda na região de Januária encontram-se detalhes curiosos de uma arquitetura do século XIX, as platibandas (FIG. 108 e 109), possuidora de referências da época colonial mineira. Fazendo parte da arquitetura popular da região norte de Minas Gerais, as platibandas, que vieram para substituir os beirais, são encontradas principalmente nas edificações civis e

<sup>55</sup> MIRANDA, Selma Melo; RIBEIRO, Delmarí Ângela. **Notas sobre a arquitetura religiosa do Sertão Mineiro.** (Trabalho apresentado no II Encontro dos Pesquisadores do Barroco Mineiro, realizado em Tiradentes em 26 de outubro de 1985), p. 56.

<sup>56</sup> MIRANDA, Selma Melo; RIBEIRO, Delmarí Ângela. *op. cit.*, p. 61.

<sup>57</sup> MIRANDA, Selma Melo; RIBEIRO, Delmarí Ângela. *op. cit.*, p. 66.

nos prédios públicos, expressando um tipo de arquitetura espontânea, fruto daquele universo espacial em que foi desenvolvida. A liberdade de criação sobre estes elementos é, às vezes, tímida, outras vezes ousada, embora imbuída do poder transformador e regional, características que se comunicam com o nosso barroco. Uma edificação vai então se diferenciando e se destacando da outra pelos elementos decorativos que aparecem nas fachadas, pelas cores, relevos e desenhos. São casas às vezes pequenas, outras um pouco mais imponentes, que trazem à tona o passado colonial desenvolvido ao longo da formação das vilas, com casas nos limites das ruas e sobre a divisa dos terrenos.

A massa construída e a maneira pela qual a construção ocupa o lote remetem a tipologias de finais do século XVII e século XVIII em Minas Gerais, referências portuguesas na ocupação do território. O intercâmbio mineiro se faz também com localidades próximas a Pernambuco e regiões de tradições rurais, como o nordeste brasileiro. Diálogos ocorrem também com outros países da América Latina, como habitações mexicanas ou fachadas encontradas em El Salvador. É como se cada casa precisasse demonstrar ali a identidade do arquiteto-construtor-pedreiro, proprietário e usuário de um produto arquitetônico destinado ao morar, longe de servir ao consumo. As cores vibrantes e contrastantes e a expressividade dos desenhos relatam o desejo da originalidade, resultado de um trabalho arquitetônico que soube aproveitar uma mesma matriz, incontida nela mesma pelas mãos do artista-construtor. Como são os exemplos arquitetônicos deixados pelo barroco nas nossas cidades mineiras, incluindo a Igreja do Rosário em Januária e tantas outras de onde não se titulam épocas ou estilos, mas se identificam vários deles num só.



**FIGURA 108 e 109** - Platibandas de edificações no município de Januária, MG  
Fonte: IEPHA – MG.

## CAPÍTULO 5

### **A regularidade espanhola e as povoações mineiras: como a geometrização do espaço se relaciona com os centros históricos dessas povoações**

---

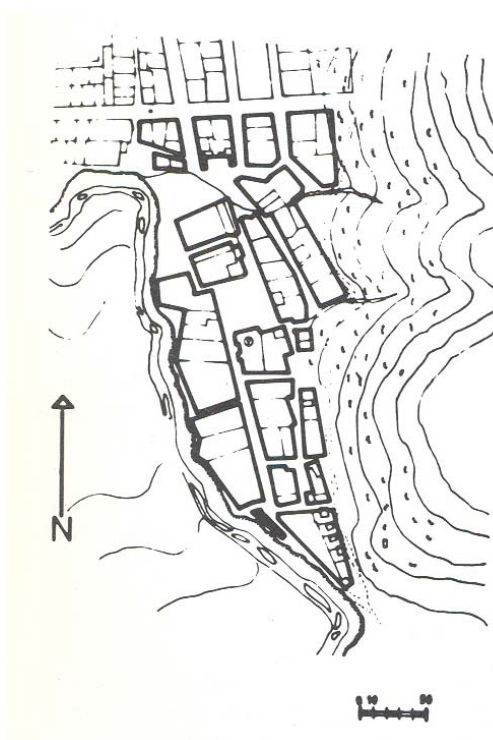
As cidades brasileiras, de uma maneira geral, se caracterizam pela irregularidade, por um desenho muitas vezes linear e limites indefinidos. Os desvios e as conformações dessas cidades nos remetem a uma origem ibérica, e, inevitavelmente, a influências lusitanas que chegaram na bagagem dos colonizadores. As ilhas portuguesas no Atlântico e na África conservam ainda hoje características semelhantes de ocupação ao Brasil, definindo um traçado reconhecidamente português, inspirado nas cidades medievais acomodadas em terrenos acidentados. As construções iam serpenteando pelas encostas, ocupavam desníveis e cercavam de alguma maneira os edifícios religiosos, que como citado anteriormente, tinham um importante papel social, econômico e cultural dentro dos núcleos povoados, dominando a cena urbana.

Sabe-se que nossas cidades vizinhas, de colonização espanhola, eram mais organizadas: elegiam sempre uma Praça Central, que se tornava o núcleo de atração e poder urbano, repleto de referências cívicas e, ao mesmo tempo, marcações dominantes. Essa “*Plaza Mayor*” ordenava urbanisticamente a cidade, regulando os espaços à maneira renascentista, em concordância ao controle pretendido pela metrópole. Definia-se mais facilmente o que eram os espaços da Igreja e aqueles concedidos a particulares. Já as cidades brasileiras, e especialmente as mineiras, elegiam marcos que ora se destacavam na paisagem, ora se escondiam por entre becos ou morros. Ao invés de centralizar os acontecimentos em apenas uma praça, as cidades de Minas Gerais espalhavam seus templos em um traçado mais orgânico, mais livre portanto, confirmando o fator surpresa como uma das muitas habilidades barrocas.

Sérgio Buarque de Holanda (1995) destaca as diferenças entre portugueses e espanhóis na fundação de suas colônias, considerando o “princípio do ladrilheiro” e o “princípio do sementeiro”. Os espanhóis seriam os ladrilheiros, escolhendo as terras do interior e os altiplanos para erguerem as suas cidades e estabelecendo um reticulado em simetria para seus planos urbanos. Essa idéia já era constante na própria inserção urbana feita pelos jesuítas nas suas reduções missionárias, na época de catequização indígena. Os traçados regulares contavam com praças e ruas perpendiculares e paralelas à praça-mãe, mais imponente e maior, cercada pelos prédios mais importantes como a Igreja Católica, o Palácio do Governo e a Sede Militar. Exemplos estão em cidades como México, Cuzco, La Paz, Arequipa, Buenos

Aires e várias outras. Em função destes edifícios públicos, crescia e se articulava toda a malha urbana, com um ordenamento disciplinado de seu traçado. Os colonizadores levaram para suas colônias o modelo que já conheciam, como é o caso de Madri, que também possui uma Praça Maior, embora em outras proporções.

Zaruma, no Equador (fundada em 1557), ou Santa Catalina na Argentina (FIG. 110) são cidades de colonização espanhola que diferenciam-se desse perfil regular, do tradicional tabuleiro de xadrez. Localizada a norte de Córdoba, a Estância Jesuítica de Santa Catalina tem sua fundação ligada à data de 1622, tendo sido um grande centro de produção pecuária e catequização indígena. Por sua deficiência no fornecimento de água, ocasionou a primeira grande obra dos jesuítas, de engenharia hidráulica: um conjunto de condutores subterrâneos que vinham desde Orgameira, localidade a vários quilômetros de distância. A arquitetura colonial desenvolvida nessa cidade se articulou a partir da Igreja da Companhia (finalizada em 1754), a qual foram se somando outras construções para compor o Santuário. De características e materiais simples, as habitações de índios e escravos se formaram isoladamente, conformando um traçado original disperso à idéia de conjunto. Suas ruas desenvolveram-se acompanhando o terreno irregular e atendendo a funcionalidade de sua tarefa de apoio ao trabalho da Companhia.



**FIGURA 110** - Povoado de Santa Catalina no século XVI  
Fonte: GUTIÉRREZ, 1983, p. 82.

Os portugueses conformavam o perfil do semeador, fundando suas cidades ao longo do litoral ou seguindo as margens dos rios. Se estes acompanhassem as subidas das colinas, assim ia o povoamento, espalhando-se por terras próximas, como frutos de uma semeadura. Tentavam manter uma disciplina, mas ela se perdia na liberdade da ocupação e crescimento português. Lisboa foi o melhor exemplo, em grandes proporções, deste modelo, confirmando as referências metropolitanas trazidas ao Brasil. Como em outras colônias portuguesas, a ordem que Portugal tentou estabelecer era proveniente de um costume seu: São Luiz do Maranhão, Rio de Janeiro e Santos foram colônias assim criadas. Nestas cidades, o relevo foi primeiramente respeitado, muito pouco modificado no atendimento às exigências de ocupação. O Brasil passou por diferentes ciclos de exploração e exportação, como o açúcar, ouro, borracha e café, contribuindo para um balanço econômico favorável a Portugal. A extração mineira intensificou esse quadro e cidades como Ouro Preto já nasceram dinamicamente mais urbanas a partir do século XVIII. Concentravam um crescimento demográfico intenso, apesar de serem minoria no quadro geral em que ainda predominavam zonas rurais, com suas pequenas capelas.

As cidades coloniais brasileiras encontradas cem anos antes eram poucas, mas abrigavam a sede do governo, funcionavam como mercado para a troca de mercadorias e eram centros de concentração populacional, ainda que baixa. Foi nos setecentos que um certo rigor no desenho tentou ser disseminado nas novas fundações, apreciável pela previsão de ortogonalidade entre as ruas e praças que abrigariam as matrizes com seus adros. Estes eram considerados nossas praças públicas; os largos, alargamentos de suas ruas. Nada que se pudesse ser comparado às quadrículas perfeitas determinadas pelas Leis das Índias espanholas, leis que não foram feitas para as nossas cidades. “Assemelha-se às castelhanas por um desejo de regularidade, de cordenamento, nada mais”.<sup>1</sup> Salvador e Mariana foram raros exemplos deste plano regulador de sua malha viária e ocupação do solo, entre os séculos XVII e XVIII. Só a partir do século seguinte o espaço privado adquiriu valor de venda: a palavra lote demarcava áreas rentáveis pela sua dimensão e o alinhamento das construções visou a diminuir as descontinuidades entre um e outro traçado com o vizinho; eram as novas definições de fronteira.

Minas Gerais e as outras cidades brasileiras não possuem, tão claramente como as cidades hispano-americanas, uma referência central – a Praça - para o seu habitante, criado a partir de um passado de tradições e reticulado uniforme. Ao contrário: em Minas Gerais, os

---

<sup>1</sup> MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991, p. 99.

núcleos formados tendiam a se dividir em muitos pontos, dissolvidos por caminhos e ladeiras que sempre levavam a uma igreja. Esta sim uma peça importante, se compararmos os edifícios religiosos àqueles públicos. Salvo poucos exemplos, como o Paço Imperial no Rio de Janeiro ou os prédios da Praça Tiradentes em Ouro Preto, edifícios voltados à administração pública ou à prática da vida política na época colonial eram colocados em segundo plano. Comportamento herdado por nossas cidades contemporâneas, que, diferentemente das cidades espanholas, ainda hoje tentam “encaixar” ou constantemente adequar as repartições públicas a seus espaços.

Uma igreja, uma praça; regra geral nas nossas povoações antigas. Os templos, seculares ou regulares, raramente eram sobrepujados em importância por qualquer outro edifício, nas freguesias ou nas maiores vilas, congregavam os fiéis, e os seus adros reuniam em torno de si as casas, as vendas e quando não o paço da câmara. Largos, pátios, rocios e terreiros, ostentando o nome do santo que consagrava a igreja, garantiam uma área mais generosa à sua frente e um espaço mais condizente com o seu frontispício. Serviam ao acesso mais fácil dos membros da comunidade, à saída e ao retorno das procissões, à representação dos autos da fé. E, pelo seu destaque e proporção, atendiam também a atividades mundanas, como as de recreio, de mercado, de caráter político e militar.<sup>2</sup>

Portanto, as relações que tentamos fazer entre cidades de colonização espanhola e cidades brasileiras, em especial as mineiras, não são apenas uma tentativa, em vão, de procurar semelhanças de traçados e reticulados urbanos. Quando essas semelhanças existem e se relacionam de uma maneira mais próxima, dizem respeito a um princípio regular de adequações urbanas a desenhos e topografia já existentes. A lei que ordenava as cidades espanholas era mais eficaz no direcionamento do desenho urbano, habilmente concebido à partir de uma praça comum. O ponto de partida da maioria das cidades brasileiras não era um traçado reticulado ou que vinha regulamentado especificamente para a colônia, através das Ordenações do Reino. Procurava-se uma ordem que conseguisse a conciliação entre o ambiente real, situações e demandas apresentadas e projetos urbanos que melhor servissem àquele povoado.

Salvador da Bahia foi uma cidade definida por um programa básico que a dividiu entre baixa e alta. O porto era um local importante e articulador, que detinha equipamentos funcionais como a alfândega, armazéns e a fazenda real, defendido por baluartes independentes; enquanto a parte alta estava ligada ao desenvolvimento do interior do território, cercada por uma fortaleza. “Nesta estrutura as *traças* e *mostra* elaboradas por

---

<sup>2</sup> MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 54.

Miguel Arruda só poderiam funcionar como planos-tipo para aplicação às lógicas do sítio”.<sup>3</sup> O projeto da fortaleza foi concebido adaptando-o à geografia do lugar, ao assentamento e à dinâmica latente daquela aglomeração, levando em conta as orientações do mar, portas, ligações com a parte interna da cidade e com o porto. Ruas principais e outras transversais foram criadas evidenciando uma certa lógica e proporção métricas, gerando quarteirões retangulares, que foram consequência de experiências na cidade de Lisboa. Dessa maneira, surgiram normas arquitetônicas e urbanas nas posturas dos séculos XVII e XVIII, que revogaram alguns aspectos rígidos focados apenas em Portugal e suas cidades, adaptando-se ao menos ao novo contexto de Salvador. Caminhando para uma época moderna, preocupavam-se principalmente na definição de fachadas contínuas sem reentrâncias e um desenho uniforme, de vãos retos de medidas proporcionais e sacadas de palma e meio, como nos relata Carita (2000).

O alinhamento estabelecido a “*línea y cordel*”, se não foi norma entre nós como na América espanhola, foi recurso conhecido e necessário, vez por outra adotado. Enfrentou, então, o embate com a licenciosidade do interesse individual para com o coletivo, da fronteira entre o terreno particular e o público. Nem sempre resistiu, como em São Cristóvão e no centro de João Pessoa de traça regular e excepcional, como em Mariana em contraste forte com os demais arraiais mineiros, como em Parati ou São Luís do Paraitinga. Resistência sim, mas em extensão e grau relativos e diferentes.<sup>4</sup>

Uma outra maneira de entender as cidades é olhar cuidadosamente a geometria de um largo ou a linearidade de uma rua mineira na relação com seu uso: tornam-se espaços vivos como palcos de procissões, feiras ou simplesmente locais de encontro entre seus muitos e diversos habitantes. Os balcões que se voltam para o público mostram a vontade de que a vida dentro de casa extrapole seus limites e participe do ar barroco que os becos e as fachadas das igrejas proporcionam. A existência de uma ou várias praças pela cidade vem acompanhada das manifestações culturais que utilizam tais espaços, cultuando ainda com bastante peso os símbolos religiosos. Essa conciliação entre os cenários imóveis e o dinamismo da cidade é que parece ser única, com apropriações urbanas em formatos latino-americanos: a “latindade” que o barroco tratou de fazer surgir com a utilização de espaços públicos e miscigenação de culturas.

<sup>3</sup> CARITA, Rui; CARITA, Helder. Modelos, instituições e personagens. A Urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, jan./fev. 2000, p. 189.

<sup>4</sup> MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 47.

## 5.1. A regularidade adequada

### 5.1.1. O exemplo de Mariana

Os núcleos de povoamento foram se tornando, ao longo do século XVIII em Minas Gerais, uma sociedade definida e arregimentada. Criaram-se administrações locais e muitas decisões foram impostas às colônias para que os pactos coloniais conservassem a balança oscilante de dependência para com as metrópoles. Era preciso manter o controle público principalmente em áreas mineradoras, como Minas Gerais (desde a década de 1690) e logo depois Cuiabá, Goiás e Bahia.

A verdade foi que a Coroa Portuguesa resistiu a cada esforço dos colonos de dar coesão ao vasto espaço geográfico, por medo de que tal ação constituísse um desafio à sua dominação sobre todos os aspectos da vida colonial e que pudesse acender o sentimento de autonomia, mas não necessariamente de separação. [...] Somente em 1676, um arcebispado foi criado em Salvador, e no final do período colonial havia apenas oito bispados.<sup>5</sup>

As áreas mineradoras possuíam leis próprias, que, apesar de terem sido formuladas no ano de 1700, só tiveram peso político a partir de 1710, quando Antônio de Albuquerque e em seguida Braz Baltazar da Silveira governaram a administração de São Paulo e Minas do Ouro, atuando também na contratação de técnicos e engenheiros enviados pela Coroa. Uma nova organização administrativa e urbana foi criada em 1711, resultando no termo de ereção da Vila Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana. Bastos (2003) estabelece em seu trabalho correlações fiéis entre as estruturas políticas instauradas pela metrópole e a intenção de se manter a ordem sobre as cidades, atingindo o traçado urbano. Era preciso criar um equilíbrio entre o controle metropolitano e a prévia convivência que já se instaurara entre os colonos. Para tal, “[...] a regularidade construída (manifestação persuasiva e significativa da ordem e do poder) foi aquela regularidade geométrica possível [...]”<sup>6</sup>, adequada não só ao solo mineiro e topografia existentes, como também à conveniência política de Portugal. Assim é que os moradores de São João Del Rei, quando sua elevação à Vila, resistiram às ordens de se

---

<sup>5</sup> RUSSEL – WOOD, A. J. R. Precondições e precipitantes do movimento de independência da América Portuguesa. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 431.

afastarem de suas lavras, pois já estavam adaptados, próximos e “acomodados” àquela região<sup>7</sup>.

Eram poucos os assentamentos criados pelos portugueses no Brasil que não mudaram uma ou mais vezes de lugar, confirmando uma rotina colonizadora que se mostrou perdida em terras repletas de “incômodos” que, frente à nova postura política, deveriam ser orientados. Quando foi feita a mudança para que Mariana se tornasse uma nova sede, digna de acolher o bispado da capitania, muitas considerações foram feitas acerca do novo sítio e pode-se dizer que um primeiro “planejamento urbano” foi neste momento proposto. Escolheram-se terrenos mais planos e cômodos, afastados do primitivo assentamento que havia se formado nas proximidades do Ribeirão do Carmo, contra-indicado pelas constantes inundações que atingiam as moradias; provocadas pela mineração nas encostas e pelos desvios do curso natural do rio. Data de 1745 uma planta enviada a Lisboa e que foi objeto de estudo na dissertação de Bastos, no momento em que analisa a formação da cidade de Mariana (planta representada na FIG. 111):

O que de imediato ressalta nessa concentração notável é uma distribuição de arruamentos bastante regular (quanto à geometria), apresentando alinhamentos cujos encontros conformam ângulos estritamente retos (90°). As larguras dos arruamentos são rigorosamente mantidas em suas extensões, e pode-se notar, também, uma certa hierarquia entre eles, permitindo-nos identificar as “ruas” – que geralmente prosseguem por várias quadras -, e “travessas” – sem prosseguimento obrigatório, como ligações de vias mais importantes.<sup>8</sup>

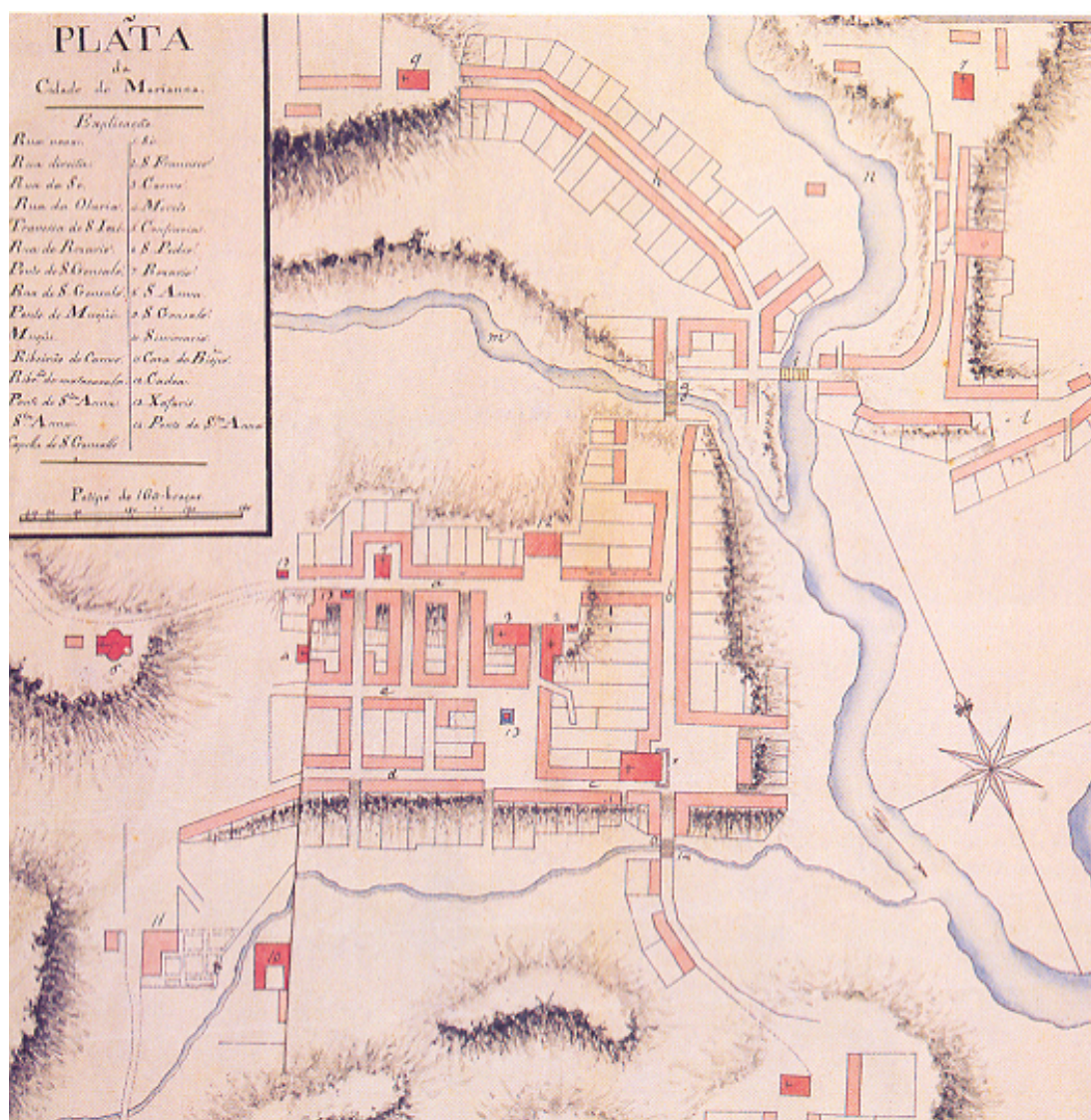
É possível notar as primeiras sugestões do conjunto formado pelo edifício da Casa de Câmara e Cadeia e pelas Igrejas do Carmo e de São Francisco, personagens urbanos que, pelo seu posicionamento, nos remetem às Praças existentes nas cidades de colonização espanhola: fato inusitado em Minas, em que prédios públicos dividem o mesmo espaço privilegiado dos edifícios religiosos.

---

<sup>6</sup> BASTOS, Rodrigo Almeida. **A arte do urbanismo conveniente:** o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 96.

<sup>7</sup> Representação dos oficiais da Câmara de São João Del Rei a Francisco de Borja G. Stockler, procurador das Comarcas da América, pedindo uma interseção junto ao rei para que mantenha a cidade “cômoda”, conservando seus moradores próximos à Freguesia das Lavras do Funil. E que forneça recursos para que haja melhorias, como a criação de um hospital de lázaros e faculdade para se fazer uma loteria destinada às obras públicas. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU Brasil/MG Cx. 173 doc. 62, São João Del Rei, 24/12/1804.

<sup>8</sup> BASTOS, Rodrigo Almeida. *op. cit.*, p. 167.



**FIGURA 111** - Mapa da cidade de Mariana na segunda metade do século XVIII  
 Fonte: SANTOS, Paulo Ferreira, 2001, p. 152.

**LEGENDA:**

a – Rua Nova, b – Rua Direita, c – rua da Sé, d – Rua da Olaria, e – Rua dos Cortes.  
 1 - Catedral da Sé, 2 – Igreja de São Francisco, 3 – Igreja do Carmo, 6 – Igreja de São Pedro dos Clérigos, 7 – Igreja do Rosário, 12 – Casa de Câmara e Cadeia.

A planta cadastral da cidade, atualizada, não segue o geometrismo da primeira proposta de 1745, como os ângulos retos entre as quadras ou o alinhamento constante reconhecível nas colônias vizinhas. O que se destacou em Mariana foi a adaptação da figura ao lugar, “propriedade das partes da praça por ordem ao sítio”.<sup>9</sup> Levou-se em consideração o convênio

<sup>9</sup> BASTOS, Rodrigo Almeida. **A arte do urbanismo conveniente:** o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 171

entre as propriedades naturais do assentamento e as construções que já haviam se adaptado àquela geografia, pois foram as primeiras definições dentro dos arraiais. Acentuando sua pesquisa na arte do decoro, Bastos (2003) o utiliza numa comparação entre aquele seu instrumento – o desenho – e seu princípio, destacando os melhores “ajustes” executados na (e pela) cidade. Mariana é um exemplo notável, pois demonstra resultados bem inseridos na melhor maneira de se controlar, convenientemente, os espaços. A questão era fazer com que estes e outros desenhos geometricamente regulares – projetos - orientassem as melhores maneiras de se implantar o povoamento sobre o local apresentado. “A macro estrutura da cidade foi bem encaminhada pelas estruturas preexistentes”,<sup>10</sup> como aspectos físicos ou éticos indispensáveis à ocupação urbana. Plantas e desenhos compunham uma etapa preparatória ao seu acabamento final, para a prática do convívio coletivo: o treinamento do que, mais tarde, viria a se transformar parte de uma república.

Chegado ao ponto em que uma freguesia era elevada a vila, como o caso da Vila de Nossa Senhora do Carmo ou a ereção de Vila Rica também em 1711, as relações deste conjunto com o poder religioso tomavam uma outra dimensão, adicionada então ao controle político. Era preciso manter uma nova postura, em que várias igrejas ou outras sedes de irmandades, se não a matriz, se submetiam às mesmas normas do Concílio de Trento. Estas foram codificadas mais tarde, na colônia portuguesa, como as “*Constituições primeyras do arcebispado da Bahia*”, redigidas em 1707 e publicadas em 1719. Regulavam a implantação, orientação e relações existentes entre o casario, assim como foi também norma o Tratado de São Carlos Borromeo<sup>11</sup>, aplicado a alguns exemplos arquitetônicos nos capítulos anteriores. O uso de nossa província se vinculava ao que de melhor e mais freqüente beneficiasse os sacros templos, como o seu posicionamento elevado, superando a paisagem natural. Deveriam se posicionar afastados de insalubridades, estábulos, tabernas ou locais que praticavam vendas, funcionando como ilhas de adoração. As frentes dos templos voltar-se-iam para a cidade; se estes estivessem fora dela, suas frentes deveriam se fazer para os caminhos públicos. Se houvessem rios, que se posicionassem acima deles, para que os viajantes vissem o templo e fizessem a ele reverência. Tal Tratado já especificava noções de engenharia, como a

---

<sup>10</sup> BASTOS, Rodrigo Almeida. **A arte do urbanismo conveniente:** o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 173.

<sup>11</sup> Tal Tratado vai de encontro aos documentos e representações oficiais encontradas no Arquivo Histórico Ultramarino, especialmente no que diz respeito às poucas tentativas de ordenação das cidades, à escolha de sítios apropriados e regulares para que a aliança Estado-Igreja melhor atuasse. Sobre o trabalho de São Carlos Borromeo, checar suas primeiras colocações encontradas antes e inseridas no livro I. Cf. BORROMEO, Carlos. **Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985, p. 1 a 6.

preocupação com a umidade de um determinado sítio e a possibilidade de desmoronamento. O lugar para se implantar a Igreja deveria ser amplo, capaz de conter não apenas a comunidade visitante e que ali habitava, como também outros homens que viessem assistir às solenidades.

Entretanto, como nos lembra Marx (1991), nossa Constituição não mencionava sobre a disposição e o tamanho dos terrenos que eram aforados<sup>12</sup>, assim nomeados por cobrarem ao beneficiário uma quantia em nome da manutenção dos templos. Os edifícios religiosos eram exatamente aqueles que garantiam e iniciavam o agrupamento e a conseqüente subdivisão de terras em seu entorno. Criava-se um “patrimônio religioso”, determinante pelo nascimento de um conjunto urbano que a ele se subordinava. A conformação desse patrimônio não se iniciava, portanto, aleatória, sem a vigilância ou a coordenação da igreja, apesar de em geral se denominar “irregular”. Para o traçado das cidades brasileiras, destaca-se o fato de não ter sido adotado um padrão urbanístico invariável, repetido ortogonal e padronizadamente.

E quando, perante situações ou momentos especiais, cuidou-se então e só então de bem traçar ou traçar com clareza os núcleos coloniais, adotaram-se planos regulares sim, porém completamente distintos daquele padrão eleito pelos espanhóis e feito lei.<sup>13</sup>

### 5.1.2. A referência de Ouro Preto

Vila Rica surgiu exatamente a partir dos alvos da coroa para sossegar e acomodar sua população, dividida em arraiais que tão bem foram esquematizados por Vasconcellos (1977), seguindo a longitudinalidade do vale do córrego do Funil. Esses caminhos formavam ruas que se preocupavam com o devido alinhamento e a decorosa organização das edificações. Sua disposição mostra empenho em causar um aspecto urbano impressionável por meio de recursos especiais, como ilusões proporcionadas pela perspectiva: valorizavam ou escondiam algum prédio, alargavam ou faziam parecer mais estreita determinada passagem.

Os edifícios religiosos que em Vila Rica se ergueram deveriam seguir as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, com plantas arquitetônicas em proporções adequadas à

---

<sup>12</sup> AFORAMENTO: Cessão do senhorio útil, da posse e usufruto de prédios rurais ou urbanos, geralmente por um longo *prazo* e por módica quantia fixa, o *foro*. MARX, Murillo. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Nobel, 1999, p. 141.

<sup>13</sup> MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, USP, 1991, p. 61.

melhor distribuição e ordem que se implantava naquela Capitania. Edifícios públicos também representavam o reino e a regulação a ele submetida, cujas construções deveriam se adequar à conveniência e atuação desse poder; ou pelo menos a representação deste para o povo. Articulou-se um espaço determinante e identificado à cidade como a Praça Tiradentes, que apresenta uma surpreendente regularidade onde a amplitude e a questão cenográfica se destacam pelos desníveis de seus edifícios únicos, peças hierarquizantes de uma praça em que não há a presença da Igreja: de um lado a atual Escola de Minas, antigo Paço dos Governadores; do outro, o atual Museu da Inconfidência. As lacunas formadas entre os arraiais e suas igrejas iam aos poucos sendo preenchidas por prédios administrativos, pelo comércio e moradias que já substituíam a cobertura de palha pela telha, participando de uma dinâmica político-constructiva que regulamentava como o edifício poderia se fazer mais nobre e adequado àquele convívio público.

Em 1759 foi solicitada<sup>14</sup>, pelos oficiais da Câmara de Vila Rica, a real atenção para assuntos relativos ao uso do espaço coletivo. Relataram-se os prejuízos sofridos por aquela Comarca pelo contínuo conserto das calçadas, pedindo à Vossa Majestade que exigisse a contribuição dos próprios carreiros<sup>15</sup> para o reparo das mesmas, defendendo ainda a sua anual conservação.

Trata-se aqui de enxergar cidades como Mariana e Ouro Preto como aquelas dotadas de uma ordem coerente, “menos evidente do que a abstrata ou rigidamente geométrica”,<sup>16</sup> como as colônias espanholas, mas dentro dos melhores padrões que pudessem ser ajustados a um núcleo que já tomava vida e definira prioridades. Assim é que, olhando pontualmente para o traçado de cada porção de terra, pode-se verificar um formato usual quadrangular dos terrenos urbanos. Desde as sesmarias, que foram a primeira tentativa de parcelamento do solo brasileiro, os novos terrenos tinham na testada o alinhamento de maior importância, valorizada apesar de sua estreiteza e contraposta à profundidade dos quintais. Voltar-se para o espaço público era tão importante como resolver questões de salubridade, levantadas principalmente na segunda metade do século XVIII: aberturas propunham fazer as casas mais arejadas, voltavam-se para a melhor circulação dos ventos; os terrenos procuravam uma orientação mais lógica, adequada ao melhor escoamento das águas, preferencialmente em

---

<sup>14</sup> A representação oficial encontra-se microfilmada no Arquivo Público Mineiro: Arquivo Histórico Ultramarino – AHU Brasil/MG Cx. 74, doc. 59, Vila Rica, 22/11/1759.

<sup>15</sup> Os carreiros eram os condutores de carros, dedutivamente os carros de boi, que circulavam em grande número pelas ruas das antigas cidades coloniais, levando mantimentos em tropas.

<sup>16</sup> BASTOS, Rodrigo Almeida. **A arte do urbanismo conveniente:** o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 175.

ângulo reto à rua. A orientação topográfica começava por definir uma nova hierarquização dentro das cidades, onde traçados e ocupações se faziam visando o bem comum e o melhor aproveitamento daquele sítio como um todo. O espaço público confirmava sua vocação de servir aos templos, crescendo e se expandindo a partir deles, num movimento urbano que denunciava a fusão entre a esfera política e religiosa.

As cidades mineiras mais urbanizadas do século XVIII eram um retrato fiel da mentalidade que viera da Europa, que buscava luxo e acabou por demonstrar a riqueza encontrada nas minas. Consolidavam o fim daquele momento inicial da colonização no Brasil, perdido em ambientes naturais e indígenas; portanto, lugares em descontrole, desorganizados e desordenados, na visão ibérica. Apesar de terem se implantado e conformado suas cidades a partir de princípios diversos, regulares ou não, portugueses e espanhóis nesse momento são únicos, pois todo e qualquer traçado que não fosse aquele coerente às idéias de controle do império ibérico, estava em desarrajo.

## **5.2. A utilização da rua e espaços públicos das cidades latino-americanas: palcos para uma mesma incorporação da cultura cristã.**

No universo de múltiplos encontros em que se formaram as cidades latino-americanas, vale ressaltar que nem sempre as diretrizes para a implantação de seus reticulados espanhóis - ou a espontaneidade portuguesa - estavam em sintonia com a cultura nativa. Ou seja, não era regra fixa a absorção pelo europeu da cultura indígena; embora o contrário fosse sua obrigação. Portanto, a miscigenação se fez em muitos momentos, mas foi a pluralidade cultural, causada pela convivência entre culturas, que melhor caracteriza esse diálogo. Apesar da dizimação feita em solo americano na captura de seus metais escondidos ou não, já utilizados ou em seu estado de pureza, a conquista feita pelos espanhóis se aproveitou de uma certa organização, previamente encontrada na cidade indígena. Ao agir dessa maneira, estava articulando o melhor funcionamento da empresa colonial, aproveitando a linguagem visual já estabelecida nessas comunidades. Os espanhóis, ao descreverem e ocuparem a cidade, deram uma aparência conhecida, a eles mesmos.<sup>17</sup> Havia um centro detentor de poder e importância que precisava apenas transferir quem dele se apropriava. E para isso se aproveitaram do

---

<sup>17</sup> Cf. THEODORO, Janice. **América barroca: tema e variações**. São Paulo: USP; Nova Fronteira, 1992, cap. 6.

princípio articulador da cidade renascentista, ao redor de um núcleo representante do poder real. Denotaram atenção especial ao centro e à construção de edifícios que foram responsáveis pela hierarquia dos espaços urbanos, mantendo a memória indígena e sua concepção de conjunto. Cenograficamente, o poder do colonizador foi estruturado a partir do edifício da Igreja, expressão mais legível da estrutura militar e disciplinada que eram as reduções.

De fato, a colonização da América foi barroca por ter sido essa a característica que permitiu a manifestação do acervo cultural indígena. Contraditório, mas não menos verdadeiro. Tanto Portugal como Espanha queriam colônias que fossem parecidas, visualmente, consigo mesmas. Articularam, implantaram seus traçados, mas se esqueceram de ritos e bagagens ancestrais que eram transferidos de geração em geração entre os índios, impossíveis de serem exterminados. Assim é que as representações espaciais mostravam a ânsia pelo novo, pela organização e estipulação do estrangeiro; e, ao mesmo tempo, não conseguiam deter demonstrações de pertencimento ao solo, já arraigadas na convivência entre os nativos. O indígena se viu, aos poucos e constantemente, participante de um universo que teatralizava a realidade a partir do cristianismo, repetindo comportamentos alheios aos seus, embora os significados fossem compreendidos e incorporados em sua cultura. A partir desses contatos interculturais, a América conseguiu sedimentar suas formas de percepção do mundo, aproximando-se muito mais a uma história arcaica e barroca do que moderna.

Ramón Gutiérrez (2001) completa tal pensamento, considerando positivo ou mesmo “saudável” o caráter de formação do nosso barroco, em que o elemento nacional saiu ganhando justamente por não se fazer independente. Indígenas e europeus utilizaram o espaço para estilizar suas representações plásticas e sociabilizantes, justapondo-as.

Os americanos recorrem à arquitetura apropriada, aquela que é própria e que dominam, aquela que é adequada às suas circunstâncias e aquela que se apropria de espaços, formas e conceitos que são pertinentes para dar adequada resposta a suas necessidades materiais e espirituais. Nosso barroco terá sempre componentes europeus, mas jamais poderá explicar-se exclusivamente por eles, pois responde a outros contextos sociais e culturais.<sup>18</sup>

Cidades planejadas e sua aplicação como tal, no Brasil, só ocorre de maneira expressiva a partir do século XIX, com a implementação de traçados regulares como Belo Horizonte em 1893. Precisou-se constatar realmente a decadência do ouro em núcleos como Ouro Preto, para que novas propostas de controle e ordenação efetivas do espaço fossem realizadas. O

---

<sup>18</sup> GUTIÉRREZ, Ramón. Repensando o Barroco americano. In: **Vitruvius. Arqtextos 019.01**, [s. l.]: Romano Guerra, 2001. Disponível em: <[http://vitruvius.com.br/arqtextos/arq019/arq019\\_01.asp](http://vitruvius.com.br/arqtextos/arq019/arq019_01.asp)>. Acesso em 16 set. 2003.

desejo renovador se aliava às questões do pensamento liberal que se aproximava, lançando os primeiros passos para o urbanismo de uma época moderna. Apesar de seu traçado reticulado e ortogonal dentro do anel da Avenida do Contorno, Belo Horizonte é esse contraste barroco, tensão de uma cidade contida e explosão de limites.

Para Andrade (1989), em sua análise dos espaços, o barroco significou a completa aceitação e abertura da cidade à luz que fora almejada no Renascimento, conseguida pelas configurações geométricas do planejamento urbano. Dessa maneira, o caráter militar e vigilante se tornou implícito, mas foi constantemente reforçado por jogos de perspectivas abertas, que destacavam a posição do rei, seu poder e seu palácio. A luz foi então um instrumento que valorizou a posição e visão do soberano, levadas ao habitante comum da cidade, que adquirira a ilusão de estar participando da engrenagem urbana; uma característica persuasiva barroca. Belo Horizonte é, dentro desse enfoque, uma versão republicana do poder real em continuação, embora no contexto moderno que previa a reordenação da sociedade pelo Estado. Murilo Marx<sup>19</sup> já comparara Belo Horizonte a La Plata: cidade também latino-americana que fora planejada para conter utopias em traçados então materializados. Semelhantes na concepção, projeto e construção, resumiam-se na palavra controle. A República foi o sistema que tornou possível a mudança da sede do governo de Vila Rica para o Curral d'El Rei, impedida anteriormente pelo centralismo do Império. “A cidade vai ser fator de identificação (fusão, co-fusão, confusão) entre o homem comum e o dirigente, como acontecia nas capitais barrocas”.<sup>20</sup>

Já as ruas das cidades coloniais mineiras precisavam ser o palco para a opulência encontrada, comportando-se como espaços para a manifestação religiosa, em festividades que comemoravam nascimentos, batizados, entrada de capitães-gerais e governadores e a chegada de membros católicos ou casamentos. No ano de 1748, é relatada a entrada triunfal de Dom Frei Manuel da Cruz na cidade de Mariana, para a instalação do bispado. Na leitura do documento, evidencia-se a “vontade de Deus escolasticamente inscrita na ordem das coisas e profeticamente figurada nos fatos e na natureza”.<sup>21</sup> Foram realizados oito dias de festa,

[...] com grande solenidade e assistência de todo o principal destas Minas, fazendo-se-lhe uma aparatosa procissão triunfal, que se compunha de dois famosos carros

<sup>19</sup> MARX, Murilo. **A formação das cidades no Brasil**. (Palestra Magna apresentada no Seminário sobre patrimônio histórico: o estatuto da cidade e a gestão urbana de sítios históricos. Realizada no CREA-MG, Belo Horizonte, em 22 de junho de 2004).

<sup>20</sup> MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. **Belo Horizonte: um espaço para a república**. Belo Horizonte: UFMG, 1989, p. 57.

<sup>21</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (Org.). **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: FJP, 1999, v. 1, p. 663.

triumfantes, cheios de música, cantando várias letras, repetindo muitos vivas, que pareciam os próprios anjos.<sup>22</sup>

A Igreja detinha e fortalecia seu poder, se exibindo pelas procissões que eram acontecimentos imperdíveis, festas esperadas e coordenadas; assim como era planejado o seu trajeto, adaptado às ruas que melhor acomodassem os rituais. Para tal, contribuía as fachadas dos templos, bastante paramentadas para que definissem o caminhamento da via, então sacra, fazendo o papel de altares voltados para o uso em grande escala. Importantes peças desse aparato eram os “passos”, reduzidas capelas que se abrem, até os dias atuais, nas festas da Paixão. Representam uma grande proximidade entre as igrejas e as ruas, como se a cidade fosse um grande templo marcado por, geralmente, quatorze altares enfeitados e adequadamente posicionados para receber a celebração a céu aberto. É notório um documento enviado à coroa pelos oficiais de Vila Rica pedindo a D. João V que ordenasse as irmandades e confrarias da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias para que assistissem “infallivelmente à procissão pública de Corpus Christi em todo o seu giro”.<sup>23</sup> Foram utilizadas frases que explicitam a religião e o divino culto como a primeira base de toda a monarquia, sendo repugnante aos oficiais da Câmara a ausência das citadas irmandades e confrarias no acompanhamento ao Santíssimo Sacramento.

Foi feita solicitação<sup>24</sup> à Rainha, através do provedor e de outros oficiais da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica, para que se regulamentassem os lugares que deveriam ocupar os membros da dita Irmandade e os das Ordens Terceiras durante as procissões, juntamente ao clero e aos cavaleiros ao longo de seu percurso. Transferências e hierarquia religiosas retratavam a ordem e o equilíbrio da mensagem barroca, comovente por meio de seu aparato festivo e religioso. As festas incitavam a participação da sociedade e, ao mesmo tempo, davam-lhe o constante recado de quem é que deveria ser seguido. Os grêmios e as confrarias, originários de grupos artesãos, tinham a oportunidade de fazer parte, nesse momento, da vida urbana colonial, confeccionando estandartes, retábulos, mastros, bandeirolas ou arcos coloridos e enriquecidos com ouro, para serem levados às ruas.

Os limites entre o poder religioso e a atuação dos fiéis ou das confrarias chegavam a se confundir em certos momentos, como demonstra um fragmento de uma consulta feita ao Conselho Ultramarino: existiam dúvidas entre a jurisdição eclesiástica e a secular, em

---

<sup>22</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (Org.). *op. cit.*, p. 664.

<sup>23</sup> ARQUIVO Histórico Ultramarino – AHU Brasil/MG, Cx. 36 doc. 70, Vila Rica, 26/10/1738.

<sup>24</sup> ARQUIVO Histórico Ultramarino – AHU Brasil/MG, Cx. 119 doc. 3, Vila Rica, 8/1/1783.

referência à tomada de contas das confrarias existentes no bispado de Mariana.<sup>25</sup> Ou em outra Representação dos Oficiais da Câmara de Vila Rica, contra a obrigação da despesa com a celebração religiosa pelas irmandades, solicitando ordem ao rei para que pusesse fim a esse “abuso”, em relação à matriz de Ouro Preto.<sup>26</sup> Os gastos eram altos e problemas existiam para custeá-los, no tocante às rendas municipais, pois eram festas obrigatórias. Havia um calendário cristão a seguir, e punições severas exigiam o comparecimento ao uso coletivo do espaço urbano, inclusive de moradores que vivessem próximos a alguma sede municipal. Esses eventos preenchiam as áreas urbanas, ultrapassando os objetivos litúrgicos e sua função cívica. “Tornavam-se verdadeiros espetáculos de fé como desejava a Igreja e de fidelidade à metrópole, como desejava a Coroa”.<sup>27</sup>

Acima de tudo, tais solenidades a céu aberto eram demonstrações do nível de riqueza daquela povoação e, principalmente, do potencial criativo local e regional. Os moradores eram incitados a conservarem suas casas limpas, caiadas e preservadas para a passagem das procissões, enfeitando portas, janelas e balcões, mesmo para comemorações locais. O requinte a que tais festas chegavam pode ser ilustrado pela já citada procissão de Corpus Christi e as festas reais de determinado santo, além daquelas estipuladas nas Constituições da Bahia para algumas corporações de religiosos e leigos. Nem sempre tais festejos eram documentados, como no caso do Triunfo Eucarístico, em Vila Rica, no ano de 1733; ou a recebida do novo bispo de Mariana, em 1748, registrada no *Áureo Trono Episcopal*.

Este último, relata a posse de Dom Frei Manoel da Cruz, ditado em Lisboa em 1749. Representa uma visão geral da civilização que foi manifesta artisticamente a favor do barroco. Foi feito um programa diversificado de comemorações em Mariana, tanto religiosas quanto profanas. Coreografias e números musicais foram arranjados, anunciados a todo o povo que presenciou procissões, desfiles alegóricos, iluminação especial, missas, teatros e o recitar de poesias, que iam ocupando os espaços vivos em acontecimento da cidade. Roupas e decoração cuidadosas ajudavam a compor uma espécie de carnaval dos nossos tempos, tamanha atração que causavam, de cunho apelativo e religioso. Por outro lado, aos índios e negros era permitida a participação, como acompanhantes rítmicos de danças folclóricas. A literatura também se destacava nessa comemoração barroca, que se preocupava com o conteúdo intelectual das solenidades; o *Áureo Trono* reproduziu mais de vinte e cinco composições poéticas em português, espanhol e latim, conforme estudos de Ávila (1980). Não é objetivo

---

<sup>25</sup> ARQUIVO Histórico Ultramarino – AHU Brasil/MG, Cx. 57 doc. 61, 1750.

<sup>26</sup> ARQUIVO Histórico Ultramarino – AHU Brasil/MG, Cx. 80 doc. 50, Vila Rica, 16/06/1762.

<sup>27</sup> MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: [s. n.], 1989, p. 66.

dessa dissertação discursar sobre a produção literária do século XVII e parte do XVIII, mas vale mencionar a preocupação de Portugal em resguardar sua soberania e ocultar interferências.

É hora de compreender-se, afinal, que o culteranismo e o conceptismo, longe de refletir tão só e passivamente os padrões espanhóis da época, vinculavam-se mais profundamente ao centro de uma direção espiritual que procurava exprimir-se através de formas estéticas próprias. Os poetas do Áureo Trono, realçando no contexto festivo a função lúdica da poesia, conferiram-lhe com isso a dimensão social que o momento condicionava à arte e que se explicava dentro ainda do sentido ornamental e encantatório do barroco.<sup>28</sup>

O uso dos espaços comuns, intimamente relacionados ao cunho religioso, situava as festas católicas e suas manifestações como o momento de maior importância nas vilas, em que significavam também diversão e lazer da população, que nesse momento, saía às ruas. Os oficiais eram mensageiros desses acontecimentos e aos poucos, o solo começou a ser regido, fortemente, por aspectos legais e não apenas religiosos. Começaram a surgir planos para a cidade em geral, seu arruamento, e posteriormente, o seu parcelamento do solo. O desenho ia se formando a partir da vivência e do processo evolutivo das povoações, lentamente. Ruas e praças começaram a ser definidas com mais clareza a partir de finais do século XVIII, pois especificamente em relação aos logradouros públicos, estes eram tidos com proporções insatisfatórias, sobretudo mal delineados. Quando faceavam terras particulares, seus limites não eram facilmente reconhecidos, avançando o terreno em linhas curvas e quebradas imprecisas. Serviços como a limpeza e revestimento das ruas ficavam a cargo do morador, responsável apenas pela testada de seu terreno. O calçamento veio como medida posterior, separando o leito carroçável da via de pedestres apenas no século XIX. Talvez seja esse um dos vários motivos pela nossa dificuldade em expandir e construir de forma menos acanhada os nossos espaços públicos, característica que herdamos do período colonial. O papel da Igreja não é o mesmo, e o uso intensificado de ruas e praças com esse fim não se resume somente a datas do calendário religioso atual, pois já são muitas as preocupações “não-barrocas”.

Não se pode pensar apenas nos edifícios, sua planta ou definição de fachadas para que façamos uma leitura do que foi o período colonial. Em Minas Gerais essa dinâmica foi bem mais complexa, pois a inserção da arquitetura nas cidades ou a utilização ritualística dos espaços urbanos definira com muito mais força o seu caráter de cidade barroca: não fomos

---

<sup>28</sup> ÁVILA, Affonso. **O lúdico e as projeções do mundo barroco**. São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 134.

menos barrocos porque utilizamos a elipse em poucas plantas, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Ouro Preto. A arquitetura foi um personagem importante na conformação de espaços dedicados à cidade. Como promotora de referências urbanas, ajudou na recuperação da atitude ritual das comunidades, que se sentiram incentivadas a praticar o uso de espaços construídos ou não.

Mas essa arquitetura também troca quando se transforma em cenário de festa coletiva. Ali recebe o aditamento de tapetes, quadros e peças de ourivesaria ou cerâmica que enfeitam fachadas e balcões onde se apinham os espectadores do desfile e da procissão. É a vestimenta efêmera, mas tangível – que nos assinala a função da mudança, o valor da cena conjuntural, a possibilidade do assombro e o ritual da recreação -, que assegura que “essa” festa não tinha antecedentes nem terá decorrências.<sup>29</sup>

Marx (1988) cita acontecimentos paralelos nas colônias espanholas, como a comemoração do dia de Santiago, em 1557, feita em praça pública: reuniram-se autoridades seculares e religiosas, cavalarias e trombetas, com um cortejo que percorreu o povoamento, passando pelo convento, pela igreja principal, pela casa do vice-rei e à Câmara. Menciona também a entrada de um governador em Santiago do Chile em 1575, no mesmo processo de reverência. “Essas festas civis ou expressamente vinculadas ao Estado estão intimamente ligadas à contribuição da Igreja, ou do braço espiritual do poder metropolitano”.<sup>30</sup> Cita Alemparte (1940)<sup>31</sup>, na sua afirmação de que a cerimônia mais importante nessas colônias era a passagem dos estandartes pela cidade, acontecimento que vai até 1816, modificado e interrompido ao longo do tempo. “Em Lima acontecia na “Pascua de Reyes; na cidade do México, no dia de São Hipólito; em Santiago, em seu dia e nas vésperas”.<sup>32</sup>

A utilização dos espaços nas cidades latino-americanas se diferenciou em seus aspectos gerais, conforme cada metrópole conseguiu transpor seus modelos para além-mar. Na essência, o que faz dialogar Portugal e Espanha é a disciplina embutida em suas formas barrocas de controle. Os processos urbanísticos chamados “orgânicos” revelam uma origem comportamental que, considerando as especificidades de cada região, acaba se revelando bastante previsível e regular. A expressão de cada caso, leia-se a arquitetura, é que varia bastante, embora calcada na “latinidade” que conduz as manifestações culturais dos povos influenciados pelo cristianismo. A riqueza formal e cultural das cidades barrocas,

<sup>29</sup> GUTIÉRREZ, Ramón. Repensando o Barroco americano. In: **Vitruvius. Arqtextos 019.01**, [s. l.]: Romano Guerra, 2001. Disponível em: <[http://vitruvius.com.br/arqtextos/arq019/arq019\\_01.asp](http://vitruvius.com.br/arqtextos/arq019/arq019_01.asp)>. Acesso em 16 set. 2003, p. 8.

<sup>30</sup> MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: [s. n.], 1989, p. 87.

<sup>31</sup> ALEMPARTE R., Julio. El cabildo en Chile colonial: orígenes municipales de las repúblicas hispanoamericanas. Santiago: Universidade de Chile, 1940, p. 298 *apud* MARX, Murillo. *op. cit.*, p. 87.

especialmente as de Minas Gerais, se encontra na mistura entre o vernacular e o erudito; o povoamento pré-existente e o imposto.

O século XIX mudou o enfoque mineiro, neste momento direcionado para Belo Horizonte (1894), uma proposta de contenção do espaço que desconsiderou a realidade topográfica existente, na ânsia de resgatar a garantia de disciplina do barroco. As cidades coloniais mineiras, como Mariana ou Ouro Preto, tiveram a sorte de conseguir aliar o controle metropolitano aos seus núcleos formados ao redor das Igrejas, ou das minas. Se antes a força era toda da Igreja, posteriormente teve que ser dividida com o Estado, mas não repartida. Entretanto, muito do mundo barroco se preservou: a rua ainda manteve seu valor como espaço público, lugar das procissões substituído pelo fluxo intenso da circulação; o desenho de Belo Horizonte foi expressivo na tentativa de ordenar e perceber o todo, criou simetrias na cidade; e se antes as igrejas eram a arquitetura mais privilegiada, os prédios do governo tomam aos poucos seu lugar. O cenário ainda permaneceu, embora o espetáculo viesse revestido com outros nomes de poder.

---

<sup>32</sup> MARX, Murillo. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: [s. n.], 1989, p. 87.

## CONCLUSÃO

---

Ai esta terra ainda vai cumprir seu ideal, ainda vai tornar-se um imenso Portugal...  
Chico Buarque de Holanda

Ao procurar traços hispânicos na arquitetura mineira, minha busca vai muito além de escolher um grupo de exemplos formais, localizados em outro continente e, limitadamente, compará-los com exemplos de Minas Gerais. Espero ter percorrido um caminho que deixe claro os valores de uma determinada obra na relação que faz com seu tempo e seu espaço, ressaltando suas potencialidades enquanto arquitetura de um único lugar, a ele apropriada. Em especial o contexto da cidade colonial mineira, tão latina e tão dinâmica quanto Arequipa ou Santiago do Chile. A Península Ibérica foi tudo isso e muito mais, ou tudo isso e um pouco menos, para nós brasileiros. Percebe-se que não existiram apenas traços espanhóis ou portugueses, mas, sobretudo, ibéricos.

O conceito de “latinidade” empregado para a América Latina questiona e valoriza o que nos é comum, enquanto sobreviventes e relatores de um passado de muito mais conquista que submissão. Há vinte anos atrás eram lançadas as primeiras questões sobre regionalismo ou valorização do elemento nativo: perguntava-se o porquê de estudarmos apenas a arquitetura clássica e europeia, e não aquela que falava direto de nossas raízes e ancestralidade. O período barroco americano mostrou riqueza e variedade em suas manifestações regionais, expressando a formação das forças sociais e culturais que retrataram a condição de “ser colônia”.

A história da arquitetura latino-americana é de uma potencialidade e vigor criativos que muito informam sobre nossa capacidade de “fugir à regra” dos modelos europeus. Esse aprendizado levou anos, resultando num produto artístico e cultural de mérito próprio, muitas vezes incompreendido por uma visão centralizada da história. As civilizações não podem ser vistas como representantes de outras, como substituições que se tornam menos importantes quando não seguem padrões estipulados pelo alheio. Se estudamos períodos e estilos arquitetônicos na Europa, seria importante que refletíssemos também a respeito das culturas indígenas, os incas por exemplo, sua parcela de evolução e as soluções encontradas para se preservarem; muitas delas bem parecidas com as nossas. Verificaríamos que as matrizes espanhola e portuguesa têm muito em comum, consolidando um forte elo de ligação que foi transferido, reafirmado e incrementado em suas colônias. O enfoque radiocêntrico europeu já vem se modificando, mudando o desequilíbrio que foi sugerido pelos colonizadores,

considerando a própria estrutura cultural latino-americana. Insistiam para que o lado ibérico tivesse mais peso, por sua tradição e referências visuais mais explícitas, maneiras de controle que acabaram por delinear o perfil de nosso barroco. Conseqüentemente, na conformação de nossas cidades e arquitetura.

O indígena não pode ser considerado apenas como aquele que emprestou suas referências ou sua ornamentação à fachada de uma igreja ou a detalhes escultóricos. A força de sua história está na maneira como aplicou e dissimulou as estratégias do domínio colonial, através do barroco. A maneira de se apropriar, percorrer e utilizar os espaços é o que manteve a memória nativa, diluída nas imposições estrangeiras. Havia uma tentativa, de ambas as partes, colonizador e colonizado, de manterem tradições e referências, mesmo que por interesses diversos. Essa é uma maneira mais justa de entender as obras barrocas, pois discutir apenas forma e espaço, referenciadas no mundo ibérico, é diminuir o que a história e a cultura arquitetônica adquiriram ao longo de quinhentos anos de construção latino-americana.

A grandeza artística e arquitetônica da América Latina está na criação de uma estética própria, miscigenada e ajustada para criar uma produção heterogênea, infelizmente escondida e perdida frente à grandiosidade européia. Fomos treinados a olhar para fora, para nossos principais “progenitores”: Espanha e Portugal. Ao escolher Minas Gerais como uma aproximação ou corte de estudo, escolhe-se, na verdade, um representante de todos os envolvidos, na esperança de que se alinhem cada vez mais na aceitação de suas interferências, explícitas ou sutis, especialmente no campo da arquitetura.

Na expressão barroca mineira, foram produzidos objetos arquitetônicos que muito devem a teorias que os nortearam. Tais fundamentos teóricos partiram de experimentações anteriores desenvolvidas na Península Ibérica. Os jesuítas foram peça primordial nessa cadeia de acontecimentos: a partir de sua missão religiosa, contra-reformista, criaram modelos que só vieram a confirmar uma igreja poderosa e copiada no mundo latino. Representaram, com suas obras, modelos miméticos consagrados na pintura, escultura e arquitetura; figuravam a beleza, a importância da tradição e transformavam o artista num instrumento divino.

A obra de São Carlos Borromeo foi apenas um veículo dessa instituição cristã, ditando regras e afirmando o poder de alcance da Igreja. Não foi aprofundada nessa pesquisa a ligação direta de Borromeo com as obras mineiras, se o seu tratado estava nas mãos de algum jesuíta enviado ao Brasil ou se norteou algum canteiro de obras. Mas foi apresentada a coerência entre o seu discurso e o que foi produzido em edifícios religiosos do século XVIII, em Minas Gerais. Dessa maneira, evitei colocar em evidência o termo identidade, especialmente a expressão “identidade nacional”. Essa discussão não existia naqueles tempos; os jesuítas não

pensavam em nacionalidade nem muito menos em América Latina e seu bloco único. Eram miméticos, retóricos, e não românticos ou nacionalistas, para os quais essas questões fazem sentido ideológico e até científico. O uso deste termo fez parte de uma discussão muito em pauta às vésperas das comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil. Basicamente, o enfoque deste momento confirmou e sedimentou as idéias já desenvolvidas por Gilberto Freyre nas décadas de 1920 a 1940, que colocavam o nacional mais próximo à realidade do país, e não baseado em ideais estrangeiros. Os modernistas foram então os primeiros a desvendar estes valores culturais inatos ao brasileiro, e a arquitetura latino-americana ganhou muito com isso. Ganhou com a valorização de seu patrimônio, com o olhar protetor e ao mesmo interpretativo de seu barroco.

O objetivo foi olhar a produção mineira de uma maneira tal que tentasse aproximar América e Europa, fazendo das diferenças, semelhanças e comparações entre estes dois agentes uma característica de resgate e convivência cada vez mais amistosa, sem persistir na idéia de superioridade de um em relação ao outro. Ainda temos muita herança, tanto na arquitetura como nas artes, deste mundo feito por vários. “[...] para muitos latino-americanos de hoje, o desenvolvimento de sua civilização semi-européia, semi-não-européia, não perde em ser condicionada por tradições nas quais se reflete o caráter misto da mesma civilização”.<sup>1</sup>

O barroco perpetuado em Minas Gerais é exatamente esse caldeirão de formas e traços diversos; alterna procedências nítidas com outras nem tanto; torna-se respeitável exatamente quando extrapola essas mesmas fontes. A arquitetura que foi cenário dessa época, principalmente no século XVIII, não poderia sair ilesa de um momento tão engenhoso, rápido e ambicioso por liberdade. A criatividade se desdobrava a partir de um desenho trazido de Lisboa, adequando-se aos materiais da região e aproveitando-se do repertório vasto que holandeses, espanhóis, alemães, árabes e flamengos deixavam escapar pela mente do colonizador. A velocidade acompanhava a pressa de se explorar o ouro, de destacar a obra de uma ou outra Irmandade e ostentar o luxo que crescia com a vida urbana. A ansiedade barroca foi bem ilustrada por um artista como Aleijadinho, que desde suas primeiras esculturas mantinha experiências espaciais em suas obras, movimentando as torres das matrizes e extrapolando os limites arquitetônicos dos templos, como o caso dos profetas em Congonhas do Campo. Não é suficiente uma leitura da arquitetura colonial mineira que não comente sua

---

<sup>1</sup> FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpene-tração e decrescente segregação. In: FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Unb, 2003. p. 30.

fome de liberdade, sua fluidez marcada no sobe e desce dos morros; embora caracterizada como um objeto fechado, reservado a quem por ele procurasse.

Portugal e Espanha já haviam utilizado recursos espaciais para criar situações ilusórias com sua arquitetura do séculos XVI e XVII, como a perspectiva; já haviam transformado em arquitetura a escultura que era aplicada aos edifícios e já se transfiguravam em muitas referências, principalmente do mundo árabe e italiano. A força religiosa em Minas Gerais se tornava arquitetura a partir do momento em que a primeira capela era erguida em algum povoado. Esse procedimento que evidencia a influência não só política, mas também cristã de Portugal e Espanha, mostra que o catolicismo foi realmente o elo de ligação não só entre os dois países, mas suas respectivas colônias. A Península Ibérica foi nesse momento uma só, sendo indissociável aquilo que era de um ou outro país. Não foi possível monopolizar uma arquitetura que atravessou o oceano de maneira contemporânea e em constante diálogo, o que pode ser visualizado em Minas Gerais, onde pureza não existe e não existirá.

Ao finalizar esse trabalho, fica a constatação de uma nova postura da arquitetura brasileira, já em treinamento para valorizar o que é seu, o que lhe é legítimo. O brasileiro parece ter adquirido certa maturidade, ao aceitar e confessar a influência do negro e do índio na formação étnica, social e arquitetônica de seu país. Nossa arquitetura vernacular é rica por respeitar e saber tirar proveito de suas raízes, seu lugar e seu entorno; seja através de grandes aberturas que tragam o ar para o interior das casas, seja pela utilização de materiais como madeira e barro daquela região, por um ou outro formato de telha cerâmica que foi utilizado nas casas simples rurais ou pelo decoro autêntico que dignifica nossos templos. Todas as medidas no intuito de continuar preservando a latino-americanização dos ditames europeus. Nossas “reservas culturais” já são muitas, vastas, modificadas e decididas nas ruas barrocas mineiras ou paulistas, como rica foi a análise desenvolvida por Aracy Amaral.

É por isso que nós, brasileiros, somos habilidosos na atual competência de nos relacionarmos com diversas raças, pois este fato, na verdade, nunca nos foi estranho; assim como nossa arquitetura, que recebe tão bem as outras, correndo o risco de pecar justamente por não preservar sua autenticidade. A América ainda utiliza muito do seu “aprendizado ibérico” para responder aos desafios atuais. Intrinsecamente, muitas características da arquitetura espanhola e portuguesa, populares até, continuam contribuindo para o desenvolvimento cultural dos povos latino-americanos. O “modo operacional” com que lidaram anos e anos com essa realidade, mantendo raízes cruciais de sua identidade, é o que nomeia a América como “latina”, um bloco apenas. Melhor seria continuarmos no mesmo caminho já conquistado, ampliando características arquitetônicas já assimiladas, digeridas em

cada prédio ou rua de uma época colonial brasileira, especialmente mineira. “E não se trata de um antagonismo impossível de ser vencido pela conciliação, mas ao contrário, de uma dualidade fecunda a aproveitar”.<sup>2</sup>

Talvez hoje o peso da Igreja Católica não seja tão explícito, pois as escolhas são muitas e a “concorrência” não têm limite: os contaminadores de nossa liberdade de criação são outros, menos óbvios. Mas assim como os prédios barrocos permaneceram, ainda é forte o apego e a demonstração de que nossas raízes se tornaram compatíveis àquelas ibéricas: uma cruz andina é levada no mesmo bolso que a cruz cristã pelos peruanos, assim como coberturas de palha convivem com a tecnologia de materiais importados em terras brasileiras. Existe uma sutileza na tradição ibérica que acompanha nossos costumes. São Carlos Borromeo era estratégico em Milão para sacralizar o território com cruces, vias sacras, sacromontes e outros mecanismos que coincidiam com aqueles utilizados pelas comunidades indígenas em sua fase pré-conquista. Hoje, os alvos são mais dissimulados, mas não menos perversos como os de antigamente.

E na arquitetura não é diferente. A América hispano-americana, o Brasil e especialmente Minas Gerais deveriam manter sempre olhos abertos para o cultivo de algo tão valioso como seu passado colonial e barroco. A riqueza de sua formação passa por esta característica emaranhada de formas e imagens, originais ou não, mas fiéis enquanto representantes de uma herança pluralizada. Uma Igreja mineira pode ter seguido as regras de um tratado seiscentista e a isso ter aliado o traço de um artista mulato; talvez tenha ouvido os dogmas da doutrina jesuítica em seus corredores laterais e utilizado na construção destes, materiais impróprios ao seu modelo português; talvez esta Igreja possua um alpendre que não comporte todos os seus fiéis, mas pode ter sido construída orientada por algum espanhol que participava de viagens exploradoras; as bandeiras podem ter trazido não apenas paulistas para as Minas, mas homens “civilizados” que se comunicavam a troco de informações e caminhos do ouro. E pode ser que estes núcleos mineiros, que contam apenas com suas capelas e igrejas matrizes, tenham uma responsabilidade muito maior na manutenção do que sobrou da riqueza barroca no contexto brasileiro e latino-americano.

---

<sup>2</sup> FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpene-tração e decrescente segregação. In: FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Unb, 2003. p. 94.

## REFERÊNCIAS

---

AMARAL, Aracy Abreu. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: Nobel; USP, 1981.

\_\_\_\_\_. Da Terra: madeira e barro como suporte para a cor e o ouro. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 12, p. 279 – 283, 1982/3.

ARANGO, Silvia. Crítica da crítica: o provincianismo de sentir-se centro. **Projeto**, São Paulo, n. 118, p. 121-126, jan./fev. 1989.

ARQUIVO Histórico Ultramarino – AHU Brasil/MG – Caixas e documentos relativos aos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais do Arquivo Público Mineiro.

ARQUIVO PERMANENTE. Série I, Minas Gerais, IPHAN / 13ª Superintendência Regional – MG. **Matriz Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Catas Altas**. (Informe Histórico posterior a 1949 – Arquivos do IPHAN).

\_\_\_\_\_. **Capela de Santana**. Cidade: Ouro Preto / Chapada. (Arquivos do IPHAN).

\_\_\_\_\_. **Prados – MG**. (Arquivos do IPHAN).

\_\_\_\_\_. **Resende Costa – MG**. (Arquivos do IPHAN).

ÁVILA, Affonso. **O lúdico e as projeções do mundo barroco**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

\_\_\_\_\_. **Resíduos seiscentistas em Minas**. Textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. v. 1.

AZEVEDO, Paulo Ormino D. de. Alpendres na arquitetura religiosa: revendo as teorias. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 12, p. 71 – 85, 1982/3.

BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: [s.n.], 1979. v. 1.

BARROCO. Belo Horizonte: FJP/CEHC, n. 16, set/nov. 1994. 522p.

BASTOS, Rodrigo Almeida. **A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII**. 2004. 204p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

BAZIN, Germain. Estudo histórico e morfológico. In: \_\_\_\_\_. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1956. 2 v.

BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, [194-].

BEVAN, Bernard. **Historia de la arquitectura española**. Barcelona: Editorial Juventud, 1950.

BLUNT, Anthony. El Concilio de Trento e el arte religioso (S. Carlos Borromeo y la arquitectura). In: PATETTA, Luciano. **Historia de la arquitectura**: antologia crítica. Madrid: [s.n.], 1984. p. 158-160.

BOLTSHAUSER, João. **Noções de evolução urbana nas Américas**. Belo Horizonte: UFMG, 1959. v. 1.

BORROMEO, Carlos. **Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985.

BOSCHI, Caio C. (Coord.) **Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)**. Belo Horizonte: FJP, 1998. v. 3. (Coleção Mineiriana, Série Obras de Referência).

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. América Latina: território e experiência. **Revista do Instituto Arte das Américas**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 80-100, dez. 2003.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. Lisboa: Martins Fontes, 1983/84. v. 2.

CARITA, Rui; CARITA, Helder. Modelos, instituições e personagens. A Urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, p. 174-190, jan./fev. 2000.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, v. 334.

CAVALCANTI, Maria de Betânia Uchôa. Arquitetura popular de Pernambuco e suas fachadas de platibanda. **Projeto**, São Paulo, n. 203, p. 92 – 95, dez. 1996.

CHAMOT, Eduardo Dargent. **Presencia Flamenca en la Sudamérica Colonial**. Peru: Universidad San Martín de Porres, 2001.

CHAPADA do Norte. Minas Gerais monumentos históricos e artísticos: Circuito do diamante, **Barroco**. Belo Horizonte, n. 16, p. 482–501, 1994.

COLQUHOUN, Alan. O conceito de regionalismo. **Projeto**, São Paulo, n. 159, p. 75-78, dez. 1992.

COPIAR (ou COPIÁRA). In: CORONA, Eduardo. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: [s.n.], 1972, p. 146.

CORBACHO QUINTELA, Antón. Os periódicos dos imigrantes espanhóis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, 2, 2002, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000012002000200006&lng=en&nm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000012002000200006&lng=en&nm=abn)>. Acesso em 07 de julho de 2004.

CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951. (Manuscritos da Coleção De Angelis).

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 105 – 171, 1997.

\_\_\_\_\_. Introdução a um relatório, 1948. In: \_\_\_\_\_. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 455-456.

CUNHA, Antonio Geraldo da; MELLO SOBRINHO, Claudio. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2.ed. rev. e supl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

CURTIS, Júlio N. B. de. O espaço urbano e a arquitetura produzidos pelos sete povos das missões. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1983. p. 33 - 46.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização, industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1964. 385 p.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Populações paulistas**. São Paulo: Brasiliana; Companhia Editora Nacional, 1934. v. 27.

**EXPOSIÇÃO** Universo Urbanístico Português: 1415 a 1822. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Centro de Informação Urbana de Lisboa. (Exposição exibida no hall de entrada da Escola de Arquitetura da UFMG em Belo Horizonte no mês de dez. 2004).

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (Org.). **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: FJP, 1999, 2 v. (Coleção Mineiriana, Série Obras de Referência).

FLORES LÓPEZ, Carlos. **Arquitectura popular española**. Espanha, 1973. v.3.

FRANÇA, Júnia Lessa *et al.* **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 6 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003, 230p.

FREITAG - ROUANET, Bárbara. Cidades e desenvolvimento regional. In: \_\_\_\_\_. **Os Projetos latino-americanos, sua instrumentalização e articulação (1890-1930)**. [s. n. t.]. Capítulo 6. Disponível em: <[http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/unesco\\_texto.pdf](http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/unesco_texto.pdf)>. Acesso em ago. 2004.

FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação. In: FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Unb, 2003. p. 17-34.

\_\_\_\_\_. Brasil, nação hispânica: novas sugestões em torno de um tema já versado pelo autor. Separata de: **Boletim Informativo**, Parte Cultural. Salvador, n. 114 - 115, maio/jun. 1966. Disponível em: <[http://prossiga.bvfgf.fgf.org.Br/português/obra/opúsculos/Brasil\\_nação.htm](http://prossiga.bvfgf.fgf.org.Br/português/obra/opúsculos/Brasil_nação.htm)>. Acesso em out. 2004.

FREYRE, Gilberto. O 4º Centenário de La Paz. In: FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Unb, 2003, p. 115-118.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Contribuições do estudo da cultura material para a discussão da história da colonização da América do Sul**. Brasília: NetHistória. Disponível em: <[http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver\\_texto&titulo\\_id=165](http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver_texto&titulo_id=165)>. Acesso em dez. 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais: Circuito do Ouro: Campo das Vertentes**. Belo Horizonte: FJP, 1981, v. 1.

FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas Negras. Mulheres livres de cor no distrito Diamantino. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 81-121.

GARCIA, Juliane Martins; FERMAN, Miguel Angel. **Sobrado do Inconfidente Domingos de Abreu Vieira**: Berilo – MG: projeto e estimativa de custos. Belo Horizonte: SEC/ IEPHA-MG, 2001.

GASPARINI, Graziano. La arquitectura barroca latinoamericana: una persuasiva retorica provincial. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 11, p. 39-46, 1980/81.

GOITIA, Fernando Chueca. **Ars Hispaniae XI**: historia universal del arte hispánico – arquitectura del siglo XVI. Madri: Editorial Plus Ultra, 1947/54.

\_\_\_\_\_. **Invariantes castizos de la arquitectura española**. Madrid: Editorial Dossat, 1947.

GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitectura y Urbanismo em Iberoamerica**. Espanha: Ediciones Cátedra, 1983.

\_\_\_\_\_. **As missões jesuíticas dos Guaranis**. Brasil: Unesco, 1987.

\_\_\_\_\_. **Barroco Iberoamericano: de los Andes a las Pampas**. Barcelona: Lunwerg Editores, 1997.

\_\_\_\_\_. Repensando o Barroco americano. In: **Vitruvius. Arqtextos 019.01**, [s. l.]: Romano Guerra, 2001. Disponível em: <[http://vitruvius.com.br/arqtextos/arq019/arq019\\_01.asp](http://vitruvius.com.br/arqtextos/arq019/arq019_01.asp)>. Acesso em 16 set. 2003.

GUTKIND, E.A **Urban development in Southern Europe: Spain and Portugal**. London: Collier-Macmillan Canada, 1964/72, v. 3.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. v. 1, t. 2.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE MINAS GERAIS – IPAC. **Igreja Matriz de Santo Antônio. Município de Grão Mogol**, fev. 1982. (Arquivos do IEPHA – MG)

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE MINAS GERAIS – IPAC. **Igreja Matriz de Santo Antônio de Itacambira**. Vistorias, 1984. (Arquivos do IEPHA–MG)

\_\_\_\_\_. **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Município de Matias Cardoso**, out. 1985. (Arquivos do IEPHA – MG).

\_\_\_\_\_. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Distrito de Brejo do Amparo, município de Januária**, 1986. (Arquivos do IEPHA – MG)

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA BAHIA - IPAC-BA. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1980, v. 2, parte I.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KUBLER, George. **Art and architecture in Spain and Portugal and their american dominions: 1500 to 1800**. [S. l.]: Penguin Books, 1959.

LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. Os Sete Povos das Missões. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 74 - 85, 1997.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Capitania das Minas Gerais: origens e formação**. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Arte, 1965.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. **Belo Horizonte: um espaço para a república**. Belo Horizonte: UFMG, 1989. 216p.

MAIA, Aristides de Araújo. Historia da Província de Minas Gerais. Cap. 1 – Primeiros Exploradores (1572-1611). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 7, n. 1, p. 25 – 55, jan./jun., 1902.

MARIANO FILHO, José. **Influencias muçulmanas na architectura tradicional brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, [19--].

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Nobel, 1999. 143p.

\_\_\_\_\_. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991. 143p.

\_\_\_\_\_. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: [s. n.], 1989. 219p.

\_\_\_\_\_. **A formação das cidades no Brasil**. (Palestra Magna apresentada no Seminário sobre patrimônio histórico: o estatuto da cidade e a gestão urbana de sítios históricos. Realizada no CREA-MG, Belo Horizonte, em 22 de junho de 2004).

MENDES, Candido. **Código philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal**. 14. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1870.

MIRANDA, Selma Melo; RIBEIRO, Delmarí Ângela. **Notas sobre a arquitetura religiosa do Sertão Mineiro**. (Trabalho apresentado no II Encontro dos Pesquisadores do Barroco Mineiro, realizado em Tiradentes em 26 de outubro de 1985).

NEVES, Sônia Aroeira. O maneirismo na Catedral de Salvador. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 12, p. 87 – 92, 1982/1983.

NICOLAEFF, Alex. Igrejas rococó em Minas e na Baviera. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 15, p. 395–399, 1990/1992.

**NOTAS** sobre o município de Itacambira. Dossiê de Tombamento do IEPHA-MG, Minas Gerais, 1999.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e estratégia**: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio; Uberlândia [MG]: Prefeitura Municipal, 1988.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. A Architectura Civil em Braga em 1750. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 15, p. 159 – 166, 1990/1992.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Barroco e rococó na arquitetura religiosa brasileira da Segunda metade do século 18. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 29, p. 145-169, 2001.

\_\_\_\_\_. Situação contemporânea dos estudos da arquitetura e das artes visuais em Minas Gerais no século XVIII. In: COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE 24, Belo Horizonte, 27 a 29 de out. de 2004.

PATRIMÔNIO Mundial no Brasil. 2. ed. Brasília: UNESCO, Caixa Econômica Federal, 2002.

PEREIRA, José Fernandes. **Arquitetura barroca em Portugal**. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986. v. 103.

PAIVA, Francisco. **Il Gesù**: antecedentes dos projectos de Vignola e Della Porta para a igreja de Jesus em Roma e influência destes sobre a arquitectura jesuítica. Universidade de Beira Interior. [S. l.]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/paiva-francisco-il-gesu-jesuista.html>. Acesso em mar. 2005.

PINTO, Estêvão. Muxarabis e balcões: ensaios sobre esses antigos elementos arquitetônicos nos quais se poderão ver traços da influência mourisca. In: TELLES, Augusto C. da Silva. **Arquitetura civil II**. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1975.

PLEGUEZUELO, Alfonso. Palladio, Herrera y Sevilla (1590-1625): datos e hipotesis para una polemica. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 15, p. 73-84, 1990/1992.

PROJETO: 500 anos de arquitetura ibero-americana. América 500 anos: 20 anos de Projeto. São Paulo, n. 156, p. 60-120, set. 1992.

RELATÓRIO de Obra da Capela de São José em Minas Novas. [s.l.]: IEPHA-MG, 1980/1981 e 1998. (Arquivo interno do IEPHA-MG).

RELATÓRIOS DO IEPHA – MG. Pasta de Vistoria. Monumento: **Igreja de São José**. Município: Belmiro Braga, 1996. (Arquivo interno do IEPHA-MG).

\_\_\_\_\_. Pasta de Vistoria. Monumento: **Igreja Matriz de Santo Antônio**. Município: Grão Mogol, jun.1995. (Arquivo interno do IEPHA-MG).

RIBEIRO, Nelson Pôrto. As cores da cidade na América Portuguesa: um estudo iconográfico. In: COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE 24, Belo Horizonte, 27 a 29 de out. de 2004.

RICARDO, Cassiano de. **Marcha para oeste**: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1942. v. 2. (Coleção Documentos Brasileiros).

RUSSEL – WOOD, A. J. R. Precondições e precipitantes do movimento de independência da América Portuguesa. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 419 - 467.

SAIA, Luis. O alpendre nas capelas brasileiras. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 60 - 67, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil**: província cisplatina e missões do Paraguai. São Paulo: Martins, 1940. (Biblioteca Histórica Brasileira).

SALA, Dalton. Reduções jesuíticas de índios guaranis na bacia do Rio da Prata: função retórica da arte no processo de catequese. **Barroco**, Ouro Preto, n. 15, p. 369-373, 1990/1992.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. **Igrejas de Minas**. Belo Horizonte: CEMIG, 1998.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitech, 1982.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto I**. Rio de Janeiro, 1951. v. 1. (Monografias: Acervo Curt Lange).

SMITH, Robert Chester. **Nicolau Nasoni**: arquitecto do Porto. Lisboa: Livros Horizonte, 1967.

SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954. v. 1.

SOUZA, Teotônio de. Brasil: inspirou os goeses ou assustou os portugueses? (1787-1835). In: FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p.469-480.

TAPAJÓS, Vicente. **História do Brasil**: História e Biografia. São Paulo: Editora Nacional, 1954. v. 41.

THEODORO, Janice. **América barroca**: tema e variações. São Paulo: USP; Nova Fronteira, 1992.

THOMAZ, Omar Ribeiro. O Luso-tropicalismo: paisagens, sentidos, identidades. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: O BRASIL E O SÉCULO XXI, DESAFIOS E PERSPECTIVAS, Recife, 2001. Disponível em: [http://www.tropiologia.org.br/conferencia/2001luso\\_tropicalismo.html](http://www.tropiologia.org.br/conferencia/2001luso_tropicalismo.html). Acesso em set. 2004. TIRAPELI, Percival; PFEIFFER, Wolfgang. **As mais belas igrejas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2000.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: pintura mineira e outros temas**. Belo Horizonte: EA\UFMG, 1959.

\_\_\_\_\_. **Um altar excepcional**. Jornal Diário de Minas, Belo Horizonte, 12 de ago. de 1956. (Igreja Matriz de Itacambira. Distrito: Itacambira – Município: Grão Mogol. Arquivo Permanente: Série I, Minas Gerais, IPHAN / 13ª Superintendência Regional – MG).

\_\_\_\_\_. **Vila Rica: formação e desenvolvimento-residências**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VENANCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 181-192.

VIDLER, Steve. **Recuerdo Dorado de Portugal**, Lisboa: Distri Cultural, 1992.